

eja
EDUCAÇÃO
PARA JOVENS
E ADULTOS

CIÊNCIAS HUMANAS I

e suas TECNOLOGIAS

Geografia I • História I • Filosofia I • Sociologia I

Módulo 1 • Volume 2

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Governador
Luiz Fernando de Souza Pezão

Vice-Governador
Francisco Oswaldo Neves Dornelles

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Secretário de Educação
Antônio José Vieira de Paiva Neto

Chefe de Gabinete
Caio Castro Lima

Subsecretaria Executiva
Amaury Perlingeiro

Subsecretaria de Gestão do Ensino
Patrícia Carvalho Tinoco

Superintendência pedagógica
Carla Bertânia Conceição de Souza

Coordenadora de Educação de Jovens e Adultos
Rosana Mendes

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Secretário de Estado
Gustavo Reis Ferreira

FUNDAÇÃO CECIERJ

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

PRODUÇÃO DO MATERIAL EJA (CECIERJ)

Diretoria Adjunta de Extensão Elizabeth Ramalho Soares Bastos	Elaboração de Filosofia Verônica Damasceno Barbara Sales Castelhana Emmanuel Fraga	Coordenação de Produção Fábio Rapello Alencar
Coordenadora de Formação Continuada Carmen Granja da Silva	Elaboração de Sociologia Alexandre Alves Pinto Carlos Eugênio Soares de Lemos Carolina Zuccarelli Soares Fábio Oliveira Pavão Fabricio Jesus Teixeira Neves Fernando Frederico de Oliveira Ivia Maria Jardim Maksud Rogerio Lopes Azize Wellington da Silva Conceição	Assistente de Produção Bianca Giacomelli
Gerência do Projeto Michelle Casal Fernandes	Revisão de Língua Portuguesa Alvana Maria Bof Ana Cristina Andrade dos Santos Anna Maria Osborne Flávia Busnardo José Meyohas Julia Fernandes Lopes Paulo Cesar Alves Pilar de Almeida	Projeto Gráfico e Capa Andreia Villar
Coordenação Geral de Design Instrucional Cristine Costa Barreto	Coordenação de Desenvolvimento Instrucional Bruno José Peixoto Flávia Busnardo Paulo Vasques de Miranda	Imagem da Capa e da Abertura das Unidades Andreia Villar
Elaboração de Geografia Angelica Carvalho Di Maio Marli Cigagna Wiefels Alexandre Ferreira Elton Simões Gonçalves Évelin Generoso Ferreira Fonseca Jaqueline Andrade Botelho Lima Rafael Fernandes Cassemiro Rejane Rodrigues Roberto Gomes Estabile Saulo Ladeira	Desenvolvimento Instrucional Anna Maria Osborne Aroaldo Veneu Bruna Damiana de Sá Mottinha Cecilia Peixoto Elaine Perdigão Flávia Busnardo Marcelo Franco Lustosa Pilar de Almeida Rômulo Batista	Diagramação Bruno Cruz Camille Moraes Fernanda Novaes Filipe Dutra Juliana Fernandes Juliana Vieira Katy Araújo Núbia Roma Ricardo Polato Sanny Reis
Elaboração de História Gilberto Aparecido Angelozzi Gracilda Alves Sabrina Machado Campos Denise da Silva Menezes do Nascimento Márcia Pinto Bandeira de Melo Marcus Ajuuam de Oliveira Dezemone José Ricardo Ferraz Priscila Aquino da Silva Inês Santos Nogueira Renata Moraes Erika Arantes Maria José Carvalho Rafael Cupello Peixoto Gustavo Souza Claudia Affonso	Ilustração Bianca Giacomelli Clara Gomes Fernando Romeiro Jefferson Caçador Renan Alves Sami Souza Vinicius Mitchell	Produção Gráfica Patrícia Esteves Ulisses Schnaider

Sumário

Geografia

Unidade 1 • A distribuição desigual dos indicadores de qualidade de vida no espaço brasileiro e mundial	7
Unidade 2 • Dinâmica Populacional e Mobilidade Humana: motivos, causas e consequências	27
Unidade 3 • Cidade e qualidade de vida	63
Unidade 4 • Espaço rural e diversidade socioespacial	99

História

Unidade 1 • Século XIX: As Ideias político-sociais e os movimentos rurais e urbanos.	143
Unidade 2 • O Segundo Reinado no Brasil: Organização Social, Política, Trabalho e Cidadania	169
Unidade 3 • Imperialismo e Colonialismo no século XIX	205
Unidade 4 • O longo século XIX: Imperialismo e caudilhismo nas Américas	229

Filosofia

Unidade 1 • A questão do conhecimento	263
---------------------------------------	-----

Prezado Aluno,

Seja bem-vindo a uma nova etapa da sua formação.

Através da educação a pessoa toma a sua história em suas próprias mãos e consegue mudar o rumo de sua vida. Para isso, acreditamos na capacidade dos alunos de aprender, descobrir, criar soluções, desafiar, enfrentar, propor, escolher e assumir suas escolhas.

O material didático que você está recebendo pretende contribuir para o desenvolvimento destas capacidades, além de ajudar no acompanhamento de seus estudos, apresentando as informações necessárias ao seu aprendizado.

Acreditamos que, com ajuda de seus professores, você conseguirá cumprir todas as disciplinas dos quatro módulos da matriz curricular para Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

E assim, novas histórias acontecerão em sua vida.

Para ajudá-lo no seu percurso, segue abaixo uma tabela que apresenta a grade de disciplinas que irá cursar:

MÓDULO	NOME DISCIPLINA	CH SEMANAL	CARGA HORÁRIA TOTAL
MÓDULO I	LÍNGUA PORTUGUESA/LITERATURA I	4	80
MÓDULO I	MATEMÁTICA I	4	80
MÓDULO I	HISTÓRIA I	4	80
MÓDULO I	GEOGRAFIA I	4	80
MÓDULO I	FILOSOFIA I	2	40
MÓDULO I	SOCIOLOGIA I	2	40
MÓDULO I	ENSINO RELIGIOSO	1	20
CARGA HORÁRIA TOTAL DO MÓDULO I			420
MÓDULO II	LÍNGUA PORTUGUESA/LITERATURA II	4	80
MÓDULO II	MATEMÁTICA II	4	80
MÓDULO II	FÍSICA I	4	80
MÓDULO II	QUÍMICA I	4	80
MÓDULO II	BIOLOGIA I	4	80
MÓDULO II	ENSINO RELIGIOSO	1	20
CARGA HORÁRIA TOTAL DO MÓDULO II			420
MÓDULO III	LÍNGUA PORTUGUESA/LITERATURA III	4	80
MÓDULO III	MATEMÁTICA III	4	80
MÓDULO III	HISTÓRIA II	3	60
MÓDULO III	GEOGRAFIA II	3	60
MÓDULO III	FILOSOFIA II	2	40
MÓDULO III	SOCIOLOGIA II	2	40
MÓDULO III	EDUCAÇÃO FÍSICA	2	40
MÓDULO III	LÍNGUA ESTRANGEIRA OPTATIVA	2	40
MÓDULO III	ENSINO RELIGIOSO	1	20
CARGA HORÁRIA TOTAL NO MÓDULO III			460
MÓDULO IV	LÍNGUA PORTUGUESA/LITERATURA IV	4	80
MÓDULO IV	MATEMÁTICA IV	3	60
MÓDULO IV	FÍSICA II	3	60
MÓDULO IV	QUÍMICA II	3	60
MÓDULO IV	BIOLOGIA II	3	60
MÓDULO IV	LÍNGUA ESTRANGEIRA	2	40
MÓDULO IV	ARTES	2	40
MÓDULO IV	ENSINO RELIGIOSO	1	20
CARGA HORÁRIA TOTAL NO MÓDULO IV			420

Conte conosco.
Equipe da Fundação Ceciej e SEEDUC

“

Nada lhe posso dar que já não exista em você mesmo.

Não posso abrir-lhe outro mundo de imagens, além daquele que há em sua própria alma.

Nada lhe posso dar a não ser a oportunidade, o impulso, a chave.

Eu o ajudarei a tornar visível o seu próprio mundo, e isso é tudo.

Hermann Hesse

”



A distribuição desigual dos indicadores de qualidade de vida no espaço brasileiro e mundial

Para início de conversa...

Você já recebeu a visita de um recenseador na sua casa? Que perguntas foram feitas? Com elas, será possível avaliarmos a qualidade de vida do brasileiro?

A cada dez anos, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística) realiza o Censo Demográfico, através do qual faz o levantamento e divulga informações sobre a população do país. Por meio das informações que compõem os questionários dos Censos, os principais institutos de pesquisa, as universidades e os poderes públicos (municipal, estadual e federal) podem traçar um perfil da vida da população brasileira e indicar uma agenda para a implementação de políticas públicas.

Portanto, embora muita gente não se dê conta, o Censo é de extrema importância para que sejam identificadas as características e dinâmicas de uma população, podendo e devendo servir como instrumento para melhoria das condições de vida.

Você acompanhou na TV, no rádio ou nos jornais alguns dos resultados do último Censo? Realizado, em 2010, pelo IBGE, foram pesquisados, dentre outras informações, o número de cômodos e de banheiros, o destino do esgoto e do lixo,

o fornecimento de água e de energia elétrica, nível de escolaridade e de renda. Cada uma destas informações são denominadas de indicadores. Através da análise do comportamento desses indicadores, os institutos de pesquisa e os órgãos do governo obtêm um panorama das condições de vida dos brasileiros.

Veja alguns dos resultados publicados sobre o Censo 2010.

IBGE aponta aumento de brasileiros que se declaram pardos ou pretos

Soma de ambos os grupos representam 50,7% de toda população; brancos não são mais maioria.

(Estado de S. Paulo, 22 de julho de 2011)

Censo 2010: População diminuiu em apenas sete dos 92 municípios do Rio

O Censo 2010... revelou que a população diminuiu em apenas sete dos 92 municípios do Rio de Janeiro, em comparação com os dados de 2000. São eles: Miracema, Itaocara, Cantagalo, Natividade, Cardoso Moreira, Santa Maria Madalena e Laje do Muriaé.

(O Globo, 30/11/2010)

Censo 2010 aponta envelhecimento da população brasileira

Segundo os dados do Censo 2010, todas as faixas etárias até 25 anos têm peso menor na população do que em 2000, ao passo que os demais grupos ampliaram sua participação.

(Folha de S. Paulo, 29/04/2011)

A leitura das manchetes mostra-nos a grande importância dos dados demográficos. Através deles, podemos compreender como vive a população brasileira, quais as suas carências e necessidades. A leitura e compreensão dos dados demográficos (natalidade, mortalidade, fecundidade, expectativa de vida etc.) e a identificação das variações entre diferentes regiões, caracterizando as desigualdades presentes em nosso país é o objetivo desta unidade. Bons estudos!

Objetivos de aprendizagem

- Compreender a importância dos recenseamentos demográficos, para a definição de políticas públicas.
- Analisar dados dos Censos Demográficos do IBGE.
- Identificar as disparidades socioespaciais no Brasil, através da análise de dados dos Censos.

Seção 1

A população brasileira no Censo 2010

Vamos analisar, agora, alguns dos principais resultados observados a partir do Censo sobre as características e dinâmicas da população brasileira. A seguir, selecionamos alguns dados obtidos pelo Censo 2010 (Tabela 1).

Total de habitantes	190.755.799
Total de homens	93.406.990
Total de mulheres	97.348.809
Total de habitantes domicílio próprio	42.009.545
Total de habitantes domicílio alugado	10.503.498
Total de pessoas alfabetizadas	157.621.260

Tabela 1 – resultados do Censo 2010

Fonte: Censo IBGE, 2010

Da leitura da tabela, podemos observar que, em 2010, o Brasil possuía mais de 190 milhões de habitantes, dentre os quais cerca de 93 milhões eram homens e 97 milhões eram mulheres. Outro dado apresentado na tabela revela que, dos mais de 190 milhões de brasileiros, 42 milhões viviam em imóveis próprios, enquanto 10 milhões ocupavam domicílios alugados. O Censo mostrou também, segundo a tabela, que temos cerca de 157 milhões de brasileiros alfabetizados.

Vejamos, agora, a representação do dado sobre população em um mapa do Brasil (Mapa 1). Lembre-se de que, segundo os dados do Censo 2010, nosso país abriga hoje mais de 190 milhões de habitantes.

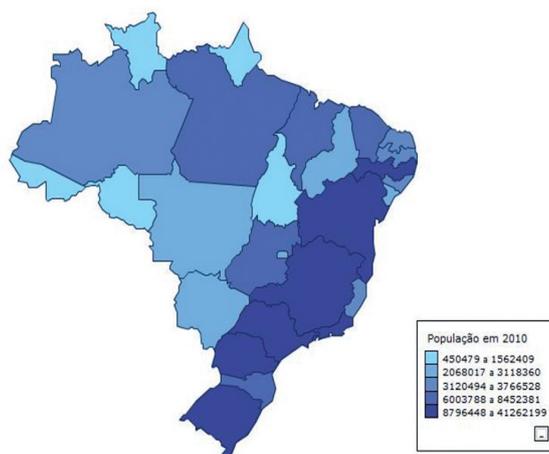


Figura 1: Mapa 1 - Volume de habitantes nos estados brasileiros – Brasil, 2010

O Mapa 1 representa a população residente no Brasil, ou seja, todos os habitantes do país. Para a representação do volume de habitantes em cada estado brasileiro, o IBGE utilizou cores. Na legenda, as cores mais claras representam os estados com menores volumes de população (são os estados menos populosos), enquanto as cores mais fortes representam os estados com maiores contingentes de habitantes (são os estados mais populosos). Se substituirmos a cor por bonequinhos, teremos mais bonequinhos nos estados de cor escura e menos bonequinhos nos estados de cor clara.

Assim, no Mapa 1, de acordo com a legenda, os estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, pintados com as cores mais fortes, concentram um volume maior de população. Roraima, Amapá, Acre, Rondônia e Tocantins que aparecem pintados com cores mais claras, concentram os menores contingentes de habitantes.

Uma primeira conclusão que podemos obter da análise deste mapa é que, no que se refere à distribuição da população pelo território, o Brasil não é um país homogêneo. Quer dizer, existem estados com maiores volumes e densidades de população e outros com menores volumes e densidades de população.

O mesmo vale para outros dados, número de homens e de mulheres, de domicílios próprios e alugados, de pessoas alfabetizadas, dentre outros dados divulgados pelos Censos.

Seção 2

Um Brasil de desigualdades

Como vimos, o Censo do IBGE apresenta um retrato do nosso país, mas não podemos esquecer que estes indicadores variam. Eles podem variar entre estados, entre grupos da população e entre as regiões do país. Veja os dados divulgados pelo IBGE na reportagem do jornal *O Globo*, de 29/04/2011.

O presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Eduardo Pereira Nunes, divulgou... os dados preliminares do Censo 2010... Quase metade dos domicílios brasileiros ainda não tem acesso à rede de esgoto: 55,45% têm o serviço. Em 2000, 47,3% tinham acesso e, em 1991, 35,5%... Os números das regiões mostram a desigualdade latente no Brasil. Enquanto no Sudeste, essa proporção atinge 81% dos lares; no Norte, não chega a 13,9%. No Nordeste, também fica muito aquém da média nacional: 33,9%.

Cerca de 60% dos domicílios brasileiros têm renda domiciliar *per capita* de até 1 salário mínimo. Até 2 salários, a proporção sobe para 82,4%. No Nordeste, a situação é mais grave: são 80,3% dos lares com ganhos de até um salário mínimo *per capita*. Já a taxa de analfabetismo é de 9,7% entre brasileiros com mais de 15 anos. Para especialistas, o avanço foi pequeno, de quatro pontos percentuais. Ainda há 132 mil domicílios, chefiados por crianças de 10 a 14 anos.

Por causa dessas desigualdades entre as regiões brasileiras, o economista Edmar Bacha utilizou, nos anos 1970, o termo Belíndia. Ele servia para caracterizar a heterogeneidade do Brasil. Em algumas regiões, nosso país se parecia com a Bélgica, um país desenvolvido; noutras, o Brasil aproximava-se da Índia, cuja população encontrava-se em condições de extrema pobreza.

Desde então, muitas coisas mudaram no Brasil, na Bélgica e na Índia, mas as desigualdades espaciais em nosso país parecem se manter. Leia o ensaio de Claudio Moura e Castro, publicado na revista *Veja*, de 03/12/1997.

No início dos anos 1970, Edmar Bacha inventa o termo Belíndia para denominar este nosso país heterogêneo que conteria uma Bélgica rica e uma Índia miserável.(...)

Podemos inicialmente comparar as Bélgicas (excluindo as capitais). No Brasil, o Rio Grande do Sul aparece claramente à frente de todos os outros estados. Santa Catarina vem em terceiro lugar e São Paulo em quarto. (...) É verdade, o Rio Grande do Sul não atinge a Bélgica, mas chega ao respeitável nível da Coreia (próximo de Costa Rica, Uruguai e Chile). São Paulo, a "locomotiva" do país, compara-se com a Rússia e com a Polônia.

Examinemos agora os menos desenvolvidos. O Nordeste tem índices baixíssimos. (...)

Comparando o índice da Paraíba com os do PNUD, encontramos que está praticamente no mesmo nível da Índia, que está dentre os quarenta mais pobres do mundo, próximo da Costa do Marfim, Bolívia e Egito.

Em suma, não chegamos à Bélgica(...) Mas no extremo inferior estamos praticamente empatados com a Índia. (...) Muito literalmente, são "dois Brasis".

Convivem no mesmo território estados escandalosamente diferenciados.

Como vimos, apesar de os dados demográficos apresentarem um retrato homogêneo do Brasil, nosso país é marcado por profundas diferenças que os aproximam ora a países mais ricos ora àqueles mais pobres e com maiores problemas sociais. Por isso, é importante que não percamos de vista que os indicadores refletem, no mais das vezes, médias do comportamento de determinado aspecto da sociedade.

Seção 3

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

Você notou uma coisa? No seu artigo, o colunista Claudio Moura Castro utilizou um indicador, denominado Índice de Desenvolvimento Humano, IDH, para identificar as desigualdades sociais. Você conhece esse indicador, sabe o que ele significa?

Em primeiro lugar, devemos ter em mente que os indicadores socioeconômicos são utilizados para a identificação e análise das condições sociais e econômicas de uma população de um estado, região ou país. Eles servem para orientar os governos nas tomadas de decisão e definições de políticas públicas.

Dentre os indicadores socioeconômicos mais utilizados, podemos destacar o **PIB** (Produto Interno Bruto), o **PIB per capita**, as **taxas de natalidade**, **mortalidade**, **fecundidade**, **a expectativa de vida**, **os índices de alfabetização**, **nível de escolaridade** e **evasão escolar**, dentre outros. Vejamos o comportamento de alguns desses indicadores no período 2000-2010.

PIB

O PIB ou Produto Interno Bruto representa a soma de todos os bens e serviços finais, produzidos num determinado país, estado ou região durante um período. É apresentado em valores monetários.

PIB per capita

O PIB per capita é obtido pela divisão do PIB pela total da população de um país. É apresentado, também, em valores monetários.

taxas de natalidade

A taxa de natalidade indica o percentual de crianças nascidas no total da população, durante um ano. É representada por % (por cento).

mortalidade

A taxa de mortalidade informa quantas crianças, no período de um ano, num grupo de mil crianças, morrem antes de completar um ano. É representada por ‰ (por mil)

fecundidade, a expectativa de vida

A esperança ou expectativa de vida indica quantos anos, em média, vivem as pessoas de um país, estado ou região. É apresentada em anos.

os índices de alfabetização

A taxa de alfabetização indica a porcentagem de pessoas de um país, estado ou região, que são capazes de ler e escrever. É representada por % (por cento).

nível de escolaridade

O grau de escolaridade indica o cumprimento, pela população, de um determinado ciclo de estudos (fundamental ou médio ou superior...).

evasão escolar

A taxa de evasão escolar indica o percentual da população que abandonou a escola.

	2000	2010
PIB (em trilhões)	R\$ 1.110.861,00	R\$ 3.674.964,00
PIB per capita	R\$ 6.485,00	R\$19.016,00
Taxa de natalidade	21,2%	16%
Taxa de mortalidade	6,9%	6%
Expectativa de vida	70,2 anos	72,9 anos
Taxa de alfabetização		90%
Grau de escolaridade	6 anos de estudos	7,2 anos de estudo
Taxa de evasão escolar	16,8%	13,2%

Tabela 2 - Indicadores socioeconômicos

Observe que alguns destes indicadores, como o PIB, são obtidos a partir de uma média. Isso significa que apesar de apresentarem índices elevados, podem ocultar as precárias condições de vida de uma parte da população. Por exemplo, há regiões no país que, em 2010, a taxa de alfabetização não chega a 90%; há regiões em que a taxa de mortalidade infantil excede 6%.

Como se calcula uma média?

Vamos ver um exemplo, para você entender melhor. Numa turma de vinte alunos, na prova de Geografia as notas foram assim distribuídas:

Notas obtidas na prova de Geografia	Número de alunos
10,0	1
9,0	2
8,0	4
7,0	7
6,0	3
5,0	0
4,0	1
3,0	1
2,0	0
1,0	0
Média	7,0

De acordo com o quadro, a média da turma em Geografia foi 7,0. Com pudemos ver, isso não significa que todos os alunos tiraram a nota 7,0, ao contrário, as notas variaram desde notas muito baixas até notas muito altas. Se alguém souber da média 7,0 da turma, sem ter acesso à tabela, poderia dizer que esta é uma turma de bons resultados em Geografia e o ano prosseguiria normalmente, sem nenhum cuidado especial com os alunos que apresentaram dificuldades.



O mesmo acontece com alguns indicadores. O PIB também é um bom exemplo deste problema. Alguns países que possuem PIB elevado têm graves problemas sociais. Esse é o caso da China que, segundo o IBGE, apresentava em 2009 um PIB de 4.984.426 milhões de dólares (entre os maiores do mundo), enquanto outros indicadores revelavam as precárias condições de vida da população (apenas 55% da população contavam com acesso à rede sanitária).

Tentando contornar os limites de alguns indicadores, como o PIB, o economista paquistanês Mahbud ul Hag, idealizou, em 1990, um indicador, denominado de Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH.

O IDH deveria servir como contraponto às análises que se baseavam no PIB.



Segundo o PNUD (2010), na sua formulação, partiu-se da ideia de que “para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana”.



Figura 2: Qualidade de Vida como IDH.

Mas vamos ver como se chegou a este indicador da qualidade de vida das populações. No cálculo do IDH, além da renda (PIB per capita), consideram-se a longevidade (expectativa de vida ao nascer) e a educação (analfabetismo

e taxa de matrícula). Da média destes três índices se obtém o IDH, que varia de zero até um. Os níveis mais baixos de desenvolvimento humano são os mais próximos do zero e os mais altos níveis são aqueles próximos a um.

Em 2010, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a ONU divulgou o ranking do IDH 2010. Do total de 169 países e territórios, selecionamos os 4 primeiros colocados, além do Brasil, para cada nível de IDH. Veja a tabela 3.

Posição	País	Valor do IDH 2010
Desenvolvimento humano muito alto		
1	Noruega	0.938
2	Austrália	0.937
3	Nova Zelândia	0.907
4	Estados Unidos	0.902
Desenvolvimento humano alto		
43	Bahamas	0.784
44	Lituânia	0.783
45	Chile	0.783
46	Argentina	0.775
73	Brasil	0.699
Desenvolvimento humano médio		
86	Fiji	0.669
87	Turcomenistão	0.669
88	República Dominicana	0.663
89	China	0.663
Desenvolvimento humano baixo		
128	Quênia	0.470
129	Bangladesh	0.469
130	Gana	0.467
131	Camarões	0.460
132	Mianmar	0.451

Tabela 3 – IDH 2010

Fonte: Ranking do IDH, PNUD 2010, http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3600&lay=pde

Observe que, no primeiro grupo, “Desenvolvimento humano muito alto”, os índices ficam em torno de 0,9, bem próximo a 1. Neste grupo, encontramos os países com maiores PIB e melhores condições de vida. No segundo grupo, de “Desenvolvimento humano alto”, os índices variam de 0,7 a 0,6. Enquanto nos níveis mais baixos, “Desenvolvimento humano médio e baixo”, os índices ficam em torno de 0,6 e 0,4, respectivamente. Neste grupo, estão os países com as piores condições de vida no mundo.

Vamos agora observar a representação do IDH dos países em um mapa. Observe atentamente o Mapa 2 e compare os países, chamados de desenvolvidos, aos países classificados como subdesenvolvidos.

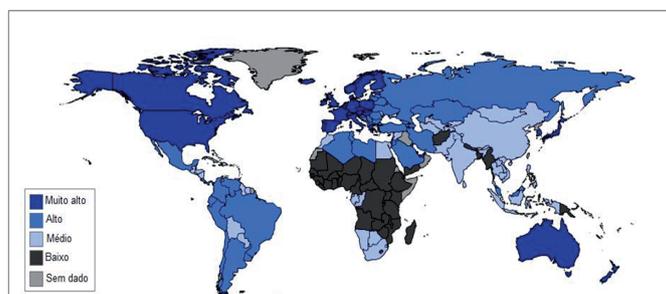


Figura 3: Mapa 2 – IDH no Mundo

Em qual grupo aparecem os maiores IDH? É possível pensarmos em um terceiro grupo de países, além dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos? As condições de vida da população em cada um desses países são distintas entre os grupos sociais mais ricos e os mais pobres, entre homens e mulheres?

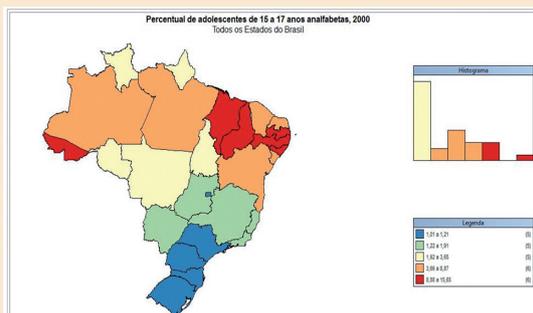
Será que a observação do comportamento do IDH reforça aquela visão da década de 1970 sobre os dois Brasis, um mais e outro menos atrasado?

Para refletir sobre essas perguntas, vamos passar agora às atividades.



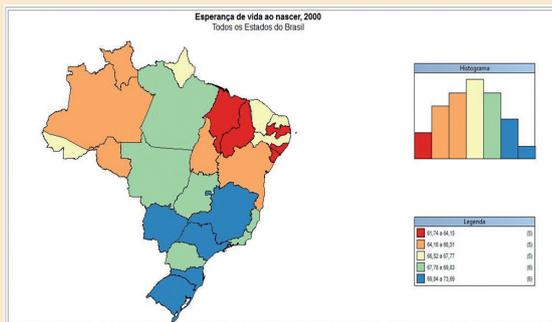
Os mapas a seguir representam alguns dos principais indicadores socioeconômicos. Compare as condições de vida da população brasileira por grupos de estados, explicando o comportamento de cada indicador, taxa de analfabetismo (Mapa 1), esperança de vida ao nascer (Mapa 2) e Produto Interno Bruto (Mapa 3).

Mapa 1



Indique os estados onde aparecem os mais elevados níveis de analfabetismo. Apresente os estados com menor percentual de adolescentes analfabetos.

Mapa 2

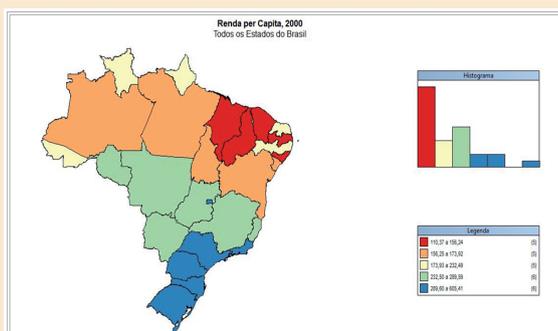


Atividade
1

Indique os estados onde aparecem os menores níveis de expectativa de vida.

Apresente os estados com maiores índices de expectativa de vida.

Mapa 3



Indique os estados onde a renda *per capita* é mais baixa.

Apresente os estados com os maiores níveis de renda *per capita*.

Com base na análise feita sobre os mapas, analise a afirmação de Edmar Bacha e de Claudio Moura e Castro sobre os “dois Brasis”.

Anote suas
respostas em
seu caderno

Saiba Mais

Objetivos do Milênio - ONU

Tomando como objetivo a defesa da dignidade humana, da igualdade e da equidade, em nível mundial, um grupo de países reunidos na Organização das Nações Unidas (ONU), em 2000, organizou um documento, denominado Declaração do Milênio. Neste documento, são definidos os Objetivos do Milênio.

Diante das dificuldades dos países mais pobres em fazer frente a problemas fundamentais, foram definidas linhas de política a serem adotadas em nível mundial, baseadas em valores fundamentais: liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito pela natureza e responsabilidade comum. Dentre essas linhas destacam-se: 1) a erradicação da extrema pobreza e da fome; 2) a expansão do ensino básico universal; 3) a promoção da igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4) a redução da mortalidade infantil; 5) a melhoria da saúde materna; 6) o combate ao HIV/Aids, malária e outras doenças; a garantia da sustentabilidade ambiental.

Algumas informações sobre os Objetivos do Milênio podem ser obtidas nos sites do PNUD (www.pnud.org.br) ou do IBGE (<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/>)



Seção 4

Desigualdades: condições de vida no campo e na cidade

Como vimos no início desta unidade, nosso país é marcado por importantes desigualdades regionais. Além das diferenças regionais, outra desigualdade comumente ressaltada em termos de condições de vida aparece entre áreas urbanas e rurais. Fomos impregnados por uma visão espacial da desigualdade que dá primazia à cidade em sua luta contra o campo e que corroborou para uma imagem retrógrada do campo. Segundo esta visão, “a cidade constitui o espaço da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, ao passo que o campo evidencia o oposto, o isolamento e a dispersão” (JOÃO RUA, 2005).

Observe as fotos e diga se podemos considerar como regra esta oposição cidade/moderno x campo/atrasado.



Morador de rua de Belo Horizonte



Fazenda em Jataí, Goiás

Nas últimas décadas, valores, atitudes e padrões de comportamento têm sido modificados, principalmente, a partir das cidades, definindo um processo de recriação do rural, "um novo rural". Rural e urbano integram-se, mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades.

Novas atividades e funções do rural (incluindo a função de residência – primeira ou segunda – para populações urbanas), além do importante papel da aposentadoria rural ou o trabalho em domicílio, por exemplo, marcam estas novas formas de integração rural-urbana.

Para se ter uma ideia das mudanças na relação rural-urbano, observe o gráfico a seguir.

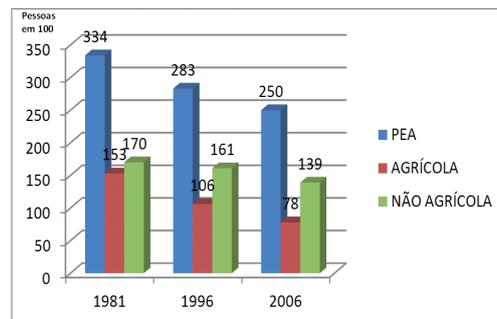


Gráfico 1 - Evolução da População Economicamente Ativa Agrícola e Não Agrícola no Estado do Rio de Janeiro

Mas você sabia que o campo tem sido crescentemente utilizado por outras atividades humanas que não apenas a agricultura?

Existe um consenso na literatura mundial e no Brasil de que a agricultura não é a atividade exclusiva e, em muitos países, nem sequer dominante, nas áreas rurais. Há, como pode ser observado na passagem de 1996 a 2006, uma mudança no perfil do espaço rural - o emprego rural é maior nas atividades não agrícolas.

Empresas e conglomerados industriais e agroindustriais instalam-se em áreas tipicamente rurais, visando reduzir custos de matéria-prima e de mão de obra, além de fugir dos problemas urbanos típicos das grandes metrópoles (congestionamentos, violência, poluição etc.). Além disso, existe também a procura por atividades agregadas ao setor de lazer. Neste caso, crescem as atividades ligadas ao complexo do turismo rural, aos pesque-pague, às pousadas e restaurantes e aos sítios de final de semana.

As diferenças entre o rural e o urbano já não são mais as mesmas do “tempo da vovó”. Se em alguns casos, as condições de vida no campo podem ser ruins, noutros as condições de vida nas cidades apresentam-se ainda piores, ao menos para uma parcela da população.



(Questão PUC, 2009, adaptada) Moradores da histórica cidade de Glastonbury, na Inglaterra, estão promovendo uma campanha contra a instalação de um sistema de Internet sem fio na região. A alegação é que a rede Wi-Fi está afetando os chacras (pontos energéticos do corpo) da população e causando doenças. A cidade, que é um centro importante para terapias alternativas e modalidades espiritualísticas, é a primeira na Inglaterra a ter uma rede Wi-Fi grátis instalada em seu centro. Os manifestantes acusam o sistema de causar males (...), sendo que a radiação causada pela tecnologia afeta a produção de melatonina, hormônio relacionado ao sono. Natalie Fee, uma ex-professora de Yoga, afirma que mudou-se da área de cobertura do Wi-Fi, com o objetivo de proteger o filho de 5 anos. “Eu pensei que Glastonbury fosse uma área rural. Eu não quero que o meu filho fique exposto a esse risco 24 horas por dia, incluindo a escola dele, que está na área da rede”. (...) Segundo especialistas, não há evidências científicas de que a rede de Internet sem fio cause esses males. (NoWires - Sua vida sem fios: população de cidade inglesa diz que não quer rede Wi-Fi. *Folha Online*, 30/12/2008).

A partir do que foi exposto na reportagem, explique a concepção de área rural exposta pela mãe da reportagem 1 e como tal visão é contraditória em relação ao processo de urbanização do campo.

Anote suas respostas em seu caderno

Como vimos, o Censo tem enorme importância para a vida de um país. Através desses levantamentos, podemos conhecer como vive a população de um país e, assim, formular políticas públicas que tratem das necessidades e urgências do conjunto da população. Vimos também que, apesar de o Brasil como um todo apresentar indicadores de qualidade de vida razoavelmente elevados (IDH, expectativa de vida etc.), as condições de vida variam entre estados, regiões e entre os espaços rural e urbano, evidenciando um dos principais problemas do nosso país, as enormes desigualdades sociais.

Veja ainda

Filme

- **Era uma vez...** O filme de Breno Silveira conta a história de amor de dois jovens que vivem realidades bem distintas. Morador da favela do Cantagalo, em Ipanema, Dé foi abandonado pelo pai e criado pela mãe, uma empregada doméstica. Jovem, ele assistiu à morte de um irmão e à prisão de outro. Apesar das diferenças, Dé apaixonou-se por Nina, uma jovem de classe média alta, moradora de um dos espaços mais valorizados da Cidade do Rio de Janeiro. Considerado o Romeu e Julieta urbano, o filme utiliza a paixão dos jovens como pano de fundo para apresentar importantes questões, relacionadas à segregação social na cidade.
- **Central do Brasil.** O filme, dirigido por Walter Salles, retrata a vida de Dora, uma professora aposentada que ganha a vida escrevendo cartas para analfabetos e Josué, um garoto pobre, que perdido da mãe no Rio de Janeiro, sonha em ir ao Nordeste para conhecer o pai. A história dos dois irá se encontrar na principal estação de trem do Rio de Janeiro, a Central do Brasil, levando Dora e Josué por uma viagem pelo sertão da Bahia e de Pernambuco, profundamente marcados pela precariedade das condições de vida.

Site

- Visite o *site* do IBGE para saber mais sobre a população brasileira, acessando os links: IBGE Teen - <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/> - e Censo 2010 – http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_sinopse.shtm ou você pode ir a uma das bibliotecas do IBGE espalhadas pelo Brasil (veja os endereços no *link* Biblioteca Central do IBGE - <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/biblioteca/bibliotecas.html>)

- A página do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento também disponibiliza um *link* para você baixar o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Basta acessar o *link* <http://www.pnud.org.br/atlas/>. Este Atlas apresenta um conjunto de informações socioeconômicas sobre os 5.507 municípios do país, os 26 Estados e o Distrito Federal do Brasil, para o ano 2000.

Leia algumas reportagens sobre os resultados do Censo 2010, acessando as páginas dos principais jornais do Brasil:

- <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/908789-brasil-ainda-sofre-com-falta-de-saneamento-basico-aponta-ibge.shtml>
- <http://www.estadao.com.br/especiais/censo-2010-quantos-somos-e-quanto-crescemos,126097.htm>
- <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2010/11/30/censo-2010-brasileiros-sao-mais-de-190-milhoes-345360.asp>

Vamos *Compreender o Brasil*. IBGE, 2001 - Neste livro ilustrado, alguns dados do Censo 2000 são apresentados de forma lúdica. O objetivo da publicação foi desmistificar o significado dos indicadores socioeconômicos, tornando-os acessíveis ao conjunto da população.

Referências

Théry, Hérve e Mello, Neli Aparecida de. **Atlas do Brasil**: disparidades e dinâmicas do território. São Paulo: Edusp, 2005 – Apesar do nome, este livro não se limita a apresentação de mapas sobre indicadores socioeconômicos do Brasil. Cada um deles é detalhadamente analisado e acompanhado por dados e mapas que apresentam um importante retrato do Brasil deste início de século.

Imagens



• Acervo pessoal • Andreia Villar



• IBGE, 2011



• <http://www.sxc.hu/photo/75038>



• http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Conjuntos_habitacionais_-_Favela_-_S%C3%A3o_Bernardo_do_Campo.JPG?uselang=pt-br



• <http://www.sxc.hu/photo/330294>



• <http://www.sxc.hu/photo/661064>



• PNUD, 2010



• PNUD, 2010



• PNUD, 2010



• PNUD, 2010



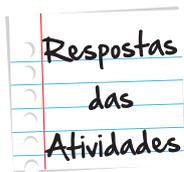
• <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Moradorderua.jpg?uselang=pt-br>



• http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pulverizacao_em_fazenda_Jata%C3%AD.JPG?uselang=pt-br



• PNAD, 2006



Atividade 1

A leitura do Mapa 1 revela que os maiores percentuais de pessoas analfabetas, na faixa dos 15 aos 17 anos de idade, concentram-se em estados da região Nordeste do Brasil: Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, além do Acre (na região Norte). Os estados da região Sul (Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo), além do Distrito Federal, apresentam menores percentuais de analfabetismo, indicando que a educação nestes estados deve estar em melhores condições.

Situação semelhante aparece no Mapa 2, com os menores índices de expectativa de vida nos estados do Nordeste (Maranhão, Piauí, Paraíba, Alagoas e Sergipe) e os maiores nos estados do Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina) e Sudeste (São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais).

No Mapa 3, os menores valores de renda *per capita* também se concentram em estados da região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba e Alagoas) e os maiores em estados das regiões Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná) e Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro).

A comparação dos três mapas permite-nos afirmar que o Brasil é um país marcado por profunda desigualdade social, indicando que nos aproximamos das metáforas apresentadas por Edmar Bacha e Claudio Moura.

Atividade 2

A mãe concebe o espaço rural como uma paisagem intocada, ou seja, um espaço da natureza, idílico, não moderno, rústico, difuso pela falta das construções humanas, marcado por uma vida mais distante das tecnologias e mais próxima da natureza e, portanto, saudável, onde os seus habitantes inscrevem-se localmente e participam da vida comunitária. Para esses espaços migram hoje, dentro da Europa, milhares de famílias em busca de melhor qualidade de vida, assim como para educar os seus filhos, o que vem urbanizando o campo rapidamente, notadamente nos países de industrialização antiga. Assim sendo, o campo ganha novas funcionalidades com o surgimento de alternativas de trabalho nos setores de prestação de serviços, construção civil, comércio e área social, o que tem contribuído para reter o seu morador e atrair os das cidades. A quantidade dos novos empregos não agríco-

las reflete os negócios ligados ao turismo e ao lazer, além da ótima opção de fuga de algumas indústrias dos altos custos de instalação e manutenção existentes nas cidades. Turismo rural, hotéis-fazenda, restaurantes, pesqueiros, criação de aves raras ou animais de caça e aumento da produção de alimentos, como doces e queijos finos, são algumas das atividades de pequeno e médio porte responsáveis pelo surgimento das oportunidades no campo.







Dinâmica Populacional e Mobilidade Humana: motivos, causas e consequências

Para início de conversa...

Duas perguntas são importantes para iniciar a nossa conversa: Você sabe o que é população? E você já viajou? Provavelmente a resposta é sim! Ou você já ouviu falar sobre o assunto e conhece alguém que já viajou ou foi morar longe da terra em que nasceu. A viagem, seja ela por lazer ou para fixar residência, mostra diversos detalhes do espaço geográfico ou de um determinado lugar, como também serve para conhecermos diferentes tipos de pessoas ou população. Agora temos outra pergunta: Você já escutou a música Vida de Viajante, de Gonzaga e Gonzaguinha? Nela é possível perceber bem essa viagem que as pessoas fazem pelas terras do nosso Brasil. Vamos conferir um trecho:



Minha vida é andar por este país
Pra ver se um dia descanso feliz
Guardando as recordações
Das terras onde passei
Andando pelos sertões
E dos amigos que lá deixei

Chuva e sol
Poeira e carvão
Longe de casa
Sigo o roteiro
Mais uma estação
E a alegria no coração
(...)
Vida de Viajante – Gonzaga e Gonzaguinha

”

Objetivos de Aprendizagem

- Analisar as pirâmides etárias dos países centrais e periféricos;
- Diferenciar as expectativas de vida dos países e do Brasil;
- Identificar os principais fluxos migratórios mundiais e brasileiros;
- Reconhecer os aspectos positivos e negativos da mobilidade humana.

Seção 1

A Transição Demográfica e a Estrutura Etária de uma População

Chegando à primeira estação, vamos observar como a dinâmica da população mudou ao longo dos anos, ou seja, como ocorreu a chamada transição demográfica. Também nesta passagem observaremos o perfil da população mundial a partir do estudo de suas pirâmides etárias.

Transição demográfica

Quando analisamos a população mundial, percebemos que ela se desenvolveu e foi modificando sua estrutura ao longo dos séculos/décadas. Essa modificação se deu de forma diferenciada de acordo com as sociedades, e isso se deveu a uma série de fatores que serão analisados no decorrer desse tópico.

Chamamos de Transição Demográfica o processo de desenvolvimento de uma população partindo de uma etapa inicial onde ocorrem altas taxas de natalidade e mortalidade até alcançar uma etapa de baixas taxas de natalidade e mortalidade.

Desse modo, podemos dizer que o fenômeno da transição demográfica compreende as seguintes fases:

- Primeira Fase: Após um período inicial de altas taxas de mortalidade e natalidade, a taxa de mortalidade começa a cair, no entanto a taxa de natalidade permanece elevada. Nessa etapa ocorre um rápido crescimento populacional (Crescimento Vegetativo da População). Dentre os fatores que interferem na queda da mortalidade, dando início ao processo de transição, podemos inserir a melhoria nas condições de higiene, alimentação, bem como descoberta de novos medicamentos e vacinas que impactaram diretamente nas taxas de mortalidade das populações. Essa primeira etapa da transição se observou na Europa, a partir do início do século XVIII e levou aproximadamente 200 anos para atingir baixos níveis de mortalidade e natalidade. Na América do Sul este processo começou no início do século XX e levou menos de 100 anos. A maior rapidez desse processo nos países da América do Sul se deu basicamente pela transferência das descobertas feitas anteriormente na Europa. Cabe observar que essa etapa está dedicada a estudar, praticamente, duas variáveis demográficas: mortalidade e natalidade;
- Segunda Fase: Esta se caracteriza por taxas de fecundidade abaixo do nível de reposição. Desse modo, posteriormente à queda da mortalidade, a taxa de natalidade começa a cair, reduzindo o ritmo de crescimento da população. Podemos associar à queda da natalidade fatores como a melhoria das técnicas de contra-

cepção (pílula anticoncepcional, preservativos), entrada da mulher no mercado de trabalho, bem como o continuado adiamento do casamento legal, o adiamento do nascimento do primeiro filho, o aumento do número de filhos nascidos em uniões consensuais e o aumento crescente das separações e divórcios. Acompanhando o histórico dos países que passaram por essa fase de transição, podemos dizer que a queda da natalidade estaria mais associada a mudanças de caráter cultural do que a ações governamentais, como medidas que visassem ao controle da natalidade;

- Terceira Fase: Após um período de queda da natalidade, percebeu-se certa estabilização da população, que se mantém com baixas taxas de mortalidade e natalidade, resultando em lento crescimento demográfico. Essa etapa está associada, principalmente, ao comportamento das migrações. Caracteriza-se ainda pela crescente proporção de mulheres e casais sem filhos, aumento do número de domicílios de uma pessoa só e crescimento das taxas de imigração para os países de baixíssima fecundidade (“replacement migration”). Nessa etapa, vem ocorrendo uma mudança na composição étnica e cultural (multiethnic and multicultural societies).

Atualmente vem se projetando que alguns países da Europa estariam entrando em uma Quarta Fase, na qual, devido ao envelhecimento da população, associado às baixas taxas de natalidade, haveria uma tendência de aumento da mortalidade em relação à natalidade. Nessa etapa, a população tenderia a diminuir, visto que a natalidade permanece baixa. Alguns países que se encontram nesse processo vêm investindo em programas de incentivo à migração e à natalidade, visto que o envelhecimento da população causaria problemas relacionados à ausência de mão de obra e caos no sistema previdenciário.

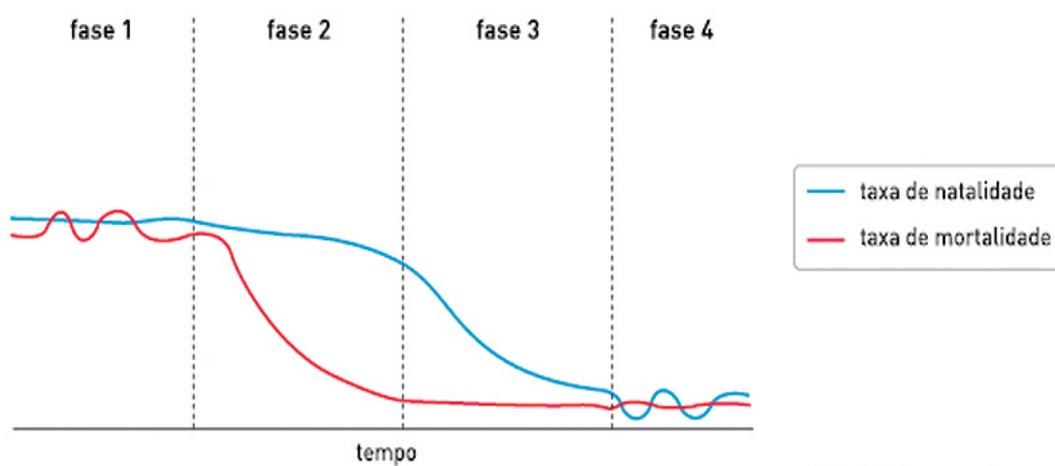


Figura 1: As fases da transição demográfica.

Estrutura etária e o estudo das pirâmides

A transição demográfica nos países centrais e periféricos possui melhor visualização quando observamos as **pirâmides etárias** desses determinados países.

Pirâmides etárias

Trata-se de um gráfico dividido por idade e gênero, que representam a estrutura etária de uma população.

Para entender melhor sobre a estrutura etária, é importante conhecer os diferentes grupos que são representados. São eles:

- a) Jovens: Até 15 anos;
- b) Adultos: Dos 15 anos até 64 anos;
- c) Idosos: Acima de 64 anos.

O gráfico de pirâmide etária é construído a partir dos dados de população de um determinado local dividido por gênero e idade, conforme pode ser visualizado na imagem a seguir. No lado direito ficam os dados por idade, referentes às mulheres, e no lado esquerdo, os dados por idade, referentes aos homens.

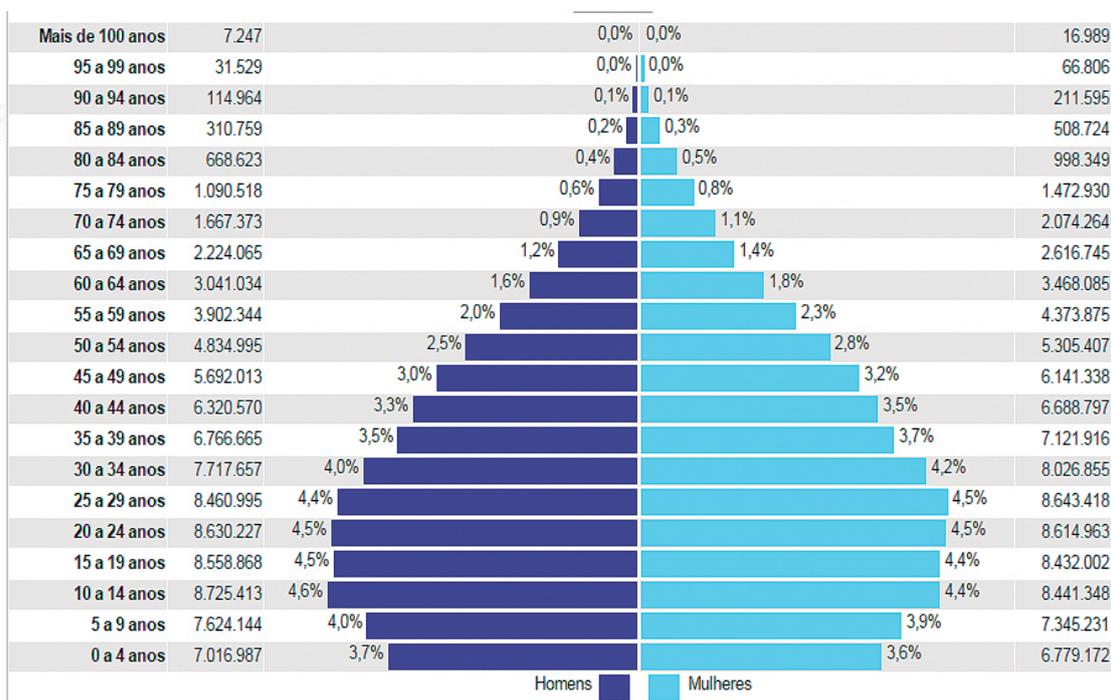


Figura 2: Distribuição da população por sexo, segundo grupo de idades no Brasil – 2010.

A partir do gráfico é possível tirar várias conclusões, sobretudo relativas à expectativa de vida de uma população. Outros temas também são observados, como a taxa de natalidade e mortalidade, os grupos etários, a esperança de vida ao nascer e a distribuição por sexo. Todos esses dados da população de um país são levantados a partir da realização do Censo Demográfico, mas a pirâmide é a forma gráfica deles.



Censo Demográfico

O censo é uma pesquisa realizada pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), que tem como objetivo levantar informações sobre a população. O primeiro censo era chamado de Recenseamento da População do Império do Brasil, 1872. Esta pesquisa é realizada de 10 em 10 anos, e os recenseadores vão de casa em casa para aplicar um questionário. Ela também serve como base para o governo, que, a partir dos resultados, estabelece quais são as políticas públicas necessárias para o povo brasileiro. Caso queira saber mais sobre o Censo e descobrir os resultados do Censo 2010, acesse: <http://censo2010.ibge.gov.br/>

As Taxas de Natalidade e Mortalidade representam o quanto de pessoas que nascem e morrem, respectivamente, em um determinado país, cidade, etc. As duas taxas também refletem na esperança de vida ao nascer. Muitos países subdesenvolvidos tinham altas taxas de mortalidade infantil. Porém, este índice vem caindo no Brasil (Gráfico 1), mas ainda é uma realidade em diversos países pobres, principalmente na África.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL POR MIL NASCIDOS VIVOS - BRASIL - 2000 a 2014

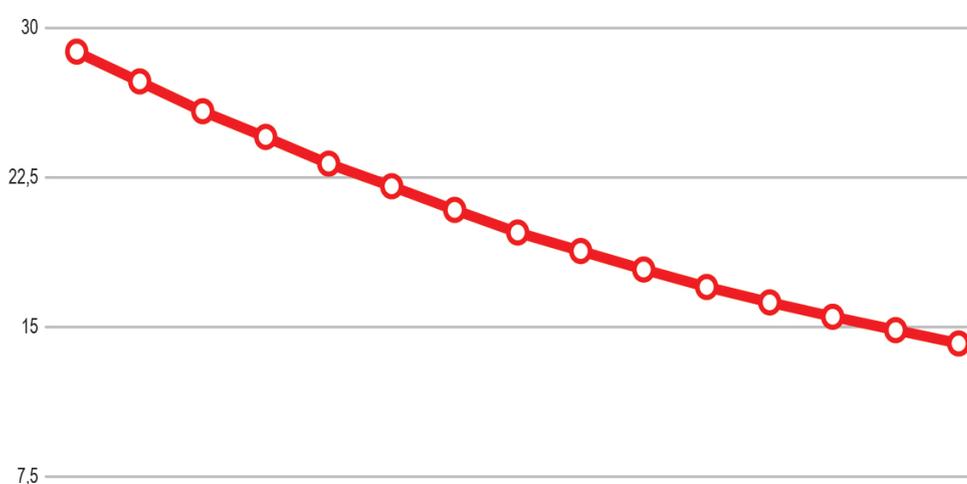


Figura 3: Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos – Brasil – 2000 a 2014.

Outro importante indicador populacional a ser observado a partir do estudo das pirâmides etárias é a expectativa de vida da população. Ele considera o número médio de anos que um indivíduo espera viver. É classificado também como um indicador social, pois reflete as condições de vida de um país.

Além das conclusões sobre os indicadores populacionais que são feitos quando estudamos as pirâmides etárias, pode-se também concluir que, de acordo com a posição dos dados por grupos, é possível classificá-las em jovem, adulta, envelhecida e rejuvenescente.

A pirâmide jovem apresenta base larga e topo estreito. Isto significa que há altas taxas de natalidade e mortalidade, baixa esperança de vida ao nascer e maior concentração de pessoas no grupo dos jovens. Ela é típica dos países subdesenvolvidos (figura a seguir).

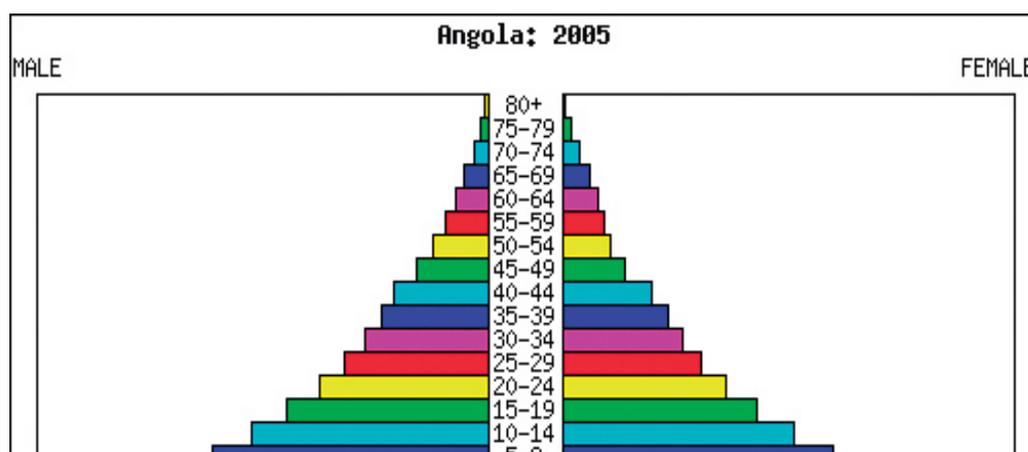


Figura 4: Angola, 2005

Na pirâmide adulta, a base e o topo apresentam praticamente o mesmo tamanho. Isto porque há uma redução da natalidade e da mortalidade; conseqüentemente, aumenta a expectativa de vida, onde a população começa a envelhecer. O Brasil está caminhando para este formato. E, como exemplo, há o município de Cambuci, no Estado do Rio de Janeiro (figura a seguir).

Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade Cambuci (RJ) - 2010

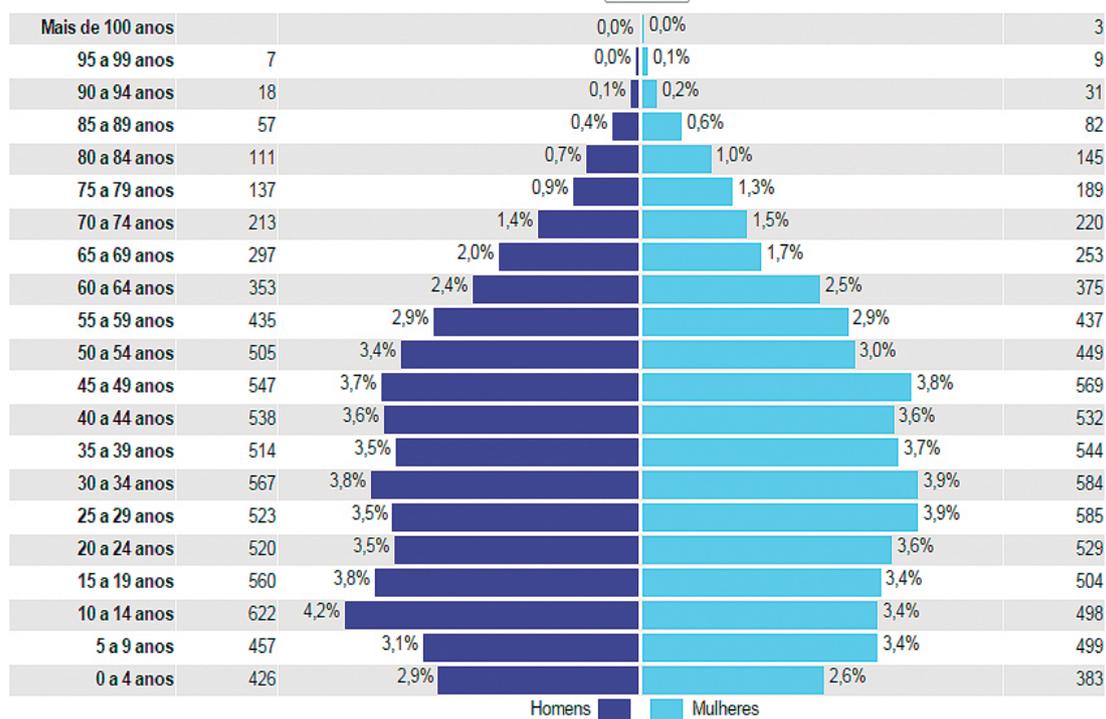


Figura 5: Distribuição da população por sexo, segundo grupo de idades, em Cambuci (RJ) – 2010.

Já a pirâmide envelhecida tem sua base bastante reduzida e tem maior número de adultos. Portanto, há maior esperança de vida, onde a concentração de idosos é maior do que nas outras pirâmides. Esse é o exemplo de muitos países desenvolvidos, principalmente os da Europa (a seguir).

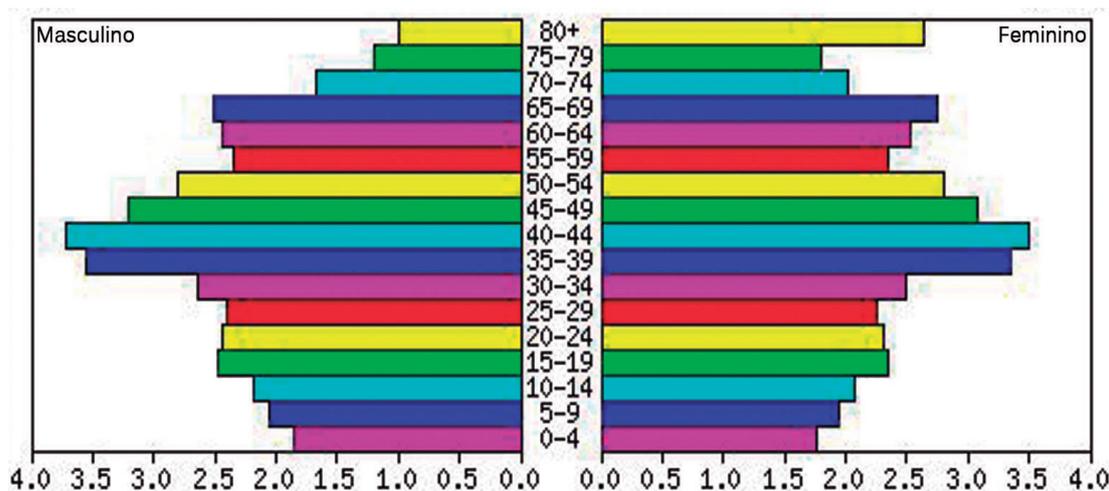


Figura 6: Alemanha, 2005.

Em pirâmides do tipo rejuvenescentes, é possível perceber um aumento da natalidade, após um período de queda, e alta expectativa de vida. Este é um tipo de pirâmide em formação, devido ao fato de alguns países, sobretudo europeus, voltarem a estimular a natalidade.

Os dados de população não estão restritos apenas às taxas de natalidade, mortalidade, expectativa de vida e pirâmides etárias. Para entender sobre a diversidade de uma população, é preciso também saber qual o papel da mobilidade humana na formação de cultura e nas dinâmicas populacionais do mundo atual. Na próxima seção, iremos estudar mais sobre esta mobilidade.

Avaliando as pirâmides

Você já parou para observar as pirâmides etárias de alguns municípios do Brasil? Nesta atividade, iremos observar algumas destas pirâmides e, com base nos seus estudos, você deve fazer uma análise de cada uma, observando o topo, a base e a expectativa de vida, classificando em jovem, adulta ou envelhecida.



Pirâmide1: Município de Oreias do Pará (PA):

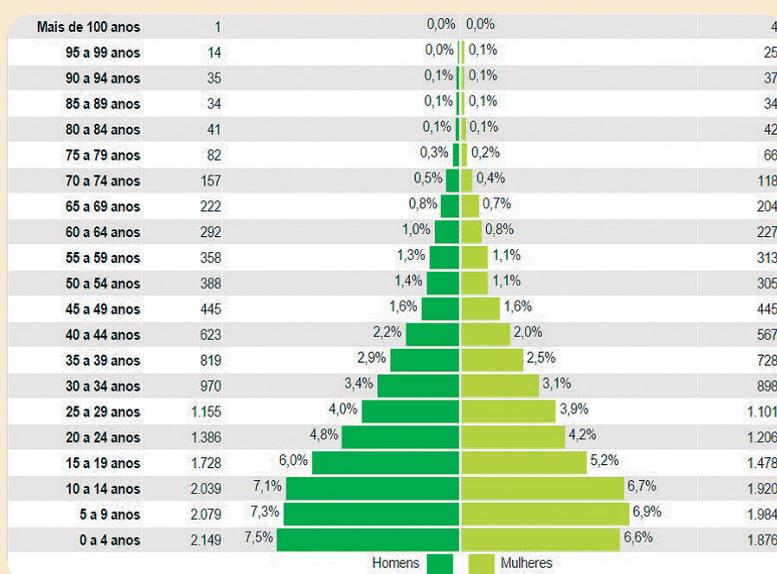


Figura 7

Pirâmide2: Município do Rio de Janeiro (RJ)

Atividade
1

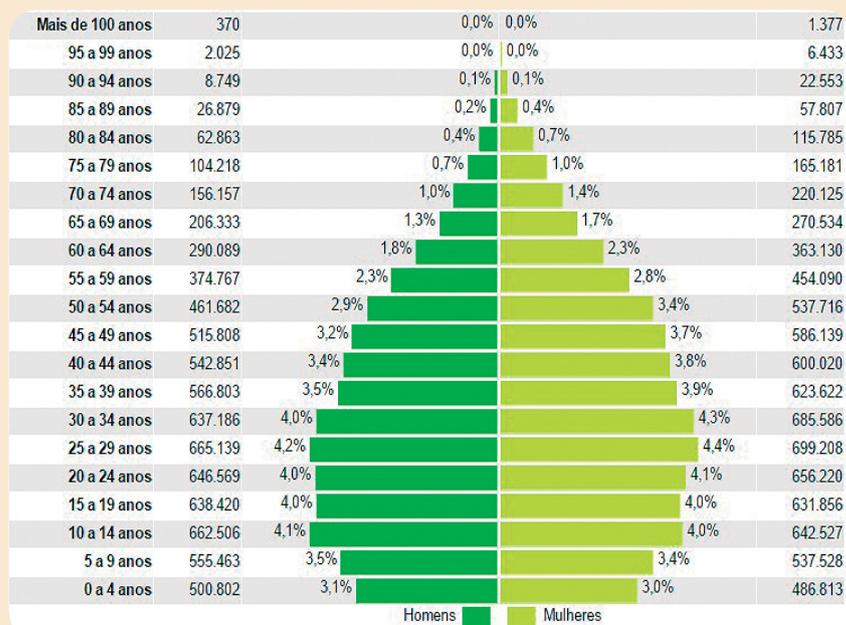


Figura 8

Pirâmide 3: Etária do Município de Alecrim (RS):

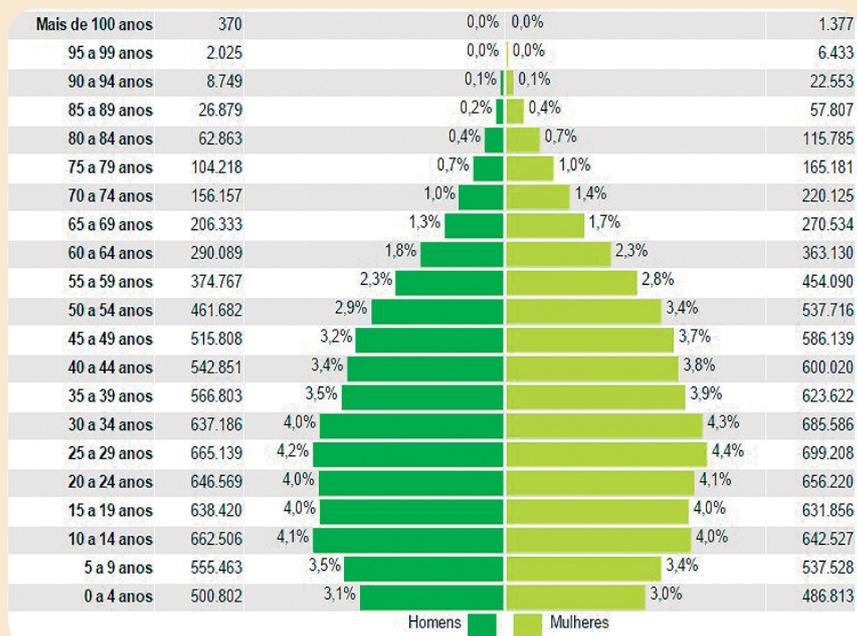


Figura 9

Anote suas respostas em seu caderno

Seção 2

Pessoas em movimento pelo mundo: a chamada mobilidade humana

Relembrando a música de Gozaguinha e Gonzagão, da nossa conversa inicial, voltaremos à nossa viagem pelo estudo das populações. Mas antes de continuarmos, vamos parar para pensar nos questionamentos iniciais e na seguinte pergunta: Você conhece alguém que saiu de sua cidade em busca de melhores condições de vida? Logo após esta pergunta, iremos conhecer o que é a mobilidade humana, suas causas e consequências, e como tal processo ocorre no Brasil e no mundo.

Breve histórico da mobilidade humana

Segundo a ONU, o planeta possui aproximadamente 232 milhões de migrantes internacionais. A migração pode ser conceituada também como mobilidade humana. E pode-se estudar este fenômeno dividindo em tipos de migrações, motivos que levam as pessoas a migrarem e as suas consequências.

A mobilidade humana é importante para a história mundial, pois contribuiu na formação de muitas nações, entre elas o Brasil. Pois, no período colonial, devido à presença dos europeus, dos indígenas e dos africanos, foi possível iniciar a formação do povo brasileiro.

O fenômeno da migração tem origens bem remotas, desde a época em que o ser humano buscava o seu alimento, ou seja, vivia da caça. Porém, com o surgimento do capitalismo e do processo de urbanização, este fenômeno aumentou, principalmente devido ao intenso êxodo rural.

Êxodo Rural

O deslocamento de pessoas do campo, ou da área rural, para as cidades, para o urbano, é classificado como êxodo rural. Este movimento ocorre devido ao processo de mecanização do campo, da baixa infraestrutura de saúde e educação e das poucas oportunidades. Ele gera problemas tanto no campo como nas cidades. No campo, a introdução de máquinas e outras técnicas modernas podem gerar impactos ambientais, como também a saída de pessoas, principalmente do jovem, o que tornará a mão de obra escassa. Já nas cidades, o baixo interesse em políticas públicas para receber esses migrantes amplia o processo de favelização.



Diferentes formas de mobilidade humana

As migrações, de acordo com o território de deslocamento, podem ser internacionais (ou externas) e internas.

Também podemos dividir em:

- a. Intercontinentais, quando ocorre de um continente para o outro, por exemplo, do Brasil (América do Sul) para Portugal (Europa);
- b. Continentais, quando ocorre no mesmo continente, por exemplo, da Argentina (América do Sul) para o Brasil (América do Sul);
- c. No mesmo país, quando uma pessoa sai de um estado para o outro, por exemplo, do Piauí para o Rio de Janeiro;
- d. No mesmo estado, quando uma pessoa sai de um município para outro. Por exemplo, sai de Mangaratiba para Itaguaí.

Estes deslocamentos podem ser observados no mapa a seguir, que destaca os principais fluxos migratórios pelo mundo.

PRINCIPAIS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS (2013)

Os dados não representam o número de imigrantes em 2013. As flechas mostram a origem e o destino dos imigrantes que puderam se deslocar antes de 2013.

Nota sobre os dados:

Por "imigrantes", os autores entendem, segundo cada país, os estrangeiros (pessoas que não têm a nacionalidade do país no qual residem) ou aqueles nascidos no estrangeiro. Os dados foram compilados a partir de números bilaterais de imigrantes do recenseamento nacional e das estimativas da divisão População das Nações Unidas

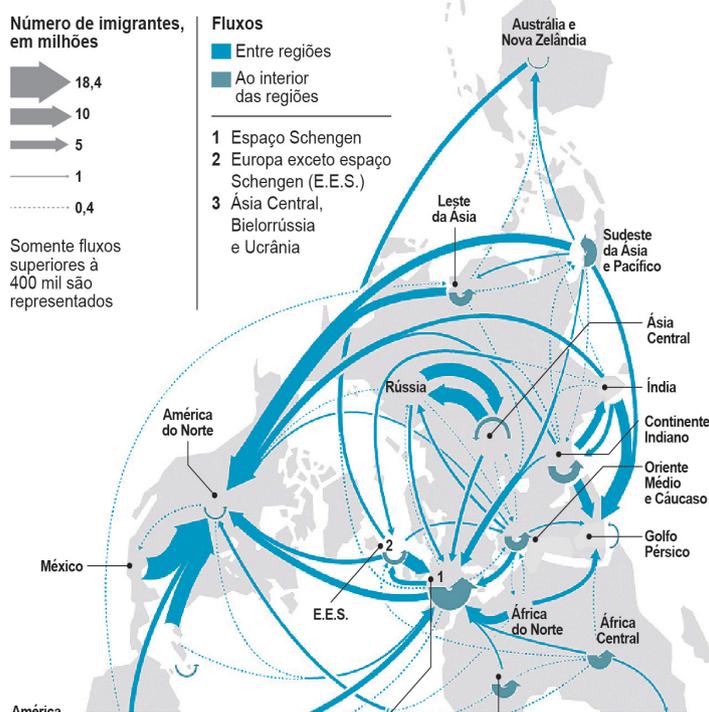


Figura 10: Migrações pelo mundo

No mapa, é possível perceber que ainda é grande o fluxo de migrantes para os Estados Unidos. Como também ocorre em direção às outras economias desenvolvidas. Por exemplo: na Europa Ocidental e Central, o tal fluxo tem origem na África, Ásia e Leste Europeu. Já na Austrália, o fluxo é maior da Ásia Meridional e do Sudeste Asiático. No Japão, a origem dos migrantes é, principalmente, da Ásia Oriental. E na América do Norte, o fluxo de pessoas vem da América Latina, como no caso dos Estados Unidos.

Estes fluxos migratórios podem ser permanentes, ocasionais, forçados, espontâneos, legais, ilegais.

Quando a migração é do tipo permanente significa que a pessoa saiu do seu local de origem e não tem pretensão de voltar. Talvez esse seja o caso de um parente seu ou até de você mesmo, certo? Já no tipo ocasional, pode-se dizer que a pessoa migra por um período de tempo curto ou já com o tempo em que irá voltar estabelecido. Este é o caso dos trabalhadores temporários, ou da migração sazonal, que é muito comum em períodos de colheitas no Nordeste do Brasil, como também da chamada migração diária.

A seguir, vamos explicar um pouco melhor alguns tipos de migração:

Migração Sazonal

A migração sazonal ou transumância é um tipo de migração temporária que ocorre em um período de tempo. Temos como exemplo os boias-frias, que se deslocam de acordo com os períodos de colheitas, e os pequenos e médios latifundiários do sertão nordestino, que migram no período da seca para o Agreste ou a Zona da Mata.

Migração Diária

A migração diária ou pendular ocorre quando a pessoa que mora em municípios, estados ou países próximos sai todos os dias do seu local de residência para trabalhar no lado vizinho e retorna toda noite. Como exemplo, as pessoas que saem do município de Magé e trabalham no município do Rio de Janeiro. Este tipo de migração revela o fenômeno das cidades-dormitório e da precariedade do serviço de transporte público em regiões metropolitanas.

Migração de Talentos

A migração de talentos, “de cérebros”, ou de profissionais qualificados, pode ser também classificada como a “fuga dos cérebros”; estes são os profissionais com alto grau de especialização que saem dos países em desenvolvimento para trabalhar nas nações mais ricas. Muitas nações na Europa vêm estimulando a entrada deste imigrante para reduzir o déficit populacional. Na lista de migração de talentos estão os cientistas, engenheiros e jogadores de futebol.



Figura 11: Jogadores de futebol são um bom exemplo de migração de talentos.

A mobilidade forçada está relacionada aos períodos de guerra e perseguições religiosas ou devido a catástrofes naturais, onde observamos diversos refugiados (Figuras 9 e 10). E a espontânea está ligada à busca por melhores condições de vida.



Figura 12: Tsunami no Japão em 2011.



Figura 13: Campo de refugiados em Burkina Faso, na África.

A migração legal ocorre quando a pessoa entra com autorização em um determinado país. Já na migração ilegal, a pessoa entra sem autorização em outro país.

Como exemplos dos tipos de migração legal e ilegal há:

- Estudantes em intercâmbio cultural ou pessoas com vistos de trabalho;
- Os migrantes que tentam atravessar as fronteiras com os Estados Unidos.

Motivos da mobilidade humana

Depois de sabermos quais os tipos de migração existem, vamos parar para pensar: O que leva uma pessoa a migrar? Quais os motivos? Dentre as diversas razões, podemos destacar:

- a. Devido à crise política – temos como exemplo a crise na Ucrânia, por conta da onda separatista.
- b. Militares e perseguições religiosas – ocorre através de guerras e disputa por território. Por exemplo: a disputa pela Terra Santa entre Israel e Palestina.
- c. Catástrofes naturais – em casos de furacões, terremotos, tsunamis e vulcões, muitos são forçados a migrar, como, por exemplo, muitos haitianos vieram para o Brasil depois do terremoto que destruiu aquele país.
- d. Econômicas – é a maior causa das migrações pelo mundo e ocorre devido à busca por melhores condições de vida.

Já percebermos que a migração ocorre de diferentes formas pelo mundo e pelos mais variados motivos, mas agora veremos como esse processo aconteceu no Brasil. Será que foi diferente do restante do mundo? Ou seguiu a mesma lógica? Vamos à próxima seção observar como foi!



Identificando o tipo de migração

A partir das histórias a seguir, identifique o tipo de migração ocorrida (Sazonal, pendular, de talentos, forçada, internacional e ilegal).

I – Neymar Jr. jogou sua última partida pelo Santos Futebol Clube no dia 27 de junho de 2012. Após essa data, a história do jogador começou a mudar, quando foi então atuar no Barcelona Futebol Clube, time localizado na Espanha. Neymar é hoje um dos jogadores mais valorizados e mais importante do futebol europeu e brasileiro.

Tipo de migração:

II – José mora na cidade de Magé, mas trabalha como auxiliar de escritório em uma empresa na cidade do Rio de Janeiro. Todos os dias, ele sai de casa às 4h45min e volta do trabalho às 21h.

Tipo de migração:

III – Devido ao deslizamento de terra ocorrido na região serrana do Rio de Janeiro, Sr. Mario e sua esposa resolveram mudar para a cidade de São Pedro da Aldeia. Com muito aperto no coração, trocaram a frio da serra pelo calor das praias.

Tipo de migração:

IV – Nos períodos de janeiro a abril, Francisco e sua família sobem no caminhão em direção à fazenda, no Mato Grosso, para trabalhar na colheita da soja. Nesse período, junta-se a força de vontade com a marmitta gelada. Após esse período, ficam a volta para casa, a sorte e o que vier.

Tipo de migração:

V – O sonho da brasileira Maria é conhecer a América. Mais do que isso, é morar nos Estados Unidos. Para realizar seu sonho, juntou dinheiro e pagou a um conhecido a sua viagem pelo México para chegar aos Estados Unidos. Maria não sabia dos perigos que corria, mas a vontade de realizar seu sonho era maior.

Tipo de migração:



Anote suas respostas em seu caderno

Seção 3

Mobilidade humana no Brasil

Síntese da migração no Brasil

No Brasil, a ocupação do território é marcada historicamente pela migração, desde a chegada dos portugueses, passando pela migração forçada de africanos (externa) e indígenas (interna), chegando ao estágio atual, em que se amplia a chamada migração de retorno e tornando-se uma importante área de atração internacional.

Portanto, é possível perceber que a migração no Brasil ocorreu de diferentes formas, onde as áreas de atração foram ampliadas e modificadas ao longo dos anos. A migração internacional para as terras brasileiras é parte também da nossa história e atualmente contamos com um número crescente de imigrantes, como, por exemplo, de haitianos e africanos.



Trabalho de haitianos e africanos no Brasil

A reportagem do jornal O Globo revela como ocorre o trabalho dos imigrantes haitianos e africanos no Brasil. Eles e imigrantes de outros países, em muitos casos, são subempregados e explorados. Muitos chegam ao país com uma proposta e, por não entender as nossas leis e não ter conhecidos, submetem-se a trabalhos insalubres, com baixa remuneração, que são recusados pelos brasileiros.

Caso queira conhecer sobre a vida destes imigrantes, acesse: <http://oglobo.globo.com/brasil/imigrantes-haitianos-africanos-sao-explorados-em-carvoarias-frigorificos-13633084>

Do passado ao presente: a mobilidade humana brasileira

Para melhor compreendermos o processo de migrações no Brasil, dividiremos em quatro grandes períodos. O primeiro vai do século XV até 1930. O segundo, de 1950 até 1970. Já o terceiro período é de 1980 a 2000. E o último representa os dias atuais.

Século XV até 1930

Este período concentra o processo de migração desde a colonização brasileira, com a chegada de portugueses e a migração forçada de indígenas e africanos. Cabe também lembrar que, na segunda metade do século XIX, a migração internacional ganha força através da onda migratória de europeus e asiáticos (em menor número), estimulada pelo governo. Portanto, o número de migrantes neste período chegou por volta de 5 milhões e visava ao processo de embranquecimento da população.

Em relação à migração interna neste período, é possível verificar o deslocamento forçado dos indígenas na colônia. Outro ponto dos deslocamentos internos está nos períodos que correspondem aos ciclos do ouro e da borracha. Nestas fases, estimulou-se bastante a ida de imigrantes para a região de Minas Gerais e Amazônia, principalmente vindo das lavouras decadentes do nordeste. Só a Amazônia, neste período, recebeu cerca de 500 mil nordestinos, que foram apelidados de “soldados da borracha”.

O período da cafeicultura que recebeu mão de obra estrangeira passa a receber, na metade do século XIX, imigrantes do nordeste e de Minas Gerais. Já nos anos de 1930, com o processo de industrialização na região Centro-Sul, o governo ampliou a rede viária nacional; logo, os fluxos de imigrantes passaram para as cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, verificando-se um intenso êxodo rural e um modelo que podemos chamar de “pau-de-arara”.

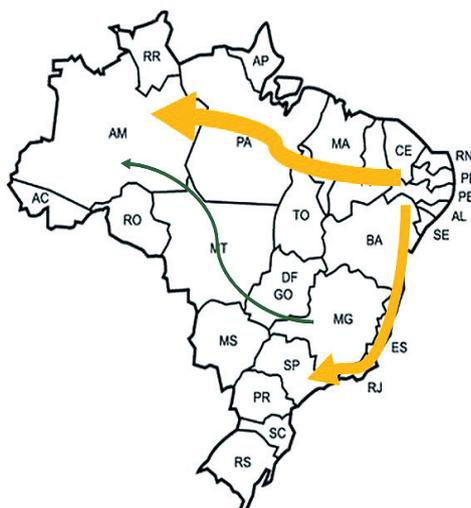


Figura 14: Migrações internas no Brasil, 1930.

Pau-de-arara

Foi um termo criado para apelidar o modo como os migrantes nordestinos eram transportados. Este tipo de transporte ainda é usado nesta região, transportando os trabalhadores conhecidos como boias-frias e alunos do interior.



Figura 15: Pau-de-arara transportando crianças para a escola



De 1950 a 1970

Este período marca o processo de integração nacional, devido à construção da capital do país. Portanto, o fluxo passa para a área central do Brasil, com a construção de Brasília e das rodovias Cuiabá-Santarém e Belém-Brasília.

É possível verificar, na década de 1970, um fluxo de imigrantes do sul para as regiões centro-oeste e norte do país, sobretudo em Rondônia, sendo estes os responsáveis pela expansão da fronteira agrícola brasileira. Esta década marca também o forte aumento de pessoas migrando para o Rio de Janeiro e São Paulo (Figura 16).

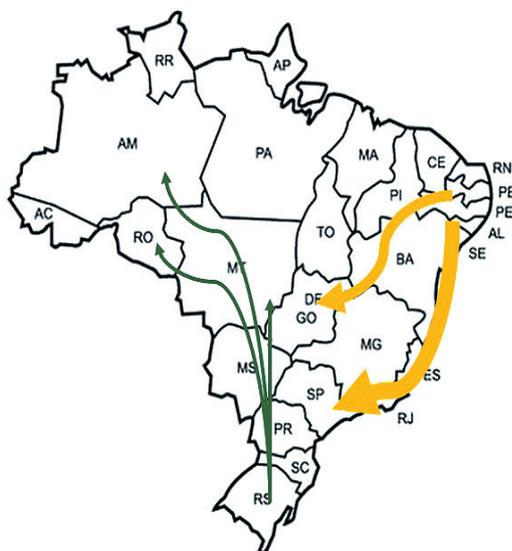


Figura 16: Fluxo de migrantes no período de 1950 a 1970.

De 1980 a 2000

Intensificou-se a migração do Sul para a região Norte e do Nordeste para o Sudeste. Verifica-se também que o estado do Amapá passou a receber imigrantes e ampliou-se o fluxo migratório intraestadual, com o crescimento das cidades médias (Figura 17).

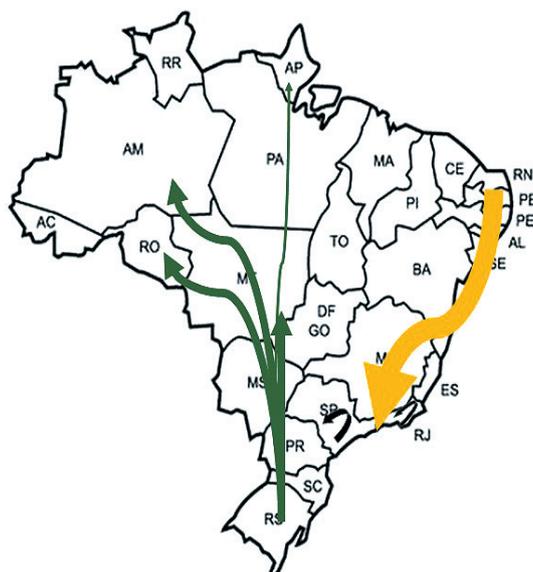


Figura 17: Migração no Brasil de 1980 a 2000.

Dias atuais

O quadro da migração interna no Brasil atualmente é marcado pela chamada migração de retorno e pelo papel das cidades médias. Este fato deve-se ao deslocamento das unidades produtivas pelo país, desconcentrado das grandes capitais. Já as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, que antes eram grandes áreas receptoras, tornaram-se ponte para os migrantes irem para as outras cidades vizinhas. O nordeste, que ainda é uma área de repulsão, passa a vivenciar a migração de retorno, devido à criação de oportunidades nos setores secundário e terciário (Figura 18).

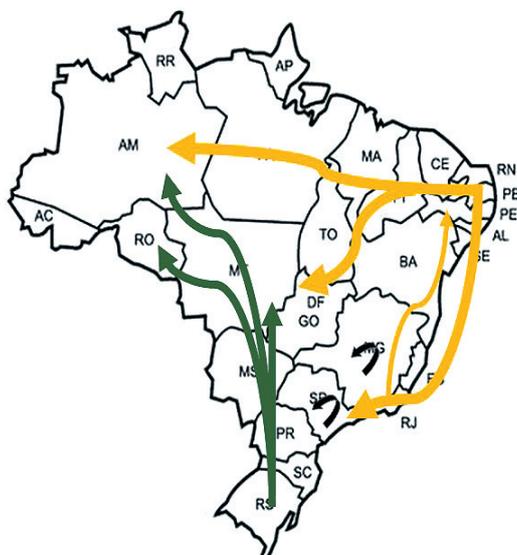
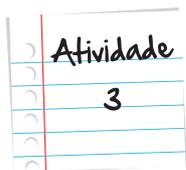


Figura 18: Migrações internas atualmente.



Atual migração brasileira

Com base no que você estudou nesta unidade, responda:

- a. Qual o papel da imigração internacional atualmente no Brasil?
- b. O que representa e gera o fenômeno da migração de retorno e da migração interestadual no nosso país?

Anote suas respostas em seu caderno

Seção 4

Causas e efeitos da mobilidade humana

Nas seções anteriores, percebemos que os fluxos migratórios no Brasil e no mundo ocorreram com diferentes características ao longo dos anos. Seguindo o roteiro pelas terras onde o migrante passou, é possível observar que tais características possuem relações com as alterações causadas pelo fenômeno migratório. Tais alterações são as causas e o efeito da migração na vida das pessoas e no nosso espaço geográfico.

Pode-se dizer que a mobilidade humana gera efeitos positivos e negativos, provocando alterações no espaço geográfico em relação aos aspectos demográficos, econômicos, socioculturais e políticos. Portanto, essas alterações são:

Demográficas

O aumento da população não depende apenas do crescimento vegetativo, mas também do saldo migratório, ou seja, o quanto de pessoas sai e entra em um país. A saída da população pode gerar também desequilíbrios entre gêneros e grupos etários, podendo ter poucos jovens, homens ou mulheres. Porém, gera uma redistribuição da população, acentuando ou reduzindo os desequilíbrios regionais. Como exemplo, temos as duas reportagens a seguir: uma fala do aumento de pessoas que sai de Goiás para os Estados Unidos e a outra do déficit populacional na Europa e a necessidade de estimular a migração.

Mobilidade e Demografia na Mídia

Os trechos das duas reportagens trazem a reflexão sobre os impactos da demografia na mobilidade humana. A primeira refere-se ao impacto na migração na população de Piracanjuba, e a segunda aborda quais as medidas da Europa para combater o déficit populacional com a imigração. Vale a pena conferir na web o restante da reportagem e entender como ocorre esse processo no dia a dia. Seguem os trechos:



Goiás já é o segundo estado que mais exporta imigrante, diz estudo

A fim de entender melhor o fenômeno envolvendo os goianos, Marcus foi até Piracanjuba, cidade com 24.000 habitantes e que está se tornando o símbolo dos goianos que tentam a vida no exterior. Segundo as autoridades locais, 12% da população estaria vivendo fora do Brasil.

Mas não é só o estado de Massachusetts que está vendo crescer o número de goianos. Marcus esteve em Marietta, Geórgia, onde alguns goianos vindos de Framingham e outros direto de Piracanjuba estão se instalando. Ainda de acordo com Marcus, Marietta muito em breve vai ganhar um consulado brasileiro, por causa do grande número de brasileiros, muitos deles goianos.

Fonte: Comunidade News Disponível em: <<http://www.comunidadenews.com/comportamento/goias-ja-e-o-segundo-estado-que-mais-exporta-migrante-diz-estudo-3383>> Acesso em: 25 set. 2014.



Déficit demográfico na UE: a solução virá de fora?

Entre 2004 e 2005 a migração para a UE atingiu um valor recorde de 2 milhões de pessoas, dos quais dois terços tiveram como destino Espanha e Itália.

Atualmente, cerca de 3,7% da população da UE é composta por cidadãos não nacionais de nenhum Estado-Membro da UE. De acordo com as previsões da Eurostat, se a imigração se mantiver nos níveis atuais a população europeia ativa continuará a aumentar até 2030. Caso contrário, o declínio terá início no final da presente década.

De acordo com um estudo da Comissão Europeia, para compensar a diminuição da população ativa na União Europeia, serão necessários cerca de 56 milhões de imigrantes até 2050. Os países com uma taxa de natalidade reduzida, como a Alemanha, Espanha, Itália e a Polônia terão necessidade de um número considerável de imigrantes.

Fonte: Parlamento Europeu Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+IM-PRESS+20080414FCS26499+0+DOC+XML+V0//PT>> Acesso em: 25 set. 2014



Econômicas

Vimos que o maior motivo que leva as pessoas a migrarem está no aspecto econômico, pois quem migra está em busca de melhores condições de vida pessoal e familiar. Em muitos casos, o migrante envia dinheiro para seus parentes que ficaram no local de origem, intensificando o fluxo financeiro. No ano de 2013, os imigrantes brasileiros enviaram cerca de US\$ 2 bilhões para os familiares no Brasil.

Além do fluxo econômico, ocorre uma alteração da população economicamente ativa, em que há queda no local de origem e aumento no local de destino, como também o migrante, geralmente, ocupa as vagas não desejadas ou são subempregados.

Socioculturais

O emigrante, quando chega ao seu local de destino, torna-se um imigrante; logo, na chegada, ele perde os referenciais culturais e busca um novo enraizamento. Isto afetará a forma de se relacionar com outras pessoas; por exemplo, em muitos casos, a relação ocorre entre brasileiros que estão na mesma situação, criando as comunidades brasileiras, sendo esta uma das faces da dificuldade de integração e do aumento das tensões sociais. A outra face é a questão do emprego, onde muitos são acusados de “roubar” o emprego do habitante natural. Portanto, podemos observar casos de xenofobia e de alterações nos aspectos culturais do lugar, ou seja, o processo de aculturação.



Saiba Mais

Xenofobia

A discriminação social a outras nacionalidades ou ao estrangeiro é chamada de xenofobia. De forma geral, podemos dizer que é a aversão ao estrangeiro. No mundo atual, é possível observar diversas ações de xenofobia, principalmente na Europa. Em terras brasileiras, há xenofobia contra imigrantes estrangeiros, como no caso de haitianos, e dos nordestinos.

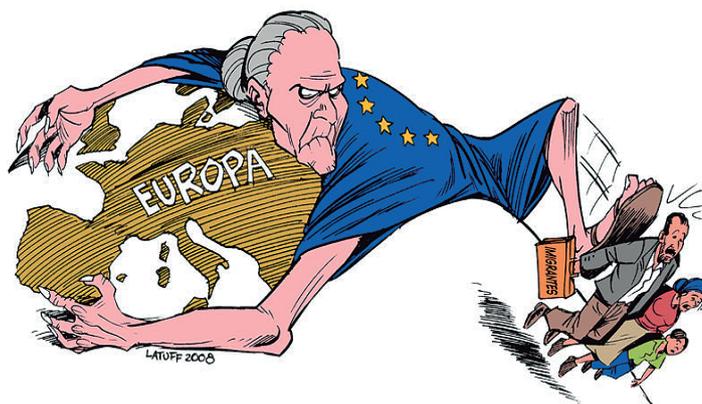


Figura 19: Política de imigração da União Europeia

Políticas

No aspecto político, a migração refere-se às políticas de controle da entrada de imigrantes, em que o governo decide quem deve entrar ou não no país, ampliando os aspectos burocráticos para conseguir permissão para a entrada de pessoas. As permissões são formalizadas através de leis mais rígidas contra a ilegalidade. A título de exemplo, temos o controle de fronteira nos Estados Unidos e as ações contra a imigração ilegal na Europa.



Figura 20: Fronteira dos Estados Unidos com o México

Percebemos, então, que a migração é algo muito antigo e que tem um papel fundamental na construção do espaço geográfico. Porém, ela ainda é vista como algo negativo em muitos lugares. Mas também é um importante passo da globalização mundial, onde, em alguns países que mantêm união econômica com seus vizinhos, permite a livre circulação de pessoas.



Causas do Xenofobismo

De acordo com as consequências da mobilidade humana, responda:

- a. Quais são as marcas do xenofobismo nas sociedades atuais?
- b. Destaque os aspectos positivos e negativos da mobilidade humana.

Anote suas respostas em seu caderno

Conclusão

Pode-se concluir que a população está sempre em constante mudança. Estamos passando por uma fase de transição demográfica, a quarta. E este movimento de transformação pode ser observado nas alterações dos perfis das pirâmides etárias de alguns países, estados ou municípios.

Outro ponto da dinâmica populacional que merece destaque refere-se ao dilema de milhares de pessoas pelo mundo: a migração. Este movimento gera diversos conflitos, na Europa, nos Estados Unidos e até dentro do Brasil. Mas também é uma dinâmica da população que acontece a todo instante e por diferentes motivos. Por isto, não deixará de ser sempre um tema atual e de interesse geral.

- O fenômeno da transição demográfica compreende as seguintes fases:
 - Primeira Fase: queda na taxa de mortalidade e elevada taxa de natalidade.
 - Segunda Fase: a taxa de natalidade começa a cair, reduzindo o ritmo de crescimento da população.
 - Terceira Fase: baixas taxas de mortalidade e natalidade, resultando em lento crescimento demográfico.
 - Quarta Fase: tendência de aumento da mortalidade em relação à natalidade.
- Com o estudo da estrutura etária, feito através das pirâmides, podemos extrair informações como taxa de natalidade, mortalidade e expectativa de vida. Além de classificar determinado lugar como jovem, adulto, envelhecido ou rejuvenescido.
- Segundo a ONU, o planeta possui aproximadamente 232 milhões de migrantes internacionais. A migração pode

ser conceituada também como mobilidade humana. E pode-se estudar este fenômeno dividindo em tipos de migrações, motivos que levam as pessoas a migrarem e as suas consequências.

- Há diferentes tipos de migração: de acordo com o território (Intercontinentais, Continentais, no mesmo país, no mesmo estado) e com o tempo (Migração Sazonal, Migração Diária, Migração de Talentos).
- Os fluxos migratórios podem ser permanentes, ocasionais, forçados, espontâneos, legais e ilegais.
- O motivo da migração pode ser político, militar, perseguição religiosa, catástrofe natural e de natureza econômica.
- As migrações no Brasil ocorreram em dinâmicas diferentes em cada período histórico, e os dias atuais são marcados pela migração de retorno.
- As causas e efeitos da mobilidade são de ordem demográfica, econômica, sociocultural e política. Dentre os efeitos destaca-se o xenofobismo.

Veja ainda

Livros

- **Vidas Secas** – Graciliano Ramos
- **A hora da estrela** – Clarice Lispector

Filmes

- **Sob a mesma Lua** – Um filme da mexicana Patricia Riggen que explora as dificuldades de uma migrante mexicana nos Estados Unidos e a saga de seu filho, pela fronteira, para poder encontrá-la.
- **Jean Charles** – Filme baseado em fatos reais que mostra o dia a dia da comunidade de imigrantes brasileiros na Inglaterra e o fato trágico com o Jean, confundido como terrorista pela polícia britânica.
- **O céu de Suely** – Explora a chegada de nordestino à cidade de São Paulo e a experiência da migração de retorno.

Músicas

- **Pau de Arara** – Gonzaga
- **Encontros e Despedidas** – Milton Nascimento

Sites

- Disputa por cérebros - http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/04/130403_imigrantes_abre_cc

- <http://vamoscontar.ibge.gov.br/>
- Index Mundi - <http://www.indexmundi.com/pt/brasil/>
- IBGE Est@dos - <http://www.ibge.gov.br/estadosat/index.php>

Referências

- BRITO, F. Os povos em movimento: as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: PATARRA, N. L. (Org.). *Emigração e imigração internacional no Brasil contemporâneo*. Campinas: Fnaup, 1995.
- VAINER, Carlos B. Estado e migração no Brasil: da imigração à emigração. In: PATARRA, Neide Lopes. *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. Campinas: FNUAP, 1995.
- CARVALHO, J. A. M.; RODRIGUEZ-WONG, L.L. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. In: *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro. Mar. de 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n3/13.pdf>> Acesso em 25 set. 2014.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Relatório do desenvolvimento humano – 2014*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014.pdf>> Acesso em: 10 set. 2014.
- BUENO, C. *Migração: mudando a cara do mundo*. Disponível em: <<http://www.univesp.ensinosuperior.sp.gov.br/preunivesp/4269/migra-o-mudando-a-cara-do-mundo.html>> Acesso em 15 ago. 2014.
- BARRICARTE, J. J. S. *Socioeconomia de las Migraciones em un Mundo Globalizado*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2010.
- DAMIANI, Amélia Luisa. *População e Geografia*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- ELHAJJI, M. *Destinos Migratórios: Desejos Individuais, Projetos Comunitários*. V. 1. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://oestrangero.org.files.wordpress.com/2013/03/destinos-migratc3b3rios.pdf>> Acesso em 25 set. 2014.
- EVANGELISTA, F. R.; CARVALHO, J. M. M. *Algumas considerações sobre o êxodo rural no nordeste*. Disponível em: <http://www.banconordeste.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede_Irrigacao/Docs/Algumas%20Consideracoes%20sobre%20o%20Exodo%20Rural%20no%20Nordeste.PDF> Acesso em 27 set. 2014.

Imagens

Figura 1 • http://www.revista.vestibular.uerj.br/lib/spaw2/uploads/images/2012_qualificacao/Discursivo/Q10_1.PNG

Figura 2 • Síntese do Censo 2010/IBGE: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=12>

Figura 3 • IBGE, Projeção da População do Brasil, 2013.

Figura 4 • U.S. Census Bureau, International Data Base / Wikimidia: https://pt.wikipedia.org/wiki/Demografia_da_%C3%81frica#/media/File:Angola_population_pyramid_2005.png

Figura 5 • Síntese do Censo 2010/IBGE: http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?codigo=330090&corhomem=3d4590&cormulher=9cdbfc

Figura 6 • U.S. Census Bureau, International Data Base/Wikimidia: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/5c/Gm-2005.jpg>

Figura 7 • IBGE.http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?codigo=150520&corhomem=3d4590&cormulher=9cdbfc

Figura 8 • Censo 2010, IBGE.http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?codigo=330455&corhomem=3d4590&cormulher=9cdbfc

Figura 9 • Censo 2010, IBGE.http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?codigo=430030&corhomem=3d4590&cormulher=9cdbfc Figura 11 • <http://www.freeimages.com/photo/1136532/> Autor: GabriellaFabbri

Figura 12 • <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tsunami#/media/File:SendaiAirportMarch16.jpg>. Autor: Domínio Público.

Figura 13 • [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Campo_de_refugiados_de_Mentao_\(Burkina_Faso\).jpg?uselang=pt-br](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Campo_de_refugiados_de_Mentao_(Burkina_Faso).jpg?uselang=pt-br). Autor: Leonardo Perez Aranda.

Figura 15 • [http://pt.wikipedia.org/wiki/Pau_de_arara_\(transporte\)#mediaviewer/File:Caraubasdopiaui10122006-2.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Pau_de_arara_(transporte)#mediaviewer/File:Caraubasdopiaui10122006-2.jpg). Autor: Valter Campanato/Abr

Figura 19 • <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2008/08/426521.shtml?comment=on>. Autor: Latuff (2008)

Figura 20 • Fonte:http://pt.wikipedia.org/wiki/Muro_frenteiri%C3%A7o_Estados_Unidos-M%C3%A9xico#mediaviewer/File:Border_Mexico_USA.jpg. Autor: Domínio Público.



Atividade 1

É possível observar que a pirâmide do município de Oreias do Pará apresenta uma base larga e topo estreito, devido à alta taxa de natalidade e mortalidade, mais a baixa expectativa de vida. É considerada uma pirâmide jovem. Já no município do Rio de Janeiro, é possível perceber a redução da taxa de natalidade e aumento da expectativa de vida, gerando o processo de transição demográfica, típica de pirâmides adultas. No município de Alecrim, pode-se observar grande expectativa de vida, e a pirâmide se aproxima de países do tipo envelhecido. Atividade 2

Atividade 3

De talentos e internacional; pendular ou diária; forçada; sazonal ou transumância; ilegal e internacional.

Atividade 3

- a. Atualmente, contamos com um número crescente de imigrantes internacionais, sobretudo haitianos e africanos. Estes assumem trabalhos insalubres e pouco valorizados no nosso país. Recentemente, passamos a atrair talentos, como o estímulo à imigração de médicos cubanos.
- b. A política de estímulo à implantação de indústria e empresas no nordeste e o processo de descentralização industrial no sudeste em direção as cidades médias desta região ampliaram o movimento migratório para o retorno ao nordeste e entre as cidades do mesmo estado.

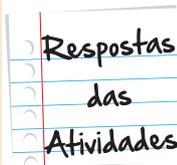
Atividade 4

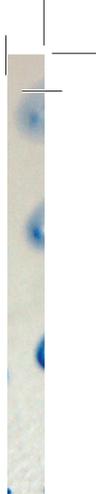
- a. As marcas deixadas pelo xenofobismo refletem-se no preconceito. Muitos estrangeiros são maltratados. No Brasil, podemos destacar o preconceito sofrido pelos nordestinos em cidades como a de São Paulo. Já na Europa, a aversão ao

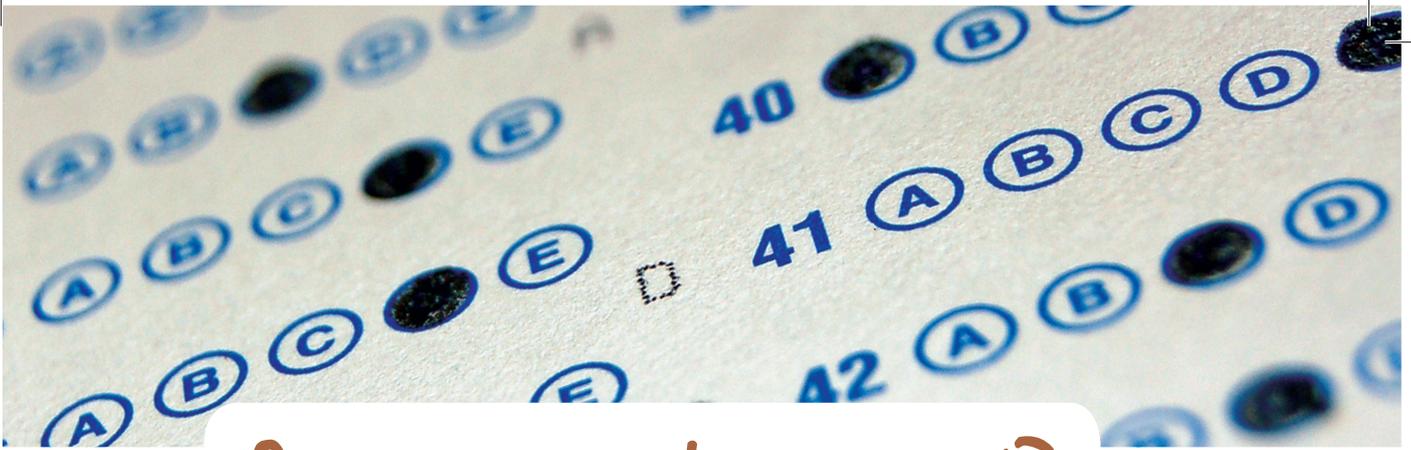
estrangeiro ganha um caráter religioso.

- b. Pontos positivos: multiculturalismo, trocas culturais, aumento da população com déficit, ampliação da população economicamente ativa e outros.

Pontos negativos: falta de emprego, pode levar à favelização, criação de subempregados, preconceito, violência e outros.







O que perguntam por aí?

Questão 1 (ENEM - 2012)



Minha vida é andar
Por esse país
Pra ver se um dia
Descanso feliz
Guardando as recordações
Das terras onde passei
Andando pelos sertões
E dos amigos que lá deixei

GONZAGA, L.; CORDOVIL, H. A vida de viajante, 1953. Disponível em: www.recife.pe.gov.br.
Acesso em: 20 fev. 2012 (fragmento).



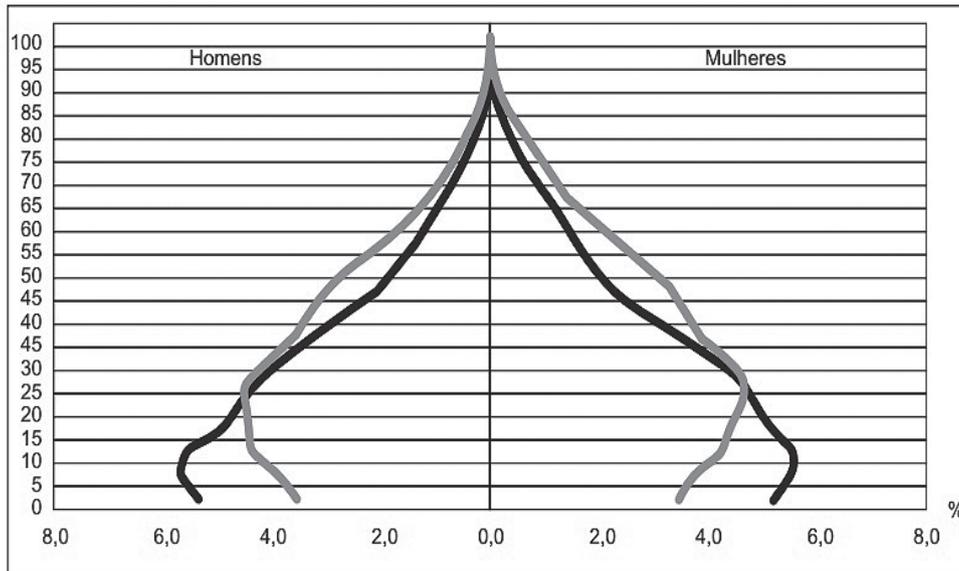
A letra dessa canção reflete elementos identitários que representam:

- a. valorização das características naturais do sertão nordestino.
- b. denúncia da precariedade social provocada pela seca.
- c. experiência de deslocamento vivenciada pelo migrante.
- d. profunda desigualdade social entre as regiões brasileiras.
- e. discriminação dos nordestinos nos grandes centros urbanos.

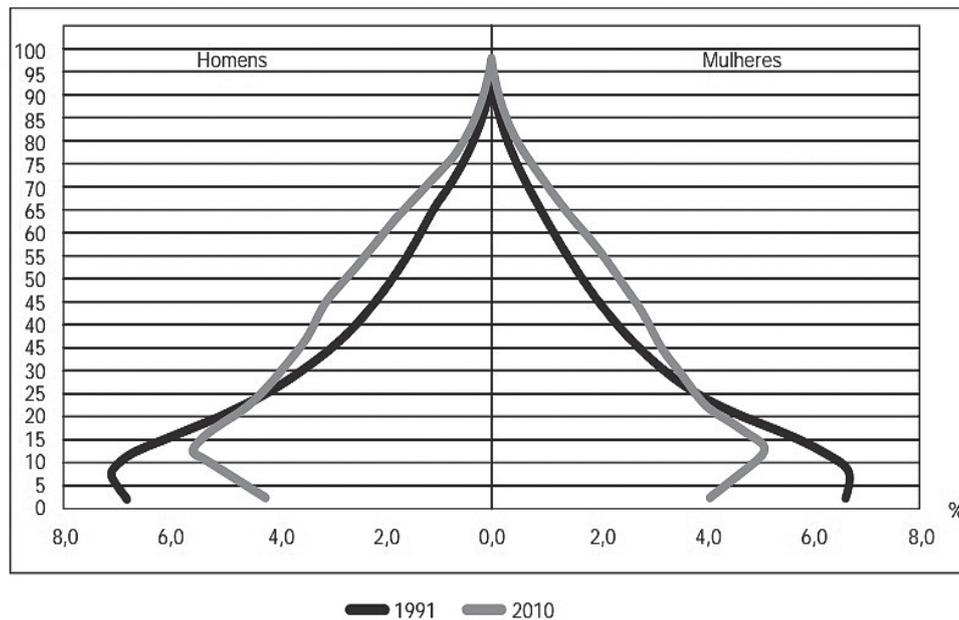
Resposta: C

Questão 2 (ENEM - 2012)

Composição da população residente urbana por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 1991/2010



Composição da população residente rural por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 1991/2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010

A interpretação e a correlação das figuras sobre a dinâmica demográfica brasileira demonstram um(a):

- a. menor proporção de fecundidade na área urbana.
- b. menor proporção de homens na área rural.
- c. aumento da proporção de fecundidade na área rural.
- d. queda da longevidade na área rural.
- e. queda do número de idosos na área urbana.

Resposta: A







Cidade igualdade de vida

Para início de conversa...

Olá! Tudo bem?

Nesta unidade, vamos trabalhar com o tema: cidade e qualidade de vida. Em primeiro lugar, gostaria de saber o que você entende por cidade? Em segundo lugar, para você, o que é qualidade de vida? Será que todos os cidadãos conseguem ter qualidade de vida na cidade em que residem? Vamos começar a pensar e discutir essas questões?

Cidade é a sede do município onde se encontram os poderes Executivo (prefeitura) e Legislativo (Câmara de Vereadores). As cidades são espaços de trocas, onde se concentram pessoas (de diferentes classes sociais), serviços (do setor formal e informal), indústrias, informações, entretenimento, cultura, centros financeiros (bancos, bolsas de valores). A cidade não é estática, ela não está parada, pois o espaço geográfico está sempre em transformação, especialmente, as cidades. Nesta unidade, veremos como essas modificações influenciam na qualidade de vida da população que nela reside. Observe, nas imagens a seguir, as mudanças que ocorreram ao longo dos séculos na Lapa, área central do Rio de Janeiro.



Figura 1: Lapa, no século XVIII.



Figura 2: Lapa, século XIX.



Figura 3: Lapa, séc. XXI.

Como foi possível observar através das imagens anteriores, o espaço geográfico está sempre em transformação, especialmente, as cidades. Mas, será que todas essas modificações influenciam na qualidade de vida da população (de forma positiva ou negativa)? É o que veremos nessa unidade.

A qualidade de vida nas cidades pode ser analisada através do estudo de algumas condições, tais como: moradias, segurança, saúde, cultura, transporte, educação, preservação do meio ambiente, estabilidade financeira, consumo, lazer, trabalho, dentre outras.

A busca por melhor qualidade de vida faz com que as pessoas migrem pelo espaço geográfico. A industrialização do campo aliada à presença de latifúndios e às precárias condições de trabalho funciona como um dos fatores de repulsão da população rural, que vai para as cidades em busca de oportunidades. No entanto, nem todas as cidades encontram-se preparadas para receber essas pessoas e muitas delas acabam concentrando pobreza.

Objetivos de Aprendizagem

- Explicar o que é urbanização;
- Identificar os processos que tornaram o mundo cada vez mais urbano;
- Analisar as diferenças nos processos de urbanização dos países centrais e periféricos e as desiguais condições de acesso à qualidade de vida nas cidades;
- Explicar os principais fatores que provocam migração para as cidades;
- Explicar como se forma a rede urbana e como as cidades estão organizadas segundo seus graus de comando;
- Discutir os principais problemas urbanos gerados pela industrialização e urbanização;
- Apresentar as principais determinações do Estatuto da Cidade e avaliar se os direitos do cidadão a uma cidade mais justa e com qualidade de vida se efetivam no espaço urbano.



Seção 1

O mundo cada vez mais urbano

O fenômeno da urbanização

O que é urbanização? Qual a diferença entre urbanização e crescimento urbano?

Chamamos de **urbanização** o processo demográfico caracterizado pela maior concentração de pessoas na cidade do que no campo, ou seja, quando a população urbana é maior do que a população rural. **Crescimento urbano** é o aumento do espaço físico de uma cidade.



Figura 4: Expansão vertical das cidades

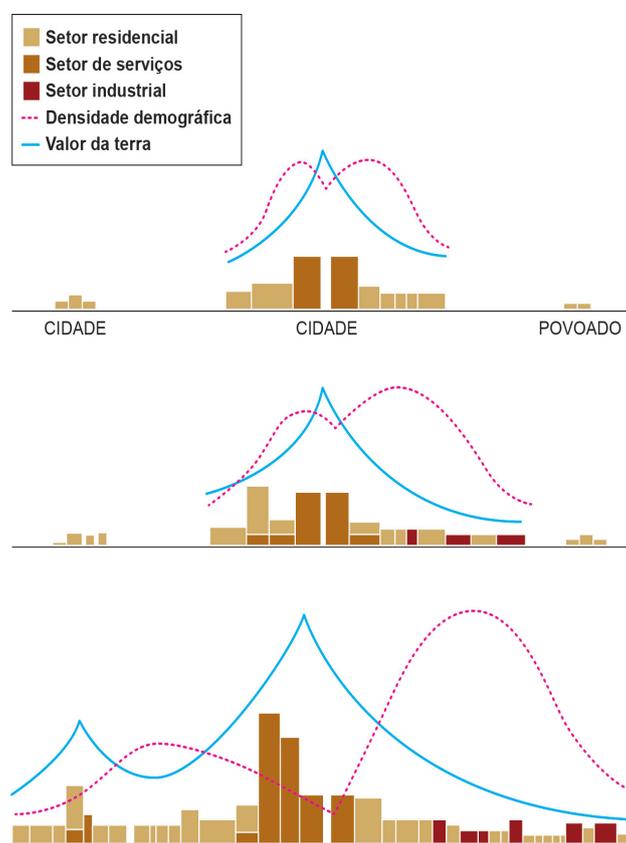


Figura 5: Expansão horizontal das cidades

As imagens anteriores mostram o crescimento das cidades a partir da sua **expansão vertical**, isto é, casas cedendo lugar a edifícios e **expansão horizontal**, onde duas ou mais cidades crescem até se “encontrarem”, num movimento conhecido como conurbação. Esse crescimento ocorre mediante a ampliação da infraestrutura urbana de estradas, saneamento básico, escolas, hospitais, supermercados, shopping centers, dentre outros. Nesse sentido, podemos dizer que o crescimento das cidades está ligado à urbanização.

O mundo tem se tornado cada vez mais urbano, em virtude do **ritmo de crescimento muito mais acelerado das cidades do que do campo**, tanto em termos populacionais como também em termos físicos. O **êxodo rural (saída do homem do campo para as cidades)** contribui para esse fenômeno.



Figura 6: Êxodo Rural

O conceito de urbanização pode ser ampliado na medida em que atualmente o campo está cada vez mais urbanizado, através do uso de computadores, TV a cabo, wcelulares, vestimentas tipicamente urbanas, etc.

O processo de urbanização mundial não ocorreu de maneira homogênea pelos países do globo. Nos países centrais (mais ricos, industrializados e mais fortes economicamente), a urbanização foi lenta, gradativa e organizada: a população saiu do campo (setor primário) e foi trabalhar na indústria (setor secundário) e em seguida foi trabalhar na área comercial e de serviços (setor terciário). A maior parte da população dos países centrais ocupa empregos da economia formal, ou seja, são pessoas que possuem vínculo empregatício.

Já a urbanização dos países periféricos (países mais pobres, com baixo grau de industrialização e economia dependente) ocorreu de forma rápida, acelerada e desorganizada: a população saiu do campo e foi para as cidades trabalhar no setor terciário informal, isto é, sem vínculo empregatício. As cidades desses países não estavam preparadas, em termos de infraestrutura, para receber o número de pessoas vindas do campo, causando o inchaço urbano, com imensos bolsões de pobreza. Outros problemas decorrentes da acelerada urbanização dos países pobres são: aumento da concentração fundiária, dos desastres naturais, da violência urbana, do desemprego; da precariedade dos serviços de transporte, saúde, educação, segurança.

O Observatório das Metrôpoles criou em 2013 o Índice de Bem-Estar Urbano (Ibeu) que leva em consideração os seguintes fatores que afetam a sociedade: mobilidade (tempo do trajeto casa-trabalho); condições ambientais (arborização, ausência de esgoto a céu aberto e de lixo); condições habitacionais urbanas (aglomerado subnormal, densidade domiciliar, densidade morador por banheiro, material das paredes e espécie de domicílios); atendimento de serviços coletivos urbanos (água, esgoto, energia e coleta de lixo) e infraestrutura urbana (iluminação pública, pavimentação, calçada, meio-fio, boca-de-lobo, rampa para cadeirantes e identificação de logradouro).

O Ibeu pode ser calculado de forma semelhante ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), isto é, o índice varia entre 0 e 1; quanto mais próximo do zero, pior o indicador, e quanto mais próximo do 1, melhor o indicador. Cada um dos fatores avaliados recebeu notas que variam entre 0 e 1.

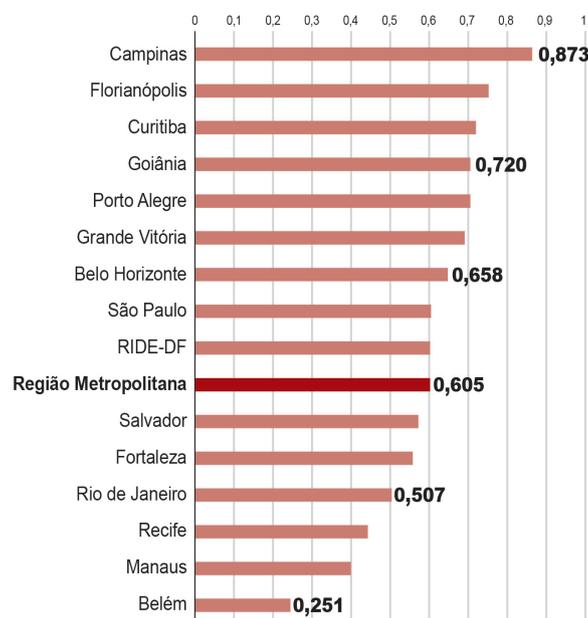


Figura 7: Índice de Bem-Estar Urbano (Ibeu), segundo as regiões metropolitanas.

De forma geral, as regiões metropolitanas que estão acima da média do conjunto das metrópoles estão localizadas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Por outro lado, as regiões metropolitanas que apresentam resultados inferiores à média das metrópoles localizam-se nas regiões Norte e Nordeste do Brasil; o Rio de Janeiro é uma exceção no Sudeste. O mapa a seguir mostra o Ibeu dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 2010.

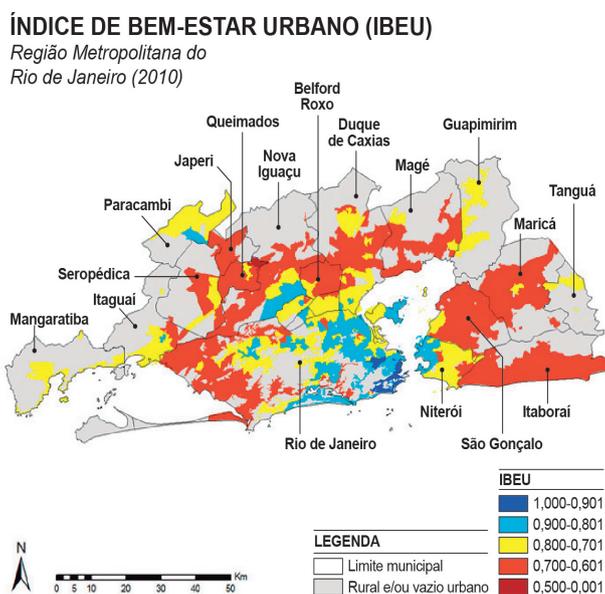


Figura 8: Índice de Bem-Estar Urbano (Ibeu) – Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 2010.

IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três áreas básicas do desenvolvimento humano: Renda, Educação e Saúde.

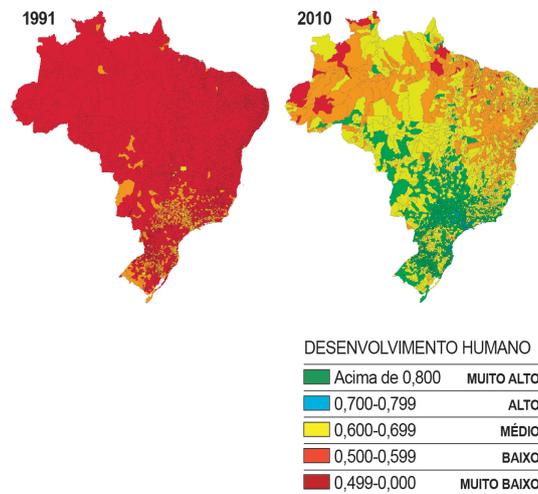


Figura 9: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Brasil, formado por indicadores de educação, longevidade e renda.

Embora o índice de Desenvolvimento Humano do Brasil tenha registrado uma evolução positiva, ainda temos muito o que avançar em todos os quesitos dos indicadores para que tenhamos a qualidade de vida desfrutada pelos países considerados de “primeiro mundo”, ou seja, dos países desenvolvidos.

De acordo com dados da ONU de 2013, em 2011, 51% da população mundial (3,6 bilhões) passou a viver em áreas urbanas, em contraste com pouco mais de um terço registrado em 1972.

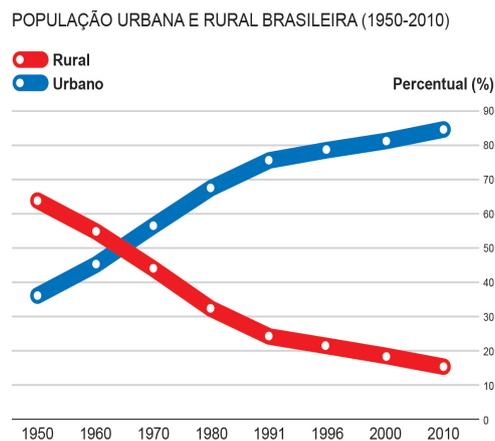


Figura 10: População Urbana e Rural

No gráfico da distribuição da população rural e urbana, podemos observar a diminuição da população rural que vem ocorrendo desde o ano de 1950, enquanto a população urbana passou a crescer. A mudança nesse gráfico pode ser justificada pela mecanização no campo brasileiro, que ganhou um grande impulso a partir da década de 1960. Na década seguinte, em 1970, a população urbana ultrapassou a população rural e desde então, o Brasil tornou-se um país, essencialmente, urbano. Atualmente, a população que vive no campo é inferior a 20%, como aponta o gráfico. Sem ter trabalho no campo, a população que antes vivia nas áreas rurais, migrou para as cidades, buscando encontrar um emprego e uma melhor qualidade de vida, porém, a maior parte desses migrantes encontrou cidades com baixa infraestrutura para atendê-los.

Rede e hierarquia urbana

A rede urbana pode ser definida como um conjunto de cidades dependentes entre si que formam uma hierarquia urbana. Essa hierarquia é estabelecida de acordo com os graus de comando de cada cidade, do seu tamanho e da sua oferta de bens e serviços. Essa rede é formada através dos sistemas de transporte e comunicações, por onde passam fluxos de pessoas, mercadorias, informações, dentre outros. O esquema a seguir mostra o padrão clássico da hierarquia urbana e o padrão atual, isto é, como as cidades se integram.

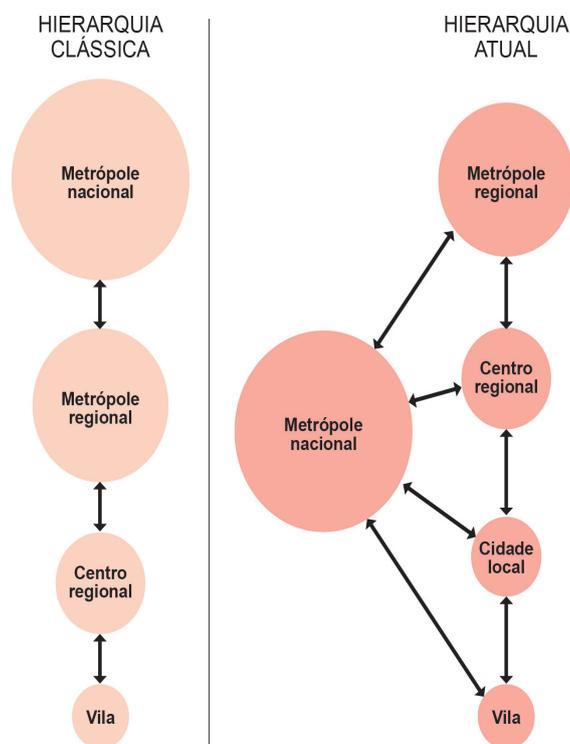


Figura 11: Rede Urbana Brasileira: Relações entre as cidades

Na rede urbana clássica há uma hierarquia urbana que vai da menor cidade, a vila, até a cidade mais importante, a metrópole nacional. Já na hierarquia atual, essa hierarquia não existe, a vila pode se comunicar diretamente com a metrópole nacional e vice-versa. Podemos pensar a rede urbana incluindo as metrópoles globais na hierarquia urbana atual. Nesse caso, a metrópole global estaria se relacionando diretamente com as demais cidades da rede urbana. As mudanças na hierarquia urbana foram possíveis devido ao avanço dos sistemas de telecomunicações e transportes.

No Brasil, o avanço nos sistemas de transporte e comunicações está permitindo mudanças na distribuição geográfica de investimentos pelo território nacional, possibilitando o surgimento de novos setores produtivos e o crescimento das cidades de porte médio. As consequências disso são: mudança no fluxo migratório, alteração dos hábitos de vida e a redistribuição da população pelo país.

As regiões metropolitanas e o fenômeno da megalopolização

Entenda algumas importantes definições da geografia urbana:

- **Metrópole:** é considerada a cidade mais importante da hierarquia urbana em termos econômicos, sociais, culturais e políticos. A metrópole comanda as demais cidades da rede urbana. Podemos dividir as metrópoles em três tipos:
 - a. **Metrópoles Globais ou cidade global:** São cidades com importância mundial. Para ser uma cidade global é preciso possuir alguns requisitos, tais como: mão-de-obra qualificada, ser sede ou ter filiais de empresas multinacionais, possuir escritórios de empresas que atuam no mercado financeiro, dispor de bolsa de valores. Exemplo: Londres (Inglaterra), Tóquio (Japão), Nova Iorque (EUA). No Brasil, as únicas metrópoles mundiais são: São Paulo e Rio de Janeiro. A cidade do Rio de Janeiro torna-se global a partir da eleição para sediar a Copa do Mundo de 2014 e os megaeventos esportivos de 2016.
 - b. **Metrópoles Nacionais:** São cidades que possuem importância nacional, como: Belo Horizonte e Porto Alegre.
 - c. **Metrópoles Regionais:** São cidades de porte médio que apresentam influência apenas na sua região, tais como: Goiânia, Belém, Curitiba e Salvador
- **Megacidades:** São cidades com mais de 10 milhões de habitantes. Essa denominação é apenas quantitativa, isto é, de acordo com o tamanho da população. Exemplo: Nova Iorque, Tóquio, São Paulo, Pequim (China), Nova Délhi (Índia), Lagos (Nigéria).

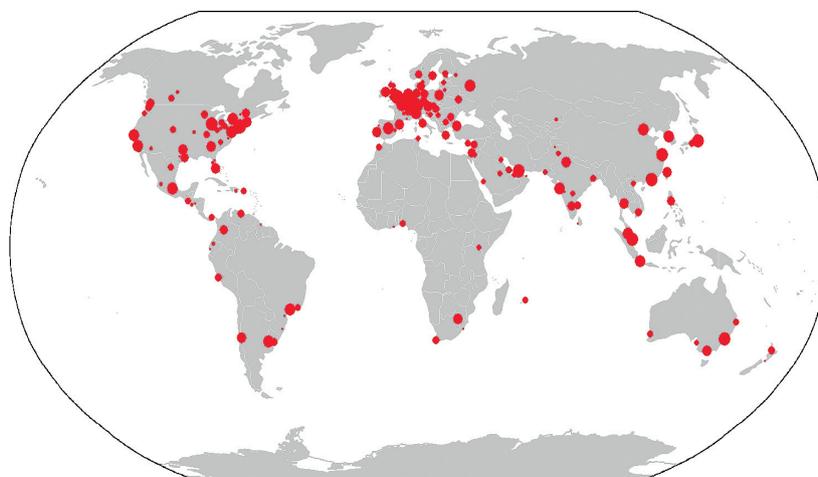


Figura 12: Cidades globais.

- **Região Metropolitana:** É formada por **municípios** próximos que estão interligados através de uma rede urbana comum e integrados socioeconomicamente a uma cidade principal, a metrópole. Esses municípios, além de disporem de uma infraestrutura urbana comum (serviços de saneamento básico, transporte coletivo, saúde, educação, segurança, água, luz, energia), compartilham também os mesmos problemas. Por isso, os serviços públicos e de infraestrutura desses municípios devem ser planejados regionalmente, visando uma distribuição mais igualitária pelo espaço urbano da região metropolitana. O mapa a seguir mostra a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), com a recente inclusão dos municípios de Rio Bonito e Cachoeira de Macacu. Anteriormente, esses dois municípios pertenciam à Região das Baixadas Litorâneas.

Município

É a menor unidade político-administrativa do nosso país.

REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO (2014)



Figura 13: Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A formação de regiões metropolitanas também é conhecida como metropolização. Esse fenômeno ocorre através da **conurbação** entre duas ou mais cidades, devido à **expansão horizontal da malha urbana de duas ou mais cidades**.

- **Megalópole:** É formada a partir da conurbação de duas ou mais regiões metropolitanas. As megalópoles são grandes áreas bastante urbanizadas, onde estão concentradas pessoas, serviços, informações, mercadorias e capitais. Um exemplo é a megalópole brasileira Rio de Janeiro – São Paulo.



Observe o gráfico da evolução da população urbana e rural Brasileira 1950 – 2010 e responda às questões.

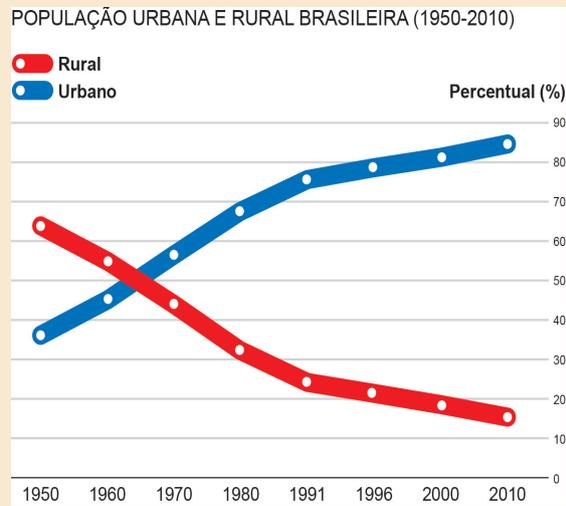


Figura 14

- O que o gráfico revela a respeito da evolução da população brasileira?
- A partir de qual período a urbanização brasileira tornou-se mais acelerada? Apresente dois motivos.
- A urbanização dos países centrais e periféricos ocorreu da mesma maneira? Justifique.
- Compare a rede urbana clássica com a rede urbana atual.
- Defina cidade global e megacidade, citando um exemplo para cada uma.

Lembre-se:
faça em uma
folha à parte

Seção 2

As migrações para as cidades

O que é migração?

Migração é um movimento de mudança, de deslocamento populacional no espaço geográfico. As pessoas que mudam de cidades, de regiões ou de um país são chamadas de **migrantes**. Quando uma pessoa sai do seu lugar de origem, ela é chamada de **emigrante**; quando ele chega ao seu destino, é chamada de **imigrante**. O processo migratório pode ocorrer de duas maneiras: **externa** ou **interna**. As migrações externas correspondem aos deslocamentos populacionais para fora do país. Já as migrações internas correspondem aos deslocamentos populacionais dentro do próprio país. Dentre as migrações internas, podemos mencionar:

- Inter-regionais (de uma região para outra);
- Intrarregionais (dentro de uma mesma região);
- Rural-urbana, isto é, o êxodo rural, saída do campo em direção às cidades;
- Urbana-urbana (de uma cidade para outra);
- Rural-rural (de uma área agrícola para outra);
- Urbano-rural (pessoas que deixam a cidade para viver no campo);
- Pendular (diária);
- Transumância (sazonal);
- Migração de retorno.

Os movimentos migratórios podem ser classificados quanto à duração temporal. Quando o objetivo do migrante não é voltar para seu local de origem, dizemos que essa migração é **permanente ou definitiva**. Quando o retorno para a terra de origem está previamente planejado, podemos chamá-lo de **sazonal ou temporário**; é o caso dos cortadores de cana-de açúcar (boias-frias), que trabalham durante o período de colheita da cana. Esse movimento é conhecido como **transumância**. Um movimento migratório bastante comum nas grandes metrópoles é o **movimento pendular**. Este movimento é caracterizado pela **migração diária** de pessoas de uma cidade para outra, seja para trabalhar ou estudar. Como exemplo, podemos citar as pessoas que saem todos os dias de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, para trabalhar no centro da cidade do Rio de Janeiro e gastam pelo menos 4 horas de deslocamento diário (2 horas para ir e duas horas para voltar).

No Brasil, as migrações ocorreram, sobretudo, por motivos econômicos. A industrialização brasileira provocou uma redistribuição na população pelo território, causando os fluxos migratórios da região Nordeste para os centros urbanos da região Sudeste durante algumas décadas do século XX. Entre os anos 40 e 80, houve uma grande mudança da população das áreas rurais para as cidades. Dentre os principais motivos, estavam a ampliação das relações capitalistas no campo, a mecanização da agricultura, a substituição da lavoura por pastos e a especulação imobiliária.

A intensificação dos meios de comunicações pelo território e o aumento da atividade industrial concentrados nos grandes centros urbanos atraíram a população do campo em direção à cidade. Contudo, a partir da década de 1980, passaram a ser comuns os deslocamentos no sentido oposto aos fluxos anteriormente observados, com a população seguindo de volta para seus estados de origem. Este novo processo é conhecido como migração de retorno e está diretamente associado aos processos de desconcentração industrial que passam os grandes centros urbanos brasileiros, especialmente aqueles da região Sudeste e Sul, onde se concentrava grande parte das indústrias.

A tendência nas migrações intrarregionais tomou força durante os anos 90, fazendo com que houvesse uma considerável redução no número de imigrantes pelo território, predominando os movimentos migratórios interestaduais. Sendo assim, a população brasileira passou a buscar os centros regionais e as capitais regionais como destino para procura de trabalho, estudo, e melhores condições de vida fora do campo. Ainda hoje, as cidades da região Sudeste do Brasil ainda são aquelas mais procuradas pelos migrantes de diversas partes do território nacional, em decorrência da maior industrialização e desenvolvimento do setor terciário, bem como a modernização agropecuária nesta região.

Apesar das últimas décadas predominarem as migrações dentro dos próprios Estados da federação, ainda é possível encontrar a cidade de São Paulo, por exemplo, como o grande centro de atração populacional, junto a Belo Horizonte e Rio de Janeiro, especialmente daquelas pessoas oriundas dos Estados da região Nordeste.



A vida de viajante (GONZAGA, L.; CORDOVIL, H)

Minha vida é andar
Por esse país
Pra ver se um dia Descanso feliz
Guardando as recordações
Das terras onde passei
Andando pelos sertões
E dos amigos que lá deixei

(...)



A letra dessa música retrata as experiências vividas pelo migrante pelas cidades por onde ele passou.

Você conhece algum imigrante? Pergunte de onde ele veio, por que decidiu migrar, se ele acha que as suas condições de vida melhoraram e se ele deseja voltar algum dia para sua terra natal.



A Região Nordeste pode ser caracterizada como o maior centro expulsor populacional do Brasil. Dentre as explicações para esse fenômeno, podemos citar: os fatores ambientais (estiagens, desertificação, etc.) e os baixos indicadores de desenvolvimento econômico, como mortalidade infantil, esperança de vida e dinamismo econômico. Além disso, a urbanização do Nordeste ocorreu de forma mais lenta e tardia. Porém, nas três últimas décadas, em função da descentralização industrial e da consequente instalação de importantes polos industriais na região, da expansão de atividades terciárias e do turismo, a Região Nordeste tem atraído a população de volta para esta área e até mesmo pessoas de outras regiões que se sentem atraídas pelas oportunidades que essa região tem oferecido, principalmente no setor terciário. A Região Centro-Oeste, seguida da Região Norte, tem exercido grande atração de imigrantes, na atualidade, em função da expansão das áreas de fronteira agrícola na direção dessas regiões. A imagem a seguir mostra importantes fluxos migratórios em três períodos:

FLUXOS MIGRATÓRIOS BRASILEIROS MAIS IMPORTANTES NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX E NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

A largura das setas é proporcional ao número de migrantes em cada fluxo

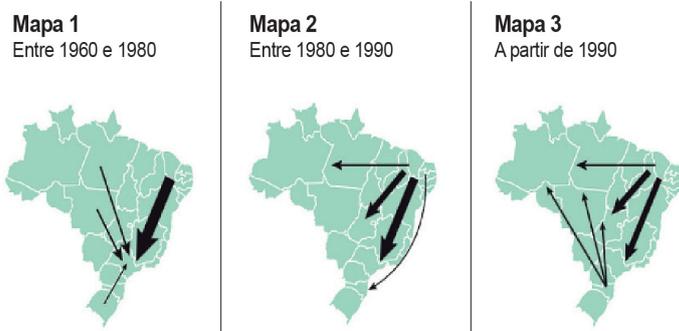


Figura 15: Fluxos migratórios no Brasil.

- Consequências das migrações: Contribuem com o processo de ocupação territorial, aumento ou diminuição da taxa de crescimento vegetativo, de miscigenação e difusão cultural, de desenvolvimento quando se trata de mão-de-obra qualificada, xenofobia, de solução de problemas estruturais para o país de emigração.

Observe o mapa a seguir com a entrada e saída de migrantes de cada região brasileira do ano de 2011.

Atividade
2

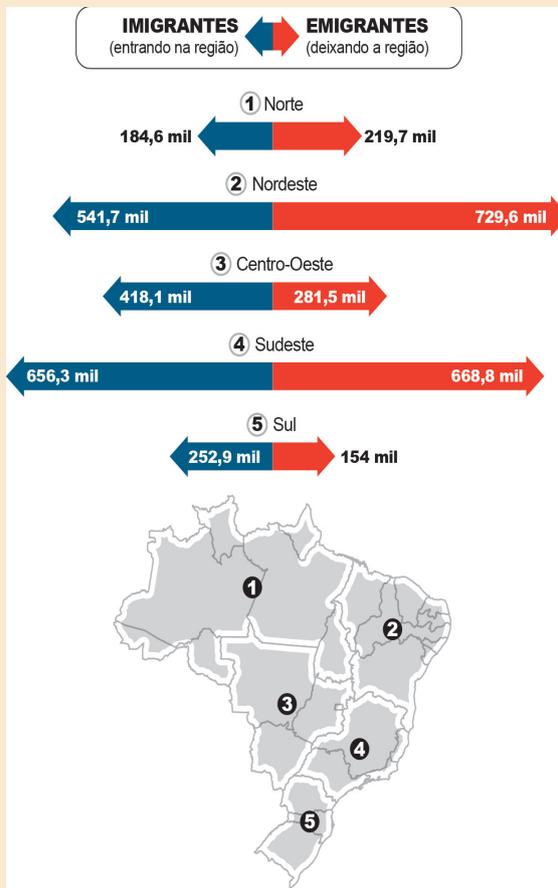


Figura 16

- Complete a frase a seguir: _____ é a pessoa que sai da sua região de origem e _____ é a pessoa que entra numa determinada região.
- A partir do mapa, apresente qual é a região que mais houve emigração (em termos absolutos): _____ e qual a região que teve mais imigração: _____
- Por que esses fluxos estão ocorrendo?
- Que fenômeno está ocorrendo na Região Sudeste?
- Por que esse fenômeno está ocorrendo?



No território brasileiro, uma modalidade de migração muito comum é o êxodo rural. Caracterize esse processo e aponte as duas consequências.

Migrações pendulares podem ser caracterizadas como:

- a) movimentos da população rural em direção aos grandes centros urbanos.
- b) deslocamento das populações urbanas em direção ao campo.
- c) movimentos de retorno à terra natal.
- d) movimentos diários de trabalhadores entre o local de residência e o local de trabalho.

Lembre-se:
faça em uma
folha à parte

Seção 3

0 espaço urbano e suas desigualdades

Como vimos, a industrialização do campo, aliada à presença de latifúndios e às precárias condições de trabalho, funcionaram como um dos fatores de repulsão da população rural, que vai para as cidades em busca de oportunidades. No entanto, nem todas as cidades estavam preparadas em termos de infraestrutura para receber essas pessoas e muitas delas acabam crescendo desordenadamente, criando espaços segregados, isto é, desiguais. A segregação no espaço urbano ocorre quando determinadas áreas da cidade recebem mais privilégios do Estado, na oferta de serviços e infraestrutura urbana do que outras. As áreas que recebem esses benefícios tornam-se mais caras e são ocupadas pelas classes mais abastadas (mais ricas). A população mais pobre, sem condições de morar nessas áreas mais nobres, acaba indo morar na **periferia** (zona fora do centro da cidade, isto é, área mais afastada do centro urbano) ou em **favelas**.

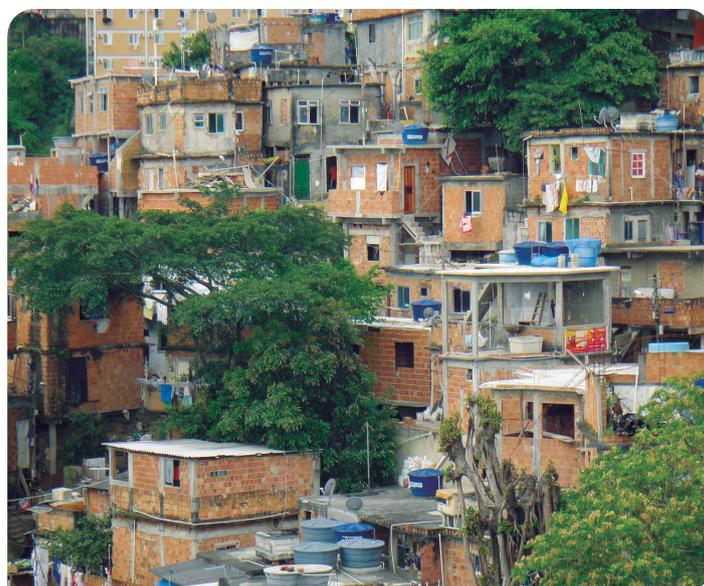


Figura 17: Favela do Cantagalo – Rio de Janeiro - RJ

O crescimento desordenado das cidades provoca a **macrocefalia urbana**, problema que afeta as grandes metrópoles, principalmente as cidades dos países subdesenvolvidos, devido ao seu crescimento urbano sem um planejamento de infraestrutura em habitação, transporte e serviços públicos essenciais que propiciem aos seus habitantes uma condição de vida digna.



Figura 18: Trânsito caótico na cidade de São Paulo.

Seção 4

É possível pensar em uma cidade mais justa e igualitária ?

Caro aluno,

O que seria para você uma cidade mais justa e igualitária?

A cidade em que você vive pode ser classificada como tal?

Por quê?

O princípio de direito à cidade pressupõe a adoção de políticas públicas que garanta o acesso de toda a população aos benefícios da urbanização, isto é, de acesso a equipamentos e serviços urbanos, além de condições de vida dignas na cidade. Contudo, para haver uma cidade justa e igualitária, é preciso que a sociedade participe ativamente da vida política, discutindo propostas para melhorias na área social. Isso se chama gestão democrática da cidade.

Com o objetivo de criar um Estado Democrático de direito à cidade mais justa e igualitária foi criado, em 10 de julho de 2001, o **Estatuto da Cidade**, que regulamenta o capítulo “Política urbana” da Constituição Federal brasileira de 1988. Seus princípios básicos são o planejamento participativo e a função social da propriedade. Dentre as principais determinações dessa lei, podemos citar:

- a. **Plano Diretor:** O Plano Diretor é uma lei municipal que deve ser elaborada com a participação de toda a sociedade. Esse plano tem como função organizar o crescimento e funcionamento dos municípios, tanto das áreas urbanas quanto das rurais;
- b. **Usucapião:** Ocorre quando uma pessoa ocupa uma área urbana para sua moradia e de sua família por, no mínimo, cinco anos ininterruptos e sem oposição do dono, desde que ela não possua outro imóvel urbano ou rural e que este terreno não tenha mais de duzentos e cinquenta metros quadrados;
- c. **Regulamentação do solo urbano:** Busca pela qualidade de vida, justiça social e desenvolvimento das atividades econômicas.
- d. **Gestão Democrática:** Toda a sociedade pode participar das conferências, podendo discutir propostas para melhorias na área social. São convidados os representantes da sociedade civil, entidades sociais, poder público, judiciário, legislativo e iniciativa privada.

- e. **IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano Progressivo):** É um imposto cobrado pelos municípios que tem como objetivo arrecadar fundos para serem aplicados em melhorias de interesse da sociedade, tais como: reformas no trânsito local ou nas redes de esgoto. Mas também pode ser destinado a todos os demais serviços ofertados pelo município, como escolas, hospitais, apoio cultural, etc. O destino desses recursos é definido conforme as prioridades e os planos políticos de cada Prefeitura. A principal forma de a população fiscalizar o destino dos recursos é ficar atenta ao Portal da Transparência de cada município.

Embora haja todos esses dispositivos estabelecidos por lei, observamos uma série de problemas nas nossas cidades; portanto, ainda há muito a ser feito para que o direito à cidade seja pleno para todos os seus habitantes.

Sendo assim, para que o direito à cidade não seja utópico, o Estado deve retomar sua função social, assegurando a toda a sociedade o acesso igualitário aos bens e serviços urbanos. O primeiro passo para que se atinja a justiça social é permitir o cumprimento do ideal da gestão democrática da cidade, através do controle social e da participação da população na elaboração, implantação e avaliação de políticas públicas condizentes com suas necessidades. As políticas públicas não devem ser apenas redistributivas, mas também afirmativas em relação aos direitos básicos que ainda não existem, mas deveriam existir.

Gentrificação - que fenômeno é esse?

Caracteriza-se pelo processo de enobrecimento do espaço urbano gerado por investimentos públicos e privados na renovação ou revitalização de áreas urbanas degradadas. Trata-se de um fenômeno muito comum em áreas centrais de metrópoles do mundo todo, inclusive no Brasil. Esse fenômeno é marcado por obras de modernização do espaço urbano e, principalmente, por grandes lançamentos imobiliários. As transformações urbanas decorrentes do processo de gentrificação pressupõem melhoramento do espaço, requalificando as residências e criando novos serviços. Com isso, há uma valorização dos imóveis no local, provocando a expulsão da população de baixa renda, que passa a não ter condições financeiras para morar nesses locais. Essa população mais pobre tende a migrar para áreas mais distantes da cidade, que são mais baratas, ampliando o processo de periferização. Perde-se também, nessas áreas, o patrimônio cultural popular e determinados estilos de vida.



Conclusão

Prezado aluno,

Observamos, nesta unidade, que o fenômeno da urbanização está ligado ao processo de industrialização. O crescimento das cidades numa velocidade maior que a do campo é chamada de urbanização. Com a industrialização do campo e suas precárias condições de trabalho, muitas pessoas migraram para as cidades.

Nos países desenvolvidos, as pessoas saídas do campo foram absorvidas pelas indústrias e, em seguida, pelo setor terciário. Foi um processo gradativo. Já nos países periféricos, incluindo o Brasil, esse processo ocorreu de forma acelerada e desorganizada. Como muitas dessas cidades não tinham infraestrutura urbana adequada para receber essas pessoas do campo, houve um aumento da pobreza nas cidades.

As cidades contemporâneas são bastante interdependentes, devido à rede urbana que desfrutam entre si. Contudo, há cidades que oferecem mais bens e serviços e, portanto, acabam comandando as demais.

Vimos que o Estado deve garantir o direito à cidade a todos os cidadãos, mas isso efetivamente não ocorre, visto que há falta de investimento em diversos setores urbanos importantes, tais como habitação, transporte, educação, saúde, segurança.

Resumo

- O processo de urbanização brasileira foi bastante acelerado - uma característica dos países periféricos. O planejamento urbano e o desenvolvimento de infraestrutura e serviços não foram compatíveis com o crescimento das cidades.
- Entre as décadas de 1960 e 1970, a população urbana brasileira superou a população rural; isso significa que a maioria da população brasileira encontra-se em áreas urbanas. A esse fenômeno, damos o nome de urbanização.
- Rede urbana é um sistema interligado de cidades, por meio de sistemas de comunicações e de transportes, pelo qual circulam pessoas, mercadorias, informações, dentre outros. Conurbação é a união de dois ou mais municípios a partir da sua expansão urbana.
- A hierarquia urbana é a influência que as cidades maiores exercem sobre as menores. O conjunto de municípios próximos entre si, integrados socioeconomicamente a uma cidade central por meio das redes de transporte, telecomunicações, saúde, saneamento básico, chama-se região metropolitana.

- O descompasso entre o crescimento urbano e o suporte para atender à população gerou uma série de problemas urbanos, tais como desemprego, crescimento da economia informal, expansão de submoradias (favelas), carência de saneamento básico, transporte, iluminação, escolas e hospitais para uma boa parcela da população que vive nas cidades. Além disso, cresceu também a violência e a degradação ambiental do espaço urbano.

Veja Ainda

- www.ibge.gov.br/ibgeteen/atlasescolar

Nesse site, você encontra mapas dos mais variados temas da geografia.

- www.ibge.gov.br/cidadesat

Nesse outro site do IBGE, você pode obter informações de todos os municípios do Brasil.

- <http://www.observatoriodasmetropoles.net/>

É um site que contém uma série de artigos e pesquisas sobre as metrópoles brasileiras.

- <http://observatoriodefavelas.org.br/>

Nesse site, você vai encontrar várias pesquisas, reportagens e trabalhos sobre favelas, porém, com um olhar diferente daquele usualmente apresentado pela mídia. O observatório de favelas busca romper a visão dominante sobre as favelas como territórios violentos, criminosos e pobres, isto é, esta instituição procura possibilidades de construção de metodologias, tecnologias sociais e conceitos que contribuam para a cidadania plena e para o respeito à diferença.

Referências

- FORATTINI, Oswaldo. *Qualidade de vida e meio urbano. A cidade de São Paulo, Brasil*. Rev. Saúde pública, São Paulo, 25 (2):75-86, 1991.
- GRAZIA DE. *Reforma Urbana e Estatuto da Cidade*. In: Ribeiro, L. C. Q. e Cardoso. A. L. *Reforma Urbana e Gestão Democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade*. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003.p.53-69.
- LEFEBVRE, H. *Espaço e política*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2008.
- LENCIONI, Sandra. *Observações sobre o conceito de cidade e urbano. Espaço e Tempo*. GEOUSP. São Paulo, Nº 24, 2008.

- QUEIROZ; BAENINGER. *Migração de Retorno: O Caso Recente das Migrações Cearenses*. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 44, n. 4, p. 833-850, 2013.
- RIBEIRO, L. et all. *Reforma Urbana e Gestão Democrática: promessas de desafios da Cidade*. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. 473 p.
- SCARLATO, Francisco Capuano. *O Espaço Industrial Brasileiro*. In: SÃO PAULO. JURANDYR LUCIANO SANCHES ROSS. (Org.). *Geografia do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. Cap. 7. p. 381-463. (Didática 3).

Site consultado

- http://portalgeo.rio.rj.gov.br/EOUrbana/ArcosDaLapa_txt.htm

Imagens

Figura 1 • <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:LeandroJoaquim-1790-Arcos.jpg>. Autor: Domínio Público.

Figura 2 • [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Aqueduto_da_Carioca_Transformado_em_Viaduto_para_Bondes_\(Rio_de_Janeiro_-_Brasil\)_-_1896.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Aqueduto_da_Carioca_Transformado_em_Viaduto_para_Bondes_(Rio_de_Janeiro_-_Brasil)_-_1896.jpg). Autor: Domínio Público.

Figura 3 • https://www.flickr.com/photos/everson_cavalcante/4689509933. Autor: Everson Cavalcante.

Figura 5 • http://www.geografiaparatodos.com.br/index.php?pag=capitulo_4_a_urbanizacao_mundial.

Figura 7 • Fonte: Censo Demográfico – IBGE, 2010. Elaborado pelo Observatório das Metrôpoles.

Figura 8 • Ibeu, 2013. Elaborado pelo Observatório de Metrôpole

Figura 9 • <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3751>

Figura 10 • <http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>

Figura 12 • http://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade_global#/media/File:GaWC_World_Cities.png. Autor: Interchange88

Figura 13 • http://www.fesp.rj.gov.br/ceep/info_territorios/RMRJ2013.pdf

Figura 14 • <http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>

Figura 15 • Vestibular UERJ, 2015, questão 9.

Figura 16 • IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009

Figura 17 • http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Favela_cantagalo.JPG

Figura 18 • http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Traffic_jam_Sao_Paulo_09_2006_30a.jpg

Atividade 1

- a. O Brasil é um país urbano, pois possui uma população superior a 80% vivendo nas cidades. O ritmo de crescimento da taxa de urbanização tende a diminuir no Brasil atual, pois a população rural já é pouco expressiva, não havendo grandes contingentes para migrar para as cidades. O Censo 2010 apresenta uma população mais urbanizada que há uma década. As regiões brasileiras com as maiores taxas de urbanização são, pela ordem, Sudeste (92,9%), Centro-Oeste (88,8%) e Sul (84,9%). Segundo o Censo 2010, a população residente no campo apresenta uma taxa inferior a 20%, demonstrando que o êxodo rural vem perdendo força no país.
- b. A partir dos anos 60, a transferência de pessoas para as cidades se intensifica. Dois motivos que justificam essa transferência são a industrialização brasileira que ocorreu nas cidades, principalmente na Região Sudeste, e a mecanização do campo aliada à precarização da mão de obra no meio rural.

Respostas
das
Atividades

Respostas
das
Atividades

- c. Não. A urbanização dos países centrais ocorreu de forma gradativa e ordenada, enquanto nos periféricos ocorreu de forma rápida e desordenada.
- d. A rede urbana clássica é hierarquizada; já a rede urbana atual possui uma maior relação entre as cidades. A rede urbana clássica não corresponde mais á realidade, pois, com o avanço tecnológico dos sistemas de transportes e comunicações, as distâncias foram “encurtadas”.
- e. Cidade global pode ser caracterizada por cidade que possui alta densidade de objetos técnicos que as conectam aos fluxos globalizados (financeiros, comerciais, de serviços e tecnologia, etc.). Sendo assim, o que define uma cidade global é sua natureza qualitativa. Exemplo: Tóquio, Londres, Nova Iorque, São Paulo. Megacidade possui uma natureza essencialmente quantitativa, isto é, são cidades com mais 10 milhões de habitantes. Exemplo: Tóquio, Mumbai (Índia), Cidade do México, São Paulo.

Atividade 2

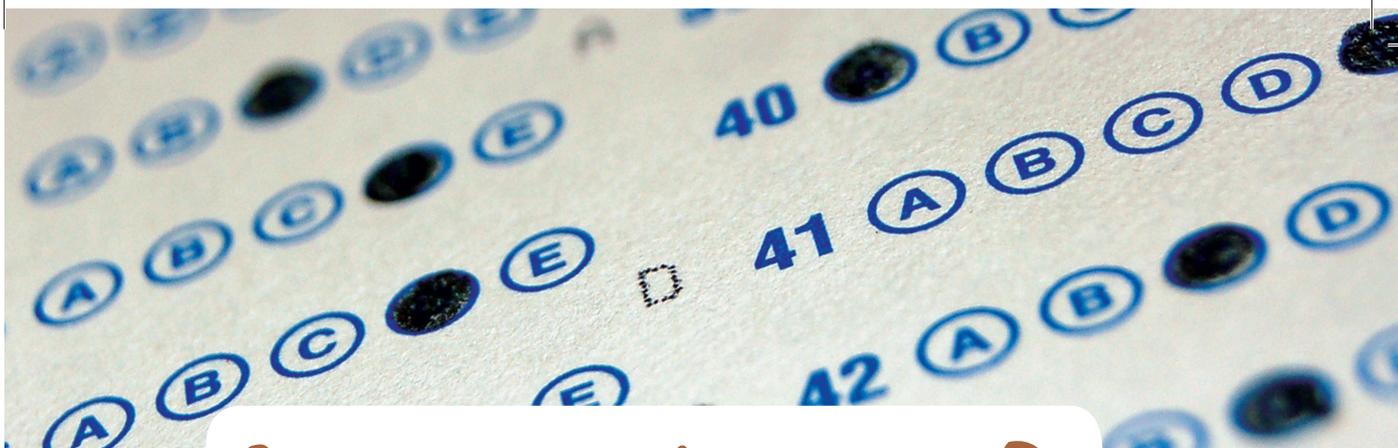
- a. Emigrante e imigrante
- b. Nordeste e Sudeste
- c. Porque as pessoas estão em busca de oportunidade de emprego e qualidade de vida.
- d. Migração de retorno
- e. Porque o Nordeste está crescendo economicamente e se tornando atrativo.

Atividade 3

Saída do homem do campo para a cidade. Inchaço urbano pela sobrecarga dos equipamentos urbanos essenciais, como habitação e transporte.

Atividade 4

D



O que perguntam por aí?

Questão 1 (CEFET - PR)

Um conjunto de municípios contíguos e integrados socioeconomicamente a uma cidade central, com serviços públicos e infraestrutura comuns, define a:

- a) megalópole
- b) rede urbana
- c) metropolização
- d) hierarquia urbana
- e) área metropolitana

Resposta: e

Questão 2 (ENEM (2013))

Trata-se de um gigantesco movimento de construção de cidades, necessário para o assentamento residencial dessa população, bem como de suas necessidades de trabalho, abastecimento, transportes, saúde, energia, água, etc. Ainda que o rumo tomado pelo crescimento urbano não tenha respondido satisfatoriamente a todas essas necessidades, o território foi ocupado e foram construídas as condições para viver nesse espaço.

MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, Vozes, 2001.

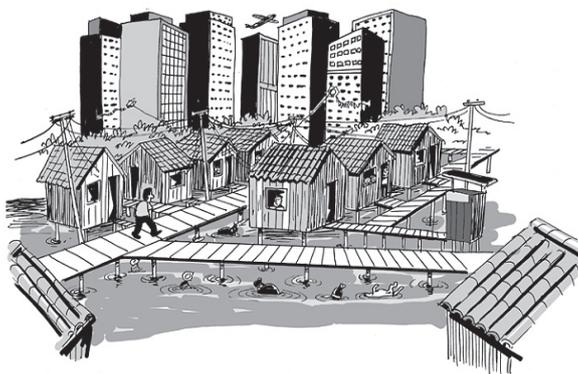
A dinâmica de transformação das cidades tende a apresentar como consequência a expansão das áreas periféricas pelo(a)

- a) crescimento da população urbana e aumento da especulação imobiliária.
- b) direcionamento maior do fluxo de pessoas, devido à existência de um grande número de serviços.
- c) delimitação de áreas para uma ocupação organizada do espaço físico, melhorando a qualidade de vida.

- d) implantação de políticas públicas que promovem a moradia e o direito à cidade aos seus moradores.
- e) reurbanização de moradias nas áreas centrais, mantendo o trabalhador próximo ao seu emprego, diminuindo os deslocamentos para a periferia.

Resposta: a

Questão 3 (UFPA-2013)



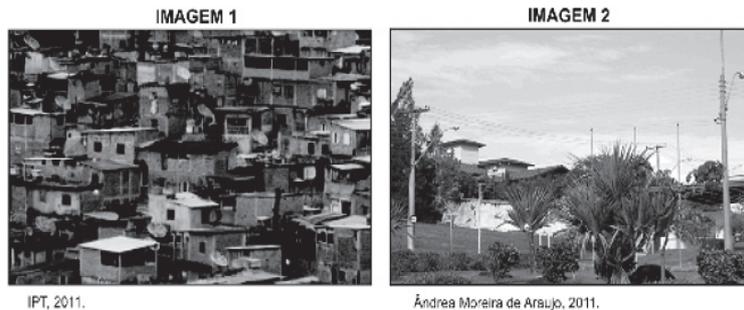
Fonte: <http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/Cartilha/CartilhaWeb.pdf>. Acesso em: 15/09/2012.

No estudo das interações da sociedade com o meio físico, devem-se considerar fatores sociais, econômicos, tecnológicos e culturais estudados na dimensão do tempo e do espaço. Ao analisar a representação da paisagem urbana apresentada na imagem, conclui-se que

- a) as formas de organização do espaço consideram a dinâmica natural das áreas de várzeas e de terra firme.
- b) os aspectos da poluição das águas, como o depósito de resíduos sólidos, são de responsabilidade da população do entorno.
- c) o modo de vida ribeirinho apresenta resistência diante da pressão da modernização urbana.
- d) a população urbana encontra diferentes formas de adaptação na adversidade do ambiente urbano.
- e) o contraste de formas revela as desiguais condições de vida da população da cidade.

Resposta: e

QUESTÃO 4 (FUVEST - 2012)



As imagens acima ilustram uma contradição característica de médios e grandes centros urbanos no Brasil, destacando-se o fato de que ambas dizem respeito a formas de segregação socioespacial. Considerando as imagens e seus conhecimentos, identifique e explique

- a) duas causas socioeconômicas geradoras do tipo de segregação retratado na imagem 1;
- b) o tipo de segregação retratado na imagem 2 e uma causa socioeconômica responsável por sua ocorrência.

Resposta

a) Crescimento urbano acelerado, resultante do êxodo rural e da industrialização nos centros urbano, que gerou ocupações irregulares e desordenadas em áreas de risco (áreas de encostas) com total falta de infraestrutura e sem políticas públicas.

b) A figura ilustra os condomínios fechados, procurados pelas classes dominantes em busca de fugir da violência e obter tranquilidade. Embora seja legítimo, do ponto de vista do indivíduo, buscar maior segurança para si e para sua família, esse fenômeno acentua a exclusão social e reduz os espaços urbanos públicos, uma vez que propicia o crescimento de espaços privados e de circulação restrita.

Questão 5 (MACK-2011)

A distribuição desigual de equipamentos públicos e serviços essenciais no espaço urbano cria áreas privilegiadas e áreas de escassez desses recursos. Nesta última situação, verifica-se, para o território, a condição de pobreza. A reportagem "Metrópole para poucos" é farta em exemplos paulistanos, como o bairro do Tatuapé no primeiro caso e o bairro do Jardim Pantanal no segundo. O professor Milton Santos enfatiza que pessoas dotadas de condições físicas, intelectuais e até salariais equivalentes não dispõem das mesmas possibilidades, caso vivam em diferentes pontos do

território. Moradores de áreas privilegiadas pela distribuição de equipamentos de saúde, de educação, de cultura, etc. têm suas potencialidades sociais e econômicas aumentadas, uma vez que têm o acesso facilitado a esses serviços. Já aqueles que vivem em áreas de escassez ou inexistência de tais recursos tendem a se empobrecer a cada dia, à medida que necessitam de mais recursos próprios para usufruir tais serviços. Tais dificuldades comprometem ainda mais sua condição social e sua formação cultural.



A partir do texto e observando o mapa, considere as afirmações I, II, III e IV.

I. O problema apresentado no texto é comum em cidades industrializadas, como o Rio de Janeiro e Porto Alegre, mas também pode ser verificável em outras cidades brasileiras, como Fortaleza e Santos, com menores índices de industrialização.

II. O traçado e a abrangência das linhas de metrô em São Paulo não confirmam as desigualdades apontadas no texto.

III. Os casos de homicídios dolosos afetam muito mais a população das áreas mais ricas, mais vulnerável aos assaltos, principal causa desse tipo de violência.

IV. As desigualdades da relação centro/periferia podem ser observadas tanto na distribuição espacial dos equipamentos urbanos quanto nas representações de fenômenos sociais como no caso da violência. Assinale a alternativa que contenha apenas afirmativas corretas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) II e IV
- d) I e IV
- e) I e III

Resposta: d

Questão 6 (UEPB - adaptado)

Coloque F ou V (Falso ou Verdadeiro) para as proposições que abordam a ocupação do espaço urbano brasileiro pela população de baixa renda.

() As favelas, que muitas vezes são vistas por milhares de brasileiros apenas como lugar da desordem social, agregam milhares de trabalhadores que disponibilizam sua força de trabalho a serviço do desenvolvimento econômico do país. Esses trabalhadores não têm acesso a outro lugar no solo urbano nem condições de usufruir das benesses do mundo moderno.

() A segregação residencial é consequência de um espaço mercador, cujos valores de uso e troca definem as formas de apropriação e de luta pelo direito de morar na cidade.

() O espaço urbano de uma grande cidade como São Paulo é hoje a soma de várias cidades que apresentam realidades diversas sem articulação entre si.

() A falta de empregos nas grandes cidades brasileiras inclui na paisagem mendigos que moram embaixo de viadutos (sem teto), pedem esmolas ao lado de crianças, além de subempregados e crianças que disputam espaços nos semáforos para venderem bugigangas na busca da sobrevivência.

() A violência em toda sua dimensão não é problema apenas das grandes metrópoles; nas cidades de menor porte, ela também se faz presente. Vem deixando sua marca registrada em muitas escolas brasileiras.

Resposta:

VVFVV

Questão 7 (UNISC-2014)

A Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, que acontecerão no Brasil, deram início a uma série de projetos de revitalização direcionados a determinadas zonas urbanas em cidades como Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Porto Alegre (RS), Belo Horizonte (MG) e Manaus (AM). Um dos possíveis efeitos disto diz respeito ao enobrecimento dessas zonas por meio da especulação imobiliária que ocasionará, em muitos casos, a valorização de terrenos, casas e apartamentos. Conseqüentemente, poderá haver uma transformação, pautada em condições econômicas, no perfil das pessoas que passarão a viver e a consumir serviços em tais áreas.

Qual alternativa apresenta o nome deste processo?

Conurbação

Macrocefalia urbana

Gentrificação

Verticalização

Urbanização

Resposta: c

Questão 8 (FGV-eco)

Ao se avaliarem as características da urbanização brasileira em seu período mais recente, é importante considerar os efeitos do processo de internacionalização da economia. [...] Uma das tendências desse processo é reforçar a localização de atividades nas cidades da região mais desenvolvida do país, onde está localizada a maior parcela da base produtiva, que se moderniza mais rapidamente, e onde estão as melhores condições locais.

(Maria Luisa Catello Branco, in *As metrópoles e a questão social brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p. 101. Adaptado)

A tendência mostrada no texto

a) dinamiza as redes urbanas em escala nacional

b) dá origem à formação de inúmeras metrópoles no interior do país

c) reforça as desigualdades espaciais no Brasil

d) minimiza a histórica concentração de riqueza em espaços reduzidos

e) destaca o papel das metrópoles no contexto da globalização

Resposta: c

Questão 9 (UNICENTRO-2013)

Sobre os movimentos sociais urbanos, assinale a alternativa correta.

- a) O êxodo rural na década de 1950 foi o mais importante movimento social urbano no território brasileiro.
- b) As reivindicações por melhorias nos transportes levadas adiante por associações de moradores de bairros e a luta pela regularização de loteamentos são exemplos de movimentos sociais urbanos próprios das metrópoles brasileiras.
- c) A migração de nordestinos para o Sudeste, nos caminhões denominados "paus-de-arara", constituiu um importante movimento social reivindicatório de melhores condições de emprego e de remuneração.
- d) A luta pela posse da terra empreendida pelo MST teve importante reflexo na estruturação urbana das cidades que sediaram esse movimento social urbano, como é o caso de Brasília e de Curitiba.
- e) A escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo de 2014 resultou de um importante movimento social urbano, de base político-econômica, empreendido pela população carioca através das associações de bairro e da mídia.

Resposta: b

Questão 10 (UERJ 2015)

Cite duas consequências socioespaciais negativas do processo apresentado no texto para a população de baixa renda local, explicando

Resposta

Duas das consequências e sua respectiva explicação: Expulsão da população pobre, que passa a não ter recursos para morar nesses locais. Ampliação do processo de periferização, já que a população pobre tende a ser expulsa para locais mais distantes e menos valorizados. Expulsão das atividades comerciais e de serviços populares para áreas mais distantes em virtude do encarecimento dos custos empresariais.

Questão 11 (UNICAMP-2013)

O Congresso Nacional aprovou a Lei no 10.257, em vigor desde 10 de outubro de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade. Esta Lei estabelece as diretrizes gerais da política urbana brasileira, fornecendo instrumentos urbanísticos para o desenvolvimento das funções sociais, do uso e da gestão da cidade.

(Adaptado de *Estaduto da Cidade: Guia para Implementação pelos Municípios e Cidadãos*. Brasília: Instituto Pólis/Laboratório de Desenvolvimento Local, 2001.)

a) Aponte dois aspectos da urbanização brasileira, manifestados especialmente a partir da segunda metade do século XX, que produziram a necessidade de uma lei para orientar a política urbana do país.

b) O Plano Diretor, instrumento de planejamento urbano que consta da Constituição de 1988, foi reforçado no Estatuto da Cidade e é obrigatório para algumas categorias de municípios brasileiros. Destaque duas diretrizes de planejamento urbano que o Plano Diretor Municipal pode adotar para que seja garantido o direito de todos à cidade.

Respostas

a) O crescimento desordenado das cidades no período provocou o aumento da ocupação de áreas de risco, como encostas e várzeas. Além disso, surgiram desafios relacionados à demanda por água tratada, coleta de lixo e esgoto, exigindo serviços além da capacidade imediata do poder público.

b) A ocupação de imóveis abandonados nos grandes centros por moradias populares, além da expansão de uma rede de transportes eficiente e de custo acessível permitiriam o acesso facilitado à infraestrutura e serviços desigualmente distribuídos.



Espaço rural e diversidade socioespacial

Para início de conversa...

Olá, aluno!

As unidades anteriores nos ajudaram a compreender o crescente contexto de urbanização que estamos vivenciando, principalmente após a eclosão do processo de industrialização – que atualmente está em reestruturação, conforme acabamos de estudar.

Nesta unidade, vamos identificar o que há de singular na organização dos espaços rurais. Também vamos aprender a relacionar o impacto dos fenômenos debatidos nas unidades anteriores à atual dinâmica socioespacial do campo. A natureza, o isolamento, a colina, o pasto, a lavoura, o homem arando a terra... Pois é... O imaginário que ainda guardamos é o do tradicional mundo rural ainda existente em muitas regiões do mundo. Observe a figura a seguir.

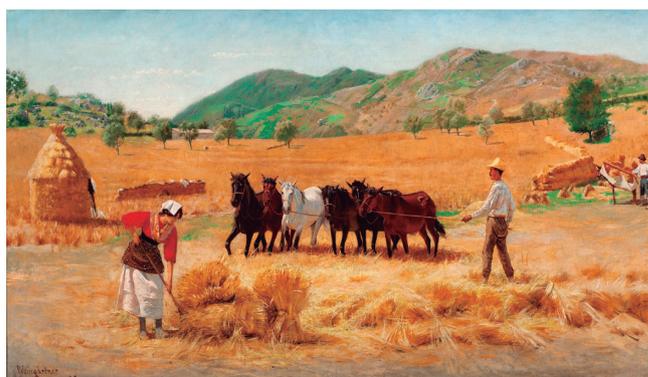


Figura 1: Clássica representação de uma paisagem rural.

A verdade é que, ao longo do tempo, as cidades passaram a concentrar a oferta de serviços variados. O campo, por sua vez, inseriu-se como área de influência urbana, o que não significa que esse tenha desaparecido. O que podemos dizer é que ficou para trás o período em que o mundo rural poderia ser predominantemente entendido como uma unidade socioespacial autossuficiente.

Quando os incentivos governamentais à urbanização tornaram-se a “regra do jogo socioeconômico”, coube ao espaço rural a responsabilidade de dar conta da enorme demanda por alimentos e matérias-primas para a indústria. Isso exigiu uma primeira reestruturação organizacional em alguns locais preferenciais. Como exemplo, destacamos a instalação de novas infraestruturas, a busca por conhecimentos técnicos e produtos específicos para garantir o aumento da produtividade agropecuária. A segunda reestruturação, mais recente, teve relação direta com a desconcentração industrial de centros metropolitanos, o desenvolvimento de programas de certificação produtiva e a promoção de serviços ambientais e de lazer. O campo, em tempos de urbanização, não estaria exclusivamente reduzido apenas à produção agropecuária. Hoje em dia, coexistem com as formas tradicionais da vida rural um conjunto de novos modelos organizacionais: módulos da cadeia agroindustrial, unidades de conservação, consórcios agroflorestais, empreendimentos turísticos, residências de veraneio, dentre outros. Então, vamos acrescentar à nossa realidade a diversidade socioespacial do mundo rural da atualidade?

Objetivos de Aprendizagem

- Reconhecer a importância do espaço rural e do desenvolvimento do setor agropecuário ao longo da história;
- Analisar a diversidade socioespacial dos principais sistemas agrários existentes no mundo;
- Distinguir os objetivos globais da Revolução Verde e suas relações com a formação dos atuais complexos agroindustriais (CAIs);
- Compreender os impactos do processo de modernização das atividades agropecuárias no Brasil e no mundo contemporâneo;
- Relacionar a estrutura fundiária brasileira com os contrastes sociais e os conflitos pela posse da terra no País.

Seção 1

O rural ao longo da história

É bem verdade que a agricultura e a pecuária são atividades que acompanharam a história da Humanidade. Entre 10.000 a.C e 3.000 a.C., durante o período neolítico, o cultivo de plantas diversas e a domesticação de animais marcaram, profundamente, as emergentes civilizações do planeta. A produção de excedentes alimentares junto a grandes cursos fluviais desencadeou, assim, o início da sedentarização humana e permitiu a consolidação das sociedades agrárias. Veja a ilustração abaixo.



Figura 2: Representação de civilizações humanas durante o período neolítico.

Devido à necessidade de fortificar os estoques de alimentos, foram desenvolvidas formas mais complexas de organização socioespacial, os embriões dos primeiros aglomerados humanos. Isso favoreceu a concentração das primeiras classes sociais com especializações diferentes da prática agropastoril, como sacerdotes, guerreiros, alfaiates, carpinteiros, ferreiros, dentre outros. Nesse primeiro momento, percebemos que essas germinativas formas proto-urbanas estão subordinadas ao rural, considerado até então o principal “motor” da organização social.

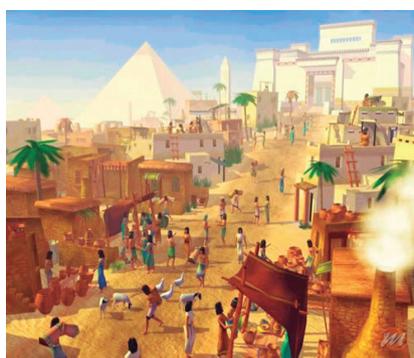


Figura 3: Representação do Antigo Egito.

Em outras palavras, a atividade agrícola era o coração econômico das sociedades, da antiguidade clássica, passando pelo feudalismo, ao início da Revolução Industrial. No entanto, em períodos históricos posteriores, também podemos identificar realidades sociais centradas no campo, como foi o caso do Brasil, país que, até 1930, priorizou a produção de commodities como única forma de inserção na economia internacional. E ainda hoje, alguns países latino-americanos, asiáticos e africanos são essencialmente agrários.

De modo geral, ao longo da história, a centralidade socioeconômica rural se deslocou para as grandes cidades à medida que as vilas e, principalmente, as futuras cidades passaram a polarizar a oferta de empregos e uma variedade cada vez maior de serviços especializados dos quais o espaço rural se tornou dependente e consumidor, principalmente a partir da intensificação das práticas capitalistas e da eclosão da Revolução Industrial, na Inglaterra, ao final do século XVIII.



Figura 4: Representação do fenômeno industrial.

A partir desse referencial histórico, o mundo rural dos países e regiões que ingressaram em suas revoluções industriais entra em uma conflitante reestruturação impulsionada pela voraz demanda **citadina** por matérias-primas e alimentos para suprir uma indústria e população em crescimento, contexto esse caracterizado pela Revolução Científica, a qual lança as bases, no século XX, para a chamada Modernização Agrícola. Como desdobramentos imediatos a essas transformações, destacam-se dois sérios fenômenos socioespaciais: a intensificação do êxodo rural, resultante da liberação de mão de obra rural promovida pela mecanização agrícola, e o crescente aumento da urbanização em escala mundial.

Citadina

adj. Que faz referência a cidade: costumes citadinos. Que é habitante da cidade; que nasceu na cidade. s.m. Pessoa que é habitante ou natural da cidade. (Etm. do italiano: cittadino) Fonte: <http://www.dicio.com.br/citadino/>



Figura 5: Êxodo rural.

Hoje, segundo dados da Organização das Nações Unidas, metade da população mundial já vive em áreas urbanas. Ainda de acordo com o mesmo órgão, a maior parte do crescimento urbano do mundo ocorre em países em desenvolvimento, onde muitos centros urbanos apresentam infraestrutura inadequada. Os desafios que emergem nesses países seriam reflexos, portanto, de uma questão agrária sufocada, ignorada ou pouco debatida, ao longo do tempo, pelos órgãos institucionais.



Indiscutivelmente, a agricultura e a pecuária são atividades bastante antigas e tradicionais no campo. Entre 10.000 a.C e 3.000 a.C., durante o período neolítico, o cultivo de plantas diversas e a domesticação de animais, marcaram, profundamente, as civilizações do planeta. A respeito do tema, analise as assertivas a seguir.

- I. O início da produção de excedentes alimentares favoreceu a sedentarização humana, assim como marcou a consolidação das chamadas sociedades agrárias.
- II. A produção de excedentes também exigiu a necessidade de proteção do estoque alimentar em locais que são reconhecidos como os embriões das primeiras vilas e futuras cidades.
- III. Era o campo que ditava a vida nas primeiras aglomerações humanas, ou seja, a atividade agrícola era o coração econômico das sociedades, da antiguidade clássica, passando pelo feudalismo, ao início da Revolução Industrial.

Das afirmativas:

- a) apenas a I está correta.
- b) apenas a I e a III estão corretas.
- c) apenas a I e a II estão corretas.
- d) a I, a II e a III estão corretas.

Anote suas respostas em seu caderno

Leia o fragmento a seguir.

De modo geral, ao longo da história, a centralidade socioeconômica rural se deslocou para as grandes cidades à medida que o _____ passou a polarizar a oferta de empregos e uma variedade cada vez maior de _____ das quais se tornou dependente e consumidor. Esse processo começou a tomar forma, principalmente, a partir da intensificação das _____ em nível global, no século XVI, e da contribuição da emergente _____ na Inglaterra, ao final do século XVIII.

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do texto.

- a) espaço urbano – hibridizações – Revolução Industrial – financeirização
- b) espaço rural – diversificações – transformações industriais – revolução comercial
- c) espaço urbano – especializações – relações comerciais – Revolução Industrial
- d) espaço rural – concentrações – trocas – informatização

Anote suas
respostas em
seu caderno

Atividade

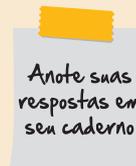
2



Analise o fragmento textual a seguir.

Hoje, segundo dados da Organização das Nações Unidas, metade da população mundial já vive em áreas urbanas. Ainda de acordo com o mesmo órgão, a maior parte do crescimento urbano do mundo ocorre em países em desenvolvimento, onde muitos centros urbanos apresentam infraestrutura inadequada. Os desafios que emergem nesses países seriam reflexos, portanto, de uma questão agrária sufocada, ignorada ou pouco debatida, ao longo do tempo, pelos órgãos institucionais.

Apresente dois argumentos que justifiquem a ideia de que os atuais problemas urbanos existentes em diversas cidades do mundo em desenvolvimento estão relacionados com a não-solução da questão agrária específica de cada um desses países.



Seção 2

Vamos diferenciar o mundo rural?

As transformações em curso, nos espaços rurais, não aconteceram ao mesmo tempo e da mesma forma. Há uma considerável diversidade de combinações entre condições ambientais, técnicas e sociais que definem a produção agropecuária e a vida no campo. Pode-se dizer, então, que o espaço rural é dinâmico, está em contínuo ajuste histórico, econômico, social e ambiental, podendo ou não incorporar inovações, conservar suas características e formas, dependendo de suas relações.



Figura 6: Diversidade socioespacial rural na região de Guapiaçu, Cachoeiras de Macacu, RJ.

Já que a agropecuária é uma das grandes marcas do rural, que tal agora, de forma bastante geral e resumida, selecionarmos os aspectos socioeconômicos que caracterizam os empreendimentos especializados nesse setor? A ideia é que a gente possa compreender algumas diferenciações quanto à forma do uso da terra, à finalidade da produção, à técnica utilizada e à natureza administrativa da unidade rural. Não se esqueça de que esses grupos devem ser entendidos em associação, tudo bem?

Para começo de conversa, devemos apresentar os fatores envolvidos na produção agrícola: terra, capital e trabalho. Dependendo da maior ou menor conjugação desses fatores, a forma de uso da terra é classificada como extensiva ou intensiva. O segundo tipo apresenta maior produtividade por hectare, com base na utilização de insumos – maquinários, fertilizantes, defensivos –, enquanto que, se a atividade depende de mais de mão de obra e apresenta reduzida mecanização, devemos levar consideração o primeiro tipo.

Em seguida, tratamos de verificar a finalidade da produção agropecuária. De fato, nos dias atuais, é cada vez mais raro identificarmos sistemas agrícolas essencialmente voltados para a subsistência. No entanto, se o objetivo principal for o abastecimento doméstico e, de forma secundária, há a comercialização de excedentes, podemos ainda manter essa distinção. Se o objetivo primeiro da produção é a integração com mercados, nesse caso, há clara orientação comercial, categoria hoje predominante.

Quanto à natureza das técnicas utilizadas, acrescentamos a essa distinção as adjetivações tradicional e moderna aos sistemas de produção agropecuária. Essa diferenciação precisa, mais especificamente, aqueles sistemas agrários que alteraram suas bases originais de produção – caracterizados inicialmente pelo emprego de grande quantidade de mão de obra e relativa baixa produtividade – e passaram a receber as inovações da chamada Revolução Verde, um pacote de “soluções” – plantadeiras, colheitadeiras, pulverizadores, fertilizantes e defensivos químicos – empregado para o setor agropecuário a partir da década de 1950.

A última distinção destaca a forma administrativa da unidade rural. Nesse caso, é importante, inicialmente, saber se a unidade de produção é gerida como uma propriedade privada ou uma extensão de uso comunitário. Então, destacamos a tipologia patronal e familiar para agrossistemas em regime de propriedade. Na primeira tipologia, predomina o assalariamento da mão de obra, a exemplo das chamadas empresas agrícolas. Na segunda, prevalece a participação dos membros da família, podendo, em alguns casos, haver também contratações complementares. Um restrito grupo de unidades familiares escolhidas por um grande trader agroindustrial também pode se incluir ao rol de contratos oferecidos por empresas agrícolas, como, por exemplo, o caso da cadeia de produção de frangos em Santa Catarina, sul do Brasil. Em domínios de uso comunal das terras, destacamos a residual agropecuária camponesa, representada pelas chamadas comunidades tradicionais. Como exemplos, podemos destacar no Brasil as comunidades indígenas, os ribeirinhos e caboclos amazônicos, varjeiros, jangadeiros, quilombolas, caiçaras, dentre outros. A maior parte desses grupos vem alterando suas bases tradicionais de manejo da terra ao longo do tempo...

Podemos agora traçar um rápido panorama dos principais sistemas de produção agropecuária mundiais. Vamos lá? As tipologias discutidas a seguir são bem gerais e não contemplam, integralmente, a tamanha diversidade do mundo rural. Faremos apenas uma breve regionalização, bastante introdutória.

- **Agricultura itinerante:** É um sistema agrícola comum em limites de fronteiras agrícolas, ou seja, em áreas com vegetação original a serem incorporadas às zonas agricultáveis já consolidadas. A ocupação ocorre mediante a posse e a queima de parcelas em áreas devolutas (desocupadas), as quais, por sua vez, são geridas em bases familiares e voltadas para a subsistência. Em geral, durante poucos anos (4 a 6) predomina uma boa safra. Posteriormente, é necessário o abandono ou o pousio (descanso) da área, cuja fertilidade decai significativamente. Um novo trecho de floresta deverá ser ocupado, e o ciclo de manejo é reiniciado. Na área inicial abandonada, se houver recomposição espontânea da vegetação (capoeirão), após um longo período em pousio, poderá ser novamente utilizada.



Figura 7: Plantio de mandioca em frente de expansão agrícola. Humaitá – AM/BR, 2005.

- **Jardinagem:** Comum no sul e sudeste asiático, o termo pode ser explicado pela peculiar distribuição espacial de extensas zonas de rizicultura (arroz) inundada em planícies e terraços fluviais. No entanto, esse sistema agrícola também inclui outras culturas, como o trigo e hortaliças. Corresponde a um tipo de manejo praticado em pequenas e médias propriedades com uso intensivo de mão de obra em bases familiares. Esse agrossistema emprega técnicas tradicionais milenares, como o terraceamento dos desníveis do relevo, a seleção de sementes e o uso de soluções biotecnológicas tradicionais, as quais minimamente permitem a fixação dos produtores no campo com condições de vida variáveis de país para país. A China, país cuja produtividade já é bastante significativa nos sistemas de jardinagem, decidiu iniciar o processo de modernização agrícola face à urgência pela grande demanda de alimentos.



Figura 8: Rizicultura inundada em Bangladesh.

- **Plantation:** É um sistema de produção encontrado em países semiperiféricos e periféricos. Na verdade, é um modelo de organização agropecuária bastante antigo, inicialmente escravocrata e extensivo, e baseado na gestão de extensas unidades patronais, os latifúndios. Dedicam-se à especialização em um único produto para exportação, as monoculturas, as quais ainda hoje empregam grande quantidade de mão de obra barata e assalariada. Algumas propriedades que seguem esse modelo vêm adotando métodos intensivos de uso da terra à medida que incorporam as bases para a plena agroindustrialização, a exemplo dos canaviais e laranjais paulistas, cada vez mais mecanizados e menos dependentes de mão de obra.



Figura 9: Plantation de algodão.

- **Agricultura moderna:** Compõe um mosaico de empresas agrícolas alicerçado em bases comerciais e patronais, mas que também engloba um seleto grupo de unidades familiares contratadas por um grande conglomerado agroindustrial. Há inúmeras subdivisões regionalizadas. Em comum, apresentam integração inter-setorial entre as indústrias que produzem para a agropecuária, a agropecuária propriamente dita e as agroindústrias processadoras. Essa integração só se torna possível a partir da instalação integral dos insumos necessários à cadeia produtiva – maquinários, herbicidas, fungicidas, sementes geneticamente modificadas, rações, dentre outros – nos países receptores desse modelo. Respeitadas as distinções regionais, a essa tipologia podemos incluir os **belts norte-americanos**, o mosaico rural europeu e regiões modernizadas de países semiperiféricos, como o Centro-Sul do Brasil e enclaves produtivos nos complexos regionais Nordeste e Amazônia.

Belts norte-americanos

A agricultura dos Estados Unidos, uma das mais modernas e produtivas do mundo, tanto em área quanto em volume de produção, organiza-se em grandes faixas, zonas ou cinturões agrícolas denominados belts, formados conforme as particularidades históricas de povoamento, as condições climáticas e os tipos de solo.

Os belts são especializados no cultivo de determinados produtos, como trigo, milho, algodão, frutas, culturas tropicais. Merecem ainda destaque as produções de soja, tabaco, laranja e gado bovino.

É importante ressaltar que esses cinturões não constituem áreas monocultoras, pois, além do cultivo principal, existem também cultivos secundários.

Fonte: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/espaco-agrario-nos-eua-conheca-os-grandes-belts.htm>

Saiba Mais



Figura 10: Uso de maquinários na agricultura moderna.

- **Pequena agricultura comercial:** Representam propriedades essencialmente comerciais em bases familiares, localizadas próximas aos grandes centros urbanos, nos chamados cinturões verdes. Nesse sistema, há ênfase na produção de artigos mais rapidamente perecíveis, como os hortifrutigranjeiros, fator esse que explica a sua localização e distribuição espacial nos entornos metropolitanos. Os produtores, nesse contexto, lidam com gêneros para o mercado interno e precisam formar associações ou cooperativas para facilitar a logística de suas atividades e não serem prejudicados pelas arbitrariedades da escolha de preços estabelecidas pelos chamados atravessadores. Em alguns casos, essas zonas de produção agrícola também podem ser encontradas no interior de regiões metropolitanas, onde é proibida a ocupação para fins residenciais.



Figura 11: Horticultura.

- **Modelo agroecológico:** Resulta de uma contracorrente ao modelo proposto pela Revolução Verde, a agricultura moderna integrante dos Complexos Agroindustriais. Em oposição à transgenia e ao uso de agrotóxicos lançados como tendência pelas empresas agrícolas, a agroecologia visa à construção de uma rede de parcerias entre pesquisadores, comunidades tradicionais e produtores familiares, de modo que o manejo agrossistêmico seja concebido como parte integrante de uma agrobiodiversidade. Para ganhar a confiança de consumidores, são necessários selos de certificação que garantem o cumprimento de normais socioambientais e a autenticidade do produto orgânico. No entanto, é também possível que a produção orgânica seja guiada por empresas agrícolas, algo mais comum nos países desenvolvidos.



Figura 12: Cultivo orgânico de hortaliças.

- **Pastoreio nômade:** Comum em áreas semiáridas do Oriente Médio, África e Ásia Central, na transição entre grandes desertos, onde imperam restrições ao desenvolvimento de práticas agrícolas sedentárias. Estrutura-se em grupos familiares que praticam uma pecuária de subsistência com base na transumância, especializada na criação de caprinos, gado bovino e camelos.



Figura 13: Pastoreio nômade em Tamil Nadu, Índia.

Hoje, podemos dizer que o mundo rural mantém fortes elos com as cidades na provisão não só de alimentos, como também com a promoção de novos usos, entre os quais, vale a pena destacar a oferta e cuidado de recursos naturais e a expansão de loteamentos habitacionais para populações de alta e baixa renda das cidades, hotelaria e residências de veraneio, além de iniciativas em prol da preservação de raízes culturais.

Com base nessa observação, o professor e pesquisador Glaucio José Marafon afirma que são deliberadamente rompidos dois elementos secularmente associados ao rural: a função principal não é mais, necessariamente, a produção de alimentos e nem a atividade predominante é a agrícola, contexto esse que reforça a noção do que convém chamar de hibridização rural.

Nesse sentido, a dimensão não agrícola vem acompanhada da noção de revalorização da paisagem rural, ou seja, é agora enfatizada a preservação e a proteção da natureza, a autenticidade dos elementos paisagísticos locais, a conservação e a proteção dos patrimônios históricos e culturais, o resgate da memória e da identidade.

Com base no que foi mencionado, desenrola-se um olhar sobre a paisagem rural vista agora como uma mercadoria, à medida que observamos a expansão das atividades não agrícolas ligadas e conseqüente valorização estética e temática da “vida no campo”. Como exemplos localizados dessa nova tendência, destacamos a expansão de diversos hotéis-fazenda em bairros do município de Teresópolis, no estado do Rio de Janeiro, como o Hotel Village

Le Canton (Vargem Grande), Rosa dos Ventos (Campinho), São Moritz (Viera), Hotel Fazenda Vrindavna (Prata dos Arredes), Pousada Albuquerque (Albuquerque), Pousada Savognin (Vieira).



Figura 14: Exemplo de propriedade rural dedicada à educação ambiental e turismo ecológico em Silva Jardim/RJ, 2011.

Segundo o IBGE, em 2009, cerca de 45% dos moradores do campo atuavam em atividades não agrícolas. Essas novas tendências configuram o que chamamos de pluriatividade rural. Conforme aponta o professor José Graziano da Silva, destacam-se nesse cenário os 'part-time farmers' (agricultores em tempo parcial), um significativo grupo de trabalhadores autônomos que procura mesclar atividades agropecuárias com atividades não agrícolas – construção civil, jardinagem, hotelaria, limpeza de terrenos – as quais já fazem parte do dia a dia de boa parte do Brasil rural.

(CECIERJ-adaptada) À época da colonização europeia na América, um sistema agrícola amplamente utilizado era baseado na grande propriedade monocultora, com produção de gêneros tropicais, voltada para a exportação. Esse sistema, na atualidade, persiste em países como Brasil, Colômbia, Costa do Marfim, Índia e Malásia, dentre outros. O sistema agrícola descrito acima refere-se à:

- a) Agricultura de subsistência
- b) Agricultura de jardinagem
- c) Plantation
- d) Agroecologia

Anote suas
respostas em
seu caderno



Atividade
5

(UFPE-adaptada) "É um tipo de sistema agrícola primitivo, adotado historicamente nos ecossistemas de floresta tropical, em que o ser humano derruba trecho da floresta, queimando-o como preparo da terra para o cultivo de subsistência, obtendo durante poucos anos (4 a 6) alimento e, posteriormente, abandonando essa área, que se tornou improdutivo. Passa então a ocupar novo trecho de floresta, e assim por diante. A área inicial abandonada, onde se estabeleceu vegetação secundária, após cerca de 20 anos, poderá ser novamente utilizada para o cultivo".

- a) Essa é a definição do:
- b) a) Sistema de "Plantation"
- c) b) Sistema Intensivo
- d) c) Sistema de Agricultura Vazante
- e) d) Sistema de Agricultura Itinerante
- f) e) Sistema de Rotação de Cultura

Anote suas
respostas em
seu caderno

(UNICENTRO - adaptada) A sua característica fundamental é que ele não é somente um agricultor ou um pecuarista, ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vêm se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais.

(GRAZIANO, J. S. *O novo rural brasileiro*. Nova Economia. Belo Horizonte. 1997. v.7. n.1. p.46.)

Ao descrever o tipo de ocupação emergente no chamado “novo” rural brasileiro, o autor define o trabalhador do campo como

- a) prestador de serviços de associações profissionais.
- b) pluriativo, ou agricultor em tempo parcial.
- c) trabalhador flexível, baseado no aprendizado do aprendizado.
- d) novo camponês, baseado no aprendizado.

Anote suas
respostas em
seu caderno



Seção 3

E o campo se moderniza...

Ao pararmos para refletir de onde vêm os alimentos que consumimos, seja no café da manhã, no almoço, no lanche e no jantar, podemos perceber a importância que a produção agropecuária tem em nossas vidas. A produção em grandes quantidades e de inúmeros produtos industrializados derivados da produção agrícola está diretamente relacionada com os efeitos da modernização do campo.

O professor e pesquisador José Graziano da Silva afirma que o mundo rural contemporâneo seria hoje um continuum urbano. Em outras palavras, as indústrias não se circunscreveriam apenas às cidades, e o campo não se

resumiria apenas ao setor agropecuário. A verdade é que, com a modernização, as atividades agropecuárias já não podem mais ser observadas separadamente dos demais setores econômicos, ou seja, são complementares quanto ao consumo de insumos industriais e serviços de apoio, assim como o setor também se encontra inserido nos processos de especulação do mercado financeiro.

No entanto, achamos que definir esse Novo Rural como uma extensão do que acontece nas cidades não contempla a diversidade socioespacial hoje existente. Na verdade, a influência urbana sobre o campo redefine as identidades territoriais locais, o que chamamos de ruralidades, ou seja, as manifestações sociais afirmativas da vida rural, hibridizadas/reinventadas, mas reforçadas em função dos valores urbanos.

Vamos voltar à análise do fenômeno de modernização do campo. Conforme dissemos, esse processo integrou diversos setores econômicos e se caracterizou, principalmente, pela introdução das novas tecnologias advindas da chamada **Revolução Verde** e pela criação de novos fatores de produção, a fim de superar as limitações da produtividade da terra. Esse processo ocorreu através da mecanização (maquinários), quimificação (fertilizantes, herbicidas e fungicidas) e financeirização (oferta de crédito).

Importante lembrar que, em meados do século XX, após a consolidação da modernização da agricultura, cresceram também as redes de supermercados, os principais atores do sistema agroalimentar contemporâneo. São esses segmentos empresariais que hoje dispõem de dados sobre as atuais tendências de consumo da população, o que lhes dá, atualmente, uma grande barganha nas decisões econômicas.



Revolução Verde

A Revolução Verde foi um programa que teve início, nos anos 20, pela Fundação Rockefeller, dos Estados Unidos. O pai desse movimento é conhecido como Norman Ernest Borlaug, ganhador do Prêmio Nobel da Paz de 1970. O objetivo do programa seria aumentar a produção e diminuir a fome no mundo. Para isso, foram criadas novas variedades de culturas de alta produtividade que foram inicialmente introduzidas no México e depois usadas em todo o mundo.

Os efeitos da Revolução Verde são defendidos por alguns, como, por exemplo, na página da <http://www.revolucao-verde.org/>, e criticado por muitos. As críticas ao programa vão desde o uso excessivo dos agrotóxicos até a questão da produção de monoculturas e da concentração de terras.



Figura 15: Moeda comemorativa a Norman Borlaug.

No caso das aplicações da biotecnologia para o melhoramento e esterilização de sementes, prática incentivada durante a Revolução Verde, há também um importante debate sobre as consequências da **transgenia** de diversos produtos agropecuários, cujos resultados não são ainda muito conhecidos.

Transgênicos

Os transgênicos, ou organismos geneticamente modificados, surgiram graças ao estudo do código genético, feito pela Engenharia Genética no final da década de 1970. Esta forma de produção é baseada no cruzamento de um ser vivo com genes de animal ou vegetal. Os impactos desse cruzamento ainda vêm sendo estudados. Estudos diversos relacionam a ocorrência de problemas de saúde com o uso de alimentos transgênicos.

No Brasil, o milho e a soja transgênica são liberados para a comercialização, mas precisam de uma indicação no rótulo. Há também defensores desse tipo de produção. Eles destacam o fato de que o uso aumenta a produtividade e reduz o uso de agrotóxicos. Já os opositores acreditam que, além de danos à saúde, os transgênicos causam danos ambientais.

Informe-se

Para ter acesso a mais informações sobre os transgênicos, leia a cartilha produzida pelo Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor): <http://www.idec.org.br/ckfinder/userfiles/files/Cartilha%20Transgenico.pdf>

Leia e/ou assista ao documentário de Marie-Monique Roubin, *O mundo segundo a Monsanto*.



Saiba Mais

E estamos de volta à análise das repercussões do processo de modernização no campo. Lembra-se de quando dissemos que o contexto de desconcentração industrial urbana fez com que as indústrias chegassem às áreas rurais? Pois, então! No caso de alguns setores produtivos, isso se explica porque é mais conveniente produzir perto da matéria-prima. Além disso, as atividades modernizadas do campo demandam insumos e máquinas que vêm das fábricas. Portanto, buscou-se racionalizar o uso dos recursos para ampliar a produção e obter maiores lucros.

Você já ouviu falar das empresas Monsanto, Odebrecht, Aurora e Souza Cruz? Essas e outras empresas atuam como agroindústrias e são responsáveis pela oferta de diversos tipos de produtos, desde insumos agrícolas até alimentos que são consumidos no nosso dia a dia. Algumas dessas empresas formam o que chamamos de Complexos Agroindustriais. São esses os responsáveis pela oferta de máquinas e insumos, como também possuem parques industriais onde processam a matéria-prima. Em alguns casos, essas empresas possuem fazendas ou contratos com produtores familiares.

A integração do produtor familiar à agroindústria resultou em uma clara subordinação da força de trabalho à cadeia produtiva como um todo. As agroindústrias selecionam produtores, oferecem os recursos e os maquinários, mas, ao mesmo tempo, esse grupo de trabalhadores precisa se dedicar além do esperado para manter os padrões de qualidade exigidos pela empresa. Importante lembrar que a compra desses insumos de produção é facilitada pela oferta de crédito por instituições financeiras públicas e privadas.

A agropecuária é entendida a partir desse momento como parte integrante de uma produção em cadeia. O frango, por exemplo, deve ter o peso ideal no tempo estipulado pela indústria para fazer o abate. Então, como um dos resultados da modernização, houve, de fato, o aumento da produção, mas também de casos de produtores que não se encaixaram no agronegócio e tiveram seus vínculos cancelados com as agroindústrias, ocasionando casos de endividamento, cujas consequências imediatas foram o êxodo rural e a concentração fundiária.

Ainda que a integração intersetorial da agropecuária tenha favorecido o desenvolvimento de serviços no espaço rural e ampliado as formas de renda não agrícola no campo, o risco diário enfrentado por muitos trabalhadores responsáveis pela nossa alimentação nos leva a refletir sobre o assunto.

Esses riscos não instabilizam apenas a organização social rural. Os riscos são também ambientais, sobretudo em função do uso indiscriminado de produtos químicos oriundos do “pacote” de modernização. São várias as denúncias do uso de agrotóxicos e pesticidas que prejudicam o meio ambiente, poluem rios, lençóis freáticos e o solo, além dos prejuízos à saúde humana.

Se cresce a desconfiança sobre a procedência do alimento que ingerimos, ganham repercussão os debates sobre o que chamamos de Segurança Alimentar. De forma resumida, esse termo seria empregado para defender o uso de tecnologias menos agressivas para a saúde humana, em consonância com a sustentabilidade socioambiental. No ano de 1996, o termo passou a compor outras definições, como a de assegurar a alimentação para todos, em quantidade e qualidade.

No Brasil, existe o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e seus respectivos conselhos estaduais. Segundo o Consea, a Segurança Alimentar, enquanto estratégias ou conjunto de ações, deve ser intersetorial e participativa, além de garantir a todos o direito ao acesso regular e permanente aos alimentos de qualidade e em quantidades essenciais. E mais: que sejam promovidas práticas alimentares saudáveis, visando ao respeito à diversidade cultural e ambiental.

Então, para atingirmos a segurança alimentar em nível global, seriam necessárias políticas públicas objetivando mais recursos para beneficiar a produção de alimentos básicos compatíveis com a diversidade cultural de cada região, transformação da agropecuária moderna convencional em um novo modelo agrícola sustentável.

Com base no que foi debatido nesta seção, podemos então concluir que a maior conscientização do mercado consumidor e as variadas formas de mobilização da sociedade civil podem exercer alguma pressão sobre os grandes

traders agroalimentares para o desenvolvimento de novas tecnologias e soluções que atenuem os impactos socioambientais trazidos pela modernização agropecuária. Vamos aos exercícios?

(UFJF) Leia o fragmento de texto a seguir:

A produção avícola é hoje ainda mais semelhante a uma operação fabril. [...] Algumas das grandes empresas de alimentos, como a Ralston Purina, a Cargill e a Allied Mills, são responsáveis por gigantescas instalações aviárias que processam dezenas de milhares de galinhas por dia. Como na organização fabril, as chaves dessa produção são a procriação especial, alimentação intensiva enriquecida, estímulos químicos (hormônios) e o controle de doenças. [...] O alimento passa na frente das galinhas imóveis, numa correia transportadora, enquanto ovos e excrementos são removidos em outras correias. A iluminação artificial supera o ciclo diário natural e mantém as galinhas em postura constante.

IANNI, Otavio. *A era do globalismo*. São Paulo: Civilização brasileira, 1996. p.47-8.

O exemplo apresentado por Ianni refere-se ao desenvolvimento de uma agropecuária de forma intensiva. Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE os itens responsáveis por esta classificação.

- a) Capitalização e produtividade da área.
- b) Mercado consumidor e produção total.
- c) Predominância do fator trabalho e terra.
- d) Regime de propriedade vigente e trabalho.
- e) Utilização abundante de terras e energia.

Anote suas respostas em seu caderno



Atividade
8

(UENP) Em relação à Revolução Verde, assinale a alternativa correta.

- a) Foi idealizada sob o pretexto de que o mundo deveria assegurar uma produção de alimentos suficiente para exterminar a fome no planeta, principalmente nos países com problemas climáticos severos, tais como secas, chuvas torrenciais e sujeitos à desertificação.
- b) Estava baseada na mecanização do campo, no uso de biotecnologia, na concentração da renda, na monocultura e na exportação de sementes oleaginosas.
- c) A partir da década de 1950, com o processo de modernização, a agricultura deu um salto tecnológico ousado com o desenvolvimento de plantas geneticamente modificadas em laboratório. Genes de diversas espécies agrícolas foram alterados para aumentar a produtividade das lavouras, que passaram a ser cultivadas com a utilização de grande quantidade de insumos agrícolas e maquinários.
- d) A concessão de financiamentos bancários subsidiados pelos governos, especialmente para os pequenos proprietários, visando ao fortalecimento da agricultura de subsistência.
- e) Com ela, a fronteira agrícola avançou sobre as florestas, matas e campos naturais, drenando pântanos e alagadiços e contribuindo para o desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável e orgânica.

Lembre-se:
faça em uma
folha à parte

(UERJ) O paradoxo dos grandes conglomerados alimentícios.

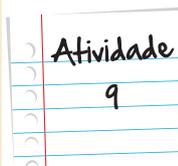
Documento da ActionAid, apresentado no Fórum Social Mundial de 2011, revela que um pequeno grupo de empresas domina a maior parte do comércio mundial de itens como trigo, café, chá e bananas. Um terço de todo o alimento processado do planeta está nas mãos de apenas 30 empresas. Outras 5 controlam 75% do comércio internacional de grãos. Do total da produção e da venda de agrotóxicos, também 75% são dominados por 6 companhias, e uma única multinacional, a Monsanto, detém 91% do setor de produção e venda de sementes.

Adaptado de www.observatoriosocial.org.br

O texto faz referência ao processo de modernização da agropecuária mundial, com a formação e a expansão de complexos agroindustriais.

- a) Apresente uma definição para os chamados complexos agroindustriais.
- b) Com base na reportagem, aponte duas consequências socioeconômicas negativas resultantes da situação de reduzida concorrência no setor agrícola.

Lembre-se:
faça em uma
folha à parte



Seção 4

Agropecuária e estrutura fundiária brasileira

Brasil, “**celeiro do mundo**”. Você já ouviu falar sobre essa expressão cunhada por Getúlio Vargas na primeira metade do século XX? Pois é... Somos hoje um dos maiores exportadores agrícolas mundiais. De acordo com o Ministério da Agricultura, o Brasil é o país onde mais se produz e exporta café, açúcar, etanol e suco de laranja no planeta. Ao refletirmos sobre essas informações que nos deixam “orgulhosos”, lançamos a seguinte questão: então há prosperidade e inclusão social para todos no campo brasileiro, certo? Bom, não é bem assim...



Figura 16: Mosaico de produtos agropecuários brasileiros.

Historicamente, o setor agrícola sempre foi uma das principais bases da economia do país, desde os primórdios da colonização até o século XXI, das extensas Plantations escravocratas de cana-de-açúcar e café ao agronegócio em bases modernas. Inicialmente produtora de cana-de-açúcar, passando pelo café, a agricultura brasileira apresenta-se, nos dias atuais, como uma das maiores exportadoras do mundo em variadas espécies de cereais, frutas, grãos, entre outras.

A verdade é que a produção agrícola nacional experimentou uma expansão relevante nos últimos quinze anos, contribuindo para que o Produto Interno Bruto (PIB) do país registrasse crescimento médio anual de 3,1% no período. As participações médias do setor agrícola de cada região na produção nacional desse segmento, de acordo com o Boletim Regional do Banco Central do Brasil, relativas aos triênios 1995/1997 e 2008/2010, encontram-se no gráfico a seguir.

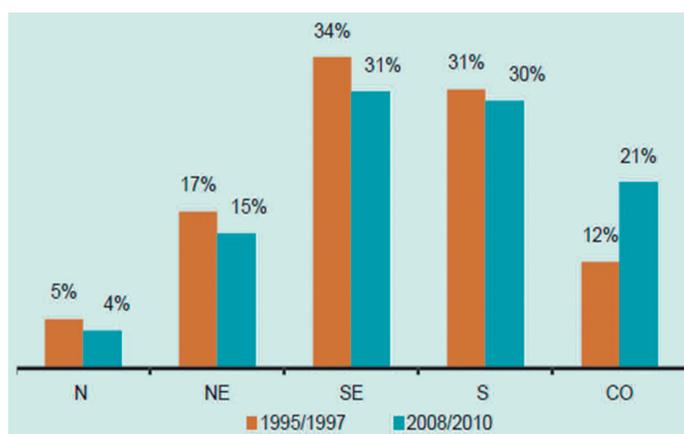


Figura 17: Participação no valor da produção agrícola regional.

Podemos observar o aumento significativo da participação da região Centro-Oeste, de 9% para 21%, no período considerado, e a retração das participações médias das demais regiões. Ainda assim, observa-se a manutenção da maior importância relativa das regiões Sudeste e Sul. Mas, qual foi o processo responsável por tamanho crescimento do setor agropecuário nacional ao longo dos anos?

A partir do pós-2ª Guerra Mundial, concomitante ao crescimento extensivo da produção, a agricultura brasileira passou a receptionar, de forma mais decisiva, – especialmente do ponto de vista da ação do Estado –, um processo de modernização de sua base técnica, mas mantida intocada a histórica estrutura fundiária concentrada. Convém chamar de modernização conservadora, pois a reforma agrária – a redistribuição mais equitativa de terras disponíveis à população rural – não foi devidamente incluída ao projeto de desenvolvimento nacional. Isso data do segundo período Vargas, quando, em um contexto pró-urbanização/industrialização, reconheceu-se a necessidade de montar uma indústria doméstica de fertilizantes e máquinas agrícolas.

Os chamados insumos de modernização, isto é, as indústrias de tratores, implementos, fertilizantes, defensivos, são parte da Indústria Mecânica, da Indústria Química, de domínio quase que exclusivo das grandes corporações internacionais. Nos governos que seguiram, percebemos a unificação da “agricultura-indústria” num patamar mais elevado que o do simples consumo de bens industriais pela agricultura. Esse foi o momento da modernização a partir do qual a indústria passou a comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica agrícola.

Acrescentamos outro dado relevante: todo esse esforço da emergente agropecuária moderna brasileira teve como alicerce a produção de artigos de exportação em latifúndios e em um grupo seletivo de médias propriedades, numa clara opção institucional de prioridade ao segmento econômico do agronegócio.

Vejamos agora as mudanças nas relações de trabalho no meio rural brasileiro após o processo de modernização. Aqueles brasileiros que não engrossaram as fileiras do êxodo rural adentraram em um gradativo e contrastante cenário de proletarianização, melhor entendido na distinção entre dois grupos: trabalhadores incluídos e secundarizados do processo de modernização. É importante ressaltar que algumas relações antigas de trabalho ainda se mantiveram, como os regimes de parceria e arrendamento, ainda muito comuns em todas as regiões do país.

Tabela 4.1: Processo de Modernização: incorporação e exclusão socioeconômica.

Atores incluídos ao processo de modernização	Atores secundários do processo de modernização
<p>Trabalhador Integrado – compõe o seletto grupo de unidades familiares terceirizadas ao qual está reservada a responsabilidade de cumprir as exigências de um dado padrão de produção estabelecido por um conglomerado agroalimentar exportador.</p> <p>Integrados cooperativados – são também fornecedores a grandes traders; no entanto, agregam-se em uma unidade jurídica com o objetivo de aumentar a barganha nas negociações da cadeia produtiva, como a aquisição de insumos e as questões de fornecimento aos grandes traders agroalimentares.</p> <p>O novo trabalhador permanente – corresponde à mão de obra especializada para trabalhar nos módulos agroindustriais. Exemplo: agrônomos, veterinários, biotecnólogos, engenheiros agrimensores, mecânicos de maquinários agrícolas, dentre outros.</p>	<p>Trabalhador temporário – grupo que atua preferencialmente em segmentos produtivos ainda não totalmente mecanizados. Geralmente não possuem a posse da terra e migram constantemente para regiões em calendários de safra.</p> <p>Pequeno produtor independente – corresponde ao grupo numericamente, mais representativo do meio rural brasileiro; são aqueles que não foram “convidados” para participar do agronegócio, mas que paradoxalmente são os principais responsáveis pela produção da comida que chega à mesa dos brasileiros; são pequenos proprietários familiares com menor grau de capitalização para aquisição de insumos de modernização; geralmente comercializam produtos voltados para o mercado interno; (hortaliças, feijão, batata, mandioca, etc.).</p> <p>Agricultor Itinerante – grupo predominantemente descapitalizado, representado por posseiros localizados nos limites da fronteira agrícola brasileira; dedicam-se a uma agricultura de subsistência ou semicomercial.</p>

Então, como a modernização não contemplou o território nacional integralmente, e as políticas de reforma agrária não foram devidamente implementadas, constituiu-se, como resultado imediato, um mosaico agropecuário bastante heterogêneo e conflituoso nas regiões do país. Vejamos o mapa a seguir.

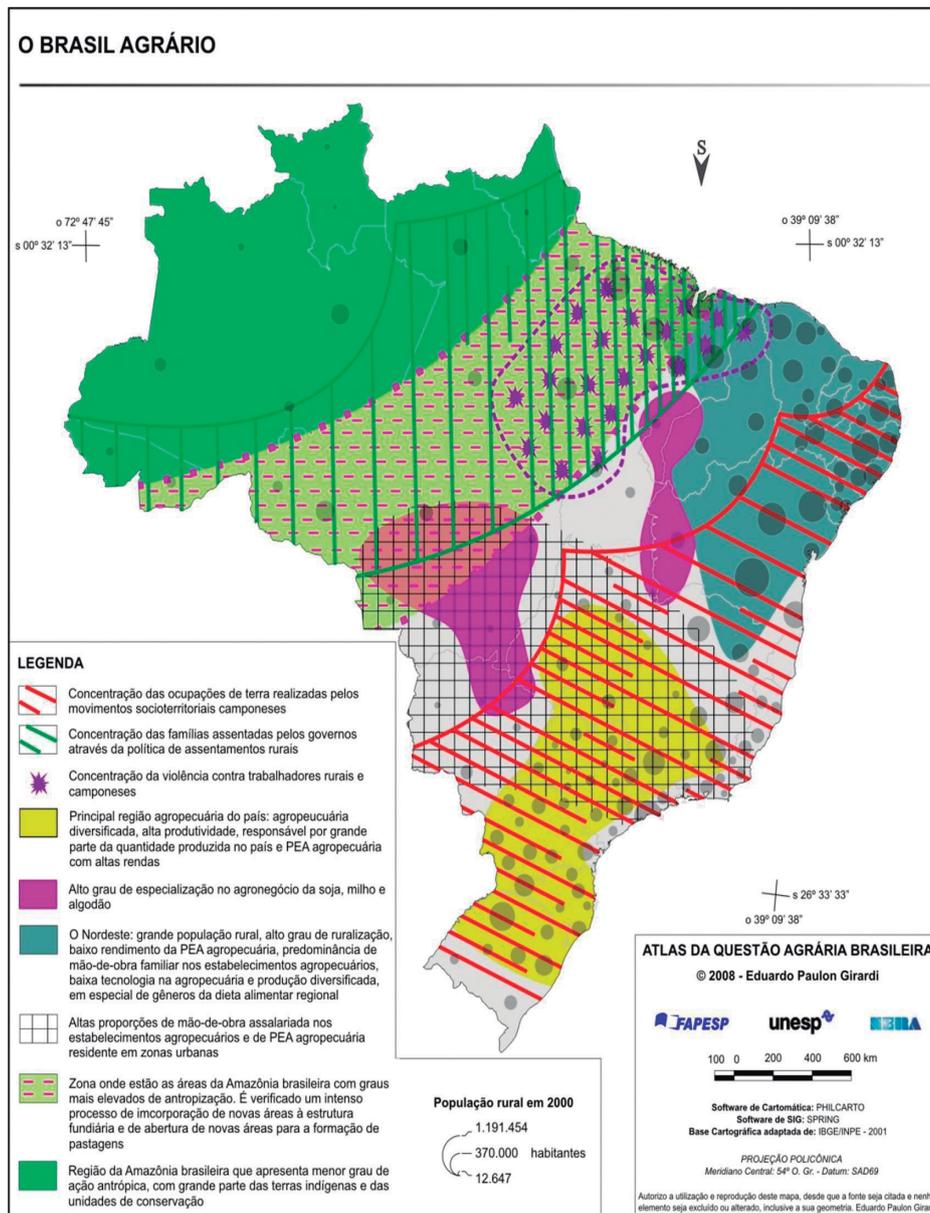


Figura 18: Mapa do Brasil agrário.

Durante boa parte da década 1980 e 1990, a agricultura familiar brasileira se viu relegada ao segundo plano das políticas de desenvolvimento rural. Responsável por mais de 70% do alimento que chega à nossa mesa, esse resistente segmento social apresentou certa recuperação nos últimos dozes anos em função da maior participação das representações sociais na construção de políticas públicas, principalmente após a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário pelo governo federal.

No entanto, a questão fundiária permanece um tabu nos debates institucionais: mantém-se o predomínio de extensas propriedades privadas e do Estado sem uso ou subutilizadas no país. Num contexto em que vários segmentos

da agricultura familiar secundarizados do processo de modernização ainda se encontram em dificuldades para manter suas estratégias de sobrevivência, ganharam força as contestações sobre a necessidade de implementação de políticas mais consistentes voltadas para uma reforma agrária mais efetiva. Sobre essa importante medida, vamos agora compreender o histórico da estrutura fundiária brasileira.

Para início de conversa, a ocupação portuguesa das áreas litorâneas no Brasil, no século XVI, deu início ao processo de extrema concentração de terras em nosso país. Tanto o sistema das capitanias hereditárias como as posteriores sesmarias se configuraram como grandes porções de terras reservadas a poucos privilegiados. Os donatários, privilegiados que receberam as capitanias hereditárias, deveriam se portar como agentes políticos e administrativos da coroa portuguesa, além de atribuições judiciárias fiscais e de distribuição de terras na forma de sesmarias. É importante lembrar que, mesmo sob os acordos feitos no Tratado de Tordesilhas, o território brasileiro, embora reduzido, à época, a menos da metade do atual território nacional, era imenso, mas foi distribuído a apenas 15 donatários!

Mesmo com o fim do sistema de sesmarias, a partir da independência do país, em 1822, as terras permaneceram sob controle de poucos, já que não havia qualquer tipo de regulação ou fiscalização, e os donos de grandes porções de terra eram muito poderosos, de maneira que mantinham total controle sobre seus domínios.

Em 1850, o governo criou a Lei de Terras, instrumento jurídico que, ao mesmo tempo em que restringia o acesso à terra pela compra, criava um cenário de manutenção do poder nas mãos dos detentores das terras, na medida em que se desenhava o fim da escravidão no país.

Durante quase um século, não houve mudanças significativas na distribuição das terras rurais no país, e o assunto acabou por vir à tona justamente no pós-II Guerra Mundial, mais precisamente na década de 1950, quando da modernização do país e da subsequente transferência populacional – êxodo rural – para as cidades. A partir desse momento, com a consolidação da indústria, as cidades passaram a demandar mais produtos agrícolas, como alimentos e matérias-primas. Em 1962, Inácio Rangel já havia feito o alerta de que a industrialização do país provocaria uma grande mudança no campo brasileiro. Tais mudanças ocorreriam no sentido de:

- aumentar a produção para fornecer as matérias-primas às indústrias nascentes e alimentos aos habitantes cada vez mais numerosos das cidades;
- liberar mão de obra necessária às nascentes indústrias.

A partir de então, tornou-se necessário aumentar a produção agrícola nacional, sob o risco de naufragar todo o projeto de desenvolvimento nacional calcado na industrialização. Sob esta ótica de desenvolvimento agrícola, era urgente aumentar a regulação sobre as terras rurais com o objetivo de reduzir a ociosidade da terra. Nesse período, formaram-se as lideranças sociais das chamadas ligas camponesas em reação às transformações sociais e aos anseios por uma reforma agrária.

Em 1964, em plena intervenção e ditadura militar, foi aprovado o Estatuto da Terra, uma clara tentativa de regulação do espaço rural brasileiro, cujo documento, com suas alterações e adendos ao longo dos anos, acabou por determinar avanços no campo, tais como:

- a. a criação do conceito de “**Módulo Rural**”, baseado na noção de “propriedade familiar”, definida como unidade de medida, expressa em hectares, que busca refletir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica do imóvel rural, a forma e as condições do seu aproveitamento econômico;
- b. os impostos proporcionais ao tamanho da propriedade com base no número de módulos fiscais de cada uma. Cada município determina o tamanho do módulo fiscal;
- c. a nova classificação das propriedades rurais com base no conceito de módulo fiscal. São eles:
 - Minifúndio: imóvel rural de área inferior a 1 (um) módulo rural;
 - Pequena Propriedade: imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;
 - Média Propriedade: imóvel rural de área compreendida entre 4 (quatro) e 15 (quinze) módulos fiscais;
 - Grande Propriedade: imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais.

O período da redemocratização do país foi importante no sentido de não haver repressão direta sobre os movimentos sociais, de modo que, ainda na década de 1980, surge o MST – **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra** – justamente na região de melhores solos no país: o Sul. O movimento conseguiu algumas conquistas ao longo desses quase 30 anos de democracia no país, porém ainda está muito longe de garantir acesso igualitário às terras para a população rural. Veja a tabela a seguir e analise como a concentração fundiária está longe de ser resolvida em nosso país.

Tabela 4.2: Número de propriedades agrícolas e área total por classe de área – 2012.

Classe de área	Total de imóveis	Total de área (ha)
Menos de 10 ha	1.874.939	8.834.570,54
10 a menos de 100 ha	2.863.773	95.186.129,26
100 a menos de 250 ha	431.730	65.397.263
250 a menos de 1.000 ha	246.732	116.360.538,33
1.000 a menos de 2.000 ha	41.206	56.933.642,15
2.000 a menos de 10.000 ha	38.022	137.887.460,75
10.000 ha e mais	2.103	124.788.142
Total	5.498.505	605.387.746,03

Fonte: MDA - INCRA

Na tabela em questão, podemos ver claramente o quanto a terra é muito concentrada em nosso país, já que as pequenas propriedades (com menos de 250ha), mais numerosas, ocupam o equivalente a aproximadamente 170 milhões de hectares de um total de aproximadamente 605 milhões de hectares, isto é, em torno de 28%. Já as propriedades médias (entre 250 e 2000ha) ocupam uma área de aproximadamente 173 milhões de hectares, sendo 28,5% do total, enquanto as grandes propriedades ocupam em torno de 263 milhões de hectares, com 43,5% do total das terras agrícolas. Como resultado, cria-se um cenário de reivindicações bastante conflituoso. Analise o mapa a seguir.

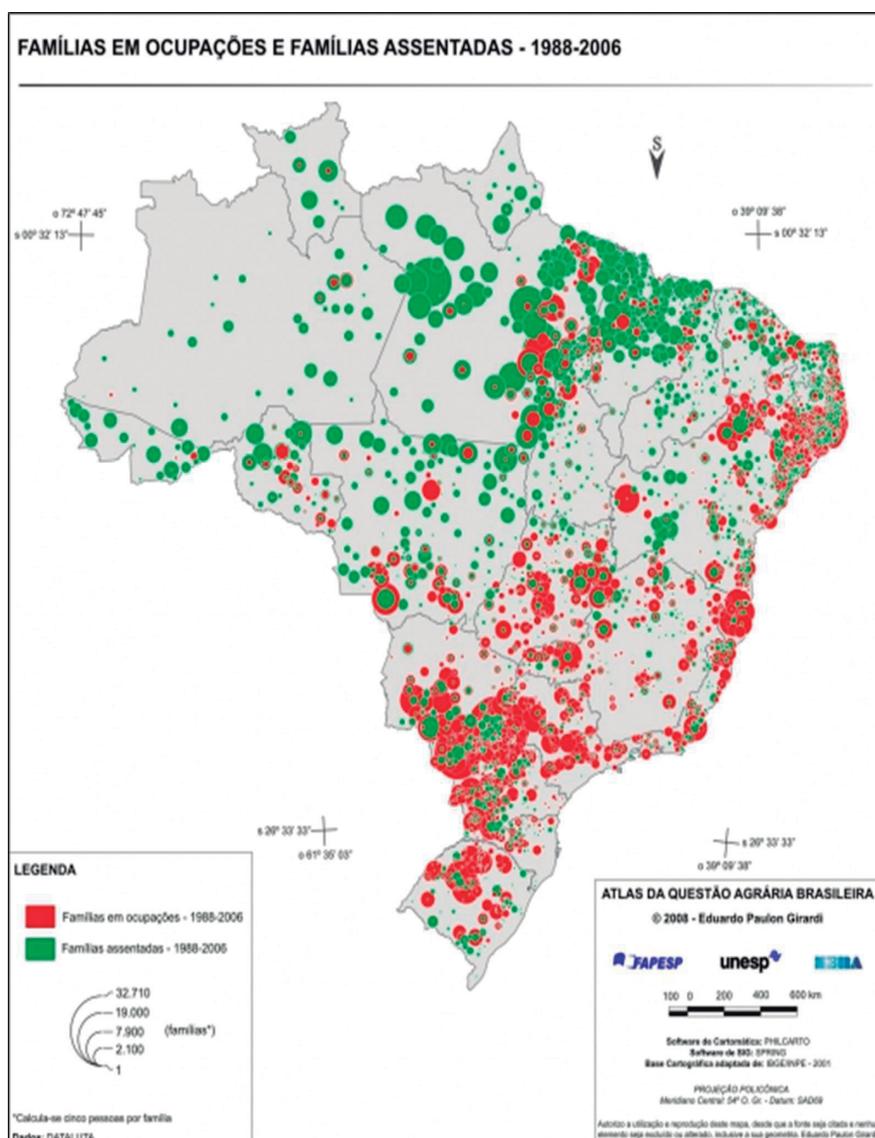


Figura 19: Famílias e populações assentadas entre 1988-2006.

A tabela a seguir mostra o número de famílias assentadas de acordo com o governo federal e seu órgão responsável – o INCRA.

Tabela 4.3: Número de famílias assentadas por macrorregião – 1990 aos dias atuais.

Região	1990 – 1999	2000 – 2009	2010 - hoje	Total
Norte	152.422	320.084	55.323	527.829
Nordeste	149.101	236.990	33.083	419.174
Sudeste	23.127	31.626	6.722	61.475
Sul	26.806	24.294	5.664	56.764
Centro-Oeste	80.051	129.099	14.022	223.172

Fonte: MDA – INCRA

Apesar de toda evolução percebida na tabela, na prática, o que tem sido feito são tímidas reformas fundiárias, sem a amplitude institucional necessária para uma verdadeira reforma agrária. Os assentamentos também requerem terras aptas ao plantio. Então, muitos trabalhadores inscritos nos programas governamentais acabam não aceitando receber terras em áreas onde a atividade agrícola apresenta muitos obstáculos. Na ausência de assistência técnica adequada, podemos dizer que a margem de sucesso dos assentamentos recém-criados tem sido bastante regular.

Diante desse cenário, os movimentos sociais precisam criar importantes redes de ajuda mútua para manterem vivo o projeto de desenvolvimento rural adequado à agricultura familiar. Ainda assim, é grande o número de famílias sem-terra aguardando mais projetos de “reforma agrária” pelo governo. Assim como é grande o número de famílias interessadas, o número de movimentos sociais voltados para a redistribuição das terras no país também cresceu. Além do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), destacam-se a CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura –, o Terra Livre, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Educação do Campo, dentre outros.

Para finalizar, podemos tirar algumas conclusões sobre essa seção: a concentração de terras no Brasil remonta ao início de nossa colonização, mas não podemos apenas colocar a culpa em nossos colonizadores. Vimos que muitas famílias já foram assentadas, mas também vimos que ainda há muito a ser feito, haja vista a enorme desigualdade na distribuição das terras agrícolas, que persiste até os dias de hoje. Devemos lembrar, portanto, que o espaço rural deve exercer uma função social, o qual, além de reservar-se à provisão de alimentos e matérias-primas, também tem o papel de gerar emprego e renda agrícola e não agrícola, com a finalidade de diminuir a desigualdade social em nosso país.

Atividade
10

(IFBA) Nos últimos anos, o Brasil vem se destacando como um grande exportador de produtos agrícolas, resultado do excepcional desenvolvimento do agronegócio em nosso país.



Contudo, as imagens reproduzidas na charge acima se tornam, a cada dia, mais presentes em nossa realidade socioeconômica, pois:

- os grandes lucros obtidos pela maior parte da população rural com as exportações de gêneros agrícolas vêm produzindo o enriquecimento dessa população e, conseqüentemente, uma fuga do meio rural.
- o inchaço demográfico e a falta de emprego nas grandes cidades, associados às extraordinárias rendas obtidas através da agricultura familiar, estão produzindo um crescente processo de êxodo urbano em nosso país.
- tanto no campo quanto nas cidades, a crise econômica das últimas duas décadas vem provocando a paralisação das atividades produtivas industriais, agrícolas e, conseqüentemente, o desemprego.
- embora o agronegócio gere grande produção e rentabilidade, é caracterizado pelo latifúndio e pela mecanização da agricultura, o que resulta em desemprego estrutural e êxodo rural.
- ao contrário das grandes cidades, as áreas rurais vêm se tornando cada vez mais dinâmicas e atrativas aos investimentos externos, principalmente àqueles direcionados às atividades industriais e financeiras.

Lembre-se:
faça em uma
folha à parte

Leia, com atenção, o texto a seguir:

“Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2005), esse segmento rural produz hoje 40% da riqueza gerada no campo no Brasil, correspondente a aproximadamente R\$ 57 bilhões. São cerca de quatro milhões de agricultores (84% dos estabelecimentos rurais brasileiros) que vivem em pequenas propriedades e produzem a maior parte da comida que chega à mesa dos brasileiros. Quase 70% do feijão vêm desta atividade, assim como 84% da mandioca, 58% da produção de suínos, 54% do leite bovino, 49% do milho e 40% das aves e ovos. Além disso, é um importante instrumento para manter os trabalhadores no campo.

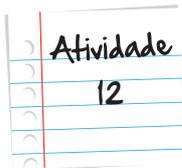
Fonte: www.mda.gov.br

Marque os conceitos que se adequam CORRETAMENTE ao texto.

- a) Latifúndio de exploração – Empresa agrícola
- b) Monocultura de subsistência – Agricultor itinerante
- c) Agricultura familiar – Pequeno produtor independente
- d) Agricultura de plantation - Agronegócio
- e) Agricultura de jardinagem – Agricultor integrado

Lembre-se:
faça em uma
folha à parte





(URCA)

CANÇÃO DOS SEM-TERRA – A enxada sobe e desce na terra encharcada/ Sobe e desce/ A vontade do homem que a sustenta,/ de ser dono da terra lavrada,/ da terra tratada./ A enxada sobe e desce no massapé moreno,/ Desde o nascer do sol ao cair do sereno./ A enxada cortando e a terra cavando/ vai no homem plantando/ a noção da injustiça que faz dele um escravo./ E a noção da injustiça lhe traz outra noção,/ Que a ele pertence o tesouro maior,/ A força do braço, a vontade do bravo,/ Os caminhos da terra./ Então vai percebendo e daí entendendo/ uma nova noção, que os caminhos da terra conduzem eles a libertação. Extraído do Livro – Crônicas do Milênio - Olival Honor de Brito – Membro do Instituto Cultural do Cariri – Coleção Itaytera – Nº 25

No texto, verificam-se tanto um alerta quanto à necessidade de uma reforma agrária em relação a um fato evidenciado nos últimos anos, que é o da necessidade de organização dos trabalhadores.

As alternativas abaixo expressam corretamente os processos que envolvem as relações de trabalho e produção no campo brasileiro, EXCETO:

- a) O processo de modernização na agropecuária brasileira somente foi possível a partir da promulgação da “Lei de Terras” de 1850, onde a mesma permitiu uma lenta mas efetiva reforma agrária ao longo dos anos.
- b) Estudos da Pastoral da Terra denunciam que o aumento dos conflitos no campo vem crescendo de forma vertiginosa, e que os mesmos são decorrentes, por um lado, da ação histórica arbitrária e opressiva do Estado e, de outro, da ofensiva dos trabalhadores rurais sem-terra na ocupação dos latifúndios.
- c) O modelo agrícola de exportação brasileira é baseado na monocultura e apoia-se na concentração da propriedade rural, como, por exemplo, o cultivo da monocultura soja.
- d) Mesmo com a mecanização e o avanço tecnológico, as atividades agrícolas estão sujeitas à forte influência dos fatores naturais. A interferência pode-se dar de várias maneiras, destacando-se, porém, os limites impostos pelo clima e solo.

- e) Uma política consistente de soberania alimentar no Brasil passa, necessariamente, por uma Reforma Agrária ampla e massiva e por uma política agrícola de apoio às pequenas unidades de produção.

Lembre-se:
faça em uma
folha à parte



Conclusão

Essa seção nos ajudou a fazer importantes enlaces. Sabemos que a Geografia procura compreender o ordenamento espacial das coisas, certo? Por isso mesmo, pudemos reconhecer, primeiramente, o quão importante foi o desenvolvimento agropecuário para a estruturação das civilizações humanas ao longo da história.

Além disso, também percebemos que o espaço rural, cada vez mais hibridizado, apresenta uma significativa diversidade de sistemas de organização socioeconômica no campo, a exemplo da Plantation, do sistema itinerante em fronteiras agrícolas, da agricultura moderna, pequena agricultura comercial, do sistema agroecológico, das formas de pastoreio nômade, enfim. A conjugação dos fatores terra, capital e trabalho produz um sem-fim de combinações que se revelam na paisagem rural.

Outra informação importante que a gente debateu nesta seção foi o processo de modernização agrícola no contexto da Revolução Verde e suas relações com a formação dos atuais complexos agroindustriais (CAIs). Com base nesse fenômeno, podemos pensar em um sistema agroalimentar global não isento de críticas, como as questões relacionadas à desestruturação dos modos de vida de boa parte da população rural e os possíveis riscos à saúde e ao meio ambiente, em função da utilização irrestrita de fertilizantes, defensivos sintéticos e sementes geneticamente modificadas.

Por fim, dentro do debate sobre os impactos da modernização agropecuária, relacionamos a grande concentração da estrutura fundiária brasileira com os contrastes sociais e os conflitos pela posse da terra ainda existentes no nosso país. Em pouco tempo, o Brasil se consolidou como um grande produtor de alimentos para exportação, ao mesmo tempo em que iniciativas efetivas de reforma agrária caminham a passos lentos.

Resumo

É hora de relembrar os principais temas abordados nesta unidade. Então, na primeira seção, descobrimos que era o campo que ditava o ritmo de vida nas primeiras aglomerações humanas, ou seja, a atividade agrícola era o coração econômico das sociedades desde a Antiguidade clássica, passando pelo feudalismo, até o início da Revolução Industrial. Com o tempo, a centralidade socioeconômica rural se deslocou para as grandes cidades à medida que o espaço urbano passou a polarizar a oferta de empregos e uma variedade cada vez maior de especializações das quais o espaço rural se tornou dependente e consumidor.

Na segunda seção, compreendemos que existe uma considerável diversidade de combinações entre condições ambientais, técnicas e sociais que definem a produção agropecuária e a vida no campo. Além disso, podemos acrescentar que, atualmente, o mundo rural vai além do setor agropecuário e mantém fortes elos de intercâmbio com o urbano na provisão não só de alimentos, como também na disposição de serviços, entre os quais, vale a pena destacar a oferta e cuidado de recursos naturais, os espaços para o descanso e as contribuições à manutenção de raízes culturais.

Na terceira parte, entendemos que o processo de modernização do campo integrou diversos setores econômicos e se caracterizou, principalmente, pela introdução das novas tecnologias advindas da Revolução Verde e pela criação de novos fatores de produção para superar as limitações de produtividade da terra. Importante lembrarmos que esse processo ocorreu através da mecanização, quimificação e da financeirização (concessão de crédito).

Na última seção, vimos que o Brasil é um importante exportador de alimentos na economia-mundo. No entanto, percebemos a heterogeneidade da organização agropecuária brasileira e lentidão das iniciativas de reforma agrária no país, cuja concentração fundiária remonta ao início de nossa colonização. Entretanto, vimos que muitas famílias já foram assentadas, mas também vimos que ainda há muito a ser feito, haja vista a enorme desigualdade na distribuição das terras agrícolas que persiste em nosso território.

Veja Ainda

Sugestão de documentário: Alimentos S. A.

O documentário apresenta um desagradável olhar ao mundo corporativo da indústria de alimentos nos Estados Unidos. Se, por um lado, ela segue a evolução no quesito tecnológico, por outro, a indústria possui um método de trabalho mantido em segredo dos consumidores. Com essa premissa, o filme discute o fato de que o suprimento de alimentos é controlado por algumas poucas corporações que frequentemente objetivam mais os lucros do que a saúde daqueles que consomem seus produtos.

Título Original: Food, Inc. País: EUA. Duração: 94 minutos. Ano de Lançamento: 2008. Direção: Robert Kenner.

Sugestão de documentário: O Veneno está na Mesa.

O documentário aborda como a chamada Revolução Verde do pós-guerra acabou com a herança da agricultura tradicional. No lugar, implantou um modelo que ameaça a fertilidade do solo, os mananciais de água e a biodiversidade, contaminando pessoas e o ar. Apesar do quadro negativo, o filme aponta pequenas iniciativas em defesa de um outro modelo de produção agrícola.

Título Original: O Veneno está na Mesa.

País: Brasil. Duração: 49 Min. Ano de Lançamento: 2011. Direção: Silvio Tendler

Atividade 1

D.

Atividade 2

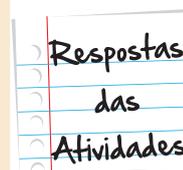
C.

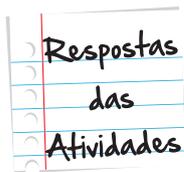
Atividade 3

- I) a ausência ou a pouca efetividade de políticas de inclusão social e de assistência técnica à agricultura familiar no campo favorecem o deslocamento da pobreza rural para as cidades;
- II) a intensificação do êxodo rural em direção às cidades gera uma pressão sobre os serviços públicos disponíveis que, no curto e médio prazo, não acompanham o crescente aumento da população urbana.

Atividade 4

C.





Atividade 5

D.

Atividade 6

B

Atividade 7

A.

Atividade 8

C.

Atividade 9

- a) Complexos agroindustriais são grandes cadeias produtivas que articulam a produção agrícola com a produção industrial e com os setores de comércio e serviço.
- b) Duas das consequências: • aumento do êxodo rural • imposição de regras comerciais • controle dos preços das mercadorias • aumento do desemprego / pobreza no campo • imposição de padrões de produção nocivos ao meio ambiente • imposição por parte das empresas de padrões técnicos de produção • eliminação das pequenas empresas e dos pequenos produtores rurais

Atividade 10

D.

Atividade 11

C.

Bibliografia

- ALENTEJANO, Paulo Roberto. *O que há de novo no rural brasileiro?* Revista Terra Livre. São Paulo, n. 15, 2000.
- BARROS, Regina Cohen. *A agricultura e suas implicações na qualidade da água dos rios formadores da bacia do rio Grande em Nova Friburgo, RJ, Brasil.* In BICALHO, Ana Maria de Souza. e HOEFLE, Scott William . *A dimensão regional e os desafios à sustentabilidade rural.* Rio de Janeiro, LAGET, UFRJ, 2003.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. *Segurança Alimentar e Agricultura Sustentável – Uma perspectiva agroecológica.* In: *Ciência & Ambiente.* Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, Rio Grande do Sul, n. 27, jul-dez 2003, p. 153-166.
- FAJARDO, Sergio. *Paisagem rural e território econômico: algumas considerações sobre essas possibilidades de leitura do espaço agrário.* Anais do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005. São Paulo, 2005.
- _____. *Considerações sobre o espaço rural a partir do enfoque econômico da paisagem e do território.* Caminhos de Geografia - revista online, ISSN 1678-6343. V.11. N. 34. p.225-234. Uberlândia. Minas Gerais, 2010. Disponível em: <www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>. Acesso em: 25 jul. 2011.
- GOMES, Maria Ferreira; ASSIS, Lenilton Francisco de. *Pluriatividade e Impactos Socioambientais no Meio Rural do Município de Meruoca – CE.* In: *Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS), Sobral - CE, v.14, n.1, p.96 - 109, 2012.*
- IÓRIO, Maria Cecília de Oliveira. *A integração agroindustrial: o sindicalismo ante uma versão agrária da terceirização.* In: *Terceirização (diversidade e negociação no mundo do trabalho).* Heloisa de Souza Martins e João Ricardo Ramalho. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Miguel Ângelo. *Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense.* In: *Revista Rio de Janeiro*, n. 18-19, jan.-dez. 2006. Disponível em: <http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_18-19/Cap-5-Glaucio_Marafon_Miguel_Angelo.pdf> Acesso em: 14 mar. 2014.
- MARAFON, Gláucio José. *Relações Campo-Cidade: uma leitura a partir do território fluminense.* In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Miguel Ângelo. (orgs) *Revisitando o território fluminense IV.* Rio de Janeiro: Gramma, 2012.
- MONTEIRO, Rosa Cristina. *As novas ruralidades políticas públicas: proposições para um debate.* In: FROELICH, José Marcos; DIESEL, Vivien (orgs). *Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos.* Ijuí: Ijuí, 2009.
- MOREIRA, Diogo. *A estrutura fundiária brasileira.* Disponível em < <http://conceitosetemas.blogspot.com.br/2013/02/a-estrutura-fundiaria-brasileira.html>> acesso em 09/03/2014.
- RUA, João. *As crises vividas pelo estado do Rio de Janeiro e a emergência de novas territorialidades em áreas rurais.* In: MARAFON, Gláucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo. (orgs) *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

- SENE, Eustáquio; MOREIRA, João Carlos. *Geografia Geral e do Brasil: Espaço Geográfico e Globalização*. 4ª ed. São Paulo: Scipione, 2010.
- SILVA, José Francisco Graziano da. *O que é Questão Agrária*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GRAZIANO-DA-SILVA, José Francisco. *O novo rural brasileiro*. São Paulo: Unicamp/IE, 1999.
- WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. *Formação do Brasil Colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Sites

- Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em <<http://www.mda.gov.br>> acesso em 11/03/2014
- INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Transgênicos: feche a boca e abra os olhos. Disponível em: <<http://www.idec.org.br/ckfinder/userfiles/files/Cartilha%20Transgenico.pdf>> Acesso em: 13 mar. 2014.
- Máquina destrói pragas de lavouras com choques elétricos no RS. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/campo-e-lavoura/noticia/2013/12/maquina-destroi-pragas-de-lavouras-com-choques-eletricos-no-rs.html>>. Acesso em: 12 mar. 2014.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. *Histórico*. Disponível em: <<https://www.fao.org/quemSomos.asp>> Acesso em: 13 mar. 2014.

Imagens

- Figura 1: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Ceifa_em_Anticoli_Corrado_-_Pedro_Weing%C3%A4rtner.jpg
- Figura 2: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=6334>
- Figura 3: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=31194>
- Figura 4: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=35736>
- Figura 5: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=41615>
- Figura 6: Google Earth.
- Figura 7: Elton Simões Gonçalves.
- Figura 8: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rice_Field.jpg
- Figura 9: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Famille_champs_de_coton.jpg. Autor: Olivier EPRON

- Figura 10: <http://www.rondonia.ro.gov.br/2015/02/39656/>
- Figura 11: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-e-assist%C3%A2ncia-t%C3%A9cnica-s%C3%A3o-temas-de-debate-na-confer%C3%A2ncia-green-rio>
- Figura 12: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Abr_horta_Antonio_Cruz.jpg?uselang=pt-br
- Figura 13: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nomads_and_Cattle_Tamil_Nadu.JPG. Autor: MohanRaj
- Figura 14: Elton Simões Gonçalves
- Figura 15: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:2006_Norman_Borlaug_Congressional_Gold_Medal_front.jpg. Autor: Domínio Público
- Figura 16: https://pt.wikipedia.org/wiki/Agricultura_no_Brasil#/media/File:Brasil_celeiro.png
- Figura 17: IBGE/PAM.
- Figura 18: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/>
- Figura 19: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/>



Século XIX: as ideias político-sociais e os movimentos rurais e urbanos

Para início de conversa..

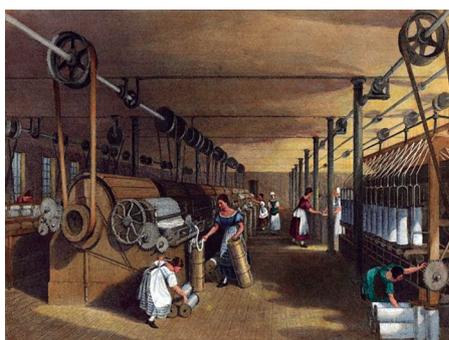


Figura 1



Figura 2

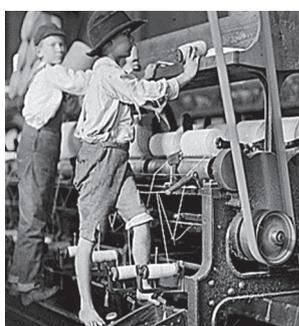


Figura 3



Figura 4

Nas imagens acima, voluntariamente embaralhadas, observamos indivíduos no seu fazer cotidiano – o trabalho. Pode parecer óbvio, mas, embora provenientes de tempos e sociedades muito diferentes entre si, há, entre as cenas,

algumas semelhanças. Na maior parte dos casos e para a maior parte das pessoas, o trabalho é, ao mesmo tempo, fonte de realização – já que é através dele que “ganhamos o pão de cada dia” -, e espaço de privação, sofrimento e dor – já que nem sempre trabalhamos como queremos, no tempo que escolhemos e nas condições que gostaríamos. Não é mesmo?

A experiência de trabalhar nem sempre nos lembra o ato criativo que transforma o mundo e nos transforma, que cria coisas novas. Na maioria das vezes, vivenciamos o trabalho como algo que gera riqueza para uma pessoa ou empresa, e que faz pouco sentido para nós mesmos. E se pensarmos nas condições às quais os trabalhadores foram submetidos ao longo do tempo, observamos que o trabalho, normalmente, está associado à dor - imagine que a palavra trabalho deriva de um instrumento muito antigo, o tripalium, espécie de tridente usado para castigar e torturar pessoas.

Essa separação, ou alienação do trabalho, não é um fenômeno novo, nem adquiriu uma forma única ao longo do tempo. A forma contemporânea – o trabalho assalariado – generalizou-se por volta do século XVIII e teve como motor fundamental a chamada Revolução Industrial.

A partir da Revolução Industrial, crescentemente, o trabalho humano esteve associado e, por que não dizer, subordinado ao desenvolvimento tecnológico. Fossem as novidades de pequeno impacto como o aperfeiçoamento das máquinas de fiar e tecer no século XVIII, as de grande impacto como descoberta de fontes de energia, como o petróleo e a expansão da indústria química, ou ainda, aquelas cujo impacto ainda dimensionamos parcialmente, como a informatização e a robótica; em todos os casos, a relação trabalho/tecnologia ganha novas e dramáticas cores desde então.

É curioso, também, que, mais ou menos na mesma época, o sentido atribuído ao trabalho tenha se transformado. Distante da ideia de castigo, crescentemente vai se associar o trabalho à salvação humana. Você já deve ter ouvido falar frases como “o trabalho enobrece o homem” ou “só o trabalho gera riqueza”.

Em se tratando de trabalho, muita coisa mudou desde o século XVIII. Os trabalhadores conquistaram direitos, a tecnologia avançou enormemente, a fábrica vem deixando de ser o principal local de produção, os salários foram modificados por complexos sistemas de gratificação, as mulheres avançaram na ocupação de postos de trabalho... Mas será que há também permanências que remontam àquele tempo? Vamos pensar um pouco?

Objetivos de aprendizagem

- Identificar as rupturas e permanências em relação às condições de vida e trabalho, desde o século XVIII até hoje.
- Reconhecer o contexto social e político de surgimento das ideologias revolucionárias do século XIX.
- Identificar as principais características das revoluções liberais do século XIX.
- Caracterizar os principais movimentos sociais urbanos e rurais do século XIX.

Seção 1

Relações de Trabalho nos Séculos XVIII e XIX

O processo de transformações que possibilitou a passagem gradual, mas intensa, das formas de produzir baseadas no trabalho manual ou artesanal para as formas mecanizadas ou industriais iniciou-se muito antes do século XVIII. Mudanças sociais que passavam pela “liberação” dos trabalhadores em relação aos vínculos com as antigas corporações de ofício; os *cercamentos dos campos*; a concentração das terras aráveis nas mãos de negociantes interessados nos lucros que delas pudessem vir; a acumulação de riquezas capazes de impulsionar investimentos iniciais; o aprimoramento de máquinas e técnicas; a concentração de trabalhadores despossuídos nas cidades, entre outros fatores, caracterizam aquilo que se convencionou chamar Revolução Industrial do século XVIII.

Sobre este marcante fenômeno, Alexis de Tocqueville declarou, em 1835:

“

Desta vala imunda a maior corrente da indústria humana flui para fertilizar o mundo todo. Deste esgoto imundo, jorra ouro puro. Aqui a humanidade atinge seu mais completo desenvolvimento e sua maior brutalidade, aqui a civilização faz milagres e o homem civilizado torna-se quase um selvagem.

(Apud HOBBSAWM, E. A era das revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.43).

”

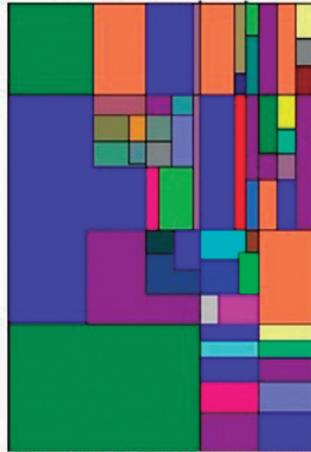


Corporações de ofício eram associações criadas ainda na Idade Média, que reuniam trabalhadores de uma mesma profissão – carpinteiros, sapateiros, padeiros, entre outros. As corporações – formadas por Mestres, Oficiais e Aprendizes – tinham como principal função a regulamentação das atividades dos artesãos como, por exemplo, proteção contra a concorrência indevida, determinação de preços e controle da qualidade dos produtos.

Cercamento dos campos é o processo de transformação do campo que implicou em um novo manejo da terra, utilizada agora para a criação extensiva de ovelhas, a fim de produzir lã (matéria-prima essencial para a indústria têxtil nascente). Nesse processo, inúmeros camponeses foram expulsos da terra e viram-se forçados a migrar para as cidades. A imposição de leis que condenavam a “vadiagem”, por exemplo, com penas de degredo forçaram a submissão às novas regras de assalariamento urbano.

Importante

Comunidades inglesas antes dos cercamentos

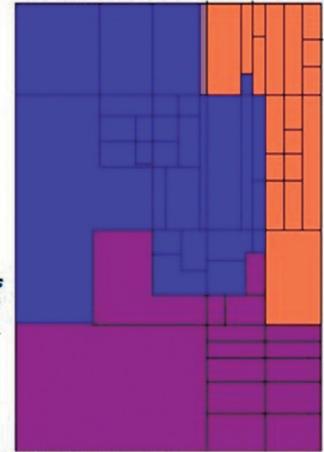


Lei dos cercamentos

Legenda

- = Terras dos Barões
- = Terras dos ricos fazendeiros
- = Terras de outros ricos fazendeiros
- = Terras comuns
- = Demais Cores
- = Pequenos produtores

Comunidades inglesas depois dos cercamentos



Extracted from the Grade Nine Social Studies curriculum, http://www.cssd.ab.ca/tech/social/tut9/lesson_2.htm
Reelaborado por Gilberto A. Angelozzi

http://affordablehousinginstitute.org/blogs/us/2006/08/on_the_beach_pa_3.html

Reelaborado por Gilberto A. Angelozzi

Leia os textos a seguir e responda às questões.

Atividade
1

Texto 1

“

Assim, para que um insaciável devorador, peste e praga de seu próprio país, possa abarcar num único campo milhares de braços, uma quantidade de pequenos agricultores se veem escoraçados de seus bens. Uns saem enganados, outros são expulsos à força; alguns, enfim, cansados de tantos vexames, se veem forçados a vender tudo o quando possuem. Enfim, esses infelizes partem, homens e mulheres, casais, órfãos, viúvos, pais com os filhos nos braços. Todos emigram, largam seus lugares, os lugares onde viveram e não sabem onde se refugiar. (...) Logo os veremos errantes, privados de qualquer recurso. Só lhes resta roubar e serem enforcados, segundo as regras.

(MORUS, Thomas. *A utopia*. Brasília. Ed UNB, 1982, p.16).

”

Texto 2



(...) apesar dos esforços sistemáticos, em larga escala, para alargar ruas (...) aumentar e aperfeiçoar a drenagem e a rede de esgotos (...) nas regiões em que residem as classes mais ricas, nada foi feito para melhorar as condições dos distritos habitados pelos pobres.

(THOMPSON, E. P. Formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 187).



Agora, responda:

- Qual a relação entre o que está descrito nos Textos 1 e 2?
- Em sua opinião, estas descrições são, em algum sentido, atuais? Justifique.

Anote suas respostas em seu caderno



Migrantes do campo, homens, mulheres e crianças tiveram de se adequar à disciplina urbana e industrial. Era preciso trabalhar num ritmo regular, diário e ininterrupto, o que diferia muito dos tempos dedicados ao trabalho rural. Para manter a disciplina, dois artifícios foram muito utilizados: a coerção moral e física que chegava aos açoites e o pagamento de salários tão baixos que forçassem os operários a trabalhar longas jornadas a fim de alcançar a sobrevivência. O emprego de mulheres e crianças, consideradas mais dóceis, generalizou-se nesse momento.

É certo que o trabalho assumiu novas formas a partir daí. A parcialização da produção e a especialização de trabalhadores em tarefas cada vez mais pontuais tornaram a repetição mecânica cada vez mais intensa na jornada de trabalho. O crescente controle sobre os tempos e os movimentos do trabalhador durante o trabalho levou ao surgimento da chamada administração científica do trabalho ou taylorismo, já que se baseia nos estudos de Frederick Taylor (1856-1915). Além disso, mais tarde, tivemos a divisão do trabalho entre vários operários, com a introdução das linhas de montagem características do chamado fordismo. Estes dois mecanismos de trabalho e produção permitiriam um aumento da produção, a redução dos custos e o aumento dos lucros dos empresários.



Journal do Brasil, 19 de fevereiro de 1997.

Figura 5. Charge que retrata a ideia de uma linha de montagem, na qual o trabalhador desconhece o produto final de seu trabalho.

<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=52084>

Como a produção industrial é tipicamente urbana, a concentração de pessoas neste ambiente teve, ao longo dos séculos XVIII e XIX, importantes implicações. Ao descrever a cidade de Liverpool, na Inglaterra, num relatório de 1842, saltam aos olhos as péssimas condições de vida dos trabalhadores:

“

Mais imundície, piores sofrimentos físicos e desordens morais do que os descritos por Howard em relação aos detentos das prisões são encontrados entre os trabalhadores que ocupam os porões nas cidades de Liverpool, Manchester, Leeds e extensas áreas de Londres.

(“Report on the sanitary condition of the labouring people. Apud BRESCIANI, M S M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*.” São Paulo: Brasiliense, 1982, p.29).

”

Imagine a descrição a seguir:

“

E os pobres! Espetáculo cujo horror o nevoeiro e a lama de Londres, por mais espessos, não conseguem ocultar! O que diríamos, sob o sol da França, em Paris, se subitamente, em pleno bulevar, vissemos passar esses miseráveis: piolhos da sarjetas, aranhas dos muros, sapos dos pântanos! [No corpo do pobre de Londres] a roupa parece uma pele que se descama, uma lepra que cai. É esfarrapada, como se os ratos devorassem o homem que a veste, como se tivesse recebido golpes de forcado. E há nos rostos uma tal expressão de fadiga e terror! Em Londres, essa miséria passeia pelas ruas, sem que ninguém sede tenha, com espanto ou piedade.

(Jules Vallés – exilado francês sobre a cidade de Londres. In: CHARLOT, Monica; MARX, Roland (org.). *Londres, 1851-1901: a Era Vitoriana ou o Triunfo das Desigualdades*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, p.41-42)

”

Esta situação, entretanto, só se fazia notar em momentos de violentas manifestações de rua. Nesse contexto, alarmados com a presença operária, os proprietários londrinos, por exemplo, chegaram a afirmar: “o lugar mais bonito da Europa está transformado num sórdido acampamento de vagabundos” e insistentemente demandarão a “limpeza das ruas” (idem, p.48). A isto, os trabalhadores responderão com manifestações, greves e pelo voto. No processo, desenvolverão críticas ao capitalismo, sintetizadas no anarquismo, no socialismo e no comunismo, como veremos a seguir.

Seção 2

Ideias Sociais e Políticas do século XIX

Como estudamos antes, o desenvolvimento da sociedade capitalista, urbana e industrial implicou no aumento da exploração do trabalho e sua subordinação. Sustentada nos princípios do liberalismo, a sociedade burguesa cultivava a razão, a ciência e o progresso. A valorização da propriedade, do indivíduo e da iniciativa privada completava o quadro de convicções. O fosso social separava indiscutivelmente proprietários/burguesia e trabalhadores/proletariado. Cada vez mais tensas, as cidades se tornaram palco de ações e discussões críticas ao sistema, palco do nascimento de ideias socialistas (utópicas e científicas) e anarquistas.

Liberalismo

É um conjunto de princípios e teorias políticas, fundado na liberdade política e econômica. Sua origem é do século XVII, mas ganhou força nos séculos XVIII e XIX com as ideias defendidas pelo filósofo escocês Adam Smith (1723-1790), que dizia ser contrário ao forte controle do Estado na economia e na vida das pessoas. Os liberais defendem muitos pontos de vista, mas, em geral, apoiam a defesa da propriedade privada, do livre mercado e da igualdade perante a lei.

Essas doutrinas tinham em comum a crítica ao capitalismo, a denúncia da exploração dos trabalhadores e a proposição de que esses deveriam construir sociedades novas, igualitárias e livres. Havia, entretanto, discordâncias quanto aos caminhos para a construção desse “mundo novo”. Vamos conhecer um pouco sobre elas!

Socialismo Utópico é como ficou conhecido o pensamento de autores como Saint Simon, Charles Fourier e Robert Owen que, no início do século XIX, propuseram a transição para o socialismo de forma pacífica, sem indicar os meios para esta transição.



No lugar dos vastos centros que absorvem as populações, as aldeias, as casas, construídas ao azar no mapa, mal distribuídos, mal traçados seus limites, tão incoerentes em sua distribuição geral como em sua organização particular, a humanidade deve estar agrupada por comunidades, regulares pelo número de seus habitantes, por sua ordem interior e pelas condições de equilíbrio na relação com outras comunidades, obedecendo todas as leis análogas. Na ordem combinada ou societária estas comunidades recebem o nome de falange, palavra que significa uma ideia de conjunto, de unidade, de vontade e de objeto. A falange deve ser composta de 400 famílias (1.600 ou 1.800 pessoas, com uma média da densidade das famílias de 4,5). As bases desta associação são: 1º Todos os habitantes da comunidade, ricos e pobres, formarão parte da associação; o capital social constituirão os imóveis de todos e os móveis e capitais investidos por cada um à sociedade. 2º Cada associado em troca de seus investimentos, receberá ações que representem o valor exato do que haja investido. 3º Toda ação terá hipoteca sobre a parte dos imóveis que represente e sobre a propriedade geral da sociedade. 4º Todo associado (se é associado ainda quando não se possuem ações nem capital algum) deve concorrer à exploração do bem comum, com seu trabalho e com seu talento. 5º As mulheres e as crianças entram na sociedade com o mesmo título que os homens. 6º O benefício anual, depois de satisfeitos os gastos comuns, será repartido proporcionalmente segundo as três faculdades produtivas: capital, trabalho e talento. Os fourieristas supõem que esta organização produzirá importantíssimas e fecundas consequências, pois, por exemplo, as 400 famílias reunidas levariam grandes vantagens em substituir seus 400 lugares, que empregam a 400 mulheres, por uma boa cozinha dirigida por umas quantas pessoas hábeis na arte de cozinhar; seus 400 depósitos de grãos por um bom; suas 400 adegas por uma ampla e magnífica, &c., &c. A falange, ou seja, a reunião de 400 casinhas, viria com o tempo a se reunirem em um só edifício; com quatrocentos departamentos com dependências comuns e particulares, e este grande edifício unitário receberá o nome de falanstério". (Dicionário Enciclopédico Hispano-Americano, verbete Fourierismo).



O *Socialismo Científico* (que mais tarde ficou conhecido, também, como marxismo) origina-se no Manifesto Comunista, escrito por Karl Marx e Friedrich Engels, em 1848. Partindo de uma complexa crítica aos princípios liberais, esses autores sustentaram que a revolução proletária, organizada pelo Partido Comunista, seria a única forma eficaz de superação do capitalismo e de construção do comunismo.



A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. (...) O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: constituição dos proletários em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado.(...)Todavia, nos países mais adiantados, as seguintes medidas poderão geralmente ser postas em prática:1. Expropriação da propriedade latifundiária e emprego da renda da terra em proveito do Estado.2. Imposto fortemente progressivo.3. Abolição do direito de herança.4. Confiscação da propriedade de todos os emigrados e sediciosos.5. Centralização do crédito nas mãos do Estado por meio de um banco nacional com capital do Estado e com o monopólio exclusivo.6. Centralização, nas mãos do Estado, de todos os meios de transporte.7. Multiplicação das fábricas e dos instrumentos de produção pertencentes ao Estado, arroteamento das terras incultas e melhoramento das terras cultivadas, segundo um plano geral.8. Trabalho obrigatório para todos, organização de exércitos industriais, particularmente para a agricultura.9. Combinação do trabalho agrícola e industrial, 10. Educação pública e gratuita de todas as crianças, abolição

do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é praticado hoje. Combinação da educação com a produção material, etc.” (MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In. *O Manifesto Comunista: 150 anos depois*. Daniel Aarão Filho (Org). Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 1998. Trechos diversos.)

”

Já o *Anarquismo*, desenvolvido por teóricos, como Joseph Proudhon, Mikhail Bakunin e Enrico Malatesta, sustentava que a superação do capitalismo se daria pela livre ação dos trabalhadores e levaria à criação de uma sociedade livre da propriedade, dos patrões, da Igreja e do Estado.

“

Para nós, a autoridade não é necessária à organização social; ao contrário, acreditamos que ela é sua parasita, que impede sua evolução e utiliza seu poder em proveito próprio de uma certa classe que explora e oprime as outras. Enquanto houver harmonia de interesses em uma coletividade, enquanto ninguém quiser ou puder explorar os outros, não haverá marca de autoridade (...).” (MALATESTA, Enrico. *Textos escolhidos*. Porto Alegre: LPM, 1984, p. 25).

”

Coisa do passado? Anarquismo e Socialismo continuam sendo referências teóricas importantes no mundo contemporâneo. Para que se tenha uma ideia, movimentos sociais ocorridos no Brasil e no mundo têm exibido bandeiras anarquistas.



Figura 7 - Manifestações na Europa
http://pt.wikipedia.org/wiki/Black_bloc

Saiba Mais

Saiba Mais

“Jovens mascarados e vestidos de preto andam em grupo no meio de protestos. Portam bandeiras negras ou símbolos anarquistas, quebram vidraças, entram em confronto com a polícia e embora não possuam liderança clara, têm nome definido: Black Blocs.

As notícias dos black blocs que cativam e assustam manifestantes mundo afora poderia ser uma cena vista no Brasil, no Egito, na Turquia, na Grécia, nos Estados Unidos ou em qualquer outro lugar do mundo”.

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/09/130822_black_block_protestos_mm.shtml

Quanto ao socialismo, observe algumas bandeiras partidárias no Brasil:



Figuras 8, 9, 10, 11, 12 e 13. Disponíveis em <pt.wikipedia.org>

Caia na rede e descubra se as propostas desses partidos se aproximam dos princípios do socialismo do século XIX.

Como aluno (a), você pode - e deve! - analisar o tema e refletir se as propostas dos partidos socialistas hoje são adequadas às necessidades dos brasileiros. O que acha?

Leia o texto a seguir e, então, responda ao que se pede:



Suas mais sérias consequências foram sociais: a transição da nova economia criou a miséria e o descontentamento, os ingredientes da revolução social. E, de fato, a revolução social eclodiu na forma de levantes espontâneos dos trabalhadores da indústria e das populações pobres das cidades, produzindo as revoluções de 1848 no continente e os amplos movimentos cartistas na Grã-Bretanha.

(HOBSBAWM, E. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001, p. 55).



- O que podemos entender por “transição da nova economia”?
- A que levantes espontâneos o autor se refere?

Anote suas respostas em seu caderno



Seção 3

Revoluções Liberais do Século XIX

Como observamos na seção anterior, o século XIX, na Europa, foi um momento bastante frutífero para a criação de doutrinas e novas ideias sociais e políticas. Imagine estas inovadoras formas de pensar diante de um cenário social de grande desigualdade e duras condições de vida de boa parte da população!

A industrialização, a urbanização, a miséria e outros problemas comuns às sociedades capitalistas legitimaram ciclos de revoluções. Os movimentos socialistas, principalmente, pretendiam transformar o regime social nascido do **capitalismo liberal**. Seus membros se esforçaram para reformar a legislação trabalhista e o regime de propriedade da sociedade europeia.

Capitalismo liberal

É uma forma de organização social, baseada em um duplo conceito: Capital – o livre uso da propriedade, principalmente de alguns poucos que possuem meios de produção – terras, fábricas, maquinários; Liberdade – livre escolha para dispor de suas propriedades como bens. O fato é que a maioria da população tinha apenas uma propriedade: sua força de trabalho, que deveria ser vendida em troca de um salário.

As ideias liberais ganharam força em oposição ao absolutismo – sistema social e político aristocrático, baseado em privilégios sociais ou de nascimento, no qual há concentração de poderes nas mãos do rei. Este regime passou a ser contestado no século XVIII, quando a burguesia industrial começou a exercer uma posição social elevada e desejava ter representantes de seus interesses à frente do governo. O liberalismo, desenvolvido na Inglaterra, foi propagado na Europa através da França por meio dos filósofos iluministas e pela própria Revolução Francesa (1789-1815) com seu lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”.

A partir dessas ideias, em 1820, se deu o primeiro ciclo de revoluções liberais na Europa, como, por exemplo, na Espanha, com a restauração da Constituição de Cádiz e, em Portugal, com a Revolução do Porto.

A onda revolucionária ocorrida na Espanha tinha como objetivo restaurar a Constituição de Cádiz (1812), que havia sido revogada como forma de manter os privilégios da nobreza. Os liberais, majoritariamente burgueses radicais, descontentes com as medidas fiscais impostas pelo governo organizaram-se militarmente. Apesar de ter sido restaurada durante um curto período (1820-1823), seu texto exerceu profunda influência nas elaborações das Constituições em outros países europeus.

Influenciado pela propaganda de ideias liberais do país vizinho, a cidade do Porto, em Portugal, articulou uma revolução constitucionalista. Os revoltosos passaram a exigir a elaboração de uma constituição para o país, defendendo o retorno da Corte portuguesa, transferida para o Brasil em 1808, sob a ameaça de invasão das tropas de Napoleão Bonaparte, e a restauração do Brasil à condição de colônia de Portugal. Apesar de conseguirem que a Corte retornasse ao país, não foram bem sucedidos em relação ao Brasil, já que, dois anos depois, em 1822, D. Pedro I, que havia permanecido no Brasil, declarou a independência da antiga colônia.

Revoluções de 1830

Os conflitos não ficaram apenas nisto. Dez anos após o início das revoluções liberais ocorridas, sobretudo na Espanha e em Portugal, a Europa vivenciou uma nova onda revolucionária.

Conflitos de cunho liberal nacionalista começaram na França e, em seguida, se espalharam por toda a Europa. As reivindicações eram pautadas na defesa das liberdades individuais e a exigência de se estabelecer governos instituídos pelo *voto universal*.

Sufrágio Universal

É o direito de voto a todos os indivíduos considerados intelectualmente maduros. Até o final do século XIX, o sufrágio universal compreendia apenas o voto de homens adultos. Somente a partir do século XX o direito ao voto foi estendido às mulheres, na maioria dos países democráticos.

A França, após passar pela experiência liberal conhecida como Era Napoleônica (1799-1815), vivenciou o retorno do regime absolutista – a chamada Restauração Monárquica – que voltou a conceder privilégios à aristocracia política. Dessa maneira, os ideais e anseios gerados pela experiência revolucionária francesa foram sufocados em função do retorno de um governo conservador com elementos monárquicos.

Apesar de politicamente divididas, camadas médias urbanas da sociedade francesa, como jornalistas, estudantes, burgueses e trabalhadores iniciaram manifestações e levantes que conduziram à Revolução de 1830. Os populares fizeram uma série de levantes e barricadas na capital francesa. A revolta do povo foi tamanha que até a própria Guarda Nacional – ligada ao rei – passou a manifestar apoio à luta. Após esta intensa ação, o então rei Carlos X abdicou do trono francês. Em seu lugar, foi instalada uma **monarquia constitucional**.

Monarquia Constitucional

Uma **monarquia constitucional** é um sistema político que reconhece um monarca eleito ou hereditário como chefe de Estado, mas em que há uma constituição que limita seus poderes.



Figura 14. O quadro “A Liberdade Guiando o Povo”, de Eugène Delacroix, representa a revolta da população parisiense mobilizada pelas ideias liberais, em 1830.
http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Eug%C3%A8ne_Delacroix__La_libert%C3%A9_guidant_le_peuple.jpg

Em bem pouco tempo, os acontecimentos ocorridos na França inspiraram outros levantes pela Europa. Estas revoltas assumiram um caráter de oposição às diretrizes do **Congresso de Viena**, que havia colocado várias nacionalidades sob o domínio de um mesmo país.

Congresso de Viena

O **Congresso de Viena** foi uma conferência, ocorrida na Áustria, entre os embaixadores dos principais países da Europa, entre 1814 e 1815. A intenção deste encontro era restabelecer a estabilidade política e redesenhar o mapa do continente europeu após a derrota de Napoleão, que havia tomado para o domínio da França grande parte do território que antes pertencia às monarquias absolutistas. O Congresso visava restaurar os tronos dos respectivos países e o pagamento de indenizações.

Um exemplo disso se deu na Bélgica, que acabou alcançando sua independência em relação à Holanda. Pelo Congresso de Viena, a Bélgica ficou submetida à Holanda através da criação do Reino dos Países Baixos. Mas havia muitas diferenças entre estes dois povos: além das diferenças de idioma, os belgas eram católicos e tinham a proposta de fortalecer a indústria nacional, enquanto os holandeses eram protestantes e viviam basicamente do comércio.

O governo passou a adotar diretrizes que beneficiaram principalmente os holandeses, inclusive com a imposição do holandês como língua oficial. Isto provocou uma onda de revoluções pela independência que foi facilitada pelo apoio da França e da Inglaterra. Conseguindo a sua independência em 1839, a Revolução da Bélgica acarretou uma dupla alteração no sistema estabelecido no Congresso de Viena: o surgimento de um novo **Estado Nacional** e a organização de uma monarquia liberal e constitucional.

Estados Nacionais

São instituições organizadas de forma política, social e jurídica, que ocupam território definido e dirigido por um governo que possui soberania reconhecida tanto pelos seus habitantes como por outros países. Mas será que basta viver em um território para se sentir parte de uma nação? É importante termos objetivos, propósitos e aspectos culturais comuns que nos garantam um sentimento de pertencimento e unidade, que alguns estudiosos chamam **identidade nacional**.

França e Bélgica foram os países que tiveram a atuação mais bem-sucedida durante as revoluções liberais desse período. Mas o fermento revolucionário, no entanto, permaneceu por toda a Europa nos anos seguintes.

Revoluções de 1848

As ideias liberais e nacionalistas que fomentaram revoluções na década de 1830 se mantiveram presentes na forma de pensar da burguesia. Isto foi agravado em função de regimes governamentais autoritários, crises econômicas, escassez de alimentos, péssimas condições de trabalho para os operários das fábricas, desemprego e falta de

representação política por parte das classes médias. Este cenário favoreceu o surgimento de uma nova onda revolucionária, no ano de 1848, que ficou conhecida como *Primavera dos Povos*.

Esta foi a mais abrangente série de revoluções da Europa, sendo afetada por cerca de 50 países. Mas foram revoluções locais, sem uma coordenação entre elas. A ideologia predominante que, de certo modo, unia todos os movimentos, era a do socialismo utópico. Devemos salientar que esse sentimento de mudança também foi fomentado pela publicação do Manifesto Comunista, de Karl Marx, que defendia a mobilização dos trabalhadores.

O primeiro país a irromper a revolução foi a França, onde grupos adeptos do sufrágio universal e socialistas conseguiram derrubar a monarquia. Estes grupos conseguiram mobilizar centenas de pessoas insatisfeitas com as péssimas condições de vida e montaram barricadas nas ruas da capital, Paris. Apesar de terem sido reprimidos com violência, conseguiram que o então rei Luís Felipe abdicasse do trono, em função de um projeto republicano e constitucionalista.



Figura 15. Pintura de Horace Vernet representa as barricadas nas ruas de Paris, durante a revolução de 1848.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Horace_Vernet-Barricade_rue_Soufflot.jpg

Apesar de ter sido estabelecida a República na França, esta durou pouco tempo (1848-1852). O presidente Luís Bonaparte, foi eleito através do sufrágio universal para um mandato de quatro anos. Contudo, ao final desse período, agiu de forma semelhante à do seu tio, Napoleão Bonaparte, permanecendo no poder através de um golpe, tornando-se o imperador Napoleão III.

Apesar de grupos conservadores terem ocupado o poder depois desses episódios, as monarquias absolutistas e alguns privilégios da aristocracia foram tacitamente prejudicados. Além disso, as revoluções de 1848 foram um movimento que separou definitivamente os interesses da burguesia e do proletariado. Grande parte da burguesia mais conservadora percebeu que as revoluções significavam um verdadeiro perigo para seus objetivos de aumentar seus lucros. Nesse contexto, como veremos na próxima seção, a tomada de consciência de direitos e a vontade de manifestar anseios políticos favoreceu o surgimento de diversos movimentos sociais nesse período.

Seção 4

Movimentos Sociais dos Trabalhadores no século XIX

Acabamos de ver nas seções anteriores que o século XIX na Europa foi intensamente marcado pelo surgimento de novas ideias sociais, reivindicações de caráter nacionalista e, principalmente, pela luta por direitos trabalhistas e melhores condições de vida.

Mas como reagiram os trabalhadores diante dessas novas ideias de liberdade e igualdade? Vamos conhecer alguns movimentos sociais que surgiram entre o final do século XVIII e ao longo do século XIX.

Como aprendemos na primeira seção, a Revolução Industrial trouxe profundas mudanças para a vida dos trabalhadores. Os artesãos se viram privados de seus meios tradicionais de produção para vivenciarem precárias condições de trabalho, longas jornadas, miséria e crises de desemprego. Revoltados, os operários se mobilizaram e passaram a se organizar em movimentos em prol da causa dos trabalhadores.

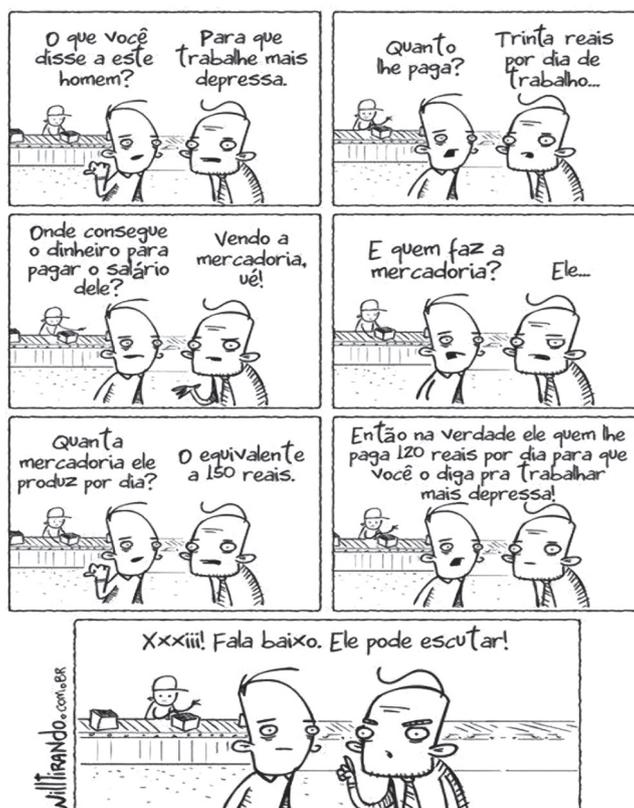


Figura 16. Tirinha criticando a exploração do trabalhador.
<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=37140>

Lutas Operárias na Inglaterra

O *Ludismo*, também conhecido como “quebradores de máquinas”, foi um movimento contra a mecanização do trabalho. O advento das máquinas era um efeito negativo para os operários. Para estes trabalhadores, as máquinas que substituíam a mão de obra humana eram as grandes causadoras do desemprego e dos salários baixos. Em 1811, na Inglaterra, o movimento ganhou força significativa. Os luditas chamaram muita atenção pelos seus atos, invadindo fábricas e destruindo máquinas como forma de reivindicar melhores condições de trabalho.

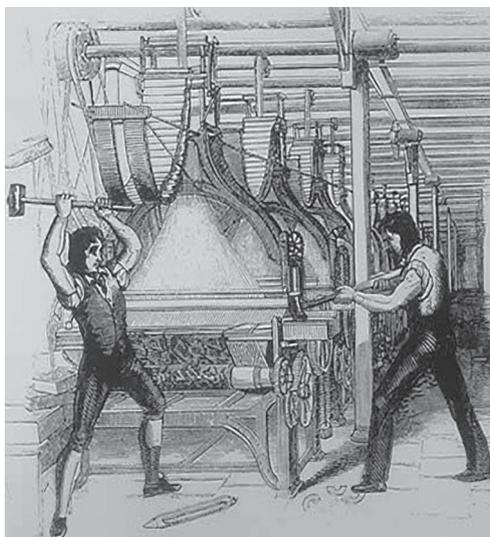


Figura 17. Desenho de 1812, representando luditas destruindo máquina de tear.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:FrameBreaking-1812.jpg>

Por que Luditas? Os operários deram esse nome ao movimento em homenagem a Ned Ludd, uma figura presente no imaginário popular, que teria sido o primeiro operário, ainda no século XVIII, a ter destruído seus trajes de trabalho e uma máquina na tecelagem onde trabalhava, na região rural da Inglaterra.

Saiba Mais

Os operários começaram a perceber que a razão das péssimas condições de vida não era um problema que se resumia às máquinas. Dessa forma, no início do século XIX, o movimento operário passou a oferecer resistência às leis liberais na Inglaterra que proibiam a realização de greves, a formação de sindicatos e o direito de reunião. Os trabalhadores passaram a se manifestar com motins, petições e greves como forma de manifestar força no cenário político.

A partir dessas lutas, os trabalhadores urbanos lentamente começaram a conquistar alguns direitos trabalhistas e políticos básicos. O direito ao voto e a criação de sindicatos foram importantes nessa luta, já que alcançaram também a liberdade de formar seus próprios partidos.

Outra forma de manifestação dos trabalhadores foi o *Cartismo*, organizado na década de 1830, que se pronunciava de maneira mais tênue em relação às questões operárias. Seu foco era direcionado às disputas parlamentares, meio pelo qual conseguiu conquistar alguns direitos para os trabalhadores.

Representado pela Associação Geral dos Operários de Londres, teve como principal base a *Carta do Povo*, carta escrita pelos manifestantes ao parlamento inglês. Dentre as exigências desse documento, estavam o sufrágio universal masculino através do voto secreto, e a participação de representantes da classe operária no parlamento.

Apesar de as exigências não terem sido inicialmente atendidas, o movimento se radicalizou através de comícios, manifestações e abaixo-assinados. Ao longo do tempo, as reivindicações foram aos poucos, sendo incorporadas à legislação inglesa.

Os protestos dos trabalhadores conseguiram modificar a legislação social vigente em muitos países, levando, por exemplo, à criação de leis que protegiam os menores. Na França, em 1873, somente maiores de 13 anos podiam trabalhar. Em 1892, a jornada de trabalho de mulheres e crianças poderia ser de até onze horas por dia. Como você pode observar são jornadas de trabalho bem diferentes do que temos nas leis trabalhistas de hoje. A adoção dessas garantias amenizou os protestos sociais.

Comuna de Paris

Uma curta experiência de um governo operário foi organizada pelas camadas populares parisienses e fortemente marcada por diversas tendências ideológicas. A Comuna de Paris, em 1871, que foi também - durante dois meses - a primeira experiência socialista da história.

Após a derrota do exército francês da **Guerra Franco-Prussiana**, guardas locais organizaram a resistência das cidades francesas. Com a notícia do fim da guerra entre os governos francês e alemão, foi instaurada uma rebelião da guarda de Paris, composta principalmente pela população pobre urbana que passou a governar a cidade. Os revoltosos conseguiram instaurar um governo popular, no qual o exército seria composto pelas camadas pobres da

população, o Estado separado da Igreja, católica, o voto seria universal e as indústrias teriam como proprietários e administradores os próprios operários.

Vocabulário

A **Guerra Franco-Prussiana** (1870-1871) foi um conflito ocorrido entre o Império francês e um conjunto de estados germânicos liderados pela Prússia. A intenção do conflito era a tentativa de unificar a Alemanha. Em oposição, o imperador francês Napoleão III tinha como objetivo reconquistar o prestígio perdido depois de diversas perdas político-diplomáticas e conter o poderio militar prussiano que constituía grande ameaça à supremacia francesa no continente europeu. Ao final do conflito, a França perdeu parte das províncias de Alsácia e Lorena para os alemães até o fim da Primeira Guerra Mundial.



Figura 18. Barricadas erguidas durante a Comuna de Paris.
http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Disderi_3.jpg

A pedido do governo francês, a comuna foi dissolvida com violência com a ajuda do exército prussiano. Cerca de trinta mil pessoas foram mortas, presas e expulsas do país.

E no Brasil? Como as ideias sociais e liberais repercutiram aqui?

Os filhos das famílias mais ricas podiam estudar na Europa e, lá, entravam em contato com as ideias liberais-burguesas. Inevitavelmente passaram a comparar as condições políticas e econômicas existentes no Brasil e a de outros países, criando aqui um clima de revolta.

Durante o período imperial (1822-1889), ocorreram vários movimentos pelo fim da escravidão e contra a monarquia. Grande parte deles já pensava na instauração de uma República no Brasil ou na proclamação de repúblicas isoladas.

Além das revoltas regionais, dois grandes movimentos sociais que ocorreram a partir de 1850, ganharam âmbito nacional: o *movimento abolicionista* e o *republicano*. Eles se desenvolveram em paralelo e foram fundamentais para a queda do Império e a instauração da República no Brasil.

O movimento abolicionista agregou políticos, intelectuais, poetas e romancistas, mas também muitos escravos, livres e libertos. Já o movimento republicano foi composto pelos segmentos mais ricos da sociedade que buscavam uma nova forma de acomodar os grupos que desejavam o poder. Houve a participação de liberais que defendiam a República democrática com a concessão de maiores direitos para os grupos menos favorecidos economicamente, mas eles foram afastados, e os conservadores se apossaram do poder.

Tanto o movimento republicano quanto o abolicionista utilizaram a imprensa e a discussão em vários níveis sociais. Ambos conseguiram seus objetivos ao mesmo tempo, de tal modo que o fim da escravidão, que ocorreu em 1888, abriu portas para a proclamação da República, no ano seguinte.



Figura 19 – Movimento abolicionista retratado nos periódicos da época.
<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/26/Emancipa%C3%A7ao.jpg>

Os movimentos sociais que ocorreram ao final do século XIX mostravam um caráter político e social marcante. Mesmo com a vigilância rígida e a repressão sobre a população do campo e da cidade, as diversas formas de manifestações foram fundamentais para a garantia de maior participação política e a conquista de direitos trabalhistas.

Resumo

Na Unidade 1, estudamos:

- A formação das relações de trabalho constituídas na Europa entre os séculos XVIII e XIX.
- A divisão do trabalho e formas de produção industrial.
- O contexto de criação das principais ideias sociais e políticas do século XIX.
- As principais revoluções liberais do século XIX.
- Os movimentos sociais dos trabalhadores no século XIX.

Veja ainda

Tempos Modernos. Charles Chaplin , 1936.

O personagem “O Vagabundo” tenta sobreviver em meio ao mundo moderno e industrializado. É considerado uma forte crítica ao capitalismo, militarismo, liberalismo, fordismo e imperialismo, bem como uma crítica aos maus tratos pelos quais os empregados passaram depois da Revolução Industrial.

Referências

Livros

- CHARLOT, Monica; MARX, Roland (org.). *Londres, 1851-1901: a Era Vitoriana ou o Triunfo das Desigualdades*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- CHIAVENATO, Júlio José. *As várias faces da Inconfidência Mineira*. São Paulo: Contexto, 1989.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- MALATESTA, Enrico. *Textos escolhidos*. Porto Alegre: LPM, 1984.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In. *O Manifesto Comunista: 150 anos depois*. Daniel Aarão Filho (Org). Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- MORUS, Thomas. *A utopia*. Brasília. Ed UNB, 1982.

- THOMPSON, E. P. Formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VAINFAS, Ronaldo. História. Volume 2. São Paulo: Saraiva, 2010.

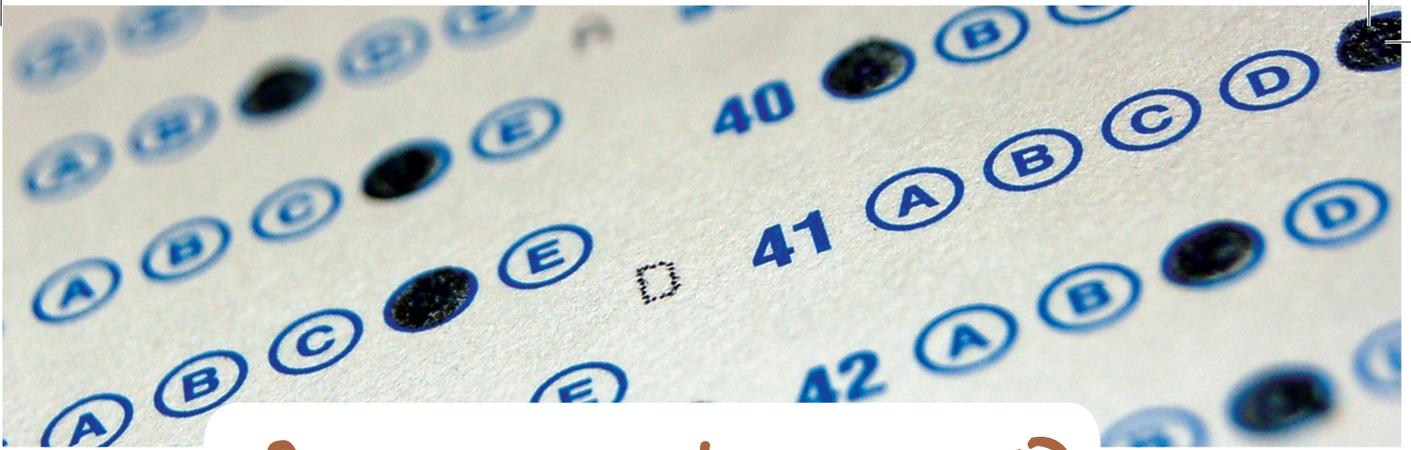
Respostas
das
Atividades

Atividade 1

- a. Os Textos 1 e 2 expressam a marginalização da classe operária e o descaso daqueles que detêm o poder econômico em relação aos mais pobres.
- b. A resposta é pessoal, do aluno, porém, deve ser justificada.

Atividade 2

- a. Trata-se da transição para o Capitalismo Industrial e Liberalismo do século XIX.
- b. Levantes espontâneos de trabalhadores, organização da I Internacional Comunista e publicação do Manifesto Comunista de Marx e Engels.



O que perguntam por aí?

Questão 1 - (Enem 2009)

O abolicionista Joaquim Nabuco fez um resumo dos fatores que levaram à abolição da escravatura com as seguintes palavras:



Cinco ações ou concursos diferentes cooperaram para o resultado final:

- 1.º) o espírito daqueles que criavam a opinião pela ideia, pela palavra, pelo sentimento, e que a faziam valer por meio do Parlamento, dos meetings [reuniões públicas], da imprensa, do ensino superior, do púlpito, dos tribunais;
- 2.º) a ação coercitiva dos que se propunham a destruir materialmente o formidável aparelho da escravidão, arrebatando os escravos ao poder dos senhores;
- 3.º) a ação complementar dos próprios proprietários, que, à medida que o movimento se precipitava, iam libertando em massa as suas 'fábricas';
- 4.º) a ação política dos estadistas, representando as concessões do governo;
- 5.º) a ação da família imperial.

(Joaquim Nabuco. Minha formação. São Paulo: Martin Claret, 2005, p. 144).



Neste texto, Joaquim Nabuco afirma que a abolição da escravatura foi o resultado de uma luta:

- a. de ideias, associada a ações contra a organização escravista, com o auxílio de proprietários que libertavam seus escravos, de estadistas e da ação da família imperial.
- b. de classes, associada a ações contra a organização escravista, que foi seguida pela ajuda de proprietários que substituíam os escravos por assalariados, o que provocou a adesão de estadistas e, posteriormente, ações republicanas.

- c. partidária, associada a ações contra a organização escravista, com o auxílio de proprietários que mudavam seu foco de investimento e da ação da família imperial.
- d. política, associada a ações contra a organização escravista, sabotada por proprietários que buscavam manter o escravismo, por estadistas e pela ação republicana contra a realeza.
- e. religiosa, associada a ações contra a organização escravista, que fora apoiada por proprietários que haviam substituído os seus escravos por imigrantes, o que resultou na adesão de estadistas republicanos na luta contra a realeza.

Resposta: Letra A

Questão 2 - (U.F.Uberlândia-MG)



1848 foi a primeira revolução potencialmente global. (...) Num certo sentido, foi o paradigma de um tipo de 'revolução mundial' com o qual, dali em diante, rebeldes poderiam sonhar e que, em raros momentos (...) eles pensaram poder reconhecer. De fato, explosões simultâneas continentais ou mundiais são extremamente raras.

(HOBBSAWM, E. A Era do Capital. São Paulo: Paz e Terra, 1982. p. 30.)



Sobre as revoluções de 1848, assinale a alternativa correta.

- a. O caráter de "revolução mundial" de que se revestiram estes movimentos deveu-se à influência da Associação Internacional dos Trabalhadores – a 2ª Internacional – que possibilitou estender os movimentos não só por toda a Europa, mas também pelas principais cidades do continente americano.
- b. As revoluções de 1848 foram movimentos do proletariado industrial num contexto de crise econômica, começando na Inglaterra e atingindo a França, Alemanha e Bélgica, derrubando os governos burgueses e instalando repúblicas de orientação socialista.
- c. Foram movimentos que mesclaram os interesses liberais e nacionalistas da burguesia, em sua luta contra o absolutismo, às reivindicações e ao descontentamento das massas populares, canalizadas pelo socialismo, que pregava reformas radicais.

- d. Essencialmente urbanas, as revoluções de 1848 foram movimentos de resistência contra o conservadorismo, organizadas e controladas pela burguesia européia, e inspiradas no liberalismo radical, sem a participação popular.

Resposta: Letra C



O Segundo Reinado no Brasil: Organização Social, Política, Trabalho e Cidadania.

Para início de conversa...



Segunda família das notas do Real.

Observe as notas da moeda corrente no Brasil atual: o Real. A imagem que ilustra a frente das notas é uma escultura que representa a República. A palavra república vem do latim, surge na Roma antiga e significa “coisa do povo” – homens unidos pelas mesmas leis com interesses comuns. Mas, o Brasil nem sempre foi uma República. Estudamos, em outras unidades, que nosso país se tornou independente e se constituiu numa monarquia. Nosso primeiro imperador foi D. Pedro I, proclamado em 1º de dezembro de 1822. E, hoje, você conhece ou tem notícia de algum país que ainda adota a monarquia? São exemplos de monarquia no século XXI países como: Reino Unido (Inglaterra), Espanha, Japão, Mônaco e Suécia. Na Inglaterra, por exemplo, a figura da rainha Elizabeth II é muito importante para entendermos a importância da monarquia britânica.

A imagem da rainha aparece nas diferentes notas e moedas que circulam, atualmente, no Reino Unido. Diferente da maioria dos países europeus, que utilizam o “Euro”, a moeda oficial do Reino Unido é a Libra Esterlina (ou Pound). Além disso, seu nome sempre é lembrado no início do Hino Nacional, quando os britânicos cantam: “Deus salve a Rainha” (God save the Queen). Tente reparar nisso, nos eventos esportivos antes dos jogos da seleção da Inglaterra.



Libra Esterlina

E no Brasil do Segundo Reinado, como era nossa monarquia? Como ela estava organizada? Vamos aprender mais sobre isso?

Objetivos da aprendizagem...

- Contextualizar os processos políticos do Segundo Reinado.
- Identificar estratégias de dominação e resistência que promoveram inclusão e/ou exclusão social.
- Contextualizar o projeto de construção do Estado na formulação da Constituição de 1824, da Lei de Terras de 1850 e das leis abolicionistas.
- Discutir trabalho escravo e mão de obra livre.
- Debater a questão de gênero e a sociedade patriarcal.
- Reconhecer a dinâmica das relações econômicas no processo de transformação da realidade histórica.

Seção 1

Organização política do Segundo Reinado

O Brasil independente adotou como modelo a monarquia. Aqui, a organização da monarquia seguiu um modelo diferente se compararmos com os sistemas monárquicos existentes na época – no Brasil adotou-se, como veremos, o parlamentarismo. Assim, o Império também possuía características semelhantes às da Inglaterra, atualmente. A moeda utilizada no período era o Réis, que também valia para Portugal. Na moeda brasileira, vinha destacado o brasão real.



Moeda de 100 Réis de 1871 (verso)

A impressão da moeda pode ser entendida como uma forma de garantir a presença e o respeito da família imperial, principalmente se levarmos em conta que o nosso segundo imperador era ainda muito jovem quando assumiu o poder. A subida ao trono de forma antecipada foi uma jogada política conhecida como Golpe da Maioridade. Ele tornou-se imperador com menos de 15 anos, enquanto, a Constituição de 1824 determinava que a maioria só era possível, quando Pedro de Alcântara completasse 21 anos.

O Golpe da Maioridade, em linhas gerais, pode ser considerado uma solução para sufocar as revoltas regenciais de traços separatistas como a Sabinada e a Farroupilha, além de confirmar a centralidade do Império. Afinal, para a maioria dos políticos que viviam na Corte brasileira a ideia de fragmentação do Brasil como ocorreu com os vice-reinados espanhóis não era bem vista. Além disso, os políticos com ligações com a monarquia não enxergavam com bons olhos o modelo de República. Eles consideravam nossos vizinhos, como Argentina e o Uruguai, modelos políticos que não deveriam ser seguidos, afinal eram repúblicas.

A Revolução Praieira

Quem viver em Pernambuco

Deve estar desenganado

Que ou há de ser cavalcanti

Ou há de ser cavalgado

A Revolução Praieira que ocorreu em Pernambuco é considerada a última revolta regencial e ao mesmo tempo uma demonstração de força de D. Pedro II. No início do Segundo Reinado, as condições de vida na província eram muito difíceis. O comércio estava nas mãos dos portugueses e as terras, os engenhos e o governo provincial estavam nas mãos de poucas famílias - como a Cavalcanti, conforme o verso acima. A revolta começou entre os membros da elite pelo controle do governo, mas teve ampla participação do povo, que estava insatisfeito com as condições de vida e trabalho a que estavam submetidos. Os líderes praiheiros não apoiavam os ideais populares que tomaram conta da Revolta: os revoltosos reivindicavam voto livre e universal, liberdade de imprensa, nacionalização do comércio e fim da escravidão. A rebelião foi derrotada pelas tropas governamentais em 1850. Os líderes foram presos e mandados para a prisão perpétua em Fernando de Noronha. O principal líder, Ivo Veloso da Silveira, foi preso, mas morreu durante a viagem à Fortaleza da Laje no Rio de Janeiro.

Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000200014&script=sci_arttext

Saiba Mais

Dirigido pelo grupo liberal, o Golpe da Maioridade tinha como objetivo resguardar a ordem nacional. Além disso, esse grupo via na coroação de D. Pedro II uma oportunidade de governar junto ao Imperador. Em 1840, o imperador só tinha 14 anos, e, constitucionalmente, não poderia assumir o trono. Os políticos liberais começaram a lançar em jornais e revistas uma campanha para antecipar a maioridade de D. Pedro II. Os conservadores também aderiram ao movimento, entendido como única maneira de “salvar o Estado brasileiro”. Em julho de 1840, a campanha foi vitoriosa e o jovem Pedro foi aclamado segundo imperador do Brasil. Mas, quem eram os liberais e conservadores?

Durante o Segundo Reinado dois grupos políticos predominaram no Estado brasileiro, são eles: os liberais (Luzias) e os conservadores (Saquarema). Esses grupos não eram muito diferentes entre si, pois os dois eram compostos por membros da elite do país: fazendeiros, comerciantes, funcionários públicos e militares.

Luzias e Saquaremas

O político pernambucano Holanda Cavalcanti tinha uma frase para definir Luzias e Saquaremas da seguinte forma: “nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder.” Será que esses dois grupos eram iguais? Não, existiam algumas diferenças.

Luzias ☒ Esse grupo político defendia a autonomia das províncias e a implantação do federalismo no Brasil. O que seria isso? Para os luzias, chamados de liberais, as províncias, que hoje correspondem a alguns de nossos Estados, deveriam ter mais liberdade e autonomia em relação ao Governo Central. Assim, esse grupo era favorável à descentralização do poder.

Saquarema ☒ Esse foi o grupo político que, por mais tempo, ficou à frente do gabinete de D. Pedro II. Eles tinham como defesa a unidade do Império do Brasil e a centralização do poder, a partir do Governo Central. Na maioria das vezes, foram os grandes defensores do Poder Moderador e do conservadorismo, ou seja, não desejavam grandes mudanças no Estado Brasileiro.

Saiba Mais

Os interesses dos dois grupos políticos eram muito parecidos, mas mesmo assim eles estavam em constante disputa pelo poder. Violência e fraude marcaram as disputas eleitorais do ano de 1842. Os liberais foram vitoriosos e as eleições ficaram conhecidas como *eleições do cacete*. Você sabe o porquê deste nome? Essas eleições ficaram conhecidas por esse apelido, pois, à época, ocorreram muitas fraudes como a falsificação de títulos, roubos e espancamentos.

Para impedir a continuação das disputas eleitorais, que se seguiram até 1853, uma das principais medidas do novo imperador foi estabelecer uma *política de conciliação*, que nada mais era que estabelecer um equilíbrio de poder. Ora seus ministérios eram comandados pelos liberais, ora por conservadores.



“

Queremos D. Pedro II
Embora não tenha idade
A nação dispensa a lei
E viva a maioria.

”

Fonte: <http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/antecipacao.html>

a) Os versos acima indicam qual jogada política ocorrida no Brasil imperial?

b) Explique por que liberais e depois conservadores consideravam importante a subida de D. Pedro II no trono brasileiro?

Anote suas
respostas em
seu caderno

Em 1847, durante a gestão de um ministério liberal, foi criado o cargo de Presidente do Conselho de Ministros para que houvesse um responsável direto pela gestão do poder executivo, isto é, um cargo equivalente ao de primeiro ministro. Mesmo assim, no Brasil, diz-se que houve um “**Parlamentarismo às avessas**”, isto porque, o chefe do Executivo era o Imperador e este exercia o poder moderador que lhe permitia extinguir o gabinete e demitir o Ministro. Em outras palavras, o Legislativo não saiu fortalecido e nem o imperador deixou de governar. Definiu-se que o papel do Conselho de Estado era auxiliar o imperador na tomada de suas decisões.

Parlamentarismo

O parlamentarismo é um sistema político no qual o parlamento ou o congresso escolhem o primeiro-ministro, que se torna o chefe do poder executivo. Na Inglaterra, por exemplo, a eleição do primeiro ministro é feita na Câmara dos Comuns (uma espécie de Câmara dos Deputados), onde o primeiro ministro é eleito entre os deputados. Após sua eleição, ele se torna o representante do Poder executivo e governa com o consentimento ou autorização do rei ou da rainha.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Houses.of.parliament.overall arp.jpg>



Casa do Parlamento inglês

O Segundo Reinado apresentou, em termos constitucionais, uma diferença em relação ao período regencial. Você saberia identificá-la? A chegada ao trono do Imperador trouxe de volta à cena política o Poder Moderador que concedia amplos poderes ao Imperador para interferir no Legislativo e no Judiciário. Por exemplo, se a Assembleia Nacional criasse alguma lei contra os interesses da Coroa, o imperador tinha o poder de dissolvê-la e convocar eleições para uma nova casa legislativa. E, hoje, será que funciona assim? Vamos comparar como era essa divisão dos poderes e quem os exercia?

Constituição de 1824	Constituição de 1988
Poder Moderador – poder exclusivo do imperador.	Não há.
Poder Executivo – Imperador e presidentes das províncias.	Poder Executivo – Presidente, Governadores e Prefeitos.
Poder Legislativo – Deputados e senadores.	Poder Legislativo - Deputados (federais, distrital e estaduais), Senadores, Vereadores.
Poder Judiciário – juizes, promotores e desembargadores.	Poder Judiciário – Juizes, promotores e desembargadores.

Em relação ao contexto internacional, o Segundo Reinado lidou com uma série de disputas políticas. Logo no início de seu reinado, D. Pedro II enfrentou uma disputa internacional com a Inglaterra acerca do tráfico de escravos. Em 1845, a Inglaterra, sob o comando de Lord Aberdeen, decreta o Bill Aberdeen (que dava direito aos ingleses de prender e/ou afundar navios brasileiros que transportavam escravos ilegalmente). Essa lei vai afetar diretamente a nossa soberania. E como você estudou anteriormente, a soberania representa o direito que uma nação tem de fazer suas leis, sem interferência de outras nações. Após um longo período de discussão com os ingleses, os políticos brasileiros resolveram buscar uma saída nacional para anular os efeitos do Bill Aberdeen e manter a soberania nacional.

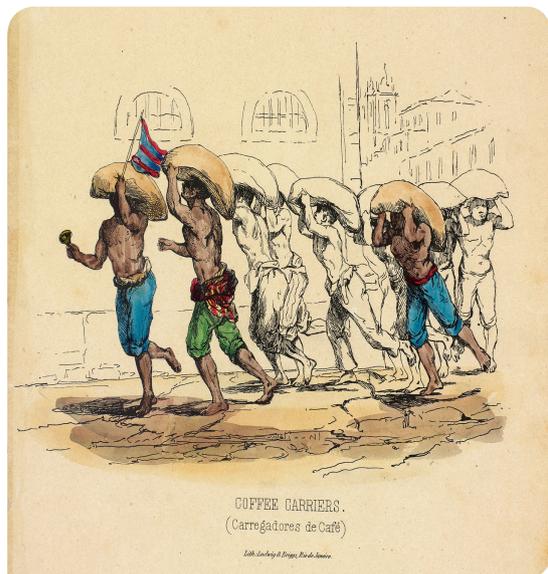


O mapa mostra as rotas do Tráfico Internacional de Escravos da África para a América.

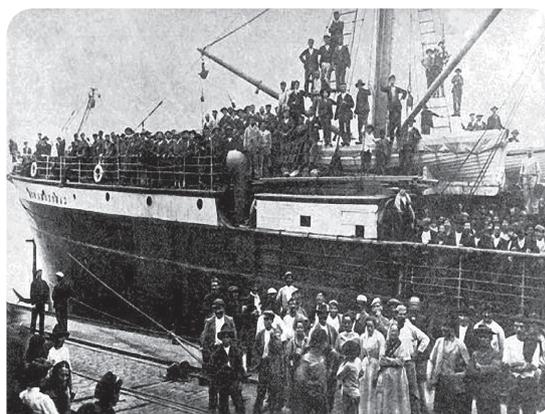
Em 1850, o ministro Eusébio de Queirós criou outra lei proibindo o tráfico de escravos. Afinal, a lei criada pelo regente Feijó, em 1831, teve poucos efeitos, era como se dizia “apenas para inglês ver”. A lei Eusébio de Queirós determinava o fim do tráfico internacional de escravos, dando um golpe na escravidão a médio e longo prazo. Essa nova lei desmontava as redes do tráfico de escravos e dos traficantes negreiros tanto no Brasil, como na África, principalmente a partir de Angola. Pela importância da escravidão para a economia do império as proibições ao tráfico intercontinental intensificaram o tráfico interno, interprovincial, trazendo escravos das decadentes fazendas de açúcar do Nordeste, por exemplo, para o Sudeste cafeeiro. Por fim, como consequências da lei, temos: a diminuição do número de proprietários de escravos, devido ao encarecimento dos cativos; aumento do tráfico interno, principalmente para o Sudeste cafeeiro; crescimento do abolicionismo; desenvolvimento da imigração estrangeira, como forma de alimentar o mercado interno que temia a falta de mão de obra.

Seção 2

Trabalho e cidadania no Segundo Reinado



Carregadores de Café



Imigrantes italianos chegando ao Brasil para trabalhar na lavoura de café.

As imagens acima revelam uma importante transformação com relação ao regime de trabalho que teve como palco o Brasil do Segundo Reinado. A primeira imagem, datada de 1840, revela a importância do trabalho escravo para aquele que era o principal produto de exportação da economia brasileira: o café. Já a segunda imagem mostra o desembarque de imigrantes italianos, que irão formar a mão de obra livre nas fazendas de café do Oeste Paulista. De fato, trata-se de um tempo de grandes mudanças com relação ao mundo do trabalho. Vamos entender essas transformações?

Durante o Segundo Reinado, o Brasil se tornou o maior exportador de café do mundo, um produto de luxo consumido pela Europa desde o século XVIII. Até 1880, as plantações do Rio de Janeiro lideraram a produção cafeeira. A economia do café se baseava na monocultura (um único tipo de plantação), no latifúndio (grandes propriedades de terra) voltado para a exportação e em um primeiro momento, teve como base o trabalho escravo. Nessa época, o trabalho braçal era visto como inferior e considerado “coisa de negro”. O Brasil permaneceu escravista até 1888 e mesmo anos após a libertação dos escravos, ainda é possível distinguir em nossa sociedade traços de preconceito racial e desvalorização do trabalho manual.

O cotidiano dos escravos nos cafezais era pesado com rotinas de trabalho que se iniciavam às quatro ou cinco da manhã e iam até vinte e duas horas, quando se recolhiam às senzalas. A lida nas plantações era interrompida

quando o trabalho da lavoura era substituído pelo corte da lenha, o reparo de estradas, a limpeza de córregos. Além disso, ainda existiam os escravos domésticos e os escravos do meio urbano – que tinham a função de armazenar o café e transportá-lo, como vimos na imagem anterior.

O negro resistiu à condição da escravidão de diversas formas: o suicídio, a fuga, a revolta contra seus senhores, a formação de quilombos, o aborto, foram algumas formas de resistência. Por sua vez, as ideias abolicionistas ganhavam mais força durante a década de 1870 e influenciaram a opção pela mão de obra livre, europeia e assalariada. Além do abolicionismo, a política de imigração surgiu em um ambiente repleto de preocupações racistas. À mão de obra branca europeia era atribuída a ideia de superioridade racial. A elite brasileira estava muito influenciada pela teoria do darwinismo social, difundido pelos EUA, e acreditava que a vinda de imigrantes favoreceria o “branqueamento” da população brasileira.



Darwinismo Social

Inspirados na teoria da evolução natural das espécies, de Charles Darwin, no campo da Biologia, alguns filósofos e cientistas sociais aplicaram o evolucionismo às sociedades humanas, classificando-as como atrasadas ou avançadas. Criou-se, assim, o darwinismo social, que acreditava existir raças superiores e inferiores. Esta teoria foi utilizada para justificar o domínio europeu na África e na Ásia e propagar o aumento do preconceito.

Um dos efeitos da Lei Eusébio de Queirós foi o gradual declínio do sistema escravista no Brasil. Esse declínio foi acompanhado pela mudança de localização das lavouras de café. Da região do Vale do Paraíba, tradicionalmente escravista, o esgotamento do solo empurrou a economia do café para o Oeste Paulista, onde se estabeleceu pela fertilidade do solo de terra roxa, propício para o cultivo. Mas, no Oeste Paulista, outro regime de trabalho seria estabelecido. Nele, imigrantes europeus – alemães, italianos e portugueses, principalmente – formaram uma nova classe social. Importante notar que no mesmo ano em que proibiu o tráfico negreiro intercontinental, o governo brasileiro promulgou uma lei que dificultava o acesso à terra, a chamada Lei de Terras.



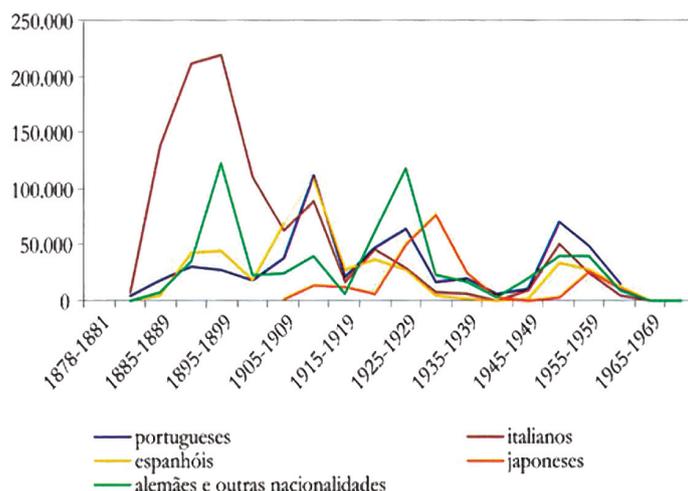
Lei de Terras:

A Lei de Terras regulamentava o acesso à terra daqueles que possuísem títulos ou conseguissem provar a posse da terra. A partir desta lei, a propriedade da terra só seria possível através da compra, tornando-se uma mercadoria. Essa política dificultava o acesso à terra, pois poucos teriam condições de compra. Apenas a elite conseguiria adquirir essas propriedades rurais e assim a lei contribuiu para manter a estrutura fundiária do Brasil, baseada no latifúndio. A lei se referia à compra de terras públicas, também chamadas devolutas. Outros mecanismos de aquisição de terra, como heranças, doações ou o usucapião em terras privadas (direito à posse da terra pelo tempo de uso dela) ainda eram aplicados.

O governo incentivou a chegada de colonos europeus e a adoção do sistema de colônias de parceria, onde o colono trabalharia para pagar as despesas de transporte e viagem até a fazenda de café, além da instalação e da manutenção da família. Contudo, o imigrante caía em uma armadilha de endividamento tão logo chegava ao Brasil. Além da dificuldade de pagar as dívidas contraídas, os colonos eram muitas vezes tratados de forma arbitrária pelos latifundiários, acostumados a lidar com escravos. Esse cenário propiciou a eclosão de revoltas de colonos nas fazendas de cafés.

Com o fracasso do sistema de parceria, o governo precisou intervir e adotar a imigração subvencionada, pagando a viagem enquanto o fazendeiro arcava com a instalação e o primeiro ano do colono em território nacional. Nesse sistema, o imigrante tinha direito a salário fixo independente da safra, e tinha um tratamento melhor.

*Imigrantes entrados no Estado de São Paulo, segundo a nacionalidade
1872-1971*



Observe o gráfico e veja as nacionalidades que entraram em São Paulo a partir do Segundo Reinado. É possível verificar que os italianos foram a principal corrente de imigrantes, mas que portugueses, alemães e espanhóis também marcaram presença na política de imigração do Império. Os braços desses imigrantes ajudaram a transformar hábitos, costumes e atividades econômicas, principalmente no Centro-Sul do Brasil, onde se fixaram com mais frequência. Esses povos influenciaram a cultura e a identidade nacional.

Muito além do café

Mas não só de agricultura viveu a economia brasileira durante o Segundo Reinado. Durante muito tempo, o desenvolvimento das atividades industriais brasileiras foi retardado pelos tratados comerciais entre Brasil e Inglaterra. D. João VI assinou, em 1810, o Tratado de Comércio e Navegação, que destinava aos produtos ingleses taxas alfandegárias reduzidas (15%). Nossos produtos não tinham qualidade e nem preço para competir com os ingleses, que chegavam aos nossos portos

em grande quantidade. Além disso, faltava investimento na indústria, mão de obra especializada com conhecimento técnico e um mercado consumidor mais sólido – já que grande parte dos trabalhadores brasileiros eram escravos.

O fim do tráfico negreiro, em 1850, coincidiu com uma alta dos preços do café no mercado estrangeiro, o que teve uma repercussão positiva para a economia. Segundo Lilia Moritz, as vendas subiram 23% entre 1850 e 1851. O cacau e a borracha também foram produtos de alto valor comercial que começaram a ganhar importância na produção agrícola brasileira. Os capitais, antes destinados ao tráfico, foram redirecionados para outros investimentos, como a indústria e o comércio. Nesse contexto de crescimento, o ministro das finanças Manuel Alves Branco lançou, em 1844, as chamadas Tarifas Alves Branco, que criaram uma nova política alfandegária, taxando produtos estrangeiros. O objetivo era aumentar a arrecadação sobre importações e elevava para 30% o imposto sobre produtos importados sem similares nacionais e 60% para aqueles que a indústria brasileira também produzia. Com os produtos importados mais caros para o consumo, os produtos nacionais tiveram chance de competir.

Esses dois fatores – o fim do tráfico e as Tarifas Alves Branco – contribuíram para o que foi considerado o primeiro surto industrial do Brasil, que contou, ainda, com um personagem histórico importante: o Barão de Mauá.

O governo facilitou a importação de maquinarias. O Brasil assistiu à introdução de tecnologias industriais típicas do século XIX, como o telégrafo e as ferrovias, que auxiliaram no transporte do café. A industrialização mudou também o cenário urbano. No Rio de Janeiro, por exemplo, as antigas carruagens deram lugar aos bondes puxados por burros, a iluminação se tornou a gás e a água passou a ser encanada.



A “Era Mauá”

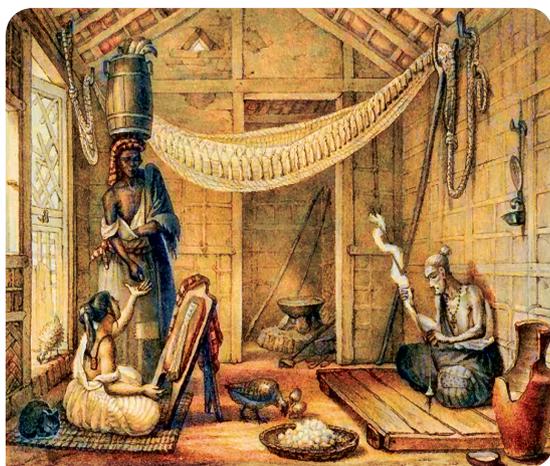
Irineu Evangelista de Souza foi um grande empresário brasileiro. Ele possuía inúmeros empreendimentos industriais particulares, como bancos, companhias de gás, estradas de ferro, rodovias, fundição e estaleiro. Mas a Era Mauá não teve vida longa. Vários elementos contribuíram para a falência das empresas de Mauá em 1878 – além da concorrência com o capital estrangeiro, sobretudo inglês, as ideias liberais, abolicionistas e sua posição contrária à Guerra do Paraguai lhe renderam muitas inimizades. Esse período da industrialização brasileira é chamado “Era Mauá”.

A figura do barão de Mauá teve um peso tão grande na indústria brasileira do Segundo Reinado que biografias sobre sua vida foram escritas por diversos historiadores e estudiosos, ao longo do tempo. Essas biografias costumavam destacar seu lado liberal em contraste com um Império agrícola e conservador. O termo “Era Mauá” se popularizou através dessas pesquisas, que tiveram suas ideias difundidas em livros didáticos. Contudo, segundo o historiador Carlos Gabriel Guimarães, a pesquisa histórica atual aponta que não houve tanto contraste assim entre o barão e o Império. Sua atuação era sempre no sentido de legitimar o Reinado e não o contrário. Esses estudos mostram que “a trajetória dos negócios efetuados pelo futuro barão e depois visconde de Mauá, títulos estes concedidos por D. Pedro II após 1850, somada às honrarias e mercês recebidas, como os empréstimos e monopólios com que foi favorecido, expressam bem o homem da Corte, por mais que seus interesses, muitas vezes, tenham sido contrariados pelo poder imperial”. (GUIMARÃES, 2007)

O trabalho no campo e nas cidades

Na segunda metade do século XIX, junto com o desenvolvimento da economia cafeeira e a industrialização, assistimos um crescimento dos centros urbanos, onde trabalhavam profissionais das camadas médias como médicos, professores, dentistas, escultores, advogados, e outros. Mas mesmo nas cidades, a presença de escravos era grande. Nelas, os escravos tinham funções variadas como carregadores, vendedores, artesãos, barbeiros, carpinteiros ou pedreiros.

Observe as imagens a seguir:



Jean Baptiste Debret. Família pobre recolhendo o produto do trabalho da negra velha que carrega água. 1827. Museu Castro Maya - IPHAN/MinC - MEA 0179



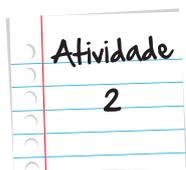
A fotografia mostra um escravo de ganho, com paletó e chapéu a tiracolo. Contudo, para marcar sua condição de escravo, ele andava descalço.

Era comum nos centros urbanos do período imperial que pessoas investissem seus recursos na compra de um escravo para depois viver das rendas conseguidas pelos cativos. Eles eram chamados escravos de ganho, obrigados por seu senhor a trabalhar em mais variados serviços, pagando-lhe uma quantia do que ganhasse. Jean-Baptiste Debret, pintor que viveu e retratou o período imperial, ilustra essa condição no quadro, mostrando uma viúva e sua pobre filha vivendo dos recursos vindos do trabalho de uma velha escrava.

No campo, principalmente nas regiões dominadas pelo café, a elite latifundiária era composta em grande parte por homens brancos que detinham poderes econômicos e políticos. Tratava-se da aristocracia do café, que recebia títulos de nobreza, tornando-se “barões”. No mundo rural, era predominante o trabalho escravo, mas também existiam trabalhadores livres. Poderiam ser assalariados ou trabalhar em regime de parceria com o fazendeiro, explorando um terreno cedido pelo grande proprietário e dividindo o lucro da terra com ele.

A expansão dos cafezais, que precisavam de grandes áreas de cultivo, expulsou os pequenos roceiros que ainda se encontravam no campo.

A diversidade no Brasil era grande - os afro-brasileiros, os mestiços e os brancos pobres conviviam com a miséria e o preconceito. Como muitas tarefas eram delegadas a escravos, os indivíduos livres e pobres não tinham muitas opções de trabalho digno, seja no campo ou na cidade.



Escravos importados pelo Brasil no período de 1842-1852										
1842	1843	1844	1845	1846	1847	1848	1849	1850	1851	1852
17.435	19.095	22.849	19.453	50.324	53.172	60.000	54.000	23.000	3.287	700

A partir do que aprendemos sobre o trabalho no Brasil durante o Segundo Reinado observe a tabela. Nela, vemos um crescimento do número de escravos importados, a partir de 1843, e uma retração a partir de 1849.

Explique os motivos dessa variação.

Anote suas respostas em seu caderno

Seção 3

O cotidiano urbano e rural do Segundo Reinado (religiosidade, educação, família e mulher)



Em 2012, a Rede Globo exibiu uma refilmagem de um clássico da literatura brasileira: Gabriela, Cravo e Canela, romance escrito por Jorge Amado. O livro retrata temas sociais típicos da sociedade nordestina e latifundiária, como o grande poder dos coronéis. Um dos casais românticos destacados pela telenovela foi o amor proibido entre Gerusa (Luiza Valderato), neta do coronel Ramiro (Antonio Fagundes) e Mundinho (Matheus Solano), desafeto político do coronel. A história de amor de Gerusa e Mundinho sofreu com o impedimento do coronel, que não admitia o namoro dos dois e enviou sua neta para um convento. Histórias românticas como essa, em que a mocinha apaixonada enfrenta a autoridade do pai ou avô e é forçada a entrar num convento poderia muito bem se passar durante o Segundo reinado.

Geralmente, as famílias da elite já tinham casamentos arranjados para seus filhos e filhas desde a tenra idade. A figura paterna exercia grande poder sobre os filhos que, em geral, não ousavam responder aos pais ou ter atitudes desrespeitosas.

Durante o século XIX, a condição de vida da mulher sofreu alterações. O retrato da mulher dependente do poder **patriarcal** e submissa ocultava dos historiadores uma diversidade de experiências femininas que tinham como palco as mudanças do século XIX. As leis daquele tempo, efetivamente, relegavam as mulheres a um estado de menoridade e obediência com relação ao marido. Tradicionalmente, a mulher branca estava destinada à reclusão, a

dirigir a casa e gerar os filhos. Mas muitas mulheres não se enquadravam nesse perfil. As escravas, as mulheres que trabalhavam nas indústrias ou como empregadas, as prostitutas e as trabalhadoras rurais não se encaixavam nessa vida tutelada pelo marido. Mesmo as mulheres da alta sociedade estavam sendo influenciadas por ideias de liberdade inglesas e francesas, o que as tornavam menos submissas ao ideal patriarcal.

Contudo, não podemos exagerar. Grande parte das mulheres do século XIX era analfabeta e tinha muitos filhos. Geralmente morriam em decorrência de complicações no parto. A mortalidade infantil era muito alta e os casais costumavam ter muitos filhos. As mulheres pobres tinham de trabalhar para ajudar no sustento da família e exerciam atividades variadas, como roceiras e lavadeiras. Quando a família entrava em crise, a mulher da elite também trabalhava fazendo doces, dando aulas de piano ou bordando. E a mulher negra, marginalizada duplamente, estava constantemente sujeita à exploração sexual de seu patrão.

Patriarcado ou patriarcalismo

Patriarcas são chefes que lideram uma comunidade, uma tribo ou um território. No Brasil, assiste-se à formação de uma sociedade patriarcal, em que os homens latifundiários possuem completo domínio daqueles que estão sob sua propriedade, decidindo a vida dos escravos, dos filhos, das mulheres e de seus dependentes. Por isso, se diz que a família brasileira era patriarcal.

Religiosidade e Educação no Segundo Reinado



Um senhor faz um escravo beijar a imagem de uma santa. Durante muito tempo, a escravidão no Brasil teve como fundamento o ideal cristão de evangelização.

Observe a imagem acima. A sociedade do Segundo Reinado tinha como base cultural uma religiosidade baseada no catolicismo. Por isso, a conversão dos escravos vindos da África e a vigilância de suas práticas religiosas eram muito importantes. Apesar disso, sabemos que o negro escravizado resistiu a mais essa violência cultural através do sincretismo religioso, como, por exemplo, a associação direta entre os santos católicos aos orixás (deuses) da cultura africana. Ainda hoje, os terreiros de umbanda ou candomblé estão repletos de imagens de santos católicos, de Jesus ou de Maria, que são associados nos cantos e rituais a orixás como Iemanjá, Oxalá, Oxossi, Ogum, entre outros. O sincretismo religioso foi uma forma de manter sua cultura e raízes religiosas.

Poucos tinham acesso ao conhecimento. Não existiam escolas para toda a população livre e apenas a elite se privilegiava com a educação formal. Já nesse período, vemos um abismo social no campo da educação – de um lado, muitos analfabetos e do outro, alguns bacharéis. O caminho para os jovens bem-nascidos era frequentar uma faculdade.

Preocupados com a afirmação de uma unidade para o território nacional, cientistas e intelectuais tentavam enaltecer a pátria. Nesse sentido, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, contribuiu para construir uma história comum a todo vasto território brasileiro, edificando um passado comum e grandioso. Uma das questões marcantes nesse discurso de unidade e nacionalismo era a questão indígena. A figura do índio passou a ser exaltada como símbolo nacional de força e bravura. Um exemplo foi José de Alencar, escritor famoso pelo livro *Iracema* e o *Guarani*. Importante notar que o imperador D. Pedro II foi um grande incentivador e patrocinador desses literatos que se inspiraram no movimento romântico.

Segundo Josiane Fanzó (2009), o Romantismo vai coincidir com a independência política, por isso, o momento é de sentimento patriótico por um país em pleno processo de mudanças políticas, econômicas e sociais.

D. Pedro II: um Imperador de olho na cultura

“D. Pedro financiou ainda profissionais de áreas diversas, como advogados, agrônomos, arquitetos, um aviador, professores de escolas primárias e secundárias, engenheiros, farmacêuticos, médicos, militares, músicos, padres e muitos pintores. Não é à toa que, nessa época, tenha ficado famosa a frase proferida pelo jovem monarca brasileiro nos recintos do IHGB: “A ciência sou eu”. Sem dúvida, uma clara alusão ao dito de Luís XIV; uma referência ao momento em que D. Pedro passa a ser artífice (indivíduo que inventa) de um projeto que visava, por meio da cultura, alcançar todo o Império”. (Adaptado de: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 131).





“

I

*Menina solteira**Que almeja casar**Não caia em amar**A homem algum;**Nem seja notável**Por sua esquivança,**Não tire a esperança**De amante nenhum. (...)*

VI

*Pode bem a moça,**Assim praticando,**Dos homens zomban-
do,**A vida passar;**Mas, se aparecer**Algum solteiro,**Sem mais reflexão,**É logo casar.*

”

(MACEDO, Joaquim Manuel de. A Moreninha. Coleção: Clássicos da Literatura. São Paulo: Klick, [s/d], p. 61 – 62)

O texto acima é de Joaquim Manuel Macedo e faz parte da famosa obra “A moreninha”. A partir do texto e das reflexões feitas, qual o papel da mulher no Segundo Reinado?

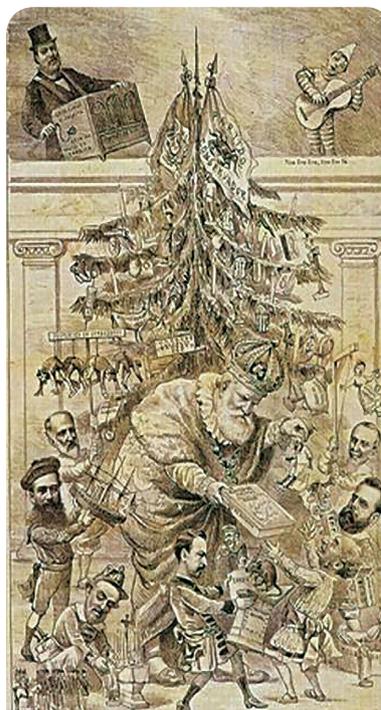
Anote suas
respostas em
seu caderno

Seção 4

Declínio do Império do Brasil



Bandeira do Brasil à época do Império.



O ilustrador Ângelo Agostini, um dos maiores caricaturistas do século XIX, faz uma sátira à distribuição de favores feita por D. Pedro II no final do Segundo Reinado, e o coloca como um Papai Noel que distribui presentes às elites.

“

Imperador que empresta o nome à festa do Divino — na feliz tradução de José Bonifácio —, D. Pedro II compactou com uma cultura que, ao mesmo tempo que se europeizou com sua presença, tornou-se mestiça, negra e indígena no convívio, por certo desigual, de tantas culturas. (...) Afinal, como explicar a permanência, por quase sessenta anos, de uma monarquia rodeada de repúblicas por todos os lados? Como entender o enraizamento de uma realeza Bragança, mas também Bourbon e Habsburgo, em um ambiente tropical, cercado de indígenas, negros e mestiços?

”

(SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 14).

Observe as imagens apresentadas no começo da página anterior, e leia o texto apresentado em seguida.

Elas nos contam um pouco sobre a história que estamos estudando: um império baseado em riquezas que estampavam a bandeira nacional – ao lado do escudo de armas, um ramo de café e outro de tabaco. O grupo político que sustentava o Império – os chamados saquaremas – eram cafeicultores e escravistas. E contra esses grupos dominantes tivemos diversas manifestações de descontentamento. O Segundo Reinado não foi um período de paz. Rebeliões, guerras externas e questões como o abolicionismo fizeram com que esse fosse um tempo conturbado.

Durante seu longo reinado, que durou de 1840 a 1889, D. Pedro II teve de lidar com sérios problemas. Mas, talvez, a maior de todas as questões que rondava o trono do Imperador era a sombra de uma ideia política: o ideal republicano que já existia desde o Período Colonial e ficava ainda mais forte com as crises que assolavam o Segundo Reinado. Essa foi a ideia que abalou o poder do Imperador no final de seu reinado. E que fez com que as críticas a D. Pedro II se tornassem mais acirradas, como vemos na charge de Ângelo Agostini, que mostra um Imperador que precisava distribuir favores para manter seu poder. Principalmente após 1870, o Segundo Reinado passou a sofrer com sucessivas crises. Vamos conhecer um pouco mais dessa história?



Questão Christie

A primeira disputa de peso na política externa brasileira tem relação com a Inglaterra. Em 1862, a polícia do Rio de Janeiro prendeu marinheiros ingleses acusados de promover badernas e saquear a carga do navio Prince of Wales. O diplomata inglês, Willian Christie, exigiu a libertação dos militares e o pagamento de uma indenização. Como não foi atendido, decidiu pela apreensão de navios brasileiros em águas nacionais, como forma de represália. D. Pedro II pagou a indenização e, posteriormente, num tribunal internacional entrou com uma ação contra a Inglaterra. Após o julgamento, a Inglaterra foi condenada a pedir desculpas públicas, mas como não aceitou, os dois países acabaram rompendo relações diplomáticas.

1. Guerra do Paraguai (1864-1870)

A região platina, particularmente a bacia Platina (atualmente envolve países como Brasil, Uruguai, Bolívia, Paraguai e Argentina) despertava entre os políticos brasileiros alguns interesses, tais como: a possibilidade de livre navegação nos rios da região, ampliação da área de pecuária para os estancieiros gaúchos, maior integração do território que corresponde atualmente ao Mato Grosso, o acesso às áreas produtoras de prata por comerciantes brasileiros, bem como o acesso facilitado aos mercados do interior da América do Sul são alguns dos fatores que explicam o interesse.



Territórios envolvidos na Guerra do Paraguai

Nesse período, o Paraguai não representava uma ameaça para o Brasil ou para a Argentina. Sua economia baseada na agricultura, apesar de passar por um crescimento nessa época, continuava inferior a dos países vizinhos, produzindo principalmente erva-mate para produção externa. Nem mesmo o governante Francisco Solano Lopez acreditava que o país conseguiria impor seus interesses na região. Por isso, aproximou-se de grupos políticos de oposição na Argentina e dos blancos no Uruguai, tentando ter poder de barganha com os grupos políticos hegemônicos nos países vizinhos.



Francisco Solano Lopez, presidente paraguaio



Os dois principais partidos políticos no Uruguai dividiam-se entre blancos e colorados. Os blancos eram considerados os conservadores, que defendiam os interesses dos agricultores e a defesa do protecionismo econômico. Enquanto os colorados eram associados aos liberais e batalhavam pelos interesses da elite de Montevideú.

D. Pedro II financiou parte das campanhas do partido político uruguaio Colorado (de tendência liberal) que acabou conseguindo a deposição do então presidente Blanco e a subida ao poder do Colorado Venâncio Flores (aliado do Brasil e Argentina). Isso fez o presidente paraguaio, Solano López, temer por seus interesses e decretar guerra ao Brasil e Argentina, invadindo o Mato Grosso em 1864.

A população paraguaia era pequena se comparada aos países da Tríplice Aliança (Argentina, Uruguai e Brasil), contudo sua força bélica (de guerra) era mais organizada. Mesmo assim, a Batalha do Riachuelo (primeira derrota paraguaia), realizada nos rios da região do Prata, abria caminho para as tropas da Tríplice Aliança fazerem novas ofensivas por terra, até sua vitória definitiva, em março de 1870.



Batalha do Riachuelo.

Esta guerra que muito custou para o Paraguai, também teve consequências para o Brasil, sendo algumas delas: a reaproximação da Inglaterra (fornecedora de armamento para ambos os lados do conflito), gerando endividamento brasileiro; o fortalecimento do exército como força nacional que exigiu melhorias de suas condições; o crescimento do movimento abolicionista, após a participação de escravos como “voluntários da pátria”, ao lado de soldados brasileiros.

Os Voluntários da Pátria



Você já escutou este nome? Você sabe quem eles eram? É muito comum, em algumas cidades do Brasil, a homenagem a esses homens, principalmente, com monumentos e nomes de ruas. Esse grupo foi criado, em 1865, no Exército brasileiro para aumentar o contingente brasileiro na Guerra do Paraguai. Eles eram, geralmente, escravos ou pessoas das classes mais baixas da sociedade brasileira. Foram esses homens que lutaram na linha de frente nas batalhas. Para os escravos que se voluntariaram para a guerra, o alistamento era uma forma de conquistar a alforria, ou seja, havia a proposta do Governo imperial que, caso o combatente retornasse com vida, ele teria o direito à liberdade. Infelizmente, muitos escravos, na condição de “voluntários da pátria” morreram no conflito. Mas sua atuação, com certeza, contribuiu para a campanha abolicionista no Brasil.

Saiba Mais

Após a Guerra do Paraguai, os jornais e as revistas no Brasil reconheceram o valor da vitória do Exército. Os oficiais, então, passaram a reivindicar mais poder político – que vinha diminuindo desde a regência de Feijó –, novos armamentos e melhores soldos (salários). Tais reivindicações, no entanto, foram negadas pelo Imperador, o

que aproximou o Exército do pensamento positivista do sociólogo francês Augusto Comte. O positivismo científico pensava a sociedade através do progresso (com avanços técnicos e industriais) e que, no Brasil, passou a ser bem vista entre os militares por ser uma modernização de caráter conservador, que mais tarde serviria para a formação de uma República, com um Executivo forte, voto para os alfabetizados, abolição da escravidão.

Questão Religiosa



Você sabe o que a imagem acima representa? Ela é uma charge – uma caricatura, que ironiza algum acontecimento – produzida por Bordalo Pinheiro, em 1875, para retratar um problema entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica.

Conhecida como questão religiosa, esse acontecimento colocou em crise a Igreja Católica e o governo de D. Pedro II. Em linhas gerais, esse problema começou quando o papa Pio IX, em 1864, determinou a excomunhão (expulsão) de todos os católicos envolvidos com a prática de **maçonaria**.

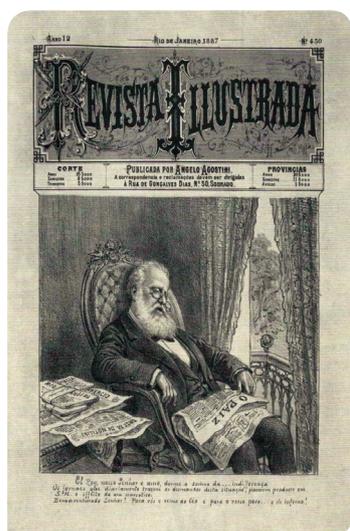
Maçonaria

É considerada uma sociedade secreta, onde seus membros debatem assuntos sobre liberdade, igualdade, fraternidade. No Brasil, sua fundação ocorreu com o Grande Oriente, no Rio de Janeiro.

Apesar da oposição do Imperador, os bispos de Olinda e Belém, Dom Vital e Antonio de Macedo Costa, seguiram o documento papal (conhecido como Bula) e preferiram expulsar os membros vinculados à maçonaria. Insatisfeito com a ação dos bispos, D. Pedro II determinou a prisão deles. Como a medida causou um mal-estar entre o Estado e a Igreja, o Imperador se viu obrigado a anistiar os dois religiosos. Dessa forma, a charge nos mostra que o Imperador, mesmo ressentido de sua decisão, teve de dar a mão à palmatória ao documento papal.

Questão Republicana

O movimento republicano no Brasil pode ser dividido em duas correntes: uma mais revolucionária, que defendia a proclamação da república com o apoio popular, cujos principais líderes eram Lopes Trovão e Silva Jardim – defensores do Manifesto Republicano de 1870 – e uma segunda corrente, mais conservadora, tendo Quintino Bocaiúva como líder, defendendo uma transição pacífica do Império para a República. O Manifesto de 1870, em linhas gerais, foi um documento publicado por ex-membros do grupo liberal (Luzias) com o objetivo de instalar uma República no Brasil. Um dos veículos para divulgação da propaganda republicana eram as revistas e os jornais.



Charge de Angelo Agostini.

Vejamos a imagem ao lado:

O que você consegue identificar na imagem? Reparem, nela o imperador aparece como um idoso, cansado, sentado na sua cadeira e adormecido, com um jornal chamado: o País. O que isso pode dizer? Para os jornalistas republicanos, D. Pedro II representava um “antigo regime”, isto é, para a modernização do Brasil era preciso a instauração de uma República, afinal, o imperador adormecia ao ler as notícias do Brasil, mostrando incapacidade em administrá-lo.

Em termos políticos, o principal grupo político de apoio à República foi o Partido Republicano Paulista (PRP), criado em 1873, composto majoritariamente pela elite cafeeira. Sua proposta de República se baseava

principalmente na ideia de federação, que dava uma maior autonomia às províncias. A proposta, todavia, não tinha uma preocupação com a abolição da escravatura, nem com as liberdades civis e garantias individuais de maior parte da população.

Questão Abolicionista

A questão do fim da escravidão já vinha causando debates na sociedade brasileira desde o início do Império. Antes, as discussões giravam em torno do tráfico de escravos e partiram ao longo do século para o fim da escravidão.

A partir de 1880, o movimento abolicionista ganhou força com a criação da Confederação Abolicionista. Tratava-se de um grupo que se reunia em favor da abolição, tendo nomes como: Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, José do Patrocínio, Luís Gama e André Rebouças. O abolicionista Joaquim Nabuco acreditava que a abolição da escravatura deveria ocorrer pela via política, isto é, caberia ao Parlamento a elaboração de uma lei que extinguisse a escravidão. Aqui, a imprensa também foi fundamental para difundir a campanha dos abolicionistas.

Junto com a campanha abolicionista, houve um aumento considerável no número de fugas de escravo. Tanto que para combater e recapturá-los, o governo passou a enviar grupos do Exército que, com o tempo, passou a se recusar a fazer a tarefa.



O abolicionista Joaquim Nabuco.

Já estudamos, em unidades anteriores, algumas leis contra o tráfico. Vamos tentar agora juntar as leis contra o tráfico e as que condenavam a escravidão no Brasil!

A **lei de 1831**, conhecida como “lei pra inglês ver”, determinava o fim do tráfico intercontinental de escravos. Oficialmente, nenhum africano escravizado poderia entrar no país. Ela concedia liberdade jurídica e controlada pelo Estado, pois todos os negros vindos da África, em navios ilegais, eram considerados “africanos livres”. Por outro lado, a **lei Eusébio de Queiros**, aprovada em 1850, extinguiu, novamente, o tráfico intercontinental de escravos. Desarticulava as redes de traficantes, no Brasil e na África, principalmente, na África portuguesa. Essas duas leis são consideradas leis contra o tráfico de escravos.

A **lei do Ventre Livre ou Lei Visconde do Rio Branco**, de 1871, tornava livres todos os filhos de escravos nascidos no Brasil, a partir daquela data. Todavia, a liberdade não era automática, já que, na prática, os senhores exigiam o pagamento dos gastos com essas crianças negras que viviam com suas mães escravas, ou seja, os jovens negros se viam obrigados a trabalhar, até os 21 anos, para os senhores, a fim de pagar os supostos gastos com sua criação. Em 28 de setembro de 1885, era aprovada outra medida que libertava todos os escravos com mais de 60 anos, conhecida como **Lei Saraiva-Cotejipe ou Lei do Sexagenário**.

Por fim, o golpe de misericórdia na escravidão no Brasil ocorrerá com a **Lei Áurea**, em 13 de maio de 1888. Durante uma viagem à Europa, o Imperador D. Pedro II deixou sua filha, a princesa Isabel, como regente do país. Cabia a ela administrar o país na ausência de seu pai. A principal medida tomada pela regente foi a assinatura da Lei Áurea, abolindo a escravidão no Brasil.



Princesa Isabel

A abolição da escravatura trouxe uma série de questões para a sociedade brasileira. A primeira é que desagradava boa parte dos proprietários de terra, pois libertava os escravos e não lhes garantia uma indenização ou pagamento. Afinal, o antigo senhor havia comprado um escravo na condição de trabalhador. Logo, isso contribuiu para que os proprietários de terras, principalmente os cafeicultores, aderissem às propagandas do Partido Republicano que exigia o fim da monarquia.

Por outro lado, a Lei Áurea não determinava para onde esses escravos, agora na condição de livres, deveriam ir. Sem propriedade e sem renda, eles não usufruíam de uma cidadania plena. Assim, com o fim da escravidão, alguns ex-escravos passariam a viver em péssimas condições, pois sem recursos próprios e sem apoio do governo restava aos negros recém-libertados morar em condições precárias, sem condições higiênicas favoráveis e edificadas sem uma legalização dos terrenos.



O trecho a seguir faz parte de um clássico samba enredo apresentado, em 1989, pela escola de samba Imperatriz Leopoldinense, com o título “Liberdade, liberdade! Abre as asas sobre nós”

“

O império decadente, muito rico, incoerente
Era fidalguia
Pra Isabel, a heroína
Que assinou a lei divina
Negro, dançou, comemorou o fim da sina
Na noite quinze reluzente
Com a bravura, finalmente
O marechal que proclamou
Foi presidente

”

(GRES Imperatriz Leopoldinense, 1989)

Fonte: <http://letras.mus.br/imperatriz-leopoldinense-rj/46373/>

- a. Cite quatro fatores ou acontecimentos que relacionam “um império decadente, incoerente”, conforme descrito no texto acima.

- b. Explique por que a letra do samba considera a princesa Isabel uma heroína.

- c. Explique porque podemos considerar a abolição um processo gradual.

Anote suas respostas em seu caderno

Resumo

- O Golpe da Maioridade foi uma jogada política para antecipar a subida de D. Pedro II ao trono do Império do Brasil.
- O Parlamentarismo “às avessas”, no qual o Imperador escolhia o primeiro ministro, era diferente do que ocorria na Inglaterra.
- Foram elaboradas leis contra o tráfico de escravos – 1831 e 1850 – e as leis abolicionistas – Lei do Ventre Livre, Sexagenário e Lei Áurea.
- A partir de 1870, o governo de D. Pedro II teve de lidar com uma série de problemas internos, como o crescimento da campanha republicana, a ascensão dos militares e os conflitos com a Igreja. E no plano externo, teve de lidar com a Guerra do Paraguai;
- O trabalho escravo foi substituído nas fazendas do Oeste Paulista pelo trabalho do imigrante europeu e isto fazia parte de uma política de “branqueamento” da sociedade.
- O café foi a base da economia no Segundo reinado, que também assistiu a um surto industrial que ficou conhecido como “era Mauá”.
- Tanto no campo quanto na cidade, o trabalho escravo era importante.
- A sociedade brasileira tinha organização patriarcal e a condição feminina durante o Segundo Reinado, apesar de sofrer algumas alterações, permanecia marginalizada.

Veja ainda

- O Império do Brasil.

Esse documentário sintetiza as três fases do Brasil Imperial, no qual o historiador Boris Fausto apresenta fatos marcantes, através de imagens e da viagem por museus.

Disponível em: http://tvescola.mec.gov.br/index.php?option=com_zoo&view=item&item_id=2263

- A Abolição.

Esse documentário faz um balanço histórico das leis contra o tráfico de escravos e as leis abolicionistas. Além disso, mostra como esse processo foi importante para a História do nosso país.

Disponível em: http://tvescola.mec.gov.br/index.php?option=com_zoo&view=item&item_id=3662

- A Guerra do Paraguai.

Documentário sobre o desenvolvimento da Guerra do Paraguai, através do teatro de bonecos.

Disponível em: http://tvescola.mec.gov.br/index.php?option=com_zoo&view=item&item_id=4799

- Mauá, o Imperador e o Rei (1999).

O filme conta a história de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, um dos homens mais influentes do Império. Dirigido por Sérgio Rezende. (138 min)

- Multimídia.

Você já procurou saber o que está escrito no texto da Lei Áurea? Seu artigo é bem claro: "É declarada extinta, desde a data desta Lei, a escravidão no Brasil." Você pode saber mais no sítio <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/66274.html> Acesse!

Referências

Livros

- COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Unesp, 2007.
- FANZÓ, Josiane Aparecida. *Perfis Femininos da Sociedade brasileira em romances de Macedo, Alencar e do jovem Machado*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Mauá por trás do mito, 2007. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/retrato/maua-por-tras-do-mito>>. Acesso em 02 de jan. 2013.
- GRIEG, Maria Dileta. *Café histórico, negócios e elite*. São Paulo: Olho d'Água, 2000.
- GRINBERG, K.; SALLES, R. (orgs.). *O Brasil Imperial*. Volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MAURO, F. *O Brasil no tempo de Dom Pedro (1831-1889)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição, São Paulo: Hucitec, 2004.
- MEDEIROS, Simone. *Resistência e Rebelião nas fazendas de São Carlos – 1888 a 1914*. Dissertação de Mestrado. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2004.

- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Imagens



- <http://www.bcb.gov.br/novasnotas/segunda-familia.html>



- http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b1/Libra_esterlina.jpg



- [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Moeda_de_100_R%C3%A9is_de_1871_\(verso\).png](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Moeda_de_100_R%C3%A9is_de_1871_(verso).png)



- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Houses.of.parliament.overall.arp.jpg>



- <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/discovirtual/galerias/imagem/0000001645/0000021424.jpg>



- <http://www.portugues.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=747&evento=10>



- <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=26382>



- <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/estatisticas.php>



- <http://www.mcb.sp.gov.br/ernfraBuscaAssunto.asp?sAssunto=22>



- <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/mylinks/viewcat.php?cid=12&letter=E&min=10&orderby=titleA&show=10>



- <http://www.culturabrasil.org/segundoreinadoi.htm>



- [http://pt.wikipedia.org/wiki/Gabriela_\(2012\)#mediaviewer/File:Logotipo_de_Gabriela.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Gabriela_(2012)#mediaviewer/File:Logotipo_de_Gabriela.jpg)



• <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/mylinks/viewcat.php?cid=12&letter=E&min=10&orderby=titleA&show=10>



• http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Jean-Baptiste_Debret_-_Bandeira_e_pavilh%C3%A3o_brasileiros_%28detalhe%29.jpg



• http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?pagina=espaco%2Fvisualizar_aula&aula=27149&secao=espaco&request_locale=es



• http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Territorial_disputes_in_the_Platine_region_in_1864.svg



• <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/96/Lopez1870.jpg>



• <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/64/Martino-riachuelo-MHN.jpg>



• http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Brazilian_corporal_of_the_1st_Fatherland_Volunteer_battalion.jpg



• http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/94/Quest%C3%A3o_religiosa.jpg



• http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2b/Pedro_II_angelo_agostini.jpg



• [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Joaquim_Nabuco_-_bacharel_em_1870,_embaixador,_aboliconista,_escritor-_\(Col._Francisco_Rodrigues;_FR-732\).jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Joaquim_Nabuco_-_bacharel_em_1870,_embaixador,_aboliconista,_escritor-_(Col._Francisco_Rodrigues;_FR-732).jpg)



• http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Princesa_Imperial_D._Isabel_do_Brasil2.jpg

Atividade 1

- a. a) Golpe da Maioridade.
- b. Você deverá ser capaz de apontar que esses políticos acreditavam que a subida ao trono de D. Pedro II unificaria o país, evitando a fragmentação das provinciais do Brasil.



Atividade 2

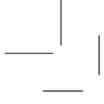
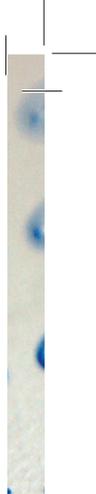
Quando analisamos atentamente, percebemos um aumento do número de escravos trazidos ao Brasil depois do Bill Aberdeen (1845) e uma redução drástica após a Lei Eusébio de Queirós (1850). Prevendo o fim do tráfico pelas pressões internacionais, os fazendeiros importaram o máximo de escravos que era possível nos últimos anos.

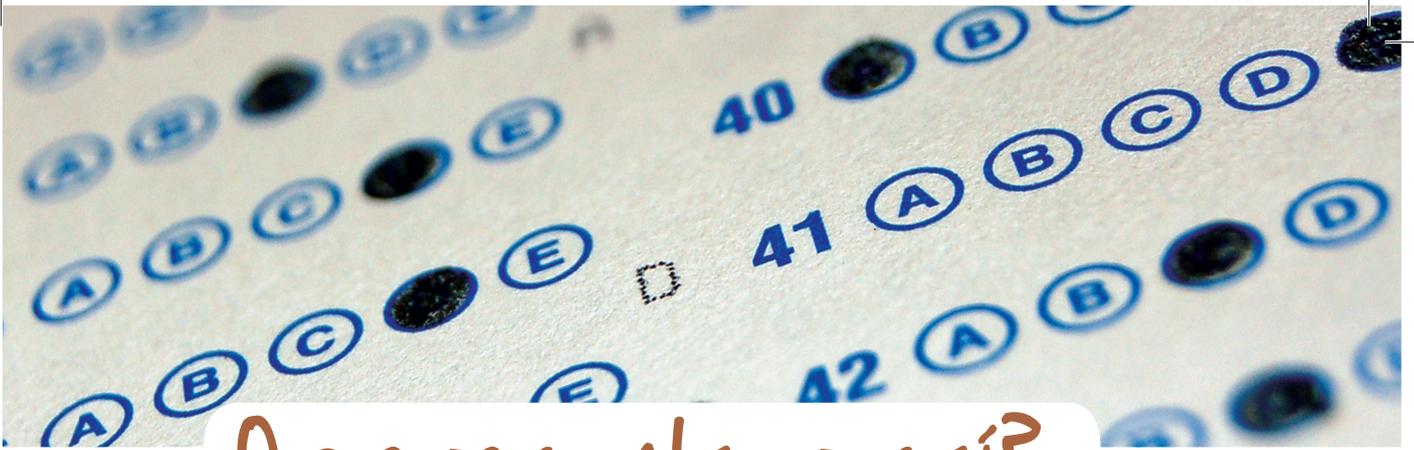
Atividade 3

O texto mostra que o casamento para a elite branca representa uma união de interesses. O casamento certo representava ascensão social para a mulher, que estava destinada ao lar e às tarefas domésticas. Pela importância em termos de união de herança, os casamentos eram planejados e arranjados pelos pais.

Atividade 4

- a. Questão religiosa, Questão Militar, Questão Republicana e Questão Abolicionista.
- b. Você deverá relacionar que o fato da princesa Isabel ter assinado a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, extinguindo a escravidão no Brasil tornou a princesa uma heroína.
- c. Porque antes da Lei Áurea, foi assinada a lei Eusébio de Queirós que visava acabar com tráfico internacional e leis abolicionistas – Lei do Ventre Livre e lei dos Sexagenários – que, aos poucos, reduziram o número de cativos no Brasil.





O que perguntam por aí?

ENEM - 2008

O abolicionista Joaquim Nabuco fez um resumo dos fatores que levaram à abolição da escravatura com as seguintes palavras: "Cinco ações ou concursos diferentes cooperaram para o resultado final: 1) o espírito daqueles que criavam a opinião pela ideia, pela palavra, pelo sentimento, e que a faziam valer por meio do Parlamento, dos meetings [reuniões públicas], da imprensa, do ensino superior, do púlpito, dos tribunais; 2) a ação coercitiva dos que se propunham a destruir materialmente o formidável aparelho da escravidão, arrebatando os escravos ao poder dos senhores; 3) a ação complementar dos próprios proprietários, que, à medida que o movimento se precipitava, iam libertando em massa as suas 'fábricas'; 4) a ação da política dos estadistas, representando as concessões do governo; 5) a ação da família imperial."

Joaquim Nabuco. "Minha formação". São Paulo: Martin Claret, 2005. p. 144 (com adaptações).

Nesse texto, Joaquim Nabuco afirma que a abolição da escravatura foi o resultado de uma luta:

- de ideias, associada a ações contra a organização escravista, com o auxílio de proprietários que libertavam seus escravos, de estadistas e da ação da família imperial.
- de classes, associada a ações contra a organização escravista, que foi seguida pela ajuda de proprietários que substituíam os escravos por assalariados, o que provocou a adesão de estadistas e, posteriormente, ações republicanas.
- partidária, associada a ações contra a organização escravista, com o auxílio de proprietários que mudavam seu foco de investimento e da ação da família imperial.
- política, associada a ações contra a organização escravista, sabotada por proprietários que buscavam manter o escravismo, por estadistas e pela ação republicana contra a realeza.

- e. religiosa, associada a ações contra a organização escravista, que fora apoiada por proprietários que haviam substituído os seus escravos por imigrantes, o que resultou na adesão de estadistas republicanos na luta contra a realeza.

A alternativa correta é "a".

ENEM – 2010

Para o Paraguai, portanto, essa foi uma guerra pela sobrevivência. De todo modo, uma guerra contra dois gigantes estava fadada a ser um teste debilitante e severo para uma economia de base tão estreita. Lopez precisava de uma vitória rápida e, se não conseguisse vencer rapidamente, provavelmente não venceria nunca.

LYNCH, J. "As Repúblicas do Prata: da Independência à Guerra do Paraguai". BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: da independência até 1870*, v. III. São Paulo: EDUSP, 2004.

A Guerra do Paraguai teve consequências políticas importantes para o Brasil, pois:

- a. representou a afirmação do Exército Brasileiro como um ator político de primeira ordem.
- b. confirmou a conquista da hegemonia brasileira sobre a Bacia Platina.
- c. concretizou a emancipação dos escravos negros.
- d. incentivou a adoção de um regime constitucional monárquico.
- e. solucionou a crise financeira, em razão das indenizações recebidas.

A alternativa correta é "a".



Imperialismo e Colonialismo no século XIX

Para início de conversa...

O Branco vem chegando... chegando... chegou.

Você já viu algum destes personagens?

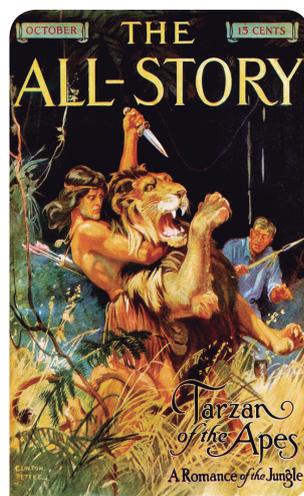


Figura 1: Tarzan.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Tarzan>



Figura 2: O Fantasma.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/O_Fantasma

São eles: Tarzan e Fantasma

O primeiro, **Tarzan**, era filho de um aristocrata inglês que morreu ao chegar à África. Ele foi criado por macacos em plena selva africana e recebeu este nome por ter a "pele branca". Por sobreviver a todos os perigos da selva, tornou-se conhecido por suas grandes habilidades físicas e pela capacidade de se comunicar com os animais. Ele se comportava como guardião das terras africanas.

O segundo, **Fantasma**, vivia em uma caverna com um grande tesouro em um país imaginado pelo seu criador, e que misturava algumas coisas da Ásia (principalmente da Índia) e outras da África. Possuía também grande habilidade física, agilidade, sabia muito bem usar diversas armas e morava na selva com o pigmeu Bandar. O Fantasma é fruto de uma linhagem de heróis: são várias gerações de fantasmas que sempre combateram o crime. Pode ser visto também como um homem comum, pois, diferente do Tarzan, este herói viaja e adota o nome de Mr. Walker (caminhante).

O que os dois têm em comum?

São brancos, lutam contra as injustiças, são homens inteligentes, elegantes e bonitos. Possuem características especiais: são atléticos, fortes, vitoriosos e possuem relação com o continente africano e asiático. Mas por que esses personagens são sempre apresentados como superiores aos nativos?

Por que os nativos precisam deles para viver em paz? Será que africanos e asiáticos não sabiam cuidar da sua própria terra?

Vamos pensar?

Surge no século XIX, uma ideia pseudocientífica de “superioridade racial”, ou melhor, a superioridade do branco sobre as demais etnias. Dessa forma, o homem branco tinha a missão de civilizar os povos “primitivos”, “bárbaros”, “infantis” e “ingênuos” que ainda se encontravam em estágio de selvageria. Era um fardo grande, mas, um dever para o branco civilizado: levar a esses povos cultura, desenvolvimento econômico, organização política e elevar assim seu estágio na evolução da espécie.

Pode até parecer brincadeira ou coisa de ficção científica, mas, esse foi o discurso usado pelo branco europeu para entrar nos continentes africano e asiático, destruir toda a antiga organização social, política, econômica e cultural nativas e impor sua visão de mundo.

Os heróis acima foram desenhados em um contexto no qual se desejava mostrar toda a superioridade branca sobre o elemento nativo, e, ainda a necessidade que esses povos tinham da presença branca, que orientava, defendia, organizava e cuidava daquela terra e da sua população.

E você, o que acha disso? Tem alguma opinião formada?

Não responda agora, primeiro estude as seções que vêm por aí e, ao final, pense e responda às perguntas.

Objetivos de aprendizagem

- Relacionar a divisão territorial do continente africano – a chamada "Partilha da África" – à Segunda Revolução Industrial;
- Identificar, além da Inglaterra, quais potências europeias despontaram no cenário imperialista, passando a disputar regiões do continente africano;
- Reconhecer as estratégias de dominação imperialista vinculadas aos interesses das elites africanas locais;
- Reconhecer a postura etnocêntrica dos europeus em relação aos africanos, bem como o que chamamos de "processo de aculturação";
- Conceituar neocolonialismo, imperialismo e seus desdobramentos, a partir da segunda metade do século XIX;
- Identificar as relações entre o processo de conquista da África e Ásia com o cumprimento do ideal de uma "missão civilizatória".

Seção 1

África e Ásia no século XIX



Figura 3: Charge satiriza as nações europeias partilhando a China como se fosse uma grande pizza.

Fonte: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=52244>

Imagine uma pizza gigante para ser dividida por um grupo de pessoas famintas. Imaginou? Agora pense que essa pizza seja um território rico! Vai dar briga, não vai? Pois é esse o tema desta Unidade.

A partir do século XVI, as colonizações portuguesa e espanhola se limitaram à conquista das terras na América; as terras africanas e asiáticas, com raras exceções, não foram ocupadas e as relações com os europeus se limitaram ao comércio, principalmente, o de especiarias e escravos. Por isso, no século XIX, ainda havia grandes extensões de terras desconhecidas nos continentes africano e asiático, e Portugal e Espanha não tinham mais condições de explorá-los sozinhos. Os Estados Unidos e alguns países europeus como a Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica e Itália eram considerados as grandes potências industriais naquele momento e todos esses países manifestaram interesse em estender seus domínios até aquelas regiões.

Vale relembrar que, no período inicial da primeira Revolução Industrial (século XVIII), somente os ingleses utilizavam a máquina a vapor e detinham técnicas para produção de trens e construção de ferrovias. Com o passar do tempo, outros países passaram a investir também em novas técnicas e se modernizaram, e desde então, o continente africano tornou-se um local estratégico para as grandes potências. Este processo que será estudado especificamente na próxima seção foi chamado Neocolonialismo, **Imperialismo** ou Colonização do século XIX e foi uma das consequências da Segunda Revolução Industrial (ocorrida no século XIX).

Imperialismo

“A palavra Imperialismo apareceu apenas em 1870, sendo bastante utilizada entre 1890 e 1914, e servindo ainda hoje para designar práticas militares e culturais, desenvolvidas por potências para exercer domínios sobre outros Estados, politicamente independentes”. (SILVA: 2006; p. 218)

Os países europeus, já industrializados, estavam interessados em formar grandes impérios econômicos, estender suas áreas de influência para outros continentes e visavam, ainda, aumentar suas margens de lucro. Por isso, objetivavam o acesso às áreas que pudessem fornecer as matérias-primas, em particular as usadas pela indústria pesada, como o ferro, e no investimento em grandes obras, como nas ferrovias, por exemplo. E tudo isso poderia ser conseguido a baixo custo nesta área, ou seja, com mão de obra barata das populações nativas de países da África, Ásia e Oceania – continentes que passaram a ser o alvo predileto das potências europeias do século XIX.

Enquanto o colonialismo dos séculos XV e XVI utilizou a divulgação do Cristianismo para legitimar suas ações, o (neo) colonialismo do século XIX usou o argumento de levar o progresso da ciência e da tecnologia ao mundo, ou seja, “civilizar” esses “povos”.

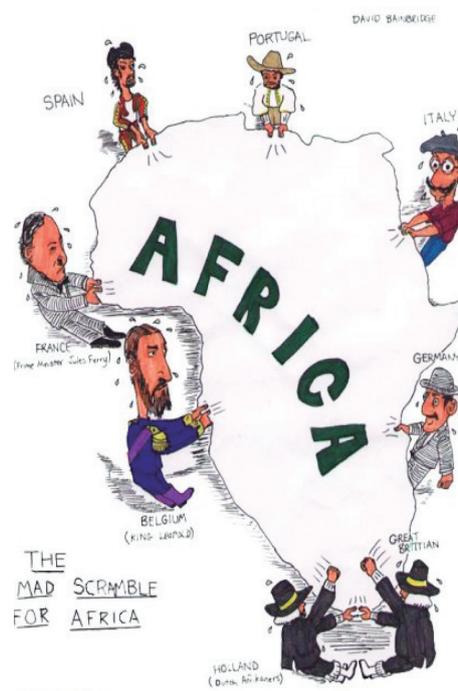


Figura 4: Charge que retrata a cobiça e a disputa pelo continente africano.

Fonte: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=52881>

Portanto, o estudo sobre a partilha da África e da Ásia tem muito a nos dizer, principalmente, porque, nesse processo, vários povos unidos por laços sanguíneos ou culturais foram separados e populações historicamente inimigas foram obrigadas a conviver em um mesmo território. Por que tanto interesse nessas terras? Como viviam os africanos e asiáticos?

A vida na África

Desde o século X a.C., a África sofre com a ação colonizadora de povos como os fenícios, gregos e romanos. Foi alvo do Império Bizantino no século VI e dos árabes no século VII e, por fim dos europeus a partir do século XIV, período da expansão comercial e marítima europeia.

No século XVI, abastecia as metrópoles europeias e as colônias americanas com mão de obra escrava, que passou a ser uma mercadoria valiosa dando origem a um comércio lucrativo: o tráfico negreiro. Mesmo após o seu fim, em meados do século XIX, a França, a Inglaterra e também Portugal, continuaram a explorar o território africano em busca de riqueza, e finalmente, em 1867, descobriu-se diamante no Transvaal (região no sul da África) e ouro e cobre na Rodésia, em 1889. Essas descobertas fizeram com que as nações industrializadas vissem novas possibilidades lucrativas na área, iniciando uma disputa com regras estabelecidas por elas.

Até o século XIX, a presença dos europeus se registrava no litoral do continente africano, pois nessas regiões estava centralizado o lucrativo e constante tráfico negreiro que dizimou as sociedades africanas desde o século XVI. Ainda no século XIX, a África testemunhou, mais uma vez, a presença dos europeus em seu território, mas agora a ocupação se deu de forma muito mais enfática, estabelecendo a desarticulação de várias comunidades, que se diferenciavam linguística e culturalmente.



Figura 5: Mapa da África, em 1880, às vésperas da partilha e da conquista.

Fonte: *História geral da África*, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 / editado por Albert Adu Boahen. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010, p. 2. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190255POR.pdf>>

Seção 2

O colonialismo no século XIX

Você já leu sobre a Revolução Industrial e sabe a importância dos continentes africano e asiático para as potências industrializadas.

Na verdade, essa aceleração na produção devido ao avanço tecnológico (Segunda Revolução Industrial) fez com que as potências europeias aumentassem seus parques industriais e o seu acúmulo de capital. Conforme suas indústrias iam crescendo, os europeus precisavam de mais matéria prima, de mais combustível e de mais mercados consumidores. A Europa, continente que nunca teve grandes reservas minerais, foi obrigada a buscar novamente essas riquezas em outros lugares. E os alvos escolhidos foram os continentes africano e asiático.

Essa ambição levou os países europeus, ou melhor, as suas principais potências industrializadas a realizar um processo de expansão econômica, que denominamos Imperialismo ou Neocolonialismo. Cada potência europeia pegou sua fatia.



Não confunda neocolonialismo com o colonialismo que você estudou anteriormente, aquele do século XVI. O fenômeno do século XIX, agora estudado, desejava fazer das suas conquistas grandes mercados consumidores de produtos industrializados, e também produtores de matéria-prima e de força motriz (combustível). Além disso, a Europa já era outra, agora o homem europeu se autointitulava civilizado. E a sua população crescia e precisava de espaço. Lembra-se do fardo do homem branco? Vai pensando!

Então, o que foi o Imperialismo, Neocolonialismo ou colonização do século XIX?

Com o grande desenvolvimento tecnológico no século XIX, as potências industrializadas da Europa como: Inglaterra, França e a recém-unificada Alemanha, além dos Estados Unidos da América e do Japão, passaram a produzir mais, gerando grandes lucros para os proprietários industriais. Esse fato suscitou alguns problemas: Como alimentar essa produção industrial? Como aumentar o acesso ao petróleo, ao ferro e ao cobre necessários à produção? Onde reinvestir o capital obtido com os grandes lucros? Onde encontrar mão de obra mais barata?

A solução encontrada foi buscar novas áreas produtoras de matéria-prima, com mão de obra abundante e que pudessem receber seus investimentos de forma a aumentarem seus lucros. Nessa busca de novas áreas, iniciou-se um processo conhecido como Neocolonialismo, esse novo tipo de colonialismo, formou dois tipos de colônias: as de assentamento e as comerciais. Apesar de coexistirem, as primeiras destinavam-se, sobretudo, a receber excedente populacional e as segundas tinham como objetivo central fornecer matéria-prima e receber investimentos de capital.

"O Imperialismo é um conceito mais amplo que abrange o conceito mais específico de Neocolonialismo. Denomina-se de Imperialismo a fase na qual o sistema capitalista torna-se industrialmente mais tecnológico, utiliza-se de métodos mais agressivos na busca de mercados, adquire uma abrangência mundial e passa a ser conduzido e manipulado por empresas multinacionais e por grandes bancos. Dois dos componentes fundamentais do Imperialismo são o capitalismo monopolista e o capitalismo oligopolista (...). Nessa busca desenfreada por novos mercados consumidores de industrializados, pelo fornecimento de matérias-primas e de combustíveis, e por locais para novos investimentos é que as potências europeias passam a conquistar novas colônias na África, Ásia e Oceania. O Neocolonialismo, portanto, é o terceiro componente do Imperialismo, ou seja, um desdobramento da evolução do capitalismo contemporâneo.

Fenômeno típico do século XIX, o Imperialismo ou Neocolonialismo demarcou o processo de expansão do capitalismo industrial pela Europa.(...) Diferente da colonização desenvolvida na Idade Moderna, os neocolonialistas não tinham a obtenção de gêneros tropicais e metais preciosos entre seus maiores interesses. Os neocolonialistas pretendiam transformar a população local em um mercado consumidor regular de seus produtos e fornecedor de matérias-primas que estivessem ligadas à expansão dos maiores setores industriais e o desenvolvimento de novas tecnologias que reduzissem os custos de produção.

O neocolonialismo foi a principal expressão do imperialismo, forma assumida pelo capitalismo, a partir da Segunda Revolução Industrial. Foi incrementado a partir de 1880, e tinha por base uma nova divisão econômica e política do mundo pelas potências capitalistas em ascensão. Na segunda metade do século XIX, países europeus como a Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica e Itália, eram considerados grandes potências industriais. Na América, eram os Estados Unidos que apresentavam um grande desenvolvimento no campo industrial."

<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=52881>



Essa nova forma de colonizar trouxe dentro de si uma corrida imperialista, onde as potências desenvolvidas tecnologicamente estabeleciam áreas de influência.

Percebeu? Império! Conquista de território! Áreas de influência! Imperialismo.

Acontece, então, devido à expansão imperialista, o que se denominou Partilha da África e da Ásia.

É isso mesmo, partilha... divisão, distribuição de pedaços... É! Pode acreditar, os europeus chegaram, escolheram, cada um, uma fatia. Entendeu por que a imagem do início da primeira seção mostra a pizza fatiada entre as potências e o mapa, a seguir, mostra as áreas africanas como áreas inglesas, francesas, belgas, alemãs, portuguesas, espanholas etc.?

O pontapé inicial da partilha da África foi a chamada Conferência de Berlim (1884-1885), realizada na Alemanha, para estabelecer as regras básicas para a divisão das áreas de influência.



Artigo 34 da Conferência de Berlim

Segundo o "Art.34 – A potência que, no futuro, tome posse de um território nas costas do continente africano situado fora das possessões atuais, ou que, não as tendo até então, venha a adquiri-las, e do mesmo uma potência que assuma o protetorado, acompanhará a ata respectiva duma notificação dirigida às outras potências signatárias da presente ata, a fim de pô-las em condições de valer, se disso for o caso, as suas reclamações”.

Observe o mapa:



Figura 6: Os colonizadores da África.

Fonte: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=52881>

O que ficou com quem? Compare o mapa da África antes com o mapa do continente depois da partilha. Viu a diferença?

A França iniciou suas conquistas imperialistas pela Argélia entre 1830 e 1857. Logo após, os franceses se estabeleceriam na Tunísia, tendo seu domínio expandido até as regiões de Madagascar e Marrocos. Em 1891, Portugal ganhou a posse de Angola e Moçambique.

A África Oriental ficou como áreas de influência da Inglaterra e da Alemanha que chegaram a um acordo em 1893. A Inglaterra ficou também com controle da África central e em 1889, a Convenção Anglo-francesa, definiu as disputas no Egito e finalmente, em 1902, os ingleses venceram os **Bôers** ou Bôeres (para o português) e ficam soberanos na África do Sul.

Bôers

Bôers é o nome pelo qual ficaram conhecidos os colonos holandeses que estavam na região ao sul do continente africano. Conforme novas descobertas de ouro e diamante ocorriam na região, os bôers eram obrigados a se deslocarem por ordem dos ingleses. Chegaram a receber ajuda dos franceses e alemães, em uma guerra, para manterem seus domínios, mas foram derrotados pelos ingleses, em 1902.

A desculpa do Homem civilizado...

Mas como explicar a presença branca na África? Como justificar a chegada do homem europeu em uma terra rica, mas que não lhe pertencia? Como expulsar os aventureiros e particulares? Como fazer a presença do invasor ser aceita? Lembra-se dos personagens, Tarzan e Fantasma?

Pois é, retomemos essas ideias para entender a presença branca e a aceitação da população dessa “invasão”.

Nasceu uma ideia, a chamada “Missão Civilizadora”, que vai ser justificada por estudos pseudocientíficos que garantiam o mito da supremacia racial do branco sobre o preto e/ou amarelo! Lembra, está no início da Unidade.

Todas essas questões estavam representadas no ideal de “missão civilizadora” que, junto às teorias racistas, como o darwinismo social, tiveram importante papel na justificação da dominação imperialista, ao defenderem a superioridade dos povos brancos sobre “os de cor”. A “*raça branca*”, que se atribui o *status* de raça superior, assumiu, a partir dessas teorias, a missão de levar *progresso*, *desenvolvimento* e *civilização* àqueles povos que consideravam incivilizados e racialmente inferiores.

Não podemos, contudo, esquecer que a conquista se deu, também, pela aliança entre os exploradores e as elites locais, que passaram a desfrutar de prestígio social e econômico entre a população explorada.

Você já deve saber, mas não custa lembrar:

O “**darwinismo social**” – Teoria criada pelo filósofo e sociólogo inglês Herbert Spencer – tenta aplicar ao mundo social as ideias de Charles Darwin, que defende a existência de “leis naturais” que comandavam a evolução das espécies. O darwinismo social acabou sendo uma teoria amplamente utilizada pelos governos europeus para justificar seus domínios na Ásia e na África no período do Imperialismo. A classificação das sociedades em bárbaras e civilizadas, atrasadas e evoluídas criou as condições para o aumento do preconceito contra os povos desses continentes, que eram vistos como inferiores em relação aos europeus.





O Fardo do Homem Branco

Rudyard Kipling

Tomai o fardo do Homem Branco -	As portas que não deves entrar
Envia teus melhores filhos	As estradas que não deves passar
Vão, condenem seus filhos ao exílio	Vá, construa-as com a sua vida
Para servirem aos seus cativos;	E marque-as com a sua morte.
Para esperar, com arreios	(...)
Com agitadores e selváticos	Tomai o fardo do homem branco –
Seus cativos, servos obstinados,	Vós, não tenteis impedir –
Metade demônio, metade criança.	Não clamem alto pela Liberdade
Tomai o fardo do Homem Branco -	Para esconderem sua fadiga
Continua pacientemente	Porque tudo que desejem ou sussurrem,
Encubra-se o terror ameaçador	Porque serão levados ou farão,
E veja o espetáculo do orgulho;	Os povos silenciosos e calados
Pela fala suave e simples	Seu Deus e tu, medirão.
Explicando centenas de vezes	Tomai o fardo do Homem Branco!
Procura outro lucro	Acabaram-se seus dias de criança
E outro ganho do trabalho.	O louro suave e ofertado
(...)	O louvor fácil e glorioso
Tomai o fardo do Homem Branco -	Venha agora, procura sua virilidade
Sem a mão-de-ferro dos reis,	Através de todos os anos ingratos,
Mas, sim, servir e limpar -	Frios, afiados com a sabedoria amada
A história dos comuns.	O julgamento de sua nobreza.

Fonte: http://pt.wikisource.org/wiki/O_fardo_do_Homem_Branco (s/ nome do tradutor)

Retire deste texto, dois trechos ou estrofes que explicam o significado da “Missão civilizatória” citada anteriormente.

Anote suas respostas em seu caderno

E a Ásia?

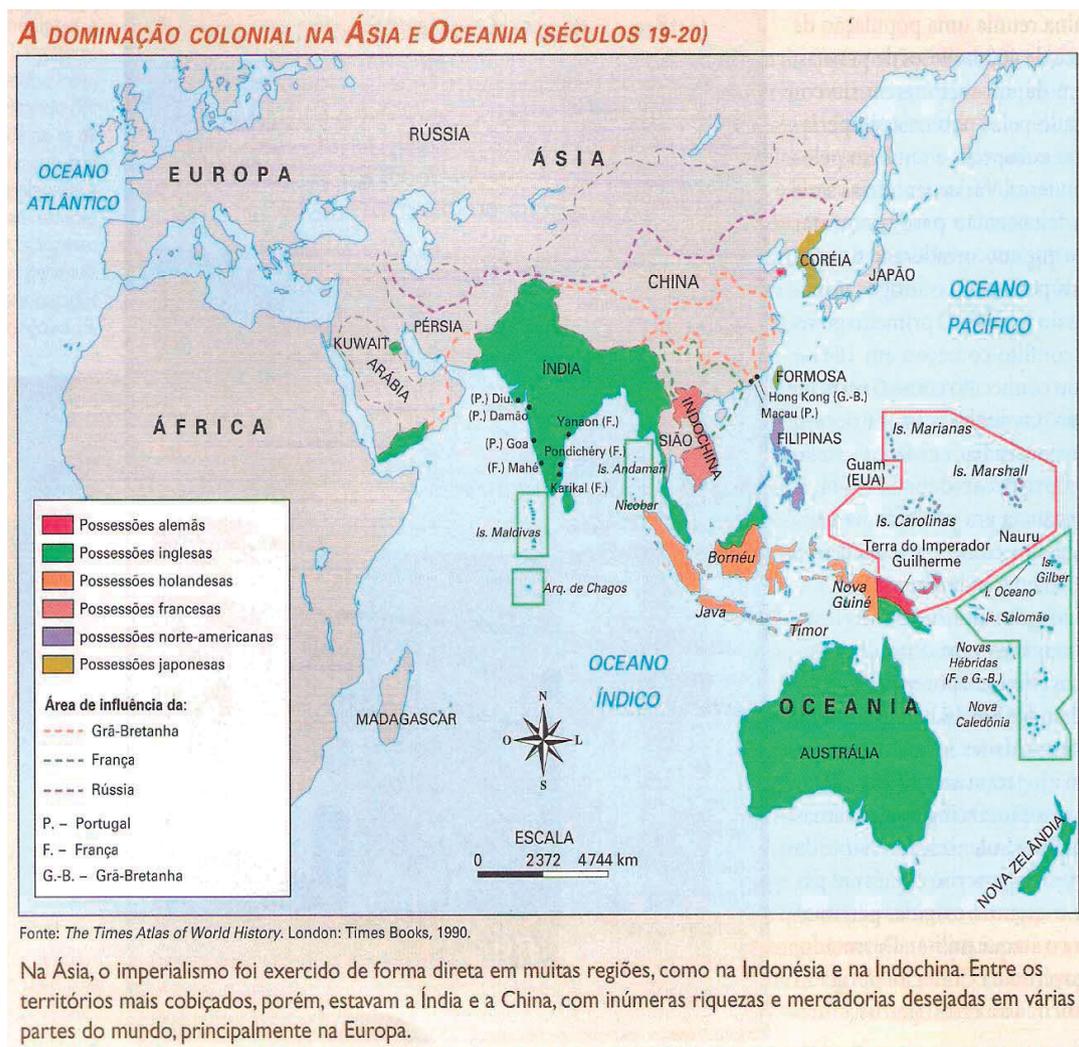


Figura 7: A dominação colonial na Ásia e Oceania.

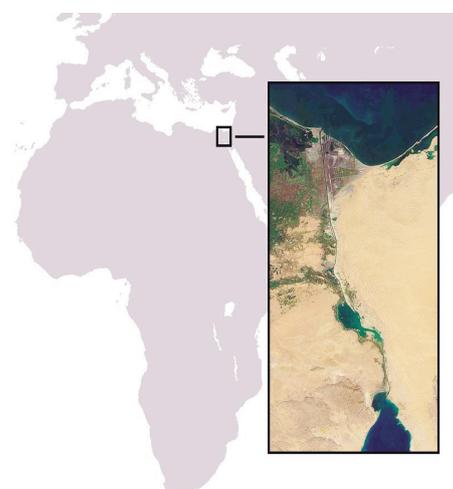
Fonte: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=52881>.

A influência e o domínio de países europeus na Ásia estiveram presentes, desde o século XVI, com o início das Grandes Navegações. Como Portugal foi o primeiro país a chegar à Ásia através de uma rota diferenciada da que ocorria no Mar Mediterrâneo, foi possível que se estabelecesse na região e intensificasse a exploração de especiarias que eram muito valorizadas pelos europeus. Os portugueses mantinham suas possessões e explorações em várias localidades como Goa, Macau e Nagasaki e as relações entre Europa e Ásia se resumiam basicamente à exploração de especiarias realizada através dos portos asiáticos.

A ocupação e a exploração do continente asiático pelas potências europeias no século XIX não transcorreu de maneira uniforme dentro do continente, ou mesmo de uma região para outra. A Inglaterra realizou sua incursão imperialista através da conquista do Egito e a obtenção do importante Canal de Suez, que possibilitou a integração entre os grandes centros industriais europeus e as colônias asiáticas, o que se viabilizou pela ligação entre os mares Mediterrâneo e Vermelho.



O Canal de Suez



O Canal de Suez

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_do_Suez

O Canal de Suez é um canal artificial, construído entre 1859 e 1869, que liga Porto Said, no Mar Mediterrâneo, a Suez, no Mar Vermelho. Possui mais de 100 km de extensão, 170 metros de largura e 20 metros de profundidade. É uma das vias marítimas mais importantes do mundo, pois é o eixo de união entre o Oriente e Ocidente, sendo um dos grandes focos da economia do Egito. O Canal, também, separa os continentes da África e Ásia.

A colônia que mais sofreu a influência do imperialismo inglês foi a Índia, já que além das transformações culturais, os indianos também sofreram influências na esfera econômica, pois os comerciantes locais foram prejudicados pela concorrência industrial da Inglaterra. O domínio não foi aceito de forma pacífica e causou uma reação de vários povos ou grupos que não aceitaram este sistema explorador e partiram para a reação contra o dominador.

Na Ásia, não encontramos um continente constituído por tribos, reinos ou Impérios com a diversidade da África. Ela era palco de algumas histórias de grandeza e cultura organizadas com complexidade de forma milenares. Este

fato acabou por dificultar, mas não impedir, a intervenção dos europeus nos territórios asiáticos, que seriam invadidos ainda pelos Estados Unidos e Alemanha, que promoveriam conquistas espalhadas pelas diversas ilhas do Oceano Pacífico, estabelecendo pontos estratégicos militarmente e para o comércio marítimo.

Nessa partilha, a França ficou com a Indochina, nome da região hoje formada pelos atuais países: Vietnã, Camboja e Laos. E o Japão, iniciou sua briga por áreas de influências após a sua grande mudança interna, a revolução Meiji.

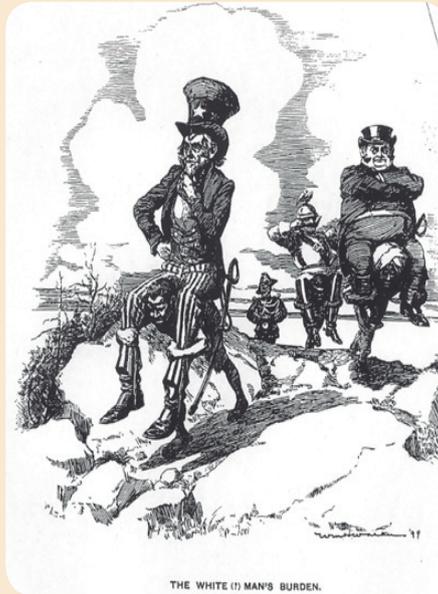
A Revolução Meiji foi uma das mais radicais mudanças sociais e políticas da história do Japão. Para entendermos melhor esta modificação, é importante lembrar que, na primeira metade do século XIX, a sociedade japonesa ainda se organizava de uma forma muito próxima ao sistema feudal, com uma nobreza guerreira e reis fracos. Mas, o que levou o tradicional Japão a realizar tantas alterações na sua estrutura militar, política e social?

Em primeiro lugar, a decadência do regime de poder dos xoguns, que enfrentava uma crise financeira e fiscal dificultando sua manutenção; em segundo, a pressão norte-americana para que o país se abrisse ao comércio e à cultura ocidental; e uma terceira questão refere-se à insatisfação de alguns príncipes japoneses, que não concordavam com a supremacia de algumas regiões sobre as decisões políticas.

O sucesso da Restauração Meiji tirou o Japão do isolamento em que se encontrava, sendo de fundamental importância para transformações que viriam a colocar o país na situação de primeira potência econômica e militar não ocidental e, também, a primeira nação fora do eixo Europa-EUA a derrotar um exército ocidental, o russo, em 1905, na Guerra Russo-Japonesa. O intercâmbio de relações refletiu-se sobre o movimento migratório e os japoneses, aos poucos, foram se espalhando pelos vários continentes no exercício de diferentes atividades.



Atividade
2



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/O_Fardo_do_Homem_Branco

Esta charge ironiza a justificativa para o imperialismo: a de que esses países levariam à África e à Ásia a civilização, a razão, os benefícios da modernidade.

Diante do que você já conheceu sobre o assunto:

- Identifique na charge os países que tomaram a frente do processo.
- Quais eram os objetivos da conquista da Ásia e da África, durante a segunda metade do século XIX, pelas principais potências imperialistas?

Anote suas
respostas em
seu caderno

Seção 3

Movimentos de resistência ao imperialismo. Mas nem tudo deu certo para os “civilizadores”!

Foi durante a Era Vitoriana (1837-1901) que o imperialismo inglês atingiu seu apogeu. Esse período corresponde ao longo reinado da famosa rainha Vitória, que chegou ao trono com 18 anos de idade e atuava pessoalmente nos negócios da coroa. Apesar de governar com punho forte, o país enfrentou alguns problemas: A Guerra do Ópio, na China (entre 1839-1842 e 1856-1860); a Revolta dos Cipayos, na Índia (1857-1858) e a Guerra dos Boxers, na China (1899-1901).

A Guerra do Ópio – Ocorreu na China e teve como principal ponto a proibição das autoridades chinesas de comercializar o ópio, que era produzido pelos ingleses e vendido aos chineses. Para defender seu comércio lucrativo, a Inglaterra declarou guerra à China. Com a vitória inglesa, ela retomou a comercialização do produto.

A Revolta dos Cipayos – Foi protagonizada por um grupo indiano nativo que se revoltou contra a exploração comercial inglesa que já existia desde o século XVII, através das Companhias das Índias Orientais. As tropas nativas foram massacradas e a Inglaterra ao fim do conflito converteu a Índia em área de domínio inglês. Esse domínio fez nascer na Índia um movimento nacionalista e, em 1885, originou-se o Congresso Nacional Indiano, objetivando participação indiana na administração do país.



Um exemplo de resistência ao civilizador foi a *Guerra dos Boxers*. A China um dos maiores alvos do neocolonialismo do século XIX reagiu!

Os Boxers, chamados assim, por serem lutadores chineses, não se conformaram com a fragilidade do poder imperial diante do imperialismo inglês, e criaram um grupo que se denominou *sociedade dos punhos harmoniosos e justicheiros*. Com um discurso nacionalista, reagiram violentamente à presença dos estrangeiros.

Os Boxers, nos anos de 1900 e 1901, tiveram três principais alvos em suas revoltas. Eles eram contra: 1) a interferência estrangeira na China; 2) os cristãos fanáticos e 3) a própria dinastia Manchu, que era acusada de passividade por não reagir às invasões imperialistas.

A monarquia chinesa foi obrigada então, pelas forças internacionais, a assinar, no dia 7 de setembro de 1901, a Paz ou Protocolo de Pequim através do qual se oficializaram os acordos que puseram fim à Guerra dos Boxers, e no qual também se garantia a liquidação das sociedades secretas e ficava proibida a importação de armas. Além de

derrotado, o governo chinês se viu obrigado a pagar uma pesada indenização em ouro, liberar novos portos às embarcações estrangeiras e aceitar a política das “Portas Abertas”.

Portas abertas! Perceberam?! Os portos foram liberados a todas as embarcações estrangeiras e foram dadas várias concessões econômicas aos países ocidentais.

Mas não foi só a Ásia que chiou! Olha a África!

Em 1904, praticamente todo território africano já estava partilhado entre as potências europeias. Só dois ainda permaneciam independentes: Etiópia e República da Libéria.

Essa partilha teve diversas faces: em alguns pontos, os europeus mantiveram as administrações locais e compartilharam o seu comando, em outras, o modelo foi de uma intervenção direta do colonizador. Sob o ponto de vista econômico-social a partilha gerou uma dependência da comunidade africana em relação aos seus colonizadores, e também um vínculo de produção e subtração de recursos africanos ao sistema capitalista. Sem dúvida, novas atividades econômicas surgiram, mas, por iniciativa europeia e sempre voltadas para os interesses estrangeiros.

Novas realidades sociais e ideológicas surgiram, pois não houve a preocupação por parte dos europeus de realizar uma adaptação aos padrões culturais africanos.

O mito da superioridade do homem branco veio com a partilha, contudo, justamente pela diversidade política, cultural, social e étnica do continente africano, movimentos de resistência se iniciaram na tentativa de preservar ou restaurar os valores étnico-culturais dos nativos.

Algumas áreas ainda viviam em comunidades de pastores nômades como a Costa do Ouro e o Golfo da Guiné; em outras, como as regiões ocidentais da África, havia a predominância do Islã. Todas as áreas foram palco de resistências e rebeliões. Umas fundamentadas na questão religiosa, e outras, pelo descontentamento da situação imposta pelos estrangeiros, que desestruturou a antiga organização.

Todos esses territórios tiveram de abandonar suas formas tradicionais de produção e pensamento para se enquadrarem ao modelo capitalista trazido pelos europeus. Antigas comunidades de camponeses tribais tiveram que se transformar em mão de obra barata para as grandes plantações especializadas, adaptadas às necessidades europeias, como o cacau da Costa do Ouro e do Congo belga, ou ainda, a extração do ouro na Rodésia e Ghana, e a de diamantes na África do Sul.

Vejam os exemplos desses movimentos de resistência.

A Etiópia é o país independente mais antigo da África e nunca foi colonizada. No fim do século XIX, a Itália quis colonizar a Etiópia (antiga Abissínia); no entanto, os etíopes derrotaram os italianos durante a Primeira Guerra Ítalo-Etíope que corresponde à invasão italiana na Abissínia, ocorrida entre os anos 1895 e 1896.

Ao fim do século XIX, quase que como reação imediata, nos Estados Unidos da América nasceu o pensamento anti-imperialista. Já em 1898, fundou-se a Liga Anti-imperialista dos Estados Unidos.

Será que os Estados Unidos da América não eram imperialistas? Antes de responder, volte à charge da Atividade 2 e lembre-se da Seção 2. O que concluiu?!

Complete o quadro síntese com as informações dadas pelos mapas presentes na unidade:

Império Europeu	Continente Africano	Continente Asiático
Império Inglês		
Império Francês		
Império Alemão		
Império Português		



Anote suas respostas em seu caderno

Resumo

Nesta unidade você aprendeu que:

- Existem diferentes características econômicas, sociais e culturais entre os vários reinos africanos, que foram ignoradas pelos interesses europeus durante a Partilha da África.
- É importante conhecer e valorizar a história dos africanos e asiáticos, e a importância da diversidade cultural e étnica desses continentes.
- O capitalismo no século XIX buscou, através do neocolonialismo e do imperialismo, a inclusão de novas áreas do capitalismo internacional.
- A interferência das nações europeias durante o período imperialista, também chamado Neocolonialismo do século XIX, deixou marcas negativas, vivenciadas pelos povos colonizados até os dias de hoje.
- A cultura é um importante meio de resistência.
- As ideias do darwinismo social e a missão civilizadora eram argumentos utilizados para justificar o domínio europeu sobre os povos africanos e asiáticos.

Veja ainda

Filmes

- **Tarzan, o filho das Selvas.** Direção de John Derek. EUA, 1981.

O filme retrata as aventuras de Tarzan, o rei da Selva, para salvar a jovem inglesa, Jane, e a floresta de perigosos mercenários.

- **As montanhas da Lua.** Diretor: Bob Rafelson. EUA, 1990.

O filme aborda as expedições dos exploradores Richard Burton e John Speke que, em meados do século XIX, empreenderam uma em busca da nascente do Rio Nilo. O conhecimento geográfico e cultural preparou a dominação dos ingleses na região.

Referências

- BOAHEN, Albert Adu. *História geral da África*, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 / editado por MEC. Brasília: UNESCO, 2010.
- BRUNSCHWIG, Henri. *A partilha da África Negra*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- CRUZ, Sergio A. *Movimentos sociais e políticos africanos do século XIX ao século XXI: uma visão histórica*. In: www.academia.edu/3488906
- HOBBSAWM, Eric. *A era do capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.
- _____. *A era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SILVA, Kalina Vanderlei e SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2006.

Atividade 1

Pode variar de acordo com a sua leitura, pois todas as estrofes e versos dão a ideia de sacrifício do branco para com os selvagens, como exposição ao perigo. Denota a ideia de que o branco tem o dever de levar seu projeto de vida e visão de mundo para os selvagens.

Atividade 2

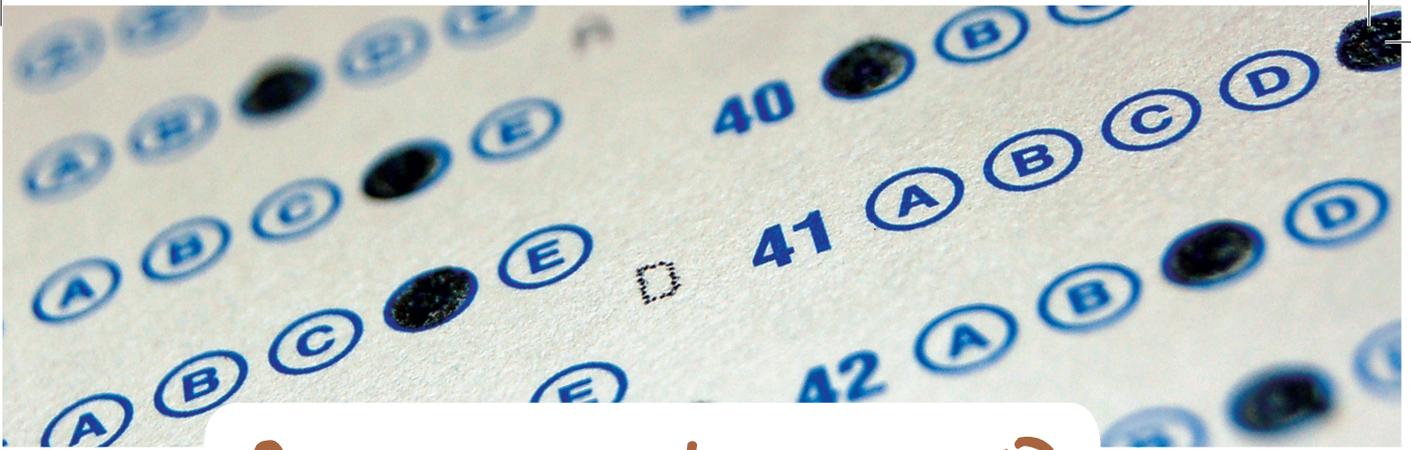
- a. Por ordem: EUA, Inglaterra, Alemanha, França.
- b. Dentre os vários objetivos da conquista da África e Ásia no século XIX pelos países europeus, podemos citar, principalmente: a busca de matérias-primas; a aplicação de capitais excedentes; a procura de novos mercados para os manufaturados; espaço para excedente populacional.



Respostas
das
Atividades

Atividade 3

Império Europeu	Continente Africano	Continente Asiático
Império Inglês	Sudão; Rodésia; Nigéria; África Oriental e Inglesa; protetorado Egito; Colônia do Cabo; África do Sul.	Índia; Birmânia (Mianmar).
Império Francês	Somália; Madagáscar; Argélia e Norte e Noroeste da África.	Vietnã; Cambojas; Laos.
Império Alemão	África Oriental; África sudoeste, Camarões e Togo.	
Império Português	Angola e Moçambique; Guiné, São Tomé e Príncipe.	Timor-Leste e enclaves na Índia e na China (Macau).



O que perguntam por aí?

Questão 1 (UERJ 2009)

A continuidade dos conflitos sociais na África revela a persistência de obstáculos às políticas de desenvolvimento nesse continente, desde o final do século XIX. Mesmo com alguns ensaios de democracia, repetiram-se, em 2008, eventos que indicam como a África está longe da paz e da estabilidade.

A associação adequada entre país e causa direta de um conflito atual está expressa na seguinte alternativa:

- a. Cabo Verde – guerras civis;
- b. Quênia – disputas eleitorais;
- c. Angola – antagonismos religiosos;
- d. Burkina Faso – crises econômicas.

Resposta: Letra B

Questão 2 (ENEM 2002)

"O continente africano em seu conjunto apresenta 44% de suas fronteiras apoiadas em meridianos e paralelos; 30% por linhas retas e arqueadas, e apenas 26% se referem a limites naturais que geralmente coincidem com os de locais de habitação dos grupos étnicos". MARTIN, A. R. *Fronteiras e Nações*. Contexto, São Paulo, 1998.

Diferente do continente americano, onde quase que a totalidade das fronteiras obedecem a limites naturais, a África apresenta as características citadas em virtude, principalmente,

- a. da sua recente demarcação, que contou com técnicas cartográficas antes desconhecidas;
- b. dos interesses de países europeus preocupados com a partilha dos seus recursos naturais;
- c. das extensas áreas desérticas que dificultam a demarcação dos "limites naturais";
- d. da natureza nômade da população africana, especialmente aquelas oriundas da África Subsaariana;
- e. da grande extensão longitudinal, o que demandaria enormes gastos para demarcação.

Resposta: Letra B



O longo século XIX: Imperialismo e caudilhismo nas Américas

Para início de conversa...

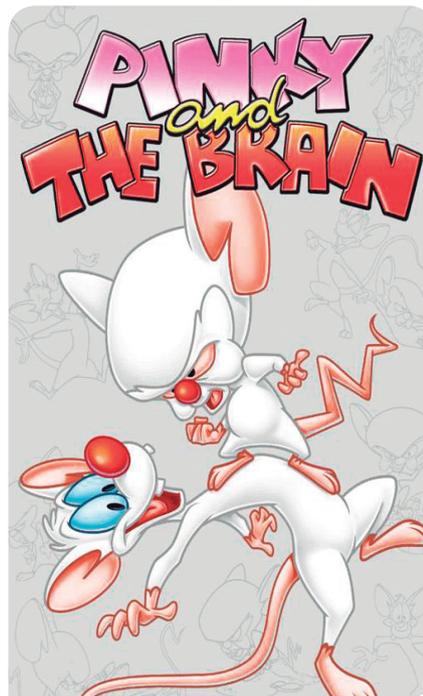


Figura 1: Pinky e o Cérebro, desenho da Warner Bros.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Pinky_and_the_Brain_vol1.jpg

Durante a década de 1990, o estúdio americano *Warner Bros Pictures* produziu um desenho que contava as aventuras de dois ratos brancos – Pinky e Cérebro – que utilizavam os Laboratórios Acme como base de seus planos para conquistar o mundo. Cérebro era um rato extremamente inteligente e que tinha o sonho de conquistar o mundo. Pinky, seu fiel e atrapalhado parceiro, não era muito esperto, sendo sempre o responsável por arruinar os planos de conquista do mundo de seu amigo Cérebro.

O desenho era caracterizado pela célebre frase de início e final de cada episódio. Nela, Pinky perguntava: "Cérebro, o que faremos amanhã à noite?" e Cérebro respondia: "A mesma coisa que fazemos todas as noites, Pinky... Tentar conquistar o mundo!" O imperialismo, que você verá nesta unidade, pode ser entendido desta forma! Ele nada mais foi que a busca das principais potências mundiais, os países europeus e os EUA, por tentar conquistar para si as maiores zonas de influência do mundo, exercendo o domínio sobre elas. Trataremos aqui mais detalhadamente do processo imperialista nas Américas.

Ainda nesta unidade, aprofundaremos o seu conhecimento a respeito da realidade política das Américas, com destaque para as repúblicas *criollas* das ex-colônias espanholas e a prática política que ficou conhecida como caudilhismo, assim como retrataremos o início da experiência republicana no Brasil e os movimentos sociais que o acompanharam.

Objetivos de aprendizagem

- Caracterizar o Imperialismo do século XIX;
- Identificar as ações imperialistas nas Américas;
- Caracterizar as repúblicas *criollas* nas Américas;
- Diferenciar liberais e conservadores na política hispano-americana;
- Conceituar caudilhismo;
- Identificar a organização política da república;
- Caracterizar a constituição de 1891;
- Relacionar os conceitos de coronelismo, política dos estados e política do café com leite;
- Reconhecer a importância dos protestos, revoltas e demais ações coletivas das camadas populares na Primeira República.

Seção 1

O Imperialismo nas Américas

Segundo o historiador britânico Eric J. Hobsbawm, o Imperialismo pode ser entendido como um período da história ocidental, no qual cerca de um quarto da superfície continental do globo foi distribuída ou redistribuída entre meia dúzia de Estados. O domínio territorial de diferentes partes do mundo ficou limitado às grandes potências europeias – Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Holanda, Portugal, Bélgica, Espanha, Rússia e o Império Otomano –, e aos EUA.



Figura 2: O Colosso de Rhodes: Caricatura de Cecil John Rhodes, depois que ele anunciou planos para uma linha telegráfica e da estrada de ferro da Cidade do Cabo ao Cairo.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Punch_Rhodes_Colossus.png

Nesta unidade, vamos estudar as transformações históricas que conduziram a Europa a determinado tipo de desenvolvimento econômico e social que chamamos de mundo moderno ou simplesmente de sistema capitalista.

O período nomeado como "Era dos Impérios" ocorreu entre os anos de 1875 e 1915, sendo os continentes africano e asiático os principais pontos de colonização das superpotências europeias. No entanto, vale ressaltar que o processo imperialista não representou apenas a conquista de territórios, mas sim, a imposição econômica, política, cultural e religiosa das nações ocidentais europeias frente aos povos conquistados, percebidos como "exóticos", "sub-desenvolvidos" e "bárbaros". O imperialismo do século XIX foi subproduto de uma economia internacional fundada na rivalidade entre diversas economias industriais concorrentes, intensificada pela pressão econômica de 1880.

Mas, e a América Latina? Como ela se relacionou com o imperialismo desempenhado pelas grandes potências mundiais? Como se deu a participação dos EUA no processo imperialista?

A América Latina – exceção do Caribe e de alguns territórios da América do Sul – não sofreu uma ocupação militar e/ou territorial por parte das grandes potências europeias. Desta forma, o continente americano não foi afetado pelo sistema de divisão de territórios implementado pelos países europeus. Os recentes processos de emancipação política dos países latino-americanos frente às metrópoles europeias, fizeram com que os europeus procurassem adotar outras estratégias para obter benefícios e dominarem a região. A Grã-Bretanha, maior potência econômica do século XIX, buscou exercer seu domínio imperialista sobre os povos latino-americanos atuando em diversos setores da economia daqueles países. Empréstimos de dinheiro, controle de bancos, instalação de companhias de seguros, auxílio no maquinário industrial, construção de ferrovias, foram algumas das áreas em que os britânicos empregaram dinheiro, provocando assim um grande endividamento externo desses países. Desta forma, a Grã-Bretanha exerceu o que a historiografia convencionou chamar "**Império informal**", investimentos das empresas britânicas na região, que passavam a controlar boa parte da infraestrutura dos países latinos, como as ferrovias, os serviços de bondes, água, esgoto, gás, eletricidade, telefonia. Além do domínio britânico, uma nação daquele continente começava a emergir politicamente e economicamente durante o século XIX, os Estados Unidos da América.

Os EUA rapidamente tornaram-se uma importante economia no cenário mundial. Com investimentos em ferrovias, extração de minérios, ouro e petróleo, os norte-americanos desenvolveram grandes empresas do setor petrolífero e industrial. Nesse sentido, a América Latina tornou-se importante região para atender aos interesses capitalistas norte-americanos, e local apropriado para extrair matérias-primas necessárias para abastecer uma sociedade em crescente expansão populacional.

A doutrina do **Destino Manifesto** garantiu aos estadunidenses a justificativa perfeita para implementar e expandir seus interesses imperialistas sobre o globo, em especial na América Latina, sobretudo sobre a região do Caribe. O imperialismo norte-americano teve início com a *Doutrina Monroe*, desenvolvida pelo presidente James Monroe (1817-1825) no ano de 1823, através da conhecida expressão "*América para os americanos*", que defendia a soberania

dos países americanos frente a qualquer tentativa de recolonização da América pelos europeus. Diferentemente do que ocorria na África e na Ásia, a América Latina era uma região que não possuía uma séria rivalidade entre as grandes potências europeias – após findados os processos de emancipação política – não despertando, nem da Grã-Bretanha e muito menos das demais forças europeias, motivos para desrespeitar a Doutrina Monroe. Na verdade, tendo em vista o projeto imperialista norte-americano dos séculos XIX e XX, não seria equivocada uma ligeira alteração na famosa expressão da referida doutrina, dando lugar a uma sentença mais exata para o propósito estadunidenses: “*América para os norte-americanos*”.

Destino Manifesto

Doutrina pela qual os norte-americanos acreditavam que seu modelo político e social era superior ao da maioria das demais nações ocidentais, isto é, ao dos países europeus, e, portanto, haviam sido escolhidos por Deus para comandar, libertar e guiar o mundo no caminho do progresso, do respeito aos princípios democráticos e aos ideais de liberdade, reservando a eles um papel de destaque no cenário mundial.

Os EUA decidiram exercer sua política imperialista dominando setores estratégicos da economia de diversos países latino-americanos, isto é, setores que moviam e sustentavam a economia dessas nações. Dessa maneira, os norte-americanos passaram a controlar o cobre chileno, o estanho boliviano, o petróleo mexicano e o venezuelano. Um exemplo do imperialismo norte-americano e uma prova da ação brutal da força econômica das nações imperiais sobre a vida econômica dos países dominados foi Cuba.

Os norte-americanos, com investimentos na produção de gêneros agrícolas (açúcar e tabaco) em Cuba – possessão espanhola – entraram em conflito com a Espanha e ajudaram indiretamente a ilha caribenha a se livrar do domínio espanhol através da *Guerra Hispano-Americana*, em 1898. O conflito que resultou em derrota espanhola foi altamente favorável aos EUA, que acabaram por tomar dos espanhóis, Porto Rico e as Filipinas, estendendo posteriormente seus domínios ao Havaí e às ilhas de Guam. No entanto, a independência cubana foi relativa. Se conseguiram se livrar dos espanhóis, o mesmo não ocorreu em relação aos Estados Unidos. Como resultado do apoio norte-americano no conflito, os cubanos foram obrigados a assinar a *Emenda Platt* (1901), que deu aos estadunidenses o direito de intervir na ilha, bem como de construir uma base militar na região, a famosa base de Guantánamo. Desta forma, iniciava-se o que popularmente ficou conhecido a respeito do domínio americano na região; Cuba era o “quintal dos EUA”.

Saiba Mais

Mais um exemplo da intervenção dos norte-americanos na região ocorreu no processo de independência dos panamenhos frente à Colômbia, em 1903. Conquistada a emancipação política, o Panamá garantiu aos Estados Unidos a construção do estratégico Canal do Panamá – importante ponto para o comércio internacional que liga o Oceano Pacífico ao Oceano Atlântico – deixando a administração do canal sob controle norte-americano até 1999.



Eclusas do Canal do Panamá.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Panama_Canal_Gatun_Locks.jpg

As atuações dos Estados Unidos na América Central possibilitaram o desenvolvimento de outras ideologias ou políticas norte-americanas. Associando interesses econômicos à intervenção militar, Theodore Roosevelt (1901-1909) promoveu a política externa do **Big Stick** ("grande porrete") que, aplicado às relações internacionais, pregava uma diplomacia estadunidense que poderia negociar, mas que também estava pronta para usar a força.

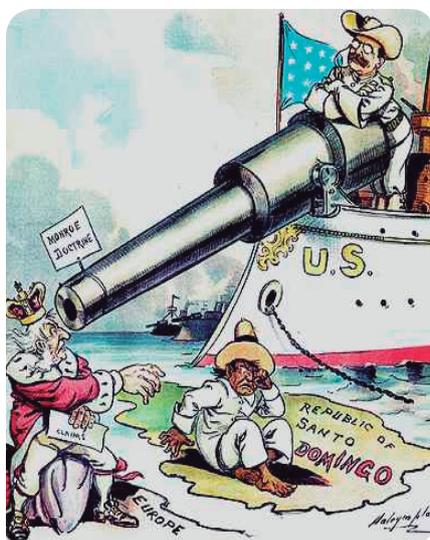


Figura 3: Charge americana sobre a política do Corolário Roosevelt e o *Big Stick*.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Roosevelt_monroe_Doctrine_cartoon.jpg

Big Stick

A expressão "*Big Stick*" vem de um ditado africano que poderia ser traduzido como "*fale mansamente, mas carregue nas mãos um grande porrete, assim irás longe*".

A política do *Big Stick* perdurou até o início da década de 1930. Com a ascensão do presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt, nos Estados Unidos (1933-1945), ocorreu uma clara mudança de estratégia no relacionamento norte-americano com a América Latina. A partir de então, os estadunidenses implementaram a chamada *política da boa vizinhança*, que tinha como principal característica o abandono da prática intervencionista norte-americana sobre as nações latino-americanas, assim como foi praticada uma maior colaboração econômica e militar com os povos da América Latina.

A mudança de estratégia norte-americana visava combater a influência nazista que ganhava a Europa naquele período e que começava a dar frutos entre as nações latino-americanas. Um exemplo da mudança ideológica promovida pelo governo americano está relacionada à criação do personagem Zé Carioca pelo estúdio Walt Disney, em 1942.

Surgido durante o contexto da Segunda Guerra Mundial, como uma das novas personalidades do estúdio americano, ao lado de desenhos conhecidos do grande público como o Mickey, o Pato Donald e o Pateta, Zé Carioca representava o que eles consideravam o típico malandro carioca, com gosto pela dança, por mulheres e por um modo preguiçoso e divertido de ser. Buscava-se assim uma maior proximidade com a América Latina e o Brasil era lugar-chave nessa nova empreitada da política diplomática norte-americana.



Figura 4: O personagem Zé Carioca.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Jos%C3%A9_Carioca_-_Saludos_Amigos.jpg

Como muito bem destacou Eric Hobsbawm, a Era dos Impérios foi um período em que o planeta teve uma crescente divisão entre fortes e fracos, isto é, uma clara separação entre "avançados" e "atrasados". Diferenças que explicam, em parte, os graves problemas de desigualdade social pelo qual ainda nos dias presentes passam as nações do grupo hoje intitulado "países emergentes".



Leia, atentamente, o trecho a seguir e faça o que se pede.

“

Julgamos propícia esta ocasião para afirmar, como um princípio que afeta os direitos e interesses dos Estados Unidos, que os continentes americanos, em virtude da condição livre e independente que adquiriram e conservam, não podem mais ser considerados, no futuro, como suscetíveis de colonização por nenhuma potência europeia [...]

(Mensagem do Presidente James Monroe ao Congresso dos EUA, 1823)

”

Este fragmento faz referência a uma importante doutrina que guiou os EUA em seu projeto imperialista. Cite o nome desta doutrina e explique-a. Retire do texto, um trecho para justificar sua resposta.

Anote suas respostas em seu caderno

Seção 2

Repúblicas criollas e Pan-americanismo

O Pan-americanismo

Os processos de independência da América Latina, no século XIX, foram marcados pela formação de inúmeras repúblicas – com exceção do Brasil que optou pela via monárquica – e a partir delas, diferentes projetos políticos foram emergindo, vindos das elites *criollas*. Os principais líderes dos processos de emancipação política latino-americana – Bolívar, San Martín, Bernardo O'Higgins, entre outros – partilhavam ideais de liberdade política e econômica, de igualdade jurídica, de progresso entre outros princípios do Iluminismo e da Revolução Francesa. Nesse contexto, o ideal do *Pan-americanismo*, expressado por Simon Bolívar, o Libertador, defendia o princípio de solidariedade entre as sociedades hispano-americanas e a necessidade de uni-las em uma confederação a fim de garantir a independência política latino-americana contra os planos de recolonização da Europa.

Criollas

O termo *criollas* faz referência ao período colonial. Nele, os filhos de espanhóis (colonos), nascidos na América Espanhola, eram conhecidos pelo vocábulo *criollo*. Esta palavra foi empregada como uma forma dos *chapetones* – administradores coloniais nascidos na Espanha – diminuírem e/ou rebaixarem os colonos locais e suas tentativas de ascenderem ao poder administrativo colonial.



Figura 5: Simon Bolívar. Oleo de Ricardo Acevedo Bernal.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Sim%C3%B3n_Bol%C3%ADvar_2.jpg

Entretanto, essas ideias defendidas por Bolívar acabaram não vingando em razão das disputas entre as elites e dos diferentes projetos políticos, pensados para cada região. Além do mais, a proposta de abolição da escravatura no continente americano defendida por Bolívar ia de encontro a duas importantes nações do continente: EUA e Brasil. Os dois países tinham no trabalho escravo elemento sustentador de suas economias, especialmente o Brasil. De qualquer forma, o Pan-americanismo de Bolívar fez surgir uma corrente política na América que passou a ser intitulada como *Bolivarismo*, em referência ao Libertador das Américas. O "sonho bolivariano" ainda está presente na política hispano-americana, tendo sido uma das principais bandeiras do ex-presidente venezuelano Hugo Chávez.

A formação das repúblicas criollas

Após os processos de emancipação política dos novos Estados americanos, o projeto bolivariano não teve forças para se consolidar na América Hispânica. Ao final da década de 1820, prevaleciam dois grandes projetos: o Liberal e o Conservador. Os liberais – sob influência do Iluminismo e da Revolução Francesa – percebiam os conservadores como atrasados, autoritários e apegados às ideias tradicionais; defendiam o liberalismo econômico, a constituição de leis, a laicização dos Estados, isto é, separá-los da Igreja, a desapropriação de terras, o ensino laico entre outras medidas. Os conservadores – sob influência maior das heranças do período colonial – apoiavam a força do Exército, a preservação dos privilégios estabelecidos desde o período colonial, com a manutenção dos direitos pessoais frente à instituição das leis e à permanência do poder da Igreja junto ao Estado, pois acreditavam ser o ensino religioso fundamental na formação de cidadãos. Para eles, o enfraquecimento da Igreja representaria o caos, a desordem e a anarquia na sociedade. Em geral, os liberais defendiam a centralização do poder, enquanto os conservadores apoiavam o federalismo. No entanto, entre os dois havia um objetivo em comum: a manutenção das hierarquias sociais, isto é, a garantia e conservação do poder das elites *criollas* frente aos camponeses, mestiços, trabalhadores indígenas, negros e escravos.

México

As disputas políticas entre liberais e conservadores podem ser verificadas no caso do México. Neste país, a Igreja reunia grande poder no século XIX; não por acaso era este território que reunia metade dos padres de toda a América espanhola. Vale ressaltar que o processo de independência política do México foi comandado por dois padres, José Maria Morelos e Miguel Hidalgo, que tinham propostas mais populares. No entanto, no novo país, o clero integrava o grupo conservador, que contava ainda com o Exército e os grandes proprietários rurais. Os conservadores defendiam o regime monárquico como única saída para conter qualquer aspiração popular de indígenas e camponeses, sob influência das ideias de Hidalgo e Morelos.

Em oposição aos conservadores, os liberais defendiam um Estado laico, isto é, sem interferência da Igreja, republicano e federativo. Os liberais eram formados pelas camadas médias urbanas. Até o ano de 1854, os conservadores se mantiveram no poder. Nesse ano, os liberais chegaram ao poder e introduziram algumas mudanças importantes como um projeto de reforma agrária e a abolição dos direitos de eclesiásticos e militares de cobrarem pelo uso da terra. No entanto, foi a partir do governo de Porfírio Díaz (1876 até 1911, com breve intervalo entre 1880 e 1884), que as reformas liberais foram aprofundadas. Díaz foi o responsável pela instalação de uma extensa malha ferroviária, com auxílio do capital britânico. Em seu governo, a concentração de terras e a proletarização do campesinato mexicano se intensificaram, bem como as desigualdades sociais aumentaram, garantindo assim os privilégios da elite. Díaz era o presidente do México, quando, em 1910, surgiu a Revolução Mexicana, movimento que reivindicava uma profunda reforma social no México.

Argentina

As lutas pelo controle do Estado também ocorreram na Argentina, onde o processo de unificação territorial e a constituição de um Estado Nacional foram lentos. Após a independência, existiam no país três grandes zonas de influência: a primeira era Buenos Aires; a segunda eram as regiões de Santa Fé, Entre-Rios e Corrientes; e a terceira, Córdoba, La Rioja e Tucumán.

No campo político, a grande disputa ocorria entre Buenos Aires e as demais províncias argentinas do interior. Os liberais, ligados aos grandes comerciantes conectados ao mercado exterior de Buenos Aires, defendiam a centralização política, podendo assim exercer um controle político sobre as demais áreas do território argentino. Enquanto isso, os conservadores – fazendeiros e pecuaristas do interior – defendiam um regime federalista, em oposição ao governo de Buenos Aires.

Dessa forma, os liberais chamavam esses grupos de fazendeiros e pecuaristas de **caudilhos**, entendidos como seres ignorantes, que apoiavam a desordem, que não tinham comando e eram defensores da anarquia, pois os caudilhos apoiavam-se nas massas populares como forma de se manter no poder. Para os liberais, o apoio nas massas era um equívoco, pois os populares eram vistos como baderneiros e partidários da desordem. Portanto, para os liberais os caudilhos representavam a permanência das heranças coloniais da América Espanhola, dando forma ao que a historiografia convencionou chamar *caudilhismo*.

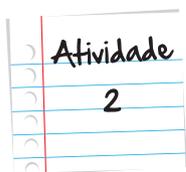
Caudilho

Líder político com interesses regionais com grande apelo junto às massas. Em geral, eram grandes fazendeiros com exércitos particulares, formados por seus trabalhadores, agregados e peões. Assim, o caudilhismo pode ser entendido como um tipo de governo surgido após a independência da América Espanhola, no qual seus líderes exerceram certo domínio sobre a esfera política e lutaram pelo controle do Estado Nacional.

Entre 1830 e 1852, não existiu um governo nacional na Argentina. Durante esse período, a Argentina vivenciou ampla autonomia provincial, isto é, o federalismo. Nesse período, a figura política de maior destaque foi o caudilho Juan Manuel de Rosas, estancieiro dos Pampas argentinos, militar e governador de Buenos Aires. Rosas pretendia transformar a Argentina na maior potência da região platina, indo de encontro aos interesses do governo imperial brasileiro. Em 1851, declarou guerra ao Brasil, mas acabou derrotado no ano seguinte, conseguindo asilo político na Inglaterra.

A queda de Rosas representou a vitória dos liberais e a unificação política, tendo Buenos Aires como centro do governo. A unificação argentina só veio de fato em 1862, sendo estabelecido o Estado oligárquico liberal, tendo a pecuária como grande produto exportador na economia argentina.

Os acontecimentos políticos ocorridos na Argentina do século XIX talvez sejam o melhor exemplo para traçar as características políticas que se desenvolveram na América Hispânica no pós-independência. Como vimos, apesar das diferenças políticas entre liberais (unitaristas) e conservadores (federalistas), os anseios populares das camadas mais baixas não foram atendidos nos primeiros anos de constituição do regime republicano. No entanto, o exemplo argentino não deve estabelecer um modelo único na compreensão de cada país latino-americano. Como vimos no caso mexicano, cada região teve suas particularidades.



“

É uma ideia grandiosa pretender formar de todo o Novo Mundo uma única nação com um único vínculo que ligue as partes entre si e com o todo. Já que tem uma só origem, uma só língua, mesmos costumes e uma só religião, deveria, por conseguinte, ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que haverão de se formar; mas tal não é possível, porque climas remotos, situações diversas, interesses opostos e caracteres dessemelhantes dividem a América.

(Simón Bolívar. *Carta da Jamaica* [06.09.1815]. Simón Bolívar: política, 1983.)

”

O fragmento foi escrito por Simón Bolívar. Cite o nome do projeto político defendido por ele. Retire do texto um trecho em que Bolívar expõe alguns problemas para a concretização de seu projeto político.

Anote suas respostas em seu caderno

Seção 3

Organização política da 1ª República



Nesta república monstruosa, onde não há justiça, nem instrução, nem eleição, nem responsabilidades, a bandeira da federação é a bandeira negra do **corso** cobrindo todas as depredações da pirataria política.

(SOARES, Martim. *O Babaquara*. Subsídio para a história da oligarquia no Ceará. Rio de Janeiro, s/ed., 1912)



Corso

Referente a corsário, uma espécie de pirata.

Com essas palavras fortes, Martim Soares apresentou seu entendimento do que era a política brasileira em 1912. Ele estava indignado com as práticas vigentes na República e a incapacidade do governo federal em coibi-las, permitindo o que chamou de “pirataria política”. Quais os motivos que o levaram a atacar tão fortemente a política no período? Que práticas foram essas contra as quais Martins Soares se insurgiu?

Para responder a essas questões, estudaremos nesta seção o período da história brasileira conhecido como Primeira República. Iniciado com a proclamação da república em 1889, o período foi encerrado em 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, que promoveria uma ruptura com o modelo político e a organização do país desde a derrubada da monarquia.

Para facilitar o estudo desse período com seus mais de 40 anos, os historiadores o subdividem em dois momentos bem marcados, com os seguintes governos: *República da Espada (1889-1894)* e *República Oligárquica (1894-1930)*.

Na República da Espada, foram criadas as regras do sistema republicano que durariam até 1930. Algumas dessas regras inclusive estão em vigor até hoje. A palavra “espada” revela a presença dos militares do Exército na chefia do Poder Executivo: Da proclamação em 1889 até novembro de 1891, o Marechal Deodoro da Fonseca comandou o país. Primeiro como Chefe do Governo Provisório (novembro de 1889 a fevereiro de 1891); em seguida, quando a 1ª constituição republicana ficou pronta, o Marechal Deodoro passou a ter o cargo de Presidente da República, comandando o Governo Constitucional, de fevereiro de 1891 a novembro de 1891.

Isso mesmo. Nem você nem nós nos confundimos: a “presidência” de Deodoro durou poucos meses: de fevereiro a novembro de 1891. Por que isso aconteceu? Homem da caserna, militar experiente e veterano da guerra do

Paraguai, Deodoro teve muita dificuldade para negociar com o Congresso Nacional. Por causa disso, tentou fechá-lo, voltando a governar por decreto como fez, da proclamação até a constituição ficar pronta. Ele não contava que a Armada (a Marinha) sairia em defesa da casa legislativa. Diante dessa reação inesperada, o Marechal Deodoro optou pela renúncia, a fim de evitar um conflito armado.

A saída do presidente, de acordo com a constituição, levava o vice-presidente da República, o Marechal Floriano Peixoto, a assumir o cargo. Sua permanência, no entanto, foi muito questionada. A constituição Brasileira era clara: se por qualquer motivo o presidente da República não tivesse completado 24 meses no cargo, o vice deveria assumir e convocar novas eleições imediatamente. Deodoro ficou apenas de fevereiro a novembro como presidente constitucional, não custa lembrar. No entanto, Floriano enfrentou os descontentes e permaneceu no cargo. Por conta dessa e de outras posturas na luta contra seus opositores, o Marechal Floriano seria apelidado “Marechal de Ferro”.

Além de ser conhecido como “Marechal de Ferro”, Floriano Peixoto também era chamado, pelos seus admiradores, de “Consolidador da República”. O principal motivo foi a vitória diante de dois movimentos que ameaçavam o modelo de república que vinha se desenhando desde 1891: a Revolução Federalista (1893-1895) e a Revolta da Armada (1893-1894). A primeira começou no Rio Grande do Sul e chegou a atingir Santa Catarina, levando à intervenção do Governo Federal. Foi com a derrota dos Federalistas em Desterro que a cidade mudou de nome e foi rebatizada como “Florianópolis”, em homenagem ao presidente vencedor. Já a Revolta da Armada foi uma nova revolta da Marinha, que começou no Rio de Janeiro e se aliou aos Federalistas gaúchos. Nos dois casos, as forças do Marechal de Ferro levaram a melhor.

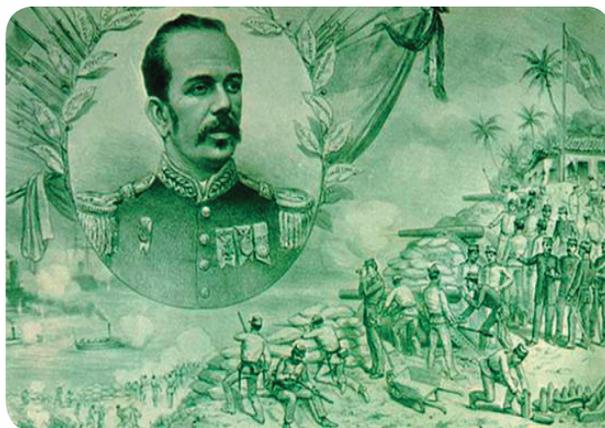


Figura 6: Marechal Floriano Peixoto e a Revolta da Armada, em bico-de-pena de Angelo Agostini, na revista D. Quixote de 29 de junho de 1895.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Floriano_Peixoto_na_revista_D._Quixote_1895.jpg

Você deve ter percebido como a constituição, o conjunto de leis que rege um país, é importante na definição daquilo que pode ou não pode ser feito com legalidade. Por esse motivo, vale a pena falarmos um pouco mais da 2ª constituição da história do país (a primeira foi a do Império de 1824, lembra-se?) e a 1ª constituição do período republicano.

A Constituição de 1891

Observe o quadro comparativo sobre as constituições de 1891 e 1824.

Quadro 1: Quadro comparativo sobre as constituições de 1891 e 1824.

Constituição de 1891	X	Constituição de 1824
Promulgada		Outorgada
República		Monarquia
Federalismo		Centralismo
Tripartição dos Poderes		4 Poderes
Estados		Províncias
Estados Unidos do Brasil		Império do Brasil
Estado Laico		Padroado

Vamos analisar a primeira constituição republicana de forma mais detalhada!

Na constituição de 1891, predominaram as ideias liberais. Muitas das suas características ainda fazem parte da organização do Brasil até hoje. Vamos vê-las:

- *Constituição promulgada* – Isto significa que foi debatida, discutida e aprovada pelos representantes eleitos por aqueles que tinham o direito de voto.
- *República* – A constituição substituiu o regime monárquico pelo republicano. A palavra “república” vem do latim. É a junção de “res”, que quer dizer “coisa”, com “publica”, que quer dizer “de todos”. A república, isto é, a “coisa de todos”, pressupõe uma maior participação política dos cidadãos. Segundo o relato de Martins Soares, no começo da seção, não parece que isso aconteceu no período em que a constituição de 1891 vigorou.
- *Federalismo* – A adoção do federalismo em substituição ao centralismo do Império foi uma das grandes inovações dessa constituição. Inspirado no modelo dos EUA, o federalismo dava maior autonomia às antigas províncias do Império, que agora passavam a se chamar “estados”. Com a Constituição, os estados teriam espaço para criar suas próprias leis. O nome do país sofria uma alteração: o “Império do Brasil” dava lugar aos “Estados Unidos do Brasil” que foi a denominação da nossa pátria até 1967, quando adotou o nome ainda em vigor de República Federativa do Brasil. Assim, na Primeira República, os estados brasileiros teriam o momento de maior autonomia de toda a história republicana.
- *Tripartição dos poderes* – Foi extinto o Poder Moderador, exclusivo do Imperador, e mantido os três poderes – *Executivo* (Prefeito; Presidente de Estado, atualmente, Governador; Presidente), *Legislativo* (Câmaras Municipais – Vereadores; Assembleia Legislativa Estadual – Deputados Estaduais; Congresso Nacional – Deputados Federais e Senado Federal) e *Judiciário* (nos municípios, Comarca do Tribunal de Justiça; nos estados, Tribunal de Justiça; na federação, Supremo Tribunal Federal).

- *Organização do Estado* – A divisão dos três poderes se repete nas três esferas de administração criadas naquela constituição: o município, unidade básica do país; os estados, que reúnem vários municípios; a federação, que congrega os estados.
- *Presidencialismo* – O poder executivo adotou a forma presidencialista, na qual o presidente da República concentra duas funções ao mesmo tempo: a de chefe de Estado e a de chefe de Governo. Qual a diferença entre Chefe de Governo e Chefe de Estado, você talvez tenha se perguntado? A primeira função é a que comanda o governo. Desse modo, nomeia ministros, propõe leis e administra. A segunda função é a que representa o país perante outros países e simboliza uma ação que fiscaliza o governo. A república brasileira adotou esse modelo inspirado mais uma vez nos EUA.
- *Congresso Bicameral* – O Poder Legislativo Federal é composto por duas instituições: a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Uma lei para ser aprovada precisa ser apreciada por estas duas casas legislativas que, reunidas, formam o Congresso Nacional. A diferença atual entre Câmara dos Deputados e Senado Federal é que a primeira representa a distribuição demográfica da população. Com isso, estados mais populosos têm direito a mais deputados, no máximo 70 e no mínimo 7 deputados por estado. Já o Senado Federal, atualmente, representa o equilíbrio da federação. Assim, independente da população, todos os estados têm direito ao mesmo número de senadores – três. Na Primeira República, no entanto, o número de senadores variava de acordo com a importância política e econômica do estado.



É fundamental lembrar que, em um regime com a tripartição dos poderes, o chefe do Poder Executivo não pode fazer leis. Ele governa com base nas leis existentes, feitas pelo Poder Legislativo. Isso vale nas três esferas de administração: para os prefeitos no município, para os governadores nos estados e para o presidente da república na federação. Assim, pensando no caso do presidente, para colocar em prática as suas propostas, o Chefe do Executivo federal precisa do apoio do Congresso Nacional. Para obter esse apoio, o presidente precisa negociar. Quando consegue apoio do Congresso Nacional, não raro o governo tem estabilidade para colocar em prática suas propostas. Quando não consegue, geralmente o país atravessa crises políticas. Foi por essa falta de apoio que o Marechal Deodoro tentou fechar o Congresso. Assim, ele poderia governar sem precisar negociar. Como a Armada se rebelou, o Marechal preferiu renunciar.

- *Estado Laico* – A República pôs fim ao padroado, que reunia Estado e Igreja. Assim, o Estado Brasileiro reconhecia todas as religiões e ao mesmo tempo não tinha nenhuma como sua religião oficial. Desse modo, o conceito de Estado Laico não se confunde com o de Estado Ateu, que é aquele que nega a existência de qualquer divindade e qualquer Deus.

- *Direitos Políticos* – No que se refere à participação política, a constituição não tornava o voto obrigatório, mas o permitia apenas para os homens, maiores de 21 anos e alfabetizados. Com isso, além das mulheres, a expressiva parcela da população que era analfabeta ficava impedida de votar. Para se ter ideia, em 1900, 90% da população do país não sabia ler e escrever. Não havia exigência de renda, como na monarquia, mas a alfabetização era uma barreira difícil de ser ultrapassada. Além disso, o voto era aberto, ou seja, não era secreto.

As características da Constituição de 1891 foram mantidas até 1930. Por conta do forte federalismo, elas contribuíram para o domínio político de famílias com melhores condições socioeconômicas. A riqueza dessas famílias era proveniente, em grande parte, das atividades agroexportadoras. Principalmente, a exportação de café, produto que variou numa faixa de 40% a 70% de tudo que o Brasil exportava durante a Primeira República.

Com a saída de Floriano Peixoto da presidência, Prudente de Moraes seria o primeiro civil, um não militar, a assumir o principal cargo do Poder Executivo, em 1894. Com isso, se iniciava um novo momento da Primeira República, conhecido como **República Oligárquica**.

República Oligárquica

A expressão vem de “oligarquia”, palavra de origem grega criada a partir da junção de *oli* (poucos) com *arquia* (poder). Assim, oligarquia é o poder de poucos que, no caso, eram os grandes proprietários rurais, grupo que iria se impor na política até 1930.

Uma das principais consequências do fato de o voto ser aberto era a possibilidade de se fraudar as eleições. Isto ajuda a entender parte da indignação de Martins Soares, quando escreveu “Nesta república monstruosa, onde não há justiça, nem instrução, nem eleição”. Como o voto não era secreto, poderosos do campo e da cidade forçavam o eleitor a votar em seus candidatos, utilizando-se da força e da intimidação. Além da violência, ocorriam fraudes constantes como a adulteração do resultado das urnas; e pessoas que se passavam por eleitores que constavam como falecidos, chamados “eleitores fantasmas”.

Dessa forma, muitos proprietários rurais exerciam o que se convencionou chamar “voto de cabresto”, ou seja, o voto controlado, guiado por alguém, induzindo o eleitor ao voto em determinado candidato. Graças ao voto de cabresto, surgiram os “currais eleitorais”, que se constituíram na base de apoio dos políticos ao obrigarem os eleitores a votarem em determinados candidatos. Tudo isso produziu eleições viciadas, cujos resultados não representavam os reais anseios da população e contribuiu para consolidar o *coronelismo*.



Figura 7: As próximas eleições... “de cabresto”. Na charge de Storni para a revista Careta (1927), uma das mais famosas fraudes eleitorais da Primeira República, o voto de cabresto, recebe a devida crítica. O eleitor recebia um papel com o nome do candidato escolhido pelo coronel da região, e apenas o depositava na urna.

Legenda original era:

Ella – É o Zé Besta?

Elle – Não, é o Zé Burro!

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Elei%C3%A7%C3%B5es_de_cabresto.jpg

O coronelismo foi um fenômeno da política brasileira que encontrou seu auge na Primeira República. O conceito tem origem na palavra coronel, que era uma patente da Guarda Nacional (1831-1922). Com o tempo, “coronel” deixou de ser apenas a patente e passou a ser usada para designar o grande proprietário que detinha o poder local, mandando e desmandando no município. Foram os coronéis que exerceram o voto de cabresto, e com isso, montavam seus currais eleitorais.

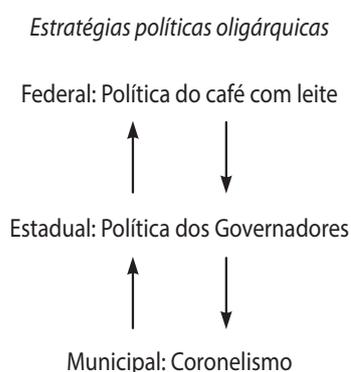
A existência de currais eleitorais também estava ligada à *Política dos Governadores* ou *Política dos Estados* que foi o mais importante acordo político da Primeira República. Criado no governo de Campos Sales (1898-1902), se estenderia por todo período. Nesse acordo entre o presidente da república e a Câmara dos Deputados, o presidente receberia apoio político para suas propostas e projetos. Em troca do apoio recebido, o governo federal não interviria nos estados e municípios que o apoiavam, deixando de coibir as práticas ilegais e as fraudes nas eleições que caracterizavam o processo político. É por isso que Martins Soares, no texto que abriu esta seção está tão indignado ao ponto de afirmar que a “bandeira da federação” cobre “todas as depredações da pirataria política”. Desse modo, independente dos grupos que vencessem as disputas locais, quando chegavam no âmbito federal, forneciam apoio ao presidente. Os presidentes de Estado (governadores) foram os intermediários desse acordo, chamando os deputados dos seus estados para que apoiassem o Presidente da República.

Durante o período da Política dos Governadores, os estados que mais se beneficiaram do jogo político foram São Paulo e Minas Gerais, dando origem à chamada *Política do café com leite*.

A Política do Café com Leite foi o revezamento de indicação de candidato à presidência entre os dois principais estados: São Paulo e Minas Gerais. Ambos eram produtores de café e retiravam daí sua força econômica. Era muito comum associar o café a São Paulo e o leite a Minas Gerais. Além do seu poder econômico, esses dois estados eram os mais populosos. Com isso, tinham direito a mais deputados na Câmara que os outros. Um presidente com o apoio de Minas e São Paulo tinha dado um grande passo para ter suas propostas aprovadas e governar com estabilidade.

Hoje, os historiadores comprovaram que, além de Minas Gerais e São Paulo, outros estados também participavam dos acordos na indicação dos candidatos a presidente da república, que teriam o apoio do governo vigente. Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco também eram levados em consideração, se constituindo nos estados de “segunda grandeza”, atrás apenas em importância econômica e política para os estados de “primeira grandeza” – Minas e São Paulo.

Observe o esquema:



O coronelismo nos municípios é a base do processo político na Primeira República. Com o voto de cabresto e os currais eleitorais, as oligarquias escolhem políticos para as esferas estadual e federal. Os principais estados apoiam o Presidente da República que, por sua vez, não interfere nos desmandos praticados nos estados e municípios. Criava-se assim um círculo vicioso, no qual a oposição não conseguia vencer as eleições. Isso nos ajuda a entender não só a indignação de Martins Soares, mas a própria duração longa da Primeira República nos ajuda ainda a entender que essas práticas só terminaram com uma intervenção armada: a Revolução de 1930. Mas isso já é outra história.

Seção 4

Cidadania e movimentos sociais na Primeira República

Protestos, revoltas e movimentos sociais na Primeira República

Observe o mapa a seguir:



Figura 8: Movimentos sociais no início da República Brasileira.

Mapa reelaborado pelo Prof. Gilberto Angelozzi

Durante a Primeira República, em todas as eleições presidenciais diretas realizadas entre 1894 e 1930, a participação eleitoral ficou entre 1,5% e 5% da população. Isso configura um quadro de exclusão política acentuada. Essa pequena participação da população nas eleições não significou, no entanto, a ausência de manifestações políticas por parte dos setores populares. Mesmo afastados da política institucional nas eleições, nos partidos e nos cargos públicos, muitos brasileiros, de norte a sul do país, exerceram suas reivindicações e lutaram por aquilo que consideravam justo. Não raro, alguns desses movimentos resultaram em ações violentas, que foram reprimidas com muito mais violência pela polícia e até pelo Exército. Conhecer essas histórias é não apenas recuperar parte das lutas do povo brasileiro, mas entender como se construiu a cidadania no país.

Como a maioria da população brasileira vivia no campo, a maior parte dos protestos, revoltas e movimentos de contestação na Primeira República aconteceu em áreas rurais do país. Trataremos primeiro de dois desses movimentos as *Guerras de Canudos* e a *Revolta do Contestado*. Em seguida, falaremos de dois movimentos que aconteceram nas cidades: a Revolta da Vacina e a Revolta da Armada, ambos no Rio de Janeiro:

1. Guerra de Canudos – Bahia – (1896-1897)



Canudos ficava num cenário que lembrava as paisagens descritas na Bíblia: uma região árida repleta de caatingas, rodeada por cinco serras ásperas e atravessada por um rio, o Vaza-Barris.

Decidido a permanecer naquela autêntica fortaleza natural, e isso não deve ter escapado à percepção de Conselheiro, ele e seu grupo entraram em ação para construir uma comunidade onde estivessem livres do incômodo das autoridades religiosas católicas e políticas, bem como das leis republicanas, dos "coronéis", dos juizes, dos impostos, da justiça arbitrária, da política etc.

(COSTA, Nicola S. *Canudos – Ordem e Progresso no Sertão*. São Paulo, Moderna, 1990.)



A guerra de Canudos aconteceu no interior da Bahia entre 1896 e 1897. Canudos era o nome de uma antiga fazenda onde se instalou um arraial, um povoado. Segundo cálculos do Exército, chegou a ter cerca de 25 mil pessoas. Foi uma das maiores concentrações populacionais da época, naquela região do país. Mas seus habitantes chamavam a antiga fazenda de Canudos por outro nome: Belo Monte.

A existência de Belo Monte representava para as pessoas que lá viviam uma alternativa à vida e ao trabalho dentro das grandes plantações. Menor exploração no trabalho, mais tempo para família, melhoria na qualidade da alimentação e de vida eram os atrativos que permitiram reunir tantas pessoas.

Soma-se a isso a existência de um pregador religioso não reconhecido pela Igreja Católica, e que era tratado como a liderança de Belo Monte. Seu nome era Antônio Vicente Mendes Maciel, mais conhecido como Antônio Conselheiro.

O crescimento da comunidade contrariou o interesse de autoridades locais como os coronéis e a Igreja. Para os coronéis, o simples fato de Belo Monte existir representava um risco para o controle da força de trabalho e até para os currais eleitorais. No arraial, as pessoas poderiam viver livres dessa dominação. Já para a Igreja Católica, a existência de uma liderança religiosa como Antonio Conselheiro era motivo de preocupações: por não ser um padre ou pertencer aos quadros da Igreja, a pregação de Conselheiro não era controlada ou apoiada.

Em pouco tempo começaram atritos, tensões e conflitos com essas autoridades locais. Diante das derrotas sofridas para a população de Belo Monte que procurou defender sua comunidade, coronéis, políticos e membros da Igreja começaram a apresentar Canudos como um foco monarquista no Brasil. Seria assim uma ameaça que a jovem República, que não tinha nem 10 anos de proclamação, precisaria enfrentar.

Com isso, durante o governo de Prudente de Morais (1894-1898), foram enviadas 4 expedições militares com o objetivo de derrotar o arraial. Apesar da superioridade em poder de fogo, o Exército só conseguiu derrotar a resistência popular na última expedição.



Figura 9: Antônio Conselheiro rechaça a República. In: *Revista Ilustrada* c. 1896. Desenho de Ângelo Agostini.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Conselheiro_Revista_Ilustrada.jpg

Os sertões. Euclides da Cunha

O ex-militar e jornalista Euclides da Cunha acompanhou as expedições do Exército enviadas a Canudos. Quando saiu do Rio de Janeiro, Euclides tinha uma posição contrária ao arraial e o considerava como uma contrarrevolução de "bárbaros" e "fanáticos" no Brasil, contrária à modernização e civilidade trazidas pela república. Porém ao regressar, chocado com a repressão violenta a que assistiu, e com um forte tom de denúncia social, Euclides publica, em 1902, uma das mais importantes obras do pensamento social brasileiro. Nela, ele descreveu as condições sociais, econômicas e geográficas desconhecidas do público nas grandes cidades do país: o sertão, o interior atrasado, cuja população estava distante de qualquer melhoria do novo regime.



2. Guerra do Contestado – Paraná e Santa Catarina (1912-1916)



A revolta teve sobretudo um caráter social e religioso. O que manteve os caboclos unidos foi a crença em um profeta conhecido como monge José Maria, um guerreiro místico como Antônio Conselheiro. O Contestado foi um movimento milenarista, ou seja, impregnado de temores apocalípticos e esperanças de salvação para os iniciados. Os caboclos acreditavam no fim deste mundo e no surgimento de outro melhor, sem fome nem miséria. "Até hoje a população local se refere ao episódio como a guerra dos fanáticos", diz o historiador Paulo Pinheiro Machado, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

(Adaptado de "Superinteressante", maio de 2000.)



A Guerra do Contestado ocorreu em uma região que era disputada entre Paraná e Santa Catarina, daí o nome "contestado". Apesar desse conflito entre os estados, não era essa a questão principal.

Na guerra, percebe-se uma disputa entre duas empresas estrangeiras – uma madeireira e uma ferrovia – e a população local, os sertanejos, também conhecidos como caboclos. As empresas receberam o direito de explorar as terras nas quais viviam esses trabalhadores rurais pobres. Eles tinham a posse da terra, nela residindo e trabalhando de fato. Porém, essas famílias não tinham títulos de propriedade reconhecidos pelo governo. Por terem a posse e não a propriedade são "posseiros".

A dimensão religiosa foi muito importante nesse conflito. Os posseiros chegaram a ter, no começo, a liderança de um pregador religioso, o monge Zé Maria, que, apesar de ter morrido logo em um dos primeiros embates, foi importante para difundir a noção de que os posseiros lutavam por algo justo e que teriam o apoio de uma força superior.

Além da repressão das empresas, as polícias estaduais foram utilizadas. Ao longo de quatro anos se viveu uma autêntica guerra civil que teria deixado um saldo de pelo menos 20 mil mortos na região.

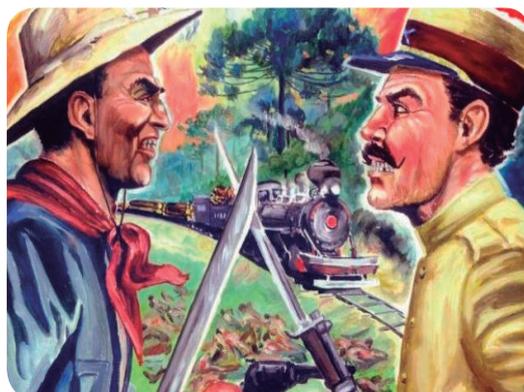


Figura 10: A Guerra do Contestado em quadrinhos. "A Saga do Contestado" de Eleutério Nicolau da Conceição.

Fonte: <http://www.montecastelo.sc.gov.br/gerais/1616/historia-em-quadrinhos-ilustra-principais-acontecimentos-da-guerra-do-contestado.php>

3. Revolta da Vacina

A Revolta da Vacina foi o maior levante social ocorrido na capital do país durante a Primeira República. Seu nome é uma referência à revolta contra a lei da vacinação obrigatória, decretada em 1904. Na verdade, a revolta teve causas muito mais complexas, relacionadas às transformações que atingiam a cidade no começo do século passado.

Durante a presidência de Rodrigues Alves (1902-1906), as condições de vida e trabalho na capital federal estavam muito distantes das promessas de ordem e progresso que o governo da república tinha colocado na bandeira nacional. O Rio de Janeiro era uma cidade suja, infestada de doenças. Como capital e principal porto de escoamento do café, a cidade era a mais conhecida do país no mundo e funcionava como uma espécie de retrato do Brasil. Para modificar essa imagem tão negativa, o presidente Rodrigues Alves promoveu dois grandes conjuntos de transformações: a reforma urbana, com a nomeação do engenheiro Pereira Passos para a prefeitura da cidade, e a reforma sanitária, com a atuação do médico sanitarista Oswaldo Cruz.

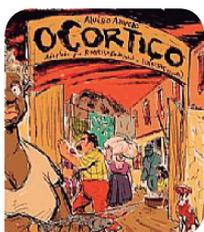
O objetivo de Pereira Passos na reforma urbana era o de transformar o Rio de Janeiro em uma espécie de "Paris Tropical". Para isso, promoveu o alargamento de ruas, a abertura de novas vias como a Avenida Central (atual Avenida

Rio Branco) e a derrubada das moradias populares – os cortiços. Tudo isso teve grande impacto na vida da população, sobretudo os mais pobres, que foram obrigados a buscar moradia em bairros mais distantes e, segundo alguns historiadores, nas encostas dos morros.



Figura 11. A Revolta da Vacina.

Fonte: <http://www.ccms.saude.gov.br/revolta/revolta.html>



Em 1890, foi publicado por Aluísio de Azevedo o livro "O Cortiço". A obra de ficção descrevia o dia a dia dessas habitações populares, nas quais famílias viviam em condições precárias, compartilhando cozinha e banheiro, com todos os membros de uma mesma família reunidos em um único cômodo. O cortiço representava o tipo de moradia popular na região central da cidade. Representava também a pobreza e o atraso que o governo republicano queria esconder. Por isso, foram derrubados com a reforma urbana de Pereira Passos.

Caricatura da obra "O Cortiço" de Aluísio Azevedo.

Fonte: http://www.musa.org.br/publicacoes_detalhe.asp?id_livro=21



Ao mesmo tempo, Oswaldo Cruz procurou adotar medidas para combater as doenças e epidemias que atingiam a cidade. Mas a medida mais polêmica foi a decretação da vacinação obrigatória contra a varíola. A aplicação forçada da vacina pelos agentes de saúde era feita de forma truculenta, principalmente, diante dos mais pobres. Estes, de maneira preconceituosa, eram vistos como os mais propensos a propagarem as epidemias. Tudo isso foi visto como um desrespeito do governo diante da população, que ainda passava pelos impactos da reforma urbana. É importante destacar que as técnicas de vacinação eram novas no mundo. Muitas vezes, a vacina acarretava efeitos colaterais como dor, inchaço, manifestação branda dos sintomas. E nenhuma campanha de esclarecimento da população foi realizada.

A oposição ao presidente da república se aproveitou desse clima para estimular uma revolta. Sua expectativa era que isso pudesse ajudar em um golpe de estado contra Rodrigues Alves. Assim, no dia 10 de novembro de 1904, os conflitos começam na capital federal, com a população destruindo a iluminação pública, atacando lojas e derrubando bondes. O governo agiu rápido a fim de conter os distúrbios. Foram 30 mortos e 110 feridos, além de centenas de presos, com o envio de alguns dos descontentes para o Acre.

4. Revolta da Chibata

A Revolta da Chibata foi um levante de marujos negros, mulatos e mestiços da Marinha de Guerra. Sua principal motivação foi a luta contra os castigos físicos, que eram empregados. A Revolta aconteceu em 1910, na então capital da república, a cidade do Rio de Janeiro. O movimento contou com a liderança do marinheiro negro João Cândido, que foi apelidado de Almirante Negro.

O preconceito racial existente na Marinha dificultava a promoção dos militares por conta da sua cor. Para piorar, o código disciplinar em vigor desde a monarquia, previa punições com chibatadas. Contra tudo isso, os marinheiros assumiram o controle das modernas embarcações de guerra recém-adquiridas pelo governo brasileiro e ameaçaram bombardear a capital.

As principais reivindicações dos marinheiros foram: fim dos castigos físicos; revisão das regras para promoção na carreira; aumento dos salários dos militares; anistia, com o perdão para os participantes do levante.

Apesar da disposição para atendimento das reivindicações pelo governo, o movimento foi encerrado diante da promessa do fim dos castigos corporais. No entanto, os oficiais da Marinha não aceitaram a ação por considerá-la como uma quebra da disciplina e da hierarquia militar. Por esse motivo, dois anos depois, foi simulado um novo levante com o pretexto de prender e afastar os líderes da Revolta da Chibata.

Em um processo judicial polêmico, João Cândido foi punido com a expulsão da Marinha. A importância do seu papel e da sua luta contra o preconceito seriam oficialmente reconhecidos apenas em 2010. Naquele ano, o governo brasileiro concedeu a anistia póstuma ao "Almirante Negro".



Figura 12: Marinheiros revoltosos (1910). João Cândido seria o marinheiro alto no centro, ao lado do repórter de terno.

Fonte:http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Joao_Candido.jpg

O reconhecimento social veio um pouco antes. Leia com atenção os versos da composição "O Mestre-sala dos mares", de Aldir Blanc e João Bosco. Note como eles retratam a revolta e seu líder.

“

Há muito tempo,
nas águas da Guanabara,
o dragão do mar reapareceu,
na figura de um bravo marinheiro
a quem a história não esqueceu.
Conhecido como Almirante Negro,
Tinha a dignidade de um mestre-sala.

(...)

Rubras cascatas
Jorravam das costas dos negros
Entre cantos e chibatadas,
Inundando o coração
do pessoal do porão
que, a exemplo do marinheiro,
gritava: não!

”



Revoltas na Primeira República

Foram muitas as revoltas, protestos e manifestações ocorridos na Primeira República. Para não confundir, é importante identificar as principais características de cada um desses movimentos.

Assim, complete a tabela abaixo com um pequeno texto sobre cada um dos aspectos estudados.

Movimento	Quem participou?	Objetivos	Resultados

Anote suas respostas em seu caderno

Resumo

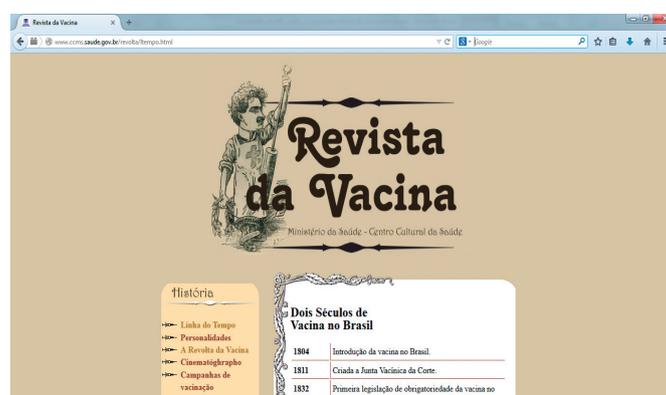
- O Imperialismo provocou uma crescente divisão entre as nações, classificadas como fortes e fracas, isto é, uma clara separação entre "avançadas" e "atrasadas".
- Na América, coube aos EUA o papel de nação imperialista sobre os povos latino-americanos.
- A Era dos Impérios é um dos fatores que explicam as fortes desigualdades sociais nos países latino-americanos, bem como o papel de economias emergentes no mundo atual.
- As Repúblicas *criollas* impediram uma extensão de políticas que pautassem a diminuição das desigualdades sociais, bem como uma maior implementação dos princípios liberais nas novas nações americanas.
- A formação dos caudilhos possibilitou a permanência de heranças do período colonial sobre os povos hispano-americanos.

- A organização da República no Brasil favoreceu o domínio político de famílias social e economicamente abastadas, nos municípios e nos estados. Daí, a noção de uma república oligárquica.
- Estratégias como o coronelismo, a política dos governadores e a política do café com leite permitiram a permanência das oligarquias no poder por muito tempo.
- Apesar da inspiração liberal, a política no país afastou a maioria da população de uma participação formal mais efetiva. Isso contribuiu para a eclosão de revoltas e ações violentas em todo país, com destaque para os conflitos de Canudos, Contestado, a Revolta da Vacina e a Revolta da Chibata.

Veja Ainda

Sites

O site do Centro Cultural do Ministério da Saúde tem uma seção reservada para a Revolta da Vacina. São fotos, vídeos, linha do tempo e importantes informativos a respeito do movimento e da introdução da vacina no Brasil. Vale a pena conferir! Acesse: <http://www.ccms.saude.gov.br/revolta/ltempo.html>



Filmes

- Guerra de Canudos.

Direção de Sérgio Rezende. Brasil, 1997. Drama, 165. min.

Sinopse: O filme retrata Canudos, movimento liderado por Antônio Conselheiro e que foi brutalmente destruído pelas tropas do governo republicano.

- O Cortiço.

Direção de Francisco Carvalho Jr. Brasil, 1977. Drama, 110. min.

Sinopse: O filme é baseado no romance do naturalista com o mesmo nome, de Aloísio Azevedo.

Referências

- BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina. Vol. III: da Independência a 1870*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Laemmert, [1902].
- HERMANN, Jacqueline. "Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado." In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília. *O Brasil republicano*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 121-160.
- HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 4 ed. São Paulo: Alfa-Omega, [1949] 1978.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2008.
- PRADO, Maria Lígia. *A formação das nações latino-americanas*. Campinas: Atual, 1985.
- _____. *América Latina no Século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: EDUSP, 1999; Bauru: EDUSC, 1999.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. "O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico". In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília. *O Brasil republicano*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 89-120.
- VALENTINI, Delmir (Org.); ESPIG, Márcia Janete (Org.); PINHEIRO MACHADO, Paulo (Org.). *Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012)*. 1. ed. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária – UFPEL, 2012.
- VISCARDI, Claudia. *O teatro das oligarquias*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

Atividade 1

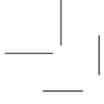
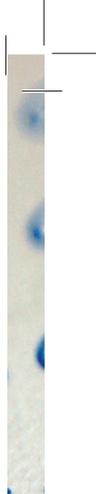
A Doutrina Monroe desenvolvida pelo presidente James Monroe (1817-1825) no ano de 1823, através da conhecida expressão "América para os americanos", defendia a soberania dos países americanos frente a qualquer tentativa de recolonização da América pelos europeus. Você poderia retirar o seguinte trecho para justificar sua resposta: "(...) os continentes americanos, em virtude da condição livre e independente que adquiriram e conservam, não podem mais ser considerados, no futuro, como suscetíveis de colonização por nenhuma potência europeia".

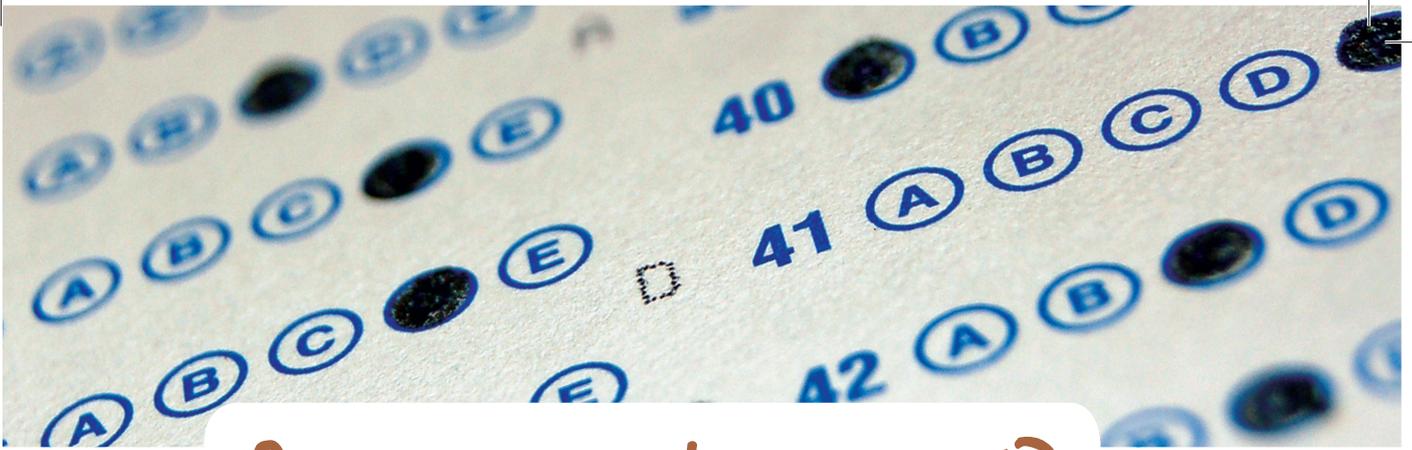
Atividade 2

Pan-americanismo. Você poderia retirar o seguinte trecho para expor os problemas apresentados por Bolívar para a concretização de seu projeto: "mas tal não é possível, porque climas remotos, situações diversas, interesses opostos e caracteres dessemelhantes dividem a América".

Atividade 3

Movimento	Quem participou?	Objetivos	Resultados
Guerra de Canudos	Sertanejos pobres	Manutenção da vida no arraial	Destruição do arraial
Guerra do Contestado	Posseiros	Acesso à terra	Repressão
Revolta da Vacina	População pobre	Revogação da lei da vacinação obrigatória	Repressão violenta
Revolta da Chibata	Marinheiros negros, mulatos e mestiços	Fim dos castigos corporais	Repressão, fim dos castigos





O que perguntam por aí?

Questão 1 (ENEM - 2011)

“

Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. No plano político, ele luta com o “coronel” e pelo “coronel”. Aí, estão os votos de cabresto, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica rural.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978 (adaptado)

”

O coronelismo, fenômeno político da Primeira República (1889-1930), tinha como uma de suas principais características o controle do voto, o que limitava, portanto, o exercício da cidadania. Nesse período, esta prática estava vinculada a uma estrutura social

- a. igualitária, com um nível satisfatório de distribuição da renda.
- b. estagnada, com uma relativa harmonia entre as classes.
- c. tradicional, com a manutenção da escravidão nos engenhos como forma produtiva típica.
- d. ditatorial, perturbada por um constante clima de opressão mantido pelo exército e polícia.
- e. agrária, marcada pela concentração da terra e do poder político local e regional.

Resposta: Letra E

Questão 2 (ENEM - 2011)



Até que ponto, a partir de posturas e interesses diversos, as oligarquias paulista e mineira dominaram a cena política nacional na Primeira República? A união de ambas foi um traço fundamental, mas que não conta toda a história do período. A união foi feita com a preponderância de uma ou de outra das duas frações. Com o tempo, surgiram as discussões e um grande desacerto final.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: EdUSP, 2004 (adaptado)



A imagem de um bem-sucedido acordo café com leite entre São Paulo e Minas, um acordo de alternância de presidência entre os dois estados, não passa de uma idealização de um processo muito mais caótico e cheio de conflitos. Profundas divergências políticas colocavam-nos em confronto por causa de diferentes graus de envolvimento no comércio exterior.

TOPIK, S. *A presença do estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1989 (adaptado)



Para a caracterização do processo político durante a Primeira República, utiliza-se com frequência a expressão Política do Café com Leite. No entanto, os textos apresentam a seguinte ressalva a sua utilização:

- A riqueza gerada pelo café dava à oligarquia paulista a prerrogativa de indicar os candidatos à presidência, sem necessidade de alianças.
- As divisões políticas internas de cada estado da federação invalidavam o uso do conceito de aliança entre estados para este período.
- As disputas políticas do período contradiziam a suposta estabilidade da aliança entre mineiros e paulistas.
- A centralização do poder no executivo federal impedia a formação de uma aliança duradoura entre as oligarquias.
- A diversificação da produção e a preocupação com o mercado interno unificavam os interesses das oligarquias.

Resposta: Letra C



A questão do conhecimento

Para início de conversa...

Platão disse certa vez que é próprio de todo ser humano uma espécie singular de *pathós*, isto é, um sentimento ou disposição para espantar-se frente às coisas. Segundo ele, é dessa admiração fundamental que precederia o impulso da busca pelo conhecimento comum a todos os seres humanos. Essa é a origem do filosofar — diz Platão. Algo chama-nos a atenção e, de imediato, impulsionados pela curiosidade, partimos em busca de explicações e respostas às nossas indagações. Daí o motivo do questionamento sobre o ato mesmo de conhecer mostrar-se tão importante e presente ao longo da história da Filosofia

Epistemologia

(do grego *epistême*, conhecimento). Área da Filosofia que se dedica ao estudo das condições de possibilidade do conhecimento e das relações existentes entre o sujeito (que conhece) e o objeto (a ser conhecido). Teoria do Conhecimento ou Filosofia da Ciência.

A epistemologia, enquanto teoria do conhecimento, é o campo da Filosofia que se debruça sobre uma série de questões representadas pelo seguinte esquema:



Figura 1: Esquema de perguntas em torno da Epistemologia. Todas as perguntas parecem convergir sobre a questão em torno da verdade.

Assim, a nossa “missão” nesta aula é acompanhar as diferentes respostas dadas pelos filósofos a esses questionamentos e, se possível, criarmos, nós mesmos, novas e intrigantes perguntas. Mas, antes, precisamos refletir sobre algumas questões preliminares.

Objetivos de aprendizagem

- Relacionar os diversos tipos de conhecimento;
- Identificar e compreender as condições de possibilidade do conhecimento;
- Diferenciar e articular os principais argumentos das epistemologias abordadas;
- Situar a especificidade da Filosofia em relação à Ciência;
- Situar e discutir os limites da noção de razão na modernidade.

Seção 1

Conhecer para quê?

Em linhas gerais, conhecer significa o resultado da relação entre um sujeito (que conhece) e um objeto (o qual se quer conhecer). Transformamos constantemente informação em conhecimento quando lemos uma notícia, estudamos atentamente alguma coisa ou mesmo quando pensamos sobre nós mesmos.

E para que conhecemos? Simples: para satisfazer a nossa enorme curiosidade a respeito das coisas. Enganase, assim, quem pensa que pertence apenas à classe dos filósofos a tarefa de questionar sobre tudo. Os cientistas, os religiosos e as pessoas em geral formulam perguntas durante toda a sua existência. Isso porque buscar saber mais faz parte da própria natureza humana. Já dizia Aristóteles: “Todos os homens têm, naturalmente, o desejo de conhecer” (Aristóteles, *Metafísica*).

Tipos de conhecimento

Se, segundo Aristóteles, todo ser humano tende ao conhecimento, resta-nos, antes de mais nada, saber quais tipos e formas existentes, não é mesmo?

Imagine a seguinte situação: dois carros colidem em uma autoestrada sem vítimas fatais e três testemunhas presenciam o acontecimento. Teremos o mesmo relato? Provavelmente não. As diferenças serão relatadas de acordo com a ótica de cada uma das testemunhas; esta ótica é, de certo modo, determinada pela familiaridade com determinado tipo de conhecimento.

Vejamos: Se a *testemunha X* for uma pessoa religiosa, o relato do acidente será recheado de explicações de como as forças invisíveis operaram a favor dos envolvidos.

Já um físico tenderia a observar com os olhos de um cientista, cheio de demonstrações e atenção ao que chama de “fatos”.

E, por fim, uma dona de casa, sem muito estudo e moradora local que já viu muitos acidentes como este bem na porta da sua casa. Nesse caso, você concorda que o relato dessa senhora seria um resultado direto de suas experiências anteriores?

Pois então. Existem muitos tipos de conhecer, cada uma com suas particularidades e limitações. Dentre eles: o conhecimento vulgar, o racional e o religioso.

Conhecimento e poder

“

Porque o próprio **saber é poder.**

(Francis Bacon, *Religious Meditations*)

”

Esta sentença do filósofo inglês Francis Bacon é difícil de ser refutada, não é mesmo? Se pararmos um pouco para olhar atentamente a história da Humanidade, veremos, em quase todas as civilizações, a busca incansável das classes dominantes em instruir-se, ao mesmo tempo que procuram dificultar ou mesmo tornar criminoso o acesso das massas populares ao conhecimento. Foi assim no Egito, onde a família real e uns poucos privilegiados detinham todo o saber à custa da submissão de seu povo. Foi assim na China Comunista, onde o próprio acesso à informação era limitado por uma censura do Estado como forma de manutenção de poucos indivíduos no poder. Que não nos esqueçamos da nossa própria história recente... Após o Golpe de 64, uma das primeiras ações dos militares foi a de abolir as disciplinas de Filosofia e Sociologia dos currículos escolares e, em grande parte, perseguir os profissionais que se ocupavam de seu ensino, bem como os jovens estudantes que protestavam contra o regime.



Figura 2: Repressão aos estudantes universitários em plena ditadura militar.

Isso tudo por quê? Simples: conhecimento e poder sempre mantiveram uma relação estreita. Quem conhece, estuda e desenvolve argumentos, está sempre pronto a questionar. O conhecimento que está a favor das elites revela-se perigoso aos seus interesses, pois constitui um importante fator de **desalienação**.

Desalienação

Conceito de raízes marxistas, significa o processo de tomada de consciência, por parte da classe dominada, no que diz respeito ao seu verdadeiro lugar no processo produtivo e das formas de exploração as quais se encontra submetida.

Conhecimento formal x informal: o status do conhecimento no mundo moderno

Nem sempre o conhecimento foi entendido com o resultado de uma prática ou metodologia formais de ensino-aprendizagem. A boa e velha história pode-nos ajudar uma vez mais nessa questão confirmando que a própria ideia de Escola e a noção de "*curriculum*" são invenções tardias no que diz respeito à própria produção do conhecimento pelo homem. Seja como for, um conhecimento apreendido em uma Instituição de Ensino é premiado com a famosa certificação. Um diploma ou certificado é muito mais que um papel com letras e assinaturas; trata-se de um reconhecimento social de que o indivíduo domina uma série de saberes e técnicas. Essa é principal característica de um conhecimento formal, o seu exercício encontra-se circunscrito nos limites das Instituições autorizadas a ensiná-lo.

No entanto, vemos um grande número de pessoas que fazem coisas impressionantes: um pedreiro que, apesar de não ter tido aulas de engenharia, conhece melhor do que o responsável-técnico a resistência de determinado material utilizado na obra em que trabalha, não é? Ele não tem diploma ou mesmo passou por uma escola que o capacitasse. Mas é possuidor de um conhecimento informal, adquirido pela observação das ações de um colega mais experiente na função ou mesmo pelo famoso método de tentativa-e-erro.

Se não podemos, com absoluta convicção, afirmar qual dos tipos de conhecimento é o melhor, sabemos que, em uma sociedade moderna, há uma sobrevalorização daquele adquirido pelos meios formais. Fato simples de se observar: basta comparar os salários do nosso pedreiro autodidata e do engenheiro responsável pela obra usados no exemplo acima.

Seção 2

O que os antigos pensavam?

Mesmo entre os filósofos chamados pré-socráticos, já é possível notar a preocupação crescente com a questão do conhecimento. Seja na filosofia do devir de Heráclito ou mesmo no imobilismo defendido por Parmênides encontramos alguns dos elementos fundamentais para o desenvolvimento da epistemologia na era moderna.

No entanto, apenas com a tríade Sócrates-Platão-Sofistas é que a Filosofia debruçou-se efetivamente sobre o problema.

Sócrates e Platão contra os Sofistas

Os sofistas foram, em sua grande maioria, estrangeiros versados nas artes da retórica e da oratória. Contratados pelos homens de influência das cidades gregas, tinham por missão educar e transformar os seus filhos em grandes oradores e políticos.

Ao defenderem uma espécie de relativismo – expresso de modo emblemático na máxima “O homem é a medida de todas as coisas”, de Protágoras – tornaram injustificável a própria missão da Filosofia. Essa missão seria, segundo Sócrates, a libertação das ilusões dos sentidos, em busca do conhecimento das essências.

Em outras palavras: se é apenas o próprio homem o único critério de verdade para as coisas, não haveria nada além que pudesse legitimar a crença na possibilidade do conhecimento das verdades. Para Sócrates, o verdadeiro não só existe como constitui a pedra angular de toda a ação filosófica.

A partir da perspectiva socrática de busca da verdade e de suas duras críticas ao conhecimento sensível, Platão (seu mais famoso aluno) postula a existência de dois mundos em sua célebre **teoria das ideias**.



A teoria das ideias ou das formas de Platão encontra-se presente em diversos textos do filósofo, em especial no diálogo o *Fédon*. No entanto, popularizou-se por meio de seu célebre *Mito (ou alegoria) da caverna* presente no Livro VII de *A República*.

Vivemos em um mundo de ilusão – diz a dupla de filósofos – cercados de objetos e seres captados pelos nossos sentidos. No entanto, esse mundo sensível nada mais é do que uma cópia, um simulacro de sua ideia fundadora que habitaria junto com as demais em um outro mundo, dito inteligível. Quem concordar com essa teoria deverá defender que tudo o que vemos a nossa volta não passa de um reflexo imperfeito de sua ideia correspondente, entendeu? Assim, existiria nesse mundo suprassensível uma única ideia de Bem, Justiça, gato, cavalo, homem etc. Quando olhamos, por exemplo, para o felino, nosso espírito faz um tremendo esforço para apreender a sua essência, que se encontra fora desse ser que está, por sua vez, bem a nossa frente.

Para esses filósofos, o ato de conhecer, portanto, se daria por meio da apreensão dessas ideias, e todo esse processo de libertação das correntes do mundo sensível em direção ao verdadeiro seria responsabilidade do filósofo.

Para quem quer revisar ou mesmo conhecer outra forma de entrar em contato com o Mito da Caverna de Platão, a animação da *Bullhead Entertainment* <<http://platosallegory.com/>> é uma excelente opção.

Versão dublada em português:

- <http://www.youtube.com/watch?v=Rft3s0bGi78&feature=related>



Ora, se os sofistas dizem que a própria verdade não passa de uma questão de assentimento coletivo e momentâneo a respeito de algo, não há coisa alguma além de ilusão e persuasão. Vence não o que aponta para a ideia verdadeira, e sim aquele que apresenta argumentos mais convincentes em torno de determinado assunto.

A preocupação de Platão com a problemática do conhecimento vai mais além ao caracterizar diferentes níveis de saberes, a partir da sua proximidade com o mundo ideal. Juntamente com a Alegoria da Caverna, Platão apresenta a sua teoria da linha dividida nas páginas de sua obra de maior renome, *A República*. Veja o esquema:

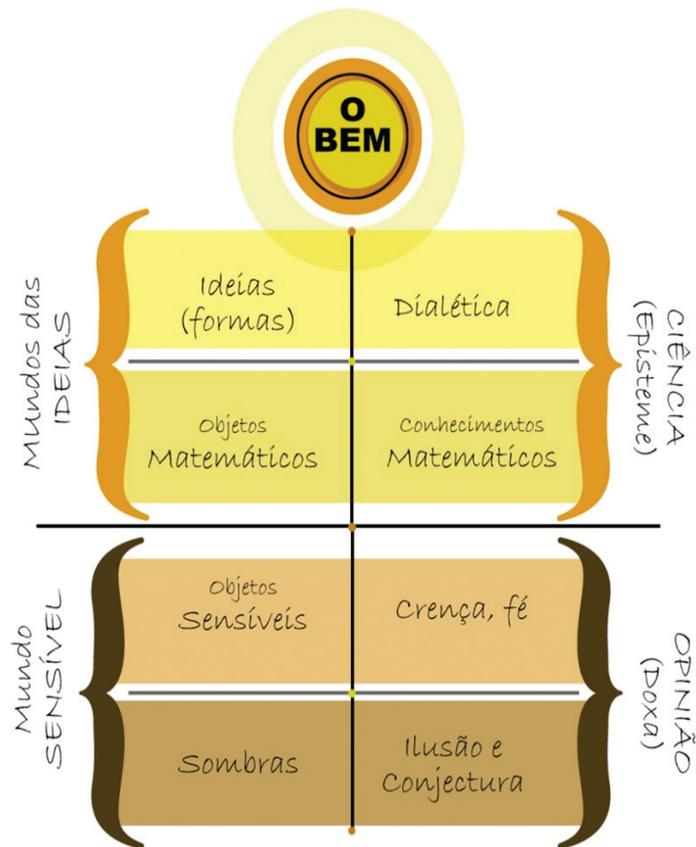


Figura 3: Esquema da teoria da linha dividida. Observe que o conhecimento pela crença é inferior ao conhecimento matemático, única e exclusivamente porque aquela se encontra dentro dos limites da opinião (doxa), enquanto a matemática é considerada uma ciência (episteme).

Aristóteles

Se, para a dupla de filósofos atenienses, a ideia é anterior e até mesmo independente dos objetos concretos, para Aristóteles (384 a.C-322 a.C.) ela é o resultado da observação dos próprios seres humanos.

A solução aristotélica é brilhante: não vivemos em um mundo que aponta constantemente para fora de si, diz o filósofo, e sim em uma única realidade que é composta pelo conjunto de forma e matéria. Com isso, Aristóteles realiza uma espécie de unificação dos 2 mundos platônicos, cabendo à Filosofia não mais a tarefa de libertar os seres humanos das correntes da ignorância e do erro oriundo dos sentidos, mas o papel de diferenciar aquilo que é essencial do que é acidental nas coisas.

Mas o que Aristóteles entende por matéria e forma? Em sua obra, *A Metafísica*, define esses conceitos de diversas formas diferentes. Em linhas gerais, identifica a *forma* com a própria ideia de uma coisa, a representação de sua figura ideal. Em contrapartida, a *matéria* revela-se como um elemento fundamental, mas ainda em estado bruto, à espera de algo que justifique a sua existência. Ao conjunto de matéria e forma, Aristóteles deu o nome de *substância*.

Um bom exemplo para tornar clara essa distinção é o da estátua de bronze dado pelo próprio filósofo. Para Aristóteles, o bronze seria a matéria, enquanto a figura ideal, a forma. A estátua realizada representaria o conjunto de matéria e forma, ou seja, a própria substância da estátua.

Esta postura de um realismo mais empírico defendido por Aristóteles é tema de frequentes comparações entre o filósofo e seus antecessores, e foram muito bem retratadas em uma das maiores obras de Rafael.

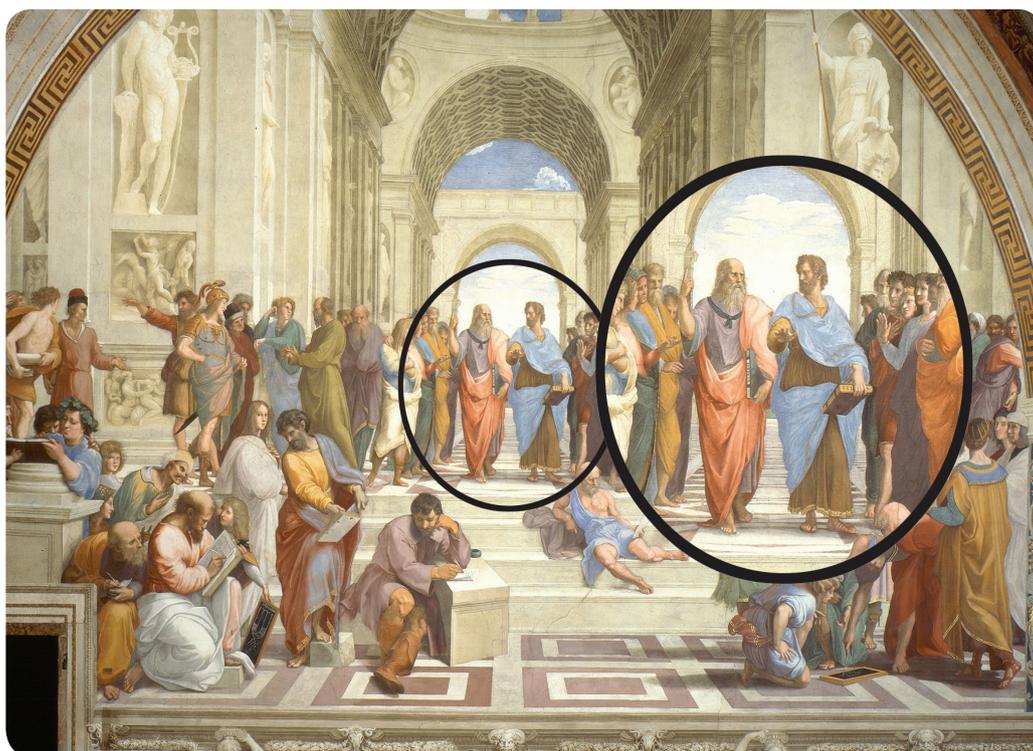


Figura 4: Escola de Atenas (*Scuola di Atenas*:1509/10) é uma das mais famosas pinturas do pintor Rafael. Em meio a dezenas de pensadores, o renascentista italiano optou por pintar Platão e Aristóteles bem ao centro. Podemos notar que Platão, mais velho, aponta o seu indicador para o alto, enquanto Aristóteles parece querer trazê-lo a uma posição mais intermediária.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Sanzio_01.jpg

Para Aristóteles, as coisas não estão mais numa relação entre cópia e modelo, como defendia Platão. Não se faz mais necessária a referência de essências imutáveis extramundanas, juntamente com a sua impossibilidade de mudança. Para Aristóteles, esse processo revela-se fruto da inseparável relação entre forma e matéria cuja atualização das essências nada mais é do que o resultado da passagem daquilo que é potencial para algo que agora encontramos em ato.

Quem tem medo do ceticismo?

Ceticismo (do grego *skepsis*: investigação ou questionamento)

Postura filosófica que nega, ao menos indiretamente, a capacidade da razão humana de alcançar ou mesmo produzir um conhecimento verdadeiro. Segundo o filósofo e escritor espanhol Miguel de Unamuno (1864-1936):

“Ser cético não significa ser aquele que duvida, mas sim aquele que investiga e pesquisa, ao contrário daquele que afirma e que pensa que achou.”

Paralelamente a toda tentativa de se chegar ao conhecimento verdadeiro através da Filosofia, o ceticismo sempre se colocou como um desafio a ser superado.

Para alguns pensadores, a própria atitude filosófica traria inevitavelmente consigo uma pitada de ceticismo, exatamente em virtude de sua natureza crítica e propensa à dúvida. Nesse sentido, o ceticismo seria uma espécie de contraparte da Filosofia, fazendo-se evidente, desde a posição defendida pelos sofistas, até na célebre máxima pronunciada por Sócrates: “Só sei que nada sei”.

Enquanto movimento filosófico coerente, no entanto, o Ceticismo surge com o recatado e misterioso Pirro de Élis (360 a.C.-270 a.C.), e a maioria de suas teses remonta aos escritos de seus seguidores, chamados “pirrônicos”. Em linhas gerais, os céticos empenhavam-se constantemente em demolir todos os dogmas das demais escolas sem, no entanto, expressarem as suas próprias teses de modo categórico. Limitavam-se a apontar e expor os dogmas de seus opositores, mostrando como teses contrárias poderiam ser igualmente válidas. Diante dessa multiplicidade de juízos, leis, costumes e teorias e, desse modo, da impossibilidade de se encontrar um critério único da verdade, o cético opta pela suspensão do juízo (em grego, *epoché*). Frente às incertezas, a melhor opção, segundo ele, seria a de abster-se de emitir quaisquer juízos ou posicionamento definitivo em relação a tudo. Como não acredita que exista algo que justifique a preferência de uma teoria em favor de outra, prefere argumentar pelas aporias a que levam a argumentação dos demais, mas evitando a todo custo posicionar-se de modo conclusivo.

Aporia (do grego *aporía*, caminho inexpugnável, sem saída).

Impasse lógico ou argumentativo. Paradoxo que impede o prosseguimento ou conclusão de um determinado raciocínio.

Leia atentamente a citação e atenda ao solicitado:



Cuido que ele ia falar, mas reprimiu-se. Não queria arrancar-lhe as ilusões. Também ele, em criança, e ainda depois, foi supersticioso, teve um arsenal inteiro de crendices, que a mãe lhe inculcou e que aos vinte anos desapareceram. No dia em que deixou cair toda essa vegetação parasita, e ficou só o tronco da religião, ele, como tivesse recebido da mãe ambos os ensinamentos, envolve-os na mesma dúvida, e logo depois em uma só negação total. Camilo não acreditava em nada. Por quê? Não poderia dizê-lo, não possuía um só argumento; limitava-se a negar tudo. E digo mal, porque negar é ainda afirmar, e ele não formulava a incredulidade; diante do mistério, contentou-se em levantar os ombros, e foi andando.



(Machado de Assis. A Cartomante)

Frente a toda crença, o personagem Camilo, do conto “A Cartomante”, de Machado de Assis, revela-se como um cético, sem, no entanto, radicalizar essa posição. Nesse sentido, sua postura é, além de estratégica, muito mais cômoda e coerente, e, exatamente por saber que “negar é ainda afirmar”, ele é levado a optar pela indiferença – a versão moderna para a *epoché* grega.

Dica:

O seu desafio nesta questão consiste em explicar os princípios básicos do ceticismo, de modo a apontar os limites, tanto daquele que adota, como o personagem do conto, uma postura cética tradicional, quanto a sua respectiva radicalização.

Anote suas respostas em seu caderno



Seção 3

Mas, afinal, quem é o sujeito do conhecimento?

Descartes e a descoberta da subjetividade moderna

Diferentemente dos antigos e medievais, em que a própria realidade é a presença manifesta ao intelecto humano, a atenção dos filósofos modernos volta-se para o sujeito que conhece e, conseqüentemente, para a questão: quais as condições de possibilidade do conhecimento verdadeiro?

A acentuação do *dualismo sujeito-objeto*, a pergunta pela *origem do conhecimento* e a inevitável busca por um método capaz de conferir um status seguro às ciências marcam toda a modernidade.



É importante lembrar que acontecimentos históricos como o Renascimento e o avanço das ciências experimentais, tiveram grande impacto nas teorias que veremos a partir de agora. Por isso, vale a pena dar uma revisada em um bom livro ou site de história.

Sugestões:

- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Renascimento>
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_ci%C3%A2ncias

Sem sombra de dúvida, René Descartes (1596-1650) é um dos nomes de maior destaque neste período. Considerado o “pai” do **Racionalismo**, Descartes foi, além de um importante filósofo moderno, um matemático de renome. Você pode não estar lembrado, mas, com certeza, já foi obrigado a marcar os pontos x e y no plano cartesiano, não é mesmo? Pois bem. Culpa de Descartes. Apesar de francês, o filósofo ficou conhecido por seu nome em latim, *Cartesius*, o que acabou batizando o conjunto de sua doutrina e raciocínios.

Racionalismo

Doutrina filosófica que toma a razão humana como único critério válido para o conhecimento da realidade. Defende que é possível a obtenção da certeza a partir das ideias produzidas sem o apoio da experiência (inatismo). Principais representantes: Descartes, Spinoza, Leibniz e Hegel.

Em sua obra mais popular, o *Discurso do Método*, Descartes empenhou-se na busca de um fundamento que julgasse seguro para as ciências de sua época. Como procurava uma fonte de certeza, optou por iniciar o seu pensamento com uma espécie de ceticismo, recusando, assim, toda informação proveniente dos sentidos, dos costumes e mesmo da Matemática, pelo simples motivo de os mesmos já terem sido fonte de erro e engano. Vamos acompanhar o seu raciocínio?



Assim, porque os nossos sentidos nos enganam às vezes quis supor que não havia coisa alguma que fosse tal como eles nos fazem imaginar. E, por haver homens que se equivocam mesmo em seus raciocínios no tocante às mais simples questões de Geometria, e cometem aí paralogismos, rejeitei como falsas – julgando que estava sujeito a falhar como qualquer outro – todas as razões que eu tomara até então por demonstrações. Enfim, considerando que mesmo os meus pensamentos que assaltam quando acordados também podem nos ocorrer quando dormimos, sem que nesse caso haja nenhum que seja verdadeiro, resolvi fazer de conta que todas as coisas que até então haviam entrado no meu espírito não eram mais verdadeiras que as ilusões de meus sonhos (DESCARTES, 1985, p. 55).



Ora, a estratégia de Descartes revela-se bem-sucedida. Se somos obrigados a dar ouvidos ao ceticismo no que diz respeito à impossibilidade de se chegar a algum critério único e seguro de certeza, quando voltamos para o nosso próprio raciocínio nos vemos obrigados a concluir que: "Se, duvidamos, pensamos. Se pensamos, somos" (essa substância que pensa e duvida).

É justamente nesse ponto que o filósofo chega a sua mais famosa figura: o cogito. Quem não ouviu ao menos uma vez a expressão: "Se penso, logo existo", de Descartes?

Cogito

É a forma abreviada da máxima de Descartes: *Cogito ergo sum* (Penso, logo existo), escrito em latim pelo filósofo em suas obras *Meditações* e o *Discurso do Método*.

É com a descoberta do *cogito* que a Filosofia moderna efetivamente se inicia. Mas o que é esse "eu que pensa"? A subjetividade, ora! Aquilo que há de mais caro entre os pensadores a partir de Descartes confunde-se, por vezes, com a própria noção de consciência e de pessoa humana.

Mas, se o *cogito* é a certeza que Descartes procurava, como ligá-lo ao mundo exterior e às ciências? Até o momento, só podemos ter certeza de que, enquanto pensamos, existimos. Mas não há nenhuma garantia de que possamos conhecer as coisas.

O próximo passo do raciocínio cartesiano dá-se pela autopercepção de que existência e finitude estão associadas. Em outras palavras: se enquanto penso percebo-me finito, um ser de natureza infinita teria ainda mais razões de existir, não é mesmo? Ora, esse ser infinitamente perfeito é Deus, que tem a sua existência agora garantida exatamente por aquela finitamente imperfeita do sujeito pensante.



Não se espante de estar achando essa 2ª parte do raciocínio um tanto “forçada”. Saiba que diversos pensadores contemporâneos a Descartes também compartilham a sua opinião. No entanto, o fato de Descartes ter invertido a relação entre Criador e criatura em sua epistemologia já é motivo de aplausos. Na visão de Santo Agostinho, por exemplo, nós somente podemos conhecer porque somos iluminados pela divindade. Dependemos da vontade de Deus que, em todos os sentidos, antecede e tem prioridade sobre o nosso aparato cognitivo. A filosofia cartesiana rompe com tudo isso: a existência de Deus é agora garantida pela certeza do cogito, isto é, do homem.

A partir daí fica bem mais simples justificar a existência de um mundo exterior à nossa consciência. Uma vez que Deus é perfeito, em sua infinita bondade conferiria realidade ao mundo material. Este pode ser conhecido a partir de um método rigoroso descrito por Descartes, pautado, sobretudo, na clareza e simplicidade das ideias.

Para entendermos melhor, segue um esquema do raciocínio cartesiano até aqui:



Figura 5: Esquema do raciocínio cartesiano. Em linhas gerais, podemos simplificar o raciocínio de Descartes (exposto no *Discurso do Método*) conforme as 4 etapas acima. Da dúvida generalizada (1) à descoberta do sujeito (2) e da percepção de Deus (3) à existência do mundo físico. (4).

O critério da verdade defendido por Descartes e pela maioria dos racionalistas baseia-se na possibilidade de obtenção, por meio do método analítico, de verdades evidentes. Quanto mais clara e distinta mostra-se uma ideia, mais verdadeira ela será. Ora, ideias verdadeiras são, em última análise, aquelas que nascem conosco, o que chamou de *inatas*.

As ideias “inatas” (como a do próprio *cogito*, da alma e Deus) existem, desde sempre, em nossa mente sem termos que nos referir à experiência. Por outro lado, as ideias ditas “adventícias” (como as de sol, maçã etc.) são o resultado das nossas experiências sensíveis e dependem das anteriores para servir-lhes de fundamento. Por fim, as “fictícias” não passam de ideias fabricadas pela própria imaginação do sujeito e, como tal, não possuem compromisso com o verdadeiro.

O Empirismo

Do lado oposto à resposta de Descartes e dos racionalistas à questão sobre a origem do conhecimento, temos os filósofos que partilham da visão **empirista**.

Empirismo (do grego *empeiria*, experiência, saber sensível)

Orientação filosófica que toma a experiência sensível como única ou principal fonte do conhecimento verdadeiro.

Principais representantes: Aristóteles, S. Tomás de Aquino, Bacon e Hobbes (antecessores). Locke, Berkeley, Hume, John Stuart Mill.

Em linhas gerais, chama-se empirista toda doutrina que sustenta – assim como o provérbio latino – que “Nada há no intelecto que antes não tenha estado nos sentidos”. Esse lema, por vezes atribuído a Aristóteles, revela-se uma crítica severa ao inatismo dos racionalistas ao creditarem ao intelecto a produção de ideias sem o apoio da experiência.

Para os empiristas, os seres humanos, ao nascer, são como folhas em branco onde serão, aos poucos, gravadas as informações à medida que começarem a receber do exterior as impressões sensíveis. Essa atitude de hipervalorização da experiência remontaria ao próprio Aristóteles, passando por Galileu e sua iniciativa de olhar para o espaço com a sua luneta, chegando ao método de Francis Bacon e demais filósofos modernos de língua inglesa. E assim poderemos identificar uma pessoa partidária das teses empiristas quando:

- Defende que não existem ideias inatas na mente humana e exemplificam utilizando pessoas portadoras de deficiência. Por exemplo: Seria, para estes, impossível um cego formar ideias correspondentes às cores; do mesmo modo um surdo em relação aos sons.

- Argumenta em favor da adoção, por parte das ciências, de um método pautado na observação dos fenômenos, na repetição e na formulação de hipóteses.
- Compara as ideias produzidas pela reflexão indireta e aquelas que são o resultado dos sentidos. Opta pela segunda opção, dizendo que os pensamentos são sempre inferiores às sensações mais embaçadas.



Identifique, a partir das citações, os seus respectivos autores ou doutrinas:

1. Platão
2. Aristóteles
3. Protágoras (Sofista)
4. Descartes
 - a. () “Parece-me que, se existe algo de belo fora do Belo em si, essa coisa só é bela porque participa desse Belo em si, e digo que o mesmo ocorre quanto a todas as outras coisas.”
 - b. () “A matéria não é em potência porque pode se encaminhar para a realização de sua forma: e quando ela está em ato, então ela está em sua forma.”
 - c. () “Mas o que sou eu? Uma substância que pensa. O que é uma substância que pensa? É uma coisa que duvida, que concebe, que afirma, que nega, que quer, que não quer, que imagina e que sente.”
 - d. () “[Uma vez que o homem é a medida de todas coisas...] as coisas são para mim conforme me aparecem, como serão para ti segundo te aparecerem.”

Anote suas respostas em seu caderno

Seção 4

Filosofia x Ciência

A Filosofia é a mãe (de todas as Ciências)?

Apesar de diversos povos antigos possuírem sólidos conhecimentos sobre Astronomia e Matemática, é igualmente verdadeiro que a atitude científica, tal como a concebemos hoje nasce, uma vez mais, com os gregos.

Os pré-socráticos, como Tales de Mileto (c. 624/5 a.C.-556/8 a.C.) foram os primeiros a demonstrar uma certa preocupação em produzir um conhecimento livre das concepções mágico-religiosas que, até então, constituíam o único modelo de explicação das coisas. É por essa razão que Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) se referia a esses pensadores como físicos <physiologoi> e não como propriamente filósofos. Segundo ele, ao dedicarem as suas vidas ao estudo <logos> da Natureza <physis>, entendida como princípio <arché> fundante da realidade, os pré-socráticos acabaram por dar os primeiros passos em direção a um conhecimento que aprendemos a chamar de “racional”.

Na prática, durante toda a antiguidade, Ciência e Filosofia andaram lado a lado, sendo extremamente difícil e polêmico separar os seus métodos e conclusões. No entanto, a tendência de se considerar a Filosofia como algo superior – em virtude da importância de seus temas – misturava-se com a própria tendência a tomá-la como a *arte do bem viver*.

De qualquer forma, a concepção que credita à Filosofia o papel de “mãe das ciências” parece resistir ao tempo e, pelo menos até meados do século XVIII, cientistas como Isaac Newton (1643-1727), preferiam a expressão “filósofo da natureza” a físico, por exemplo.

A concepção clássica de ciência

Para os antigos, talvez em virtude da proximidade com o fazer próprio da Filosofia, as ciências caracterizavam-se pela busca das causas a partir da noção de finalidade <télos>.

O modelo clássico de ciência era voltado para a especulação racional (ciência contemplativa) e dava – mesmo nos moldes do pensamento de Aristóteles – pouca importância à experimentação. A natureza e suas leis não passavam de um mero reflexo de um mundo finito, ordenado e perfeito. Modelo esse exemplarmente descrito pela cosmologia de Ptolomeu (c. 90-168 d.C.), grande matemático e astrônomo grego, responsável pela sistematização do geocentrismo introduzido por Aristóteles e que manteve-se como a teoria oficial até meados da era moderna.

Geocentrismo

Teoria de explicação do universo proposta por Aristóteles e desenvolvida por diversos astrônomos como Claudius Ptolomeu. Contrariamente ao modelo heliocêntrico, colocava a Terra como o centro de todo o universo e defendia que a sua órbita era povoada pelo Sol e demais planetas conhecidos.

Seja no interior da Academia platônica, na cosmologia ptolomaica ou na concepção de física dos estoicos, encontramos uma Ciência que não pode, de forma alguma, ser desvinculada de uma filosofia preocupada com a apreensão das essências e de uma inevitável hierarquização qualitativa dos seres e das coisas.

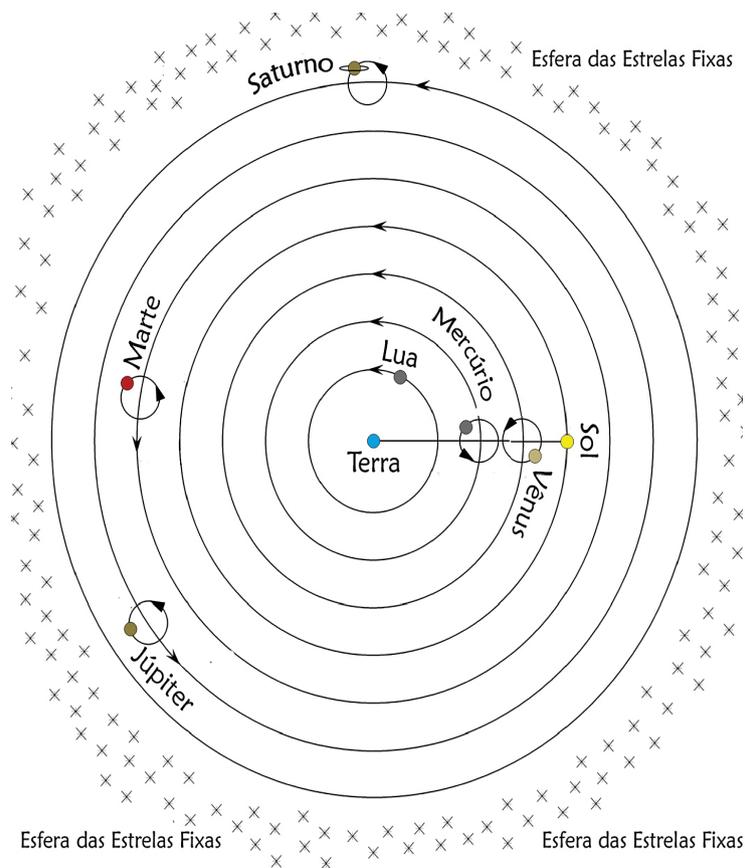


Figura 7 : Esquema do modelo geocêntrico.

Fonte: Edição de Emmanuel Fraga a partir da imagem em http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/49/Geocentric_system.png

Observe que a Terra (em repouso absoluto) ocupa o centro do universo e a órbita circular dos planetas reflete a natureza perfeita dos próprios deuses que lhes conferem os nomes. Uma vez mais concepções metafísicas e religiosas misturam-se às observações.

A concepção moderna

Durante todo o período medieval pouca coisa mudou em relação ao modelo científico vigente. Mesmo com a contribuição de grandes nomes como Roger Bacon (1214-1294) – e sua aptidão para uma prática mais voltada para a experimentação – a concepção greco-romana baseada na física de Aristóteles e astronomia ptolomaica, permaneceu praticamente inalterada.

Por outro lado, a religião cristã, em muitos aspectos, constituiu um verdadeiro obstáculo para as novas descobertas que, aos olhos da Igreja, representariam sérias ameaças ao conjunto dos dogmas instituídos. O Santo Ofício (ou Inquisição) controlava toda a produção intelectual da época e foi o responsável pela morte de muitas personalidades, até início do século XVII, como Giordano Bruno (1548-1600) – queimado vivo como herege por defender sua teoria do universo infinito.

Mas, então, quando viria a surgir uma nova concepção de ciência? A resposta não é tão simples quanto alguns livros de história costumam apresentar. De qualquer forma, os chamados “tempos modernos” forjaram as condições mais que ideais para o desenvolvimento de um *método*, isto é, um conjunto de *princípios* e, sobretudo, *procedimentos*, que serviriam de garantia para a **objetividade** do conhecimento científico.

Objetividade

Qualidade daquilo que é objetivo, resultado da observação imparcial, independente de preferências individuais.

Aliada às inovações tecnológicas tais como o telescópio e a prensa móvel – patrocinadas pela classe burguesa em ascensão – e ao enfraquecimento do poder da Igreja, importantes descobertas passaram a ser feitas e que causaram uma profunda ruptura com a forma de saber meramente contemplativo.

Assim, a preocupação com a observação, a experimentação e a matematização dos resultados fez de Galileu Galilei (1564-1642) o primeiro grande divulgador da ciência moderna. Tomando como base a **teoria heliocêntrica de Nicolau Copérnico** (1473-1543), Galileu abriu caminho para outros expoentes como Johannes Kepler (1571-1630) e, mais tarde, Isaac Newton (1643-1727) e até mesmo Antoine Lavoisier (1743-1794) e Charles Darwin (1809-1882).



Teoria heliocêntrica de Copérnico

Teoria que colocou o Sol como o centro do Sistema Solar, contrariando a então vigente teoria geocêntrica de Aristóteles e Ptolomeu (que considerava a Terra como o centro).

Para saber mais, acesse: http://pt.wikipedia.org/wiki/Nicolau_Cop%C3%A9rnico

A despeito de suas diferenças, o que une a teoria da gravitação de Newton, as leis de conservação da matéria de Lavoisier ou o evolucionismo de Darwin é uma nova concepção de Ciência, não mais fundadas em princípios *metafísicos*, mas centrada na descrição *quantitativa* dos fenômenos.



Uma excelente dica para os curiosos é assistir ao primeiro episódio (em 6 partes) da série História da Ciência produzida pelo canal BBC de Londres. De modo descontraído, você acompanhará as principais ideias e invenções ligadas à Astronomia que contribuíram para a nossa atual concepção do universo.

Episódio 1: O que há lá fora.

- http://www.youtube.com/view_play_list?p=7FB70D635679D947

A questão do método

Segundo Marilena Chauí (2002, p. 251):



Uma teoria científica é um sistema ordenado e coerente de proposições ou enunciados baseados em pequeno número de princípios, cuja finalidade é descrever, explicar e prever do modo mais completo possível um conjunto de fenômenos, oferecendo suas leis necessárias.



Mas como um cientista cria uma teoria? Conforme dissemos, a criação de um método rigoroso e sistemático utilizado pelos modernos funda o que, hoje em dia, entendemos por ciência. Esse método experimental, por sua vez, pressupõe um tipo específico de raciocínio chamado **indução**, pautado na observação de casos particulares e, finalmente em conclusões, sob a forma de leis gerais ou teorias.

Indução

Tipo de raciocínio ou inferência que conduz de enunciados particulares (resultado de observações ou experimentos) para enunciados universais (leis e teorias).

De modo simplificado, o *método científico* experimental já havia sido objeto de estudo de diversos filósofos modernos como René Descartes (1596-1650) e Francis Bacon (1561-1626) e, em linhas gerais, pode ser representado conforme o esquema abaixo:



Figura 8 : Esquema do método experimental.

A formulação de uma lei ou teoria inicia-se com a formulação de um problema e tem o seu termo quando o cientista consegue elaborar uma lei geral ou teoria capaz de dar conta do conjunto de fenômenos observados.

Com base nisso, podemos dizer que o método experimental segue as seguintes etapas: 1) a observação dos fenômenos para posterior formulação de um problema; 2) a construção de uma hipótese que é submetida a uma série de testes a fim de validá-la ou refutá-la; 3) e, por fim, a partir de um processo de generalização, a elaboração das leis pelos quais são descritos os fenômenos em sua regularidade.

O mito da neutralidade

Sabemos que o conhecimento científico é, sem sombra de dúvida, a forma de conhecimento mais reconhecida e valorizada pela nossa sociedade.

O principal motivo dessa “predileção” funda-se, antes de mais nada, no fato de a ciência possuir critérios rígidos de verificação e validação de suas hipóteses, como vimos no item sobre o Método Científico.

Entretanto, há ainda outros fatores que contribuem para nossa “fé” na validade e objetividade do conhecimento científico. Um deles é a crença na neutralidade do cientista. Vamos entender melhor a questão?

Ao contrário do **senso comum**, a ciência tem a pretensão de ser um conhecimento objetivo, ou seja, independente do sujeito que o produz.

Senso comum

Opinião baseada em hábitos, preconceitos, tradições. O senso comum, diferentemente da ciência e da filosofia caracteriza-se pela superficialidade de suas conclusões.

Essa autonomia em relação ao sujeito sugere que o cientista, ao estudar um determinado objeto, deve enxergá-lo como algo distinto independente de si. A observação científica deve, ainda, ser feita sem levar em consideração qualquer concepção prévia, para que não haja interferência, por parte do cientista, em relação aos resultados obtidos.

O problema em acreditar em tal “neutralidade” está no fato de que o cientista, como qualquer outro ser humano, não é capaz de “livrar-se”, mesmo que momentaneamente, de sua visão de mundo, de seus valores e crenças, enfim, de tudo aquilo que o torna quem ele é.

Outra questão, não menos relevante, está no fato de que vivemos em um sistema capitalista, onde grande parte dos recursos destinados à pesquisa científica provém de fontes privadas. Isso quer dizer que, juntamente com a interferência do próprio sujeito que faz efetivamente a Ciência, devemos contar com os interesses dos investidores. Desse modo, algumas descobertas que poderiam melhorar ou até mesmo salvar muitas vidas não recebem o financiamento adequado, uma vez que o seu custo, aos olhos dos interesses econômicos, não se justifica.

Se a ideia da ciência enquanto procura desinteressada pela verdade não tem lugar em uma sociedade capitalista, do mesmo modo podemos discordar daqueles que defendem que um domínio progressivo da Natureza, proporcionado pelo conhecimento científico, teria a finalidade de garantir uma vida melhor para toda a humanidade. O que verificamos na realidade é uma lógica dentro da qual o “valor” do conhecimento gerado está cada vez mais ligado a sua utilização prática (e lucrativa), garantida pela **tecnologia**.

Tecnologia

Atividade de aplicação das leis científicas para criar e aperfeiçoar instrumentos e objetos. Fusão de ciência e técnica.

Vimos que os conhecimentos filosófico e científico assentam suas bases em critérios racionais. Mas como somos capazes de estruturar raciocínios válidos que sustentem suas conclusões? Simples: porque nos utilizamos do raciocínio lógico.

A Lógica não pode ser entendida como uma ciência, e sim como uma espécie de "instrumento" ou meio de validação de nossos raciocínios tanto científicos quanto filosóficos.

Mesmo sem um estudo prévio, utilizamos frequentemente a lógica em nosso cotidiano – seja no desenvolvimento de uma argumentação coerente ou na solução de um exercício de matemática.

Por esse motivo, ter noções mínimas dessa "arte de pensar corretamente" sempre se mostrou de grande valia para o exercício das diferentes formas de pensamento.

Os diversos tipos de raciocínio

Para a Lógica, podemos raciocinar de três modos diferentes. Cada forma traz consigo vantagens e desvantagens como veremos a seguir. Assim, um raciocínio pode ser classificado como sendo uma:

- a. *Dedução* – Raciocínio cuja conclusão é extraída em função da conexão existente entre os conceitos que o compõem. A dedução move-se sempre no sentido do geral (*Todo x*) para o particular (*Algum x*) e por esse motivo mostrou-se a forma predileta do modelo clássico de ciência.
- b. *Indução* – Argumento que parte do particular (*Algum y*) para o geral (*Todo y*). É o tipo de raciocínio adotado pelas ciências experimentais e, como tal, apresenta-se como uma generalização a partir de dados ou fatos observados.
- c. *Analogia* – Forma imperfeita de indução baseada na expectativa da repetição de determinadas circunstâncias anteriores. Assim, uma argumentação analógica move-se, segundo critérios de "semelhança", e, como tal, tem poucas possibilidades de acerto.

Segundo Kant (1992: p.151) não devemos confundir o raciocínio indutivo com o analógico, uma vez que:



A **indução** amplia o que é empiricamente dado do particular para o universal no que respeita a muitos objetos; a analogia, ao contrário, estende as propriedades dadas de uma coisa a várias outras da mesma coisa.



Saiba Mais

Resumo

Aprendemos em nossa aula que:

- A epistemologia é a área da Filosofia que estuda o conhecimento.
- Saber e poder mantêm uma relação bem próxima desde os tempos antigos.
- Apesar das mudanças no mundo do trabalho, o conhecimento dito “formal” (isto é, aprendido e certificado nas Instituições reconhecidas) ainda tem prioridade sobre os saberes informais.
- Apesar da reflexão sobre o ato de conhecer já estar, de certo modo, presente nos escritos dos pré-socráticos, é a partir do pensamento socrático-platônico que ganha maior relevo.
- A teoria das ideias (ou formas) de Platão defende que o mundo em que vivemos só possui alguma verdade na medida em que participa, como cópia, do mundo inteligível.
- A teoria de Aristóteles diz que os conceitos das coisas podem ser apreendidos nelas mesmas, sem o recurso a um outro mundo, a partir das noções de forma e matéria.
- Os sofistas defendiam uma espécie de relativismo, uma vez que a verdade constitui uma consequência da capacidade de persuasão do argumentador.
- Os céticos pirrônicos eram aqueles que, diante do grande número de explicações acerca das coisas e da impossibilidade de decidirmos um critério de escolha justificável, optam pela suspensão do juízo.
- Na Idade Média, Agostinho defendia a teoria da Iluminação enquanto Guilherme de Ockham, uma versão do nominalismo.
- A filosofia moderna efetivamente começa com a descoberta da subjetividade por Descartes, considerado o “pai” do racionalismo.
- Os empiristas opunham-se diretamente aos racionalistas ao recusarem o inatismo e apontarem a experiência sensível como a principal fonte do conhecimento.
- A filosofia transcendental de Kant pretendeu encontrar um ponto de equilíbrio entre as duas teorias anteriores e postulou a existência de duas faculdades inatas: a sensibilidade e o entendimento como produtoras de todo saber humano.
- A fenomenologia de Husserl volta-se para a questão da intencionalidade da consciência e, consequentemente, para a pluralidade de visadas do sujeito em relação ao objeto.

Referências

- ARISTÓTELES. *Órganon*. Trad. De Edson Bini. Bauru/SP: Edipro, 2010.
- HABERMAS, Jürgen. *Teorias da verdade*. Trad. de Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Departamento de Filosofia (UFRJ), s.d.
- AGOSTINHO, Santo. *De magistro (Do mestre)*. Tradução de Ângelo Ricci. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os pensadores.).
- ALENCAR FILHO, Edgard. *Iniciação à lógica matemática*. São Paulo: Nobel, 2002.
- ARANHA, Maria Lúcia de A. e MARTINS, Maria Helena P. *Temas de Filosofia*. São Paulo: Moderna, 1992.
- ARISTÓTELES. *Física*. Trad. de Guillermo R. de Echandía. Madrid: Editorial Gredos, 1995.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*. Tradução e adaptação da versão em espanhol de Patricio de Azcárate por Emmanuel Fraga.
- BASTOS, Cleverson, KELLER, Vicente. *Aprendendo lógica*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BICCA, Luiz. *Carnéades em Roma: ceticismo e dialética*. Revista Sképsis, ano IV, n. 5, p. 77-101, 2009. Disponível em <http://www.revista-skepsis.com/pdf/77_05.pdf>. Acesso em: 30 set. 2010.
- BLACKBRUN, Simon. *Dicionário Oxford de filosofia*. Trad. de Desidério Murcho et al. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. *Vida e Obra (prefácio)*. In: *Edmund Husserl*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores.)
- DESCARTES, René. *Discurso do método*. Trad. por Elza Moreira Marcelina. Brasília: UnB, 1985.
- FEYERABEND, Paul. *Contra o Método*. Trad de Octanny S. da Mata e Leonidas Hegenberg. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- HABERMAS, Jürgen. *Observações preparatórias para uma teoria da competência comunicativa*. Trad de Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Departamento de Filosofia (PUC-RIO), s.d.
- HEGENBERJ, Leonidas. *Dicionário de lógica*. São Paulo: EPU, 1995.
- HUSSERL, Edmund. *Investigações lógicas*. Trad. Zeljko Loparic e Andréa A. de Campos Loparic. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores).

- JAMES, William. *Pragmatismo*. Trad. de Jorge Caetano da Silva. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- JAPIASSU, Hilton. *O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Trad. de Valerio Rohden e Udo B. Moosburger. São Paulo: Abril, 1980. (Os Pensadores.).
- KANT, Immanuel. *Lógica*. Trad. de Guido de A. Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.
- LAËRTIUS, Diógenes. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Trad. de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da UnB, 1988.
- MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- MARITAIN, Jacques. *Elementos de filosofia 2; lógica menor*. Trad. de Ilza das Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1972.
- NAHRA, Cínara e WEBER, Ivan Hingo. *Através da lógica*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.
- NÉRICI, Imideo Giuseppe. *Introdução à lógica*. São Paulo: Nobel, 1984.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Obras incompletas*. S. Paulo: Abril, 1983. (Os Pensadores).
- PASCAL, Blaise. *Pensamentos*. Trad. de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- PIERCE, Charles Sanders. *Ilustrações da lógica da ciência*. São Paulo: Ideias e Letras, 2008.
- PLATÃO. *A República*. Trad. de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. Trad. de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2001.
- REZENDE, Antonio (Org.). *Curso de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

Atividade 01

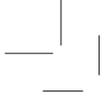
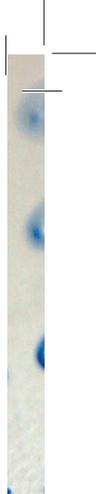
O ceticismo é uma postura filosófica que sustenta de modo indireto a crença na impossibilidade de o intelecto humano alcançar qualquer certeza a respeito de algo. Frente à multiplicidade de critérios do “verdadeiro”, opta por isentar-se de qualquer opinião. Prefere manter-se a par das discussões ou empenha-se em apresentar as contradições das posturas dos demais participantes do debate.

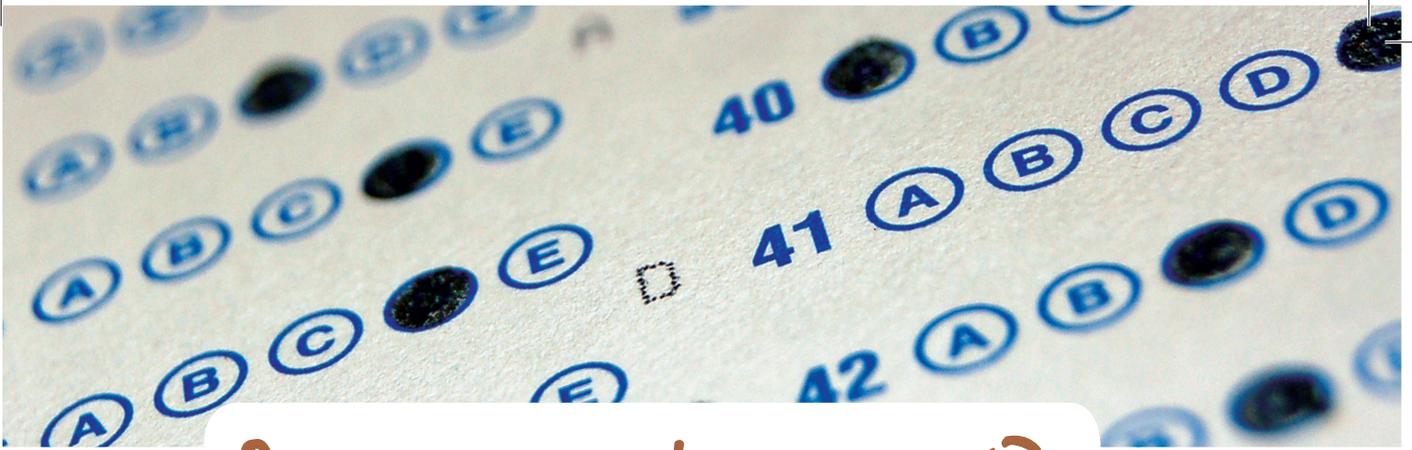
Trata-se de uma postura bastante cômoda, mas extremamente frágil, pois, uma vez que o cético ceda à pressão por posicionar-se, é levado a cair em contradição, pois toda afirmação traz consigo uma pretensão ao verdadeiro.

Atividade 02

- a. (1) PLATÃO. *O conceito de Belo é utilizado pelo filósofo justificar a sua teoria das ideias.*
- b. (2) ARISTÓTELES. *Observações sobre as noções de ato e a potência como princípios da própria substância.*
- c. (4) DESCARTES. *O filósofo explicita o seu cogito.*
- d. (3) PROTÁGORAS. *Máxima polêmica do sofista Protágoras.*







O que perguntam por aí?

Questão 1 - (UFRJ - Concurso 2008 - prova 1)

A disputa entre racionalismo e empirismo se dá no ramo da filosofia destinado ao estudo da natureza, das fontes e dos limites do conhecimento. Essa disputa diz respeito à questão sobre se e em que medida somos dependentes da experiência sensível para alcançar o conhecimento. Os racionalistas afirmam que nossos conhecimentos têm sua origem independentemente da experiência sensível, isto é, independentemente de qualquer acesso imediato a coisas externas a nós. Os empiristas, por sua vez, consideram que a experiência sensível é a fonte de todos os nossos conhecimentos. Em relação ao tema, considere a seguinte afirmativa: "Primeiramente, considero haver em nós certas noções primitivas, as quais são como originais, sob cujo padrão formamos todos os nossos outros conhecimentos" (DESCARTES, R. *Carta a Elizabeth de 21 de maio de 1743*. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978).

Com base no que foi exposto acerca da oposição entre racionalismo e empirismo, responda: a frase de Descartes é mais representativa da posição racionalista ou da posição empirista? Justifique sua resposta, indicando o(s) elemento(s) da frase que a sustenta(m).

Gabarito oficial:

Com base no que foi exposto na apresentação da questão, a frase de Descartes é mais representativa da posição racionalista do que da posição empirista na medida em que identificar a origem do nosso conhecimento em noções primitivas presentes em nós é alinhar-se com a tese racionalista, apresentada no enunciado, de que a origem do conhecimento independe da experiência sensível, entendida como acesso imediato a coisas externas a nós.

Comentando...

Como vimos, Descartes sustenta uma posição francamente racionalista, uma vez que defende a existência de ideias inatas, de certo modo responsáveis, em virtude de sua clareza e evidência, pela própria certeza em relação às demais. Um empirista, ao contrário, sustenta que o conteúdo de nossos intelectos depende necessariamente das impressões sensíveis, recusando com veemência o inatismo dos racionalistas.

Questão 2 - (UERJ 2001 - 2º exame de qualificação)

Com base no texto abaixo, responda à questão:

"A PÁTRIA Desde dezoito anos que o tal patriotismo lhe absorvia e por ele fizera a tolice de estudar inutilidades. Que lhe importavam os rios? Eram grandes? Pois que fossem... Em que lhe contribuiria para a felicidade saber o nome dos heróis do Brasil? Em nada... O importante é que ele tivesse sido feliz. Foi? Não. Lembrou-se das suas cousas de tupi, do folclore, das suas tentativas agrícolas... Restava disso tudo em sua alma uma satisfação? Nenhuma! Nenhuma! O tupi encontrou a incredulidade geral, o riso, a mofa, o escárnio; e levou-o à loucura. Uma decepção. E a agricultura? Nada. As terras não eram ferazes e ela não era fácil como diziam os livros. Outra decepção. E, quando o seu patriotismo se fizera combatente, o que achara? Decepções. Onde estava a doçura de nossa gente? Pois ele não a viu combater como feras? Pois não a via matar prisioneiros, inúmeros? Outra decepção. A sua vida era uma decepção, uma série, melhor, um encadeamento de decepções". (BARRETO, Lima. Triste fim de Policarpo Quaresma. São Paulo: Brasiliense, 1986.)

O personagem Policarpo Quaresma, no trecho acima, se encontra preso, prestes a ser executado pelo exército de Floriano Peixoto, por ter escrito uma carta ao presidente protestando contra o assassinato de prisioneiros. Antes de ser executado, ele reflete sobre a noção de pátria. Nos dois primeiros parágrafos, ele parte de suas próprias experiências, o que configura o seguinte método de raciocínio:

- a. indutivo, pensando do particular para o geral;
- b. dedutivo, pensando do abstrato para o concreto;
- c. dialético, pensando a partir das suas contradições;
- d. sofismático, pensando do geral para o particular.

Gabarito: A





Sociedade, Capitalismo e Desigualdades

Para início de conversa...

Se existem dois assuntos que fazem parte do nosso dia a dia são trabalho e desigualdade social. Não é a toa que são temas tão caros à sociologia: essa ciência procura entender o funcionamento das sociedades, prestando atenção a tudo aquilo que faz sentido e/ou organiza a vida coletiva.

Nesta unidade, queremos conversar com você sobre essas questões, trazer um pouco da riqueza de estudos que a sociologia produziu para interpretar esses fenômenos, que por vezes se tornam tão naturais para a maioria das pessoas. Quem nunca ouviu alguém dizer que pobres e ricos devem ser tratados de formas diferentes? Que negros e brancos não são iguais? Que o patrão pode pagar o salário que quiser e quem não estiver satisfeito pode ir embora?

Essas diferenças, muitas vezes percebidas como parte da ordem do universo não passam de atitudes socialmente criadas e que podem ser eliminadas a partir da consciência dos mecanismos que geram a desigualdade e a opressão. O conhecimento sociológico, que procura destrinchar os fenômenos sociais, pode ser de grande utilidade nessa tarefa.

Objetivos de aprendizagem

- Desnaturalizar as desigualdades socialmente enraizadas nas culturas;
- Avaliar criticamente as hierarquias estabelecidas e os sistemas de exercício de poder;
- Reconhecer o significado do trabalho em nossa cultura e seu efeito prático na vida das pessoas;
- Identificar os modos de produção, a divisão do trabalho e a divisão de classes a partir do contexto social em que vivemos.

Seção 1

Vivendo juntos: na interdependência

Nós, os seres humanos, dependemos uns dos outros.



Figura 1: Mãe e filho – O primeiro contato do bebê com o mundo social.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:M%C3%A3e_e_beb%C3%AA_-_Pratinha_-_Chapada_Diamantina.jpg – Autor: Leonardobatista

Ao nascer, o bebê é um ser frágil que desconhece o funcionamento do mundo e depende dos adultos para suprir as suas necessidades básicas. Com o tempo, aprendendo a linguagem de sua espécie com os outros seres humanos, a criança ganha certa independência e passa a realizar muitas atividades sozinha. Deste modo, na medida em que cresce e chega à vida adulta, espera-se que a dependência dela em relação aos outros vá diminuindo e, por outro lado, aumente a sua individualidade. Contudo, devemos nos lembrar de que, muito embora o nosso grau de autonomia possa aumentar com a passagem do tempo, a nossa dependência em relação aos outros, a sociedade, sempre existirá.

Então, quando falamos da interdependência em sociedade, estamos nos referindo a um conjunto de relações, papéis, valores, normas e expectativas que envolvem o indivíduo desde o seu nascimento, ou seja, o lugar que ele ocupará e as relações que estabelecerá na dinâmica da estrutura social. Afinal, não vivemos absolutamente sozinhos e, nem se quiséssemos, conseguiríamos.



“

Vamos imaginar, como símbolo da sociedade, um grupo de bailarinos que execute uma dança de salão, como a francesa ou a quadrilha, ou uma dança de roda do interior. Os passos e medidas, os gestos e movimentos feitos por cada bailarino são todos inteiramente combinados e sincronizados com os dos demais bailarinos. Se qualquer dos indivíduos que dançam fosse considerado isoladamente, as funções de seus movimentos não poderiam ser entendidas. A maneira como o indivíduo se comporta nessa situação é determinada pelas relações dos bailarinos entre si. Dá-se algo semelhante com o comportamento dos indivíduos em geral. Quer se encontrem como amigos ou inimigos, pais ou filhos, marido e mulher ou fidalgo e servo rei e súditos diretor e empregados, o modo como os indivíduos se portam é determinado por suas relações passadas ou presentes com outras pessoas. (NORBERT ELIAS, 1994, ps. 25-26)

”



Pare um pouco para pensar em sua trajetória de vida. Onde você nasceu? Quem são sua família e amigos? Com quantas pessoas diferentes você cruza por dia?

Pensou? Agora responda as seguintes questões:

- a. Quem foram as primeiras pessoas responsáveis pela sua entrada no mundo da linguagem?
- b. O que você aprendeu com essas pessoas?
- c. Você já foi ou é responsável pela entrada de alguém no mundo da linguagem?
- d. Faça uma relação com os nomes das pessoas mais próximas de quem você depende.
- e. Faça uma relação com os nomes das pessoas mais próximas que, de algum modo, dependem de você.
- f. De quantos “estranhos” você depende e quantos “estranhos” dependem de você no seu dia-a-dia? Por que isso acontece?

Anote suas respostas em seu caderno

Todos os dias, nós enfrentamos desafios que nos levam a perceber o quanto dependemos das outras pessoas na vida social. Por exemplo, quando entramos em uma nova escola, conseguimos o primeiro emprego, começamos a namorar, perdemos um ente querido, mudamos de casa e envelhecemos. Note que, muito embora possamos usar de nossa liberdade para fazer as escolhas que nos interessam, em alguma medida, sempre dependemos das outras pessoas para que as nossas escolhas sejam bem sucedidas.



Papéis sociais: quais são os nossos?

Como vimos anteriormente, desde que nascemos, somos levados por nossos familiares, conhecidos e desconhecidos a participar do universo da linguagem. Encontramos um mundo repleto de valores, normas, regras e costumes construídos pelas gerações anteriores. Essas gerações nutrem expectativas em relação a nós. Elas esperam que desempenhemos papéis nas mais diversas instituições que existem: família, escola, igreja, trabalho, entre outros. Assim, em nossa realidade, para onde quer que o indivíduo vá ou pense ir, estará sempre lidando com as ordens e orientações institucionais.



O processo de formação de nosso **self** e de como nossos instintos podem ou não ser suprimidos costuma ser denominado socialização. Somos socializados – transformados em seres capazes de viver em sociedade – pela internalização das coerções sociais. Considera-se que estamos aptos para viver e agir em grupo quando adquirimos as competências para nos comportar de maneira aceitável e, então, somos considerados livres para assumir a responsabilidade de nossas ações. Quem são, porém, aquelas pessoas significativas com as quais interagimos e que, assim, nos socializam?” (BAUMAN, 2010, ps.44 e 45)



Self

Palavra inglesa utilizada para se referir ao **eu**. No caso da Sociologia, o *self* é fruto de nossas relações com as outras pessoas.

Essas instituições sociais buscam controlar a conduta dos indivíduos, de modo que todos sigam os padrões estabelecidos pelas ideias dominantes dentro delas. Apanhemos como exemplo a instituição da família. Durante muito tempo, em nossa sociedade, onde predominou o modelo de família patriarcal, as relações de gênero estabeleciam que caberia ao homem o papel de ser o provedor e a mulher a de ser a cuidadora. Certo?

Ao longo do tempo, com a dinâmica da história, a nossa realidade social vem sendo marcada por transformações e permanências. Dentre as transformações vivenciadas, as que mais chamam a atenção dos estudiosos são as que dizem respeito aos novos papéis assumidos pela mulher. Basta olharmos a nossa volta. Hoje, veremos cada vez mais mulheres trabalhando, sendo chefes de família e participando da política. Contudo, dentre as permanências, podemos destacar que a conquista dessa liberdade não tem sido fácil, pois muitas mulheres que trabalham fora ainda se vêem obrigadas a cuidarem sozinhas dos afazeres domésticos, ou seja, a realizarem uma dupla jornada de trabalho. Sem falar que, muito embora a mulher seja reconhecida como igual ao homem perante a lei, na prática, ainda recebem menores salários, ocupam menos cargo político e são moralmente mais oprimidas.

Assim, não se trata apenas de nascer no mundo – de se adaptar a um mundo já pronto e simplesmente naturalizá-lo –, mas também de nascer para o mundo, de explorar as suas infinitas possibilidades e recriá-lo constantemente. É nesse sentido que as novas gerações vão reproduzindo, mas também modificando, o que recebem das gerações anteriores. E isso se faz em meio a negociações, aprendizados, compartilhamentos e conflitos. Afinal, aprendemos muitas coisas com as pessoas mais velhas de nossas famílias e, em muitas coisas, também discordamos deles, pois tentamos fazer à nossa maneira. Não é mesmo?



Figura 2: A escola – Uma importante instituição no processo de socialização das crianças.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/fb/Independence_day_celebrations_at_Goa.JPG – Autor: Ritisha

Ao longo de nossas vidas estamos sempre no campo das instituições: a família, a escola, a igreja, o clube, o trabalho, o Estado, só para citar algumas. Se você observar melhor, todas essas instituições são formadas por relações sociais. Essas relações seguem um conjunto de regras. Por sua vez, de acordo com as regras, os participantes dessas relações esperam um dos outros determinados tipos de comportamento. No entanto, nem sempre as pessoas se comportarão de acordo com o que as outras esperam. Não é mesmo? Neste sentido, conforme propõe o sociólogo Peter Berger (2004) a instituição pode ser entendida como "um padrão de controle, ou seja, uma programação da conduta individual imposta pela sociedade". Pense nisso!



Com base na discussão estabelecida anteriormente sobre o processo de socialização, observe e reflita sobre as duas imagens abaixo.

A)



Figura 3: Crianças jogando futebol de areia em Ipanema – RJ – Brasil.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/49127042@N00/166723709/> – Autor: Bossa 67

B)



Figura 4: Crianças nas redes sociais.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pavychok.jpg> – Autor: Tulchyn library



Atividade
2

Agora responda: em sua opinião, quais semelhanças e diferenças podemos estabelecer entre o processo de socialização que se dá face a face, como no exemplo da foto da imagem A, e aquele processo de socialização que é mediado por um computador, como no exemplo da foto da imagem B?

Anote suas
respostas em
seu caderno

Seção 2

Vivendo com os outros: desnaturalizando as estruturas do mundo social



Figura 5: As brincadeiras infantis são uma porta de entrada para o mundo social.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/15/Iraqi_boys_giving_peace_sign.jpg – Autor: Christiaan Briggs

As crianças são mestres no ofício do “estranhamento” da vida diária. Em certa fase da vida, elas estão sempre a nos indagar sobre os significados das diferenças e desigualdades a nossa volta: “Por que eu sou pobre e ele não?”

“Como é que se faz dinheiro?” “Quem é o pai e a mãe de Deus?” “Eu também vou morrer?”. Algumas perguntas nos deixam visivelmente embaraçados. Não só porque talvez não tenhamos uma resposta convincente, mas devido ao fato de que, provavelmente, existam muitas e para cada uma delas poderá haver um novo ‘Por quê?’, ‘Por quê?’, ‘Por quê?’.

Ora, bem sabemos que alguns de nós, jovens e adultos, diante de tantos porquês, às vezes somos tentados a encerrar os questionamentos com uma daquelas velhas respostas que nos foram dadas: “É assim porque o mundo é assim”, “É assim porque Deus quis assim”, “É assim porque tem que ser assim”. Desta forma, não só reproduzimos o mundo em que vivemos, como damos a impressão de que, além de imutável, a realidade social não é uma construção dos indivíduos e grupos que fazem parte dela. Ou seja, a ideia fatalista de que as estruturas sociais das quais fazemos parte não dependem minimamente de nós. Mas elas dependem, sim!

Você já ouviu falar no programa de TV Castelo Rá-Tim-Bum? Veiculado pela TV Cultura entre os anos 1994 e 1997, o programa contava com dois personagens curiosos: Zequinha e Telekid. Zequinha era um menino que, ao não entender alguma parte da conversa dos amigos, iniciava uma sequência interminável de perguntas. O resultado era sempre o mesmo: algum dos amigos perdia a paciência e gritava “Porque sim, Zequinha!”. Em seguida, surgia Telekid, personagem do humorista Marcelo Tas, com seu bordão “Porque sim, não é resposta!”, e respondia a todas as indagações do menino.

Para conferir um dos episódios, basta acessar o *link*:

<http://cmais.com.br/castelo/episodios/telekid-castelo-ra-tim-bum-1>





Escolha um colega, parente ou vizinho. Pense um roteiro para realizar uma entrevista com ele. O objetivo é conhecer um pouco mais sobre as diferenças das origens sociais de cada um.

Elabore dez perguntas que você acredita que ajudarão a conhecer um pouco mais sobre o lugar que o seu entrevistado ocupa na estrutura social. Pergunte sobre as condições em que vive a família, o número de parentes, o bairro em que mora, a casa, o trabalho, o transporte que utiliza, o nível de instrução, o acesso aos serviços públicos, a propriedade de bens materiais, hábitos de consumo, acesso à informação e outras questões que o ajudarem a desenhar seu perfil.

Anote suas respostas em seu caderno

Das diferenças às desigualdades: a estratificação social

Muitas pessoas têm uma visão naturalizada das desigualdades vivenciadas no dia-a-dia. Há realmente quem acredite que os ricos são superiores aos pobres, que os homens nasceram para ser servidos pelas mulheres, que a pobreza é vontade de Deus, que os brancos são superiores aos negros, que a velhice é inferior às outras etapas da vida, que os gays não merecem respeito, que os gordos não podem ser felizes por causa do corpo, entre diversas ideias que diminuem o valor do outro ser humano. Nós bem sabemos que nenhuma dessas afirmações é verdadeira e são todas elas fruto do preconceito. E sabemos também que todos os seres humanos devem ser respeitados em sua diversidade e dignidade.

As diferenças que percebemos em nosso cotidiano não se transformam naturalmente em desigualdades. Para que a desigualdade se estabeleça, é necessário que as nossas formas de pensar e agir contribuam para isso, ou seja, que as nossas ideologias e práticas produzam a **estratificação social**. Mas o que isso quer dizer?

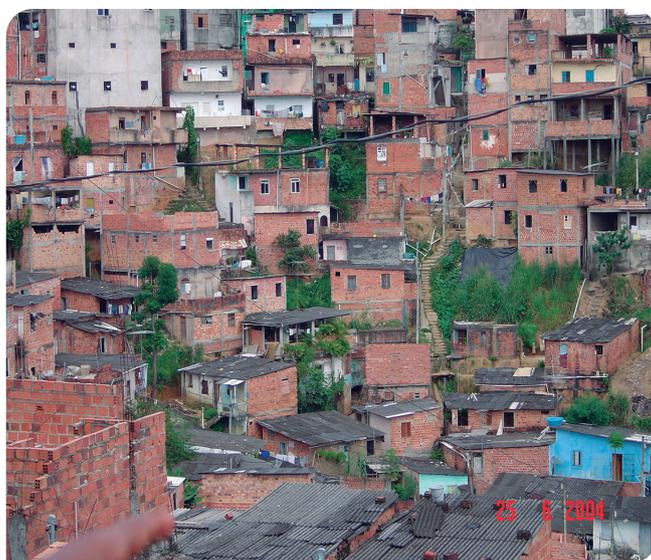


Figura 6: Conjunto de casas construídas em área de risco.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c8/Sussuarana_%28Salvador%29_2.jpg – Autor: sergio_65_ita

Voltemos ao exemplo do bebê. Ao nascer, ele já encontra o mundo social em funcionamento. A família dele é parte dessa estrutura: pode ser rica, pobre, branca, mestiça, negra, católica, umbandista, evangélica, com estudo, sem estudo, morar em um bairro com saneamento ou sem saneamento, entre tantas outras variáveis. Assim, o bebê já nasce ocupando um lugar dentro desse mundo e herdando muitas das características que estão relacionadas às posições de seus familiares. Quando ele crescer, irá perceber que a sociedade é estratificada, ou seja, que existe uma divisão, uma hierarquia em que as várias características de sua família são levadas em conta.

Estratificação social

De acordo com sociólogo Pêrsio Santos de Oliveira, estratificação social é a indicação da existência de desigualdades entre as pessoas em uma sociedade. Ela pode ocorrer de três formas: econômica, política e profissional.

Fonte: Introdução à Sociologia. Ática, 2011.

“Pro dia nascer feliz” é um documentário brasileiro, de 2006, que trata a questão da desigualdade dentro do ambiente escolar. Ele retrata as situações que o jovem brasileiro enfrenta, tais como: preconceito, discriminações, condições adversas de estudo, violência e medo do futuro. Você já assistiu a esse documentário filmado em três estados brasileiros? Quais os indícios de estratificação social você identificou?



Apanhe como exemplo a entrevista que você realizou na atividade anterior. A pessoa entrevistada provavelmente apresentou diversas informações sobre as condições de vida da família dela, o número de pessoas que moravam na casa, os serviços a que tem acesso no bairro, as condições em que trabalha, o transporte que utiliza diariamente, o nível de instrução dos familiares, o acesso aos serviços de saúde, a propriedade de bens materiais, os hábitos de consumo, o acesso à informação e outras questões que o ajudaram a desenhar o lugar social dessa pessoa dentro do sistema capitalista.

Portanto, estratificação social é um conceito muito utilizado pelos sociólogos para se referirem a um sistema de desigualdades decorrente de uma distribuição diferenciada de riquezas, poder, honras e privilégios dentro de uma sociedade. Essa distribuição dependerá da forma como os grupos (categorias, classes, castas) se estruturam e se desenvolvem ao longo da história. Desse modo, em cada período da história, podemos perceber os tipos de desigualdades são produzidas entre os grupos e em que justificativas estão baseadas. Você consegue se lembrar de algum período histórico em que a estratificação social fosse evidente?



Como vimos no decorrer dessa seção, as diferenças culturais não devem ser transformadas em desigualdades. Façamos um exercício constante de desnaturalização daquelas visões preconceituosas que promovem o rebaixamento de diversos grupos sociais. Assim, devemos constantemente nos lembrar de que a cor da pele, a identidade de gênero, o credo religioso, a orientação sexual, a idade cronológica, a condição econômica e a filiação política não são indicativos de superioridade de um ser humano sobre os demais. Somos todos iguais em nossa diversidade, dignidade e direitos.

As desigualdades sociais são históricas: castas e estamentos

VIOLÊNCIA ENTRE AS CASTAS

Em 01/02/2009, O Jornal a Gazeta do Povo publicou o artigo Dalits ainda discriminados na Índia, retratando a violência no sistema de casta que, embora tendo sido banido pela Constituição, o preconceito ligado a ele ainda persiste na sociedade indiana, principalmente do interior. Trata-se da história de Sahebrao Jondhale, um rapaz que, na condição de dalit, saiu de uma cidade do interior e foi para uma grande cidade, Mumbai. Chegando lá, trabalhou durante quinze anos, juntou dinheiro

para melhorar de vida e voltou ao seu lugar de origem, o vilarejo de Karanjala. Nesse retorno, ele comprou uma caminhonete e deu mostras de que estava em melhores condições de vida. Certo dia, ele foi cercado por um grupo de homens que jogaram querosene e colocaram fogo no veículo. Segundo o depoimento da família de Jondhale, esse ato criminoso foi a mando das altas castas do vilarejo, que se sentiram afrontadas ao verem um dalit ganhando mais dinheiro que elas.

Fonte: <http://www.gazetadopovo.com.br/m/conteudo.phtml?id=852951&tit=Dalitstadmidia-src219764-ainda-discriminados-na-ndia>

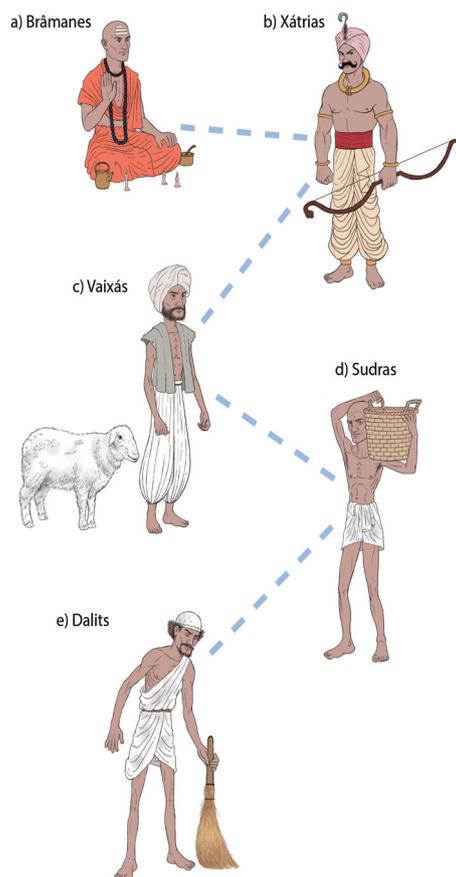
O que explica o comportamento dessas pessoas? Você já ouviu falar do sistema de **castas**?

Em vários lugares do mundo antigo, durante séculos, a sociedade esteve dividida em castas. Uma característica importante desse sistema é a imobilidade social, ou seja, quem nasce em uma casta deverá permanecer nela até morrer. Um bom exemplo disso era o que acontecia na Índia. Lá, até o século passado, o sistema de hierarquia social era baseado na hereditariedade, utilizando como critério as relações entre as distinções de nascimento, religião, etnia, cor e ocupação de uma pessoa.

Como vimos, o sistema de castas é uma forma de divisão social rígida e hierárquica, na qual indivíduos que nascem em uma casta, devem seguir seus mesmos preceitos até o final da vida. No sistema de castas, não há possibilidade de ascensão social, havendo castas de maior e menor nível. Cada casta possui suas próprias normas e crenças.

De acordo com o estudioso Nelson Dácio Tomazi, há quatro grandes castas na Índia:

- Brâmanes, que corresponde aos sacerdotes, sendo a casta superior as demais;
- Xátrias, uma casta intermediária, formada por guerreiros e encarregados da administração pública;
- Vaixás, casta de artesãos, comerciantes e camponeses;
- Sudras, a casta inferior, onde estão aqueles que executam trabalhos servis;
- Dalits, os párias, são os que transgrediram as normas de alguma casta e, por consequência, foram expulsos. Até o século passado, só podiam exercer atividades consideradas "impuras", como limpar esgotos e fazer a coleta do lixo.



Diz-se que essa forma de estratificação busca manter as culturas antigas vivas na sociedade. Você concorda?

Fonte: TOMAZI, Nelson Dácio. Sociologia para o ensino médio. São Paulo: Saraiva, 2010.

Figura 7: O sistema de castas na Índia.

No caso da Índia moderna, a discriminação por casta, embora oficialmente banida desde a Constituição de 1950, mostrou grande flexibilidade, principalmente na sociedade rural, persistindo como uma prática enraizada. Essa discriminação é um processo complexo, pois com o crescimento da urbanização e da industrialização no país, as desigualdades, antes baseadas na religião, misturaram-se com aquelas com base na economia. Ou seja, uma posição superior de casta passou a não mais significar uma posição superior de classe. A partir disso, podemos concluir que o dinheiro não acaba com o preconceito – veja o exemplo do “intocável” agredido na reportagem citada anteriormente.

Contudo, desde meados do século passado, a Índia adotou o sistema de cotas, reservando para os dalits cerca de 20% de vagas na administração pública e nas universidades públicas como forma de corrigir uma dívida histórica. O que você acha dessa medida?

Os estamentos

Desde o ensino fundamental, aprendemos que, nas Idades Média (séculos V-XIV) e Moderna (séculos XV-XVIII), os colonizadores europeus viviam em uma sociedade feudal dividida em estados: a nobreza, o clero e o **terceiro estado**. Era um sistema em que os direitos e deveres de um indivíduo estavam profundamente ligados ao **estamento** no qual ele havia nascido, dificultando, assim, a sua mobilidade social. Quando essa mobilidade acontecia, era de modo muito seletivo e restrito, dificultando principalmente o acesso à terra, considerada símbolo de riqueza e prestígio.

Terceiro Estado

O termo “terceiro estado” indicava o conjunto de pessoas que não faziam parte nem do clero e nem da nobreza, ou seja, o povo. O terceiro estado era composto por comerciantes, burgueses, camponeses e artesãos.

Estamentos

Os estamentos são estados nos quais a sociedade feudal estava dividida. Embora também sejam uma forma de estratificação social, os estamentos são mais abertos dos que as castas.

Nessa estrutura social, havia uma relação de reciprocidades e hierarquias entre os estamentos. Isso significa dizer que um estamento deveria assumir obrigações, direitos e responsabilidades para com os demais. Um exemplo é a relação entre o senhor feudal e os camponeses. O primeiro era proprietário da terra e tinha a obrigação de oferecer proteção aos que estavam sob seus domínios, por outro lado, os servos tinham que oferecer trabalho e demonstrarem obediência aos seus senhores. Isso te lembra alguma outra sociedade?

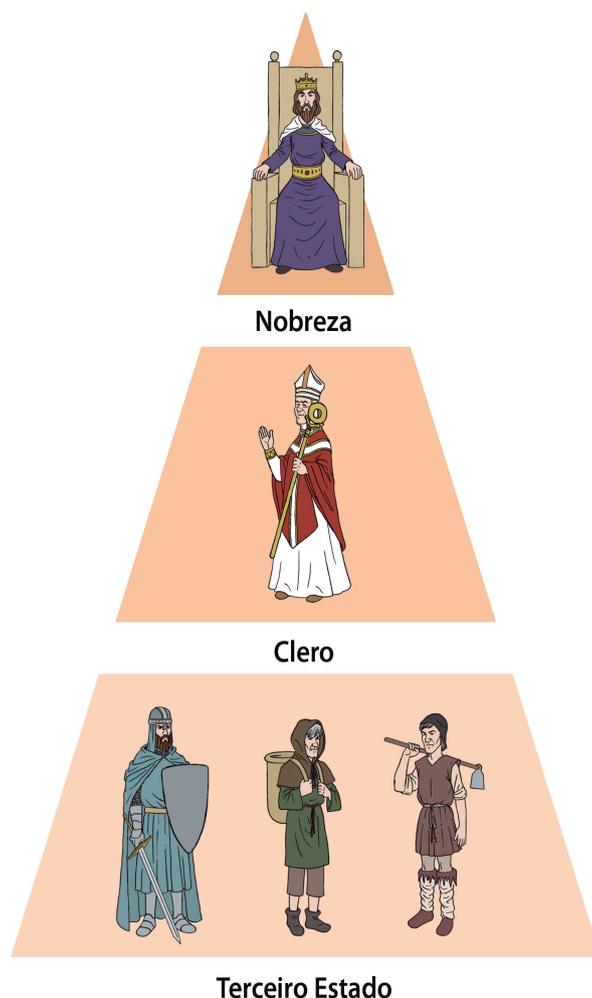


Figura 8: Os Estamentos medievais.

Não se esqueça que, desde pequenas, as pessoas cresciam nesse mundo como se não houvesse a possibilidade da realidade se modificar. Assim, desde cedo, elas aprendiam que a transformação das diferenças em desigualdades era algo muito natural, que estava respaldado pelos costumes e pelas leis, devendo ser aceita não apenas como uma vontade do mundo social, mas, principalmente, como uma manifestação da vontade de Deus. Vamos analisar o

trecho a seguir:

“

A ordem eclesiástica forma um só corpo, mas a divisão da sociedade compreende três ordens. A lei humana distingue duas condições. Os nobres são os guerreiros, os protetores das Igrejas, defendem a todos os homens do povo, grandes ou modestos, e também a si mesmos. A outra classe é a dos não livres. Esta desgraçada raça nada possui sem sofrimento. Provisões, vestimentas são fornecidas a todos pelos não livres, pois nenhum homem livre é capaz de viver sem eles. Portanto, a cidade de Deus, que se crê única, está dividida em três ordens: alguns rezam, outros combatem e outros trabalham.

(ADALBERTO, Bispo de Laon. In: BOUTRUCHE, R. *Señorio y feudalismo*. Madri: SigloVeintiuno, 1972)

”

Então, o texto acima traz uma determinada visão de mundo. Ela propõe a mudança ou a permanência das relações sociais da época? Pense sobre isso e redija um pequeno texto expondo a sua interpretação.



Figura 9: As favelas.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Kabul_Housing.jpg – Autor: Casimiri

A desigualdade na sociedade de classes

E em nossa sociedade, como a desigualdade se apresenta? Para Karl Marx, importante estudioso do capitalismo no século XIX, o fundamento da realidade social é sempre revelado pela relação entre os proprietários dos meios de produção e os produtores diretos. Portanto, no sistema capitalista, a desigualdade está expressa na estrutura de uma sociedade dividida em classes. Estas não podem ser definidas isoladamente, pois estabelecem entre si uma relação de complemento e contradição, como você pode observar na imagem a seguir:



Figura 10: Desigualdade entre classes.



Para entendermos um pouco mais sobre a existência das classes sociais em nossa realidade, leiam um trecho de uma entrevista realizada com um competente sociólogo brasileiro que estuda e pesquisa as desigualdades em nosso país, Jessé de Souza.

Ralés, batalhadores e uma nova classe média – Entrevista especial com Jessé de Souza



O que separa uma sociedade como a brasileira de uma sociedade como a alemã, para falar de um lugar estrangeiro onde morei durante sete anos, é a produção, no Brasil, do que chamo provocativamente em meus livros de uma ralé estrutural. Ou seja, de toda uma classe de pessoas, algo como um 1/3 da população brasileira, excluída de qualquer acesso à possibilidade de trabalho produtivo nas condições de competitividade do mercado capitalista. Isso também implica a ausência dessas pessoas no Estado e na esfera pública, pela impossibilidade de ter voz própria e percepção dos seus efetivos interesses de longo prazo. Falo dessa classe de despreparados, gente que se reproduz entre nós há séculos, sem que jamais se tenha feito o esforço cívico e republicano de sua redenção. Essas pessoas são o lixo numa sociedade que jamais se importou com elas e jamais lhes conferiu requisitos objetivos para que consigam o respeito dos outros e a auto-estima de si mesmos.

Fonte: <http://hiperficial.wordpress.com/2011/07/26/as-razoes-da-desigualdade-no-brasil-entrevista-com-jesse-souza-2/>



- a. A definição de ralé estrutural apresentada pelo sociólogo Jessé de Souza pode ser aplicada à realidade de sua comunidade? Justifique a sua resposta.
- b. Segundo o autor, em outros trechos dessa entrevista, a condição de classe social é passada de pai para filho. Você observa isso no cotidiano? Alguma de suas relações com sua classe social foi passada a você por outros integrantes da mesma classe? Como isso aconteceu?
- c. Em sua opinião, na nossa sociedade, é fácil uma pessoa mudar de uma classe baixa para uma classe alta? Por quê?

Anote suas respostas em seu caderno



Seção 3

Trabalho? Como vou explicar...



Figura 11: Comemoração do Primeiro de Maio, dia do trabalhador, em 1980, na cidade do Porto, em Portugal.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Dia_do_Trabalhador#mediaviewer/Ficheiro:1%C2%BA_Maio_1980_Porto_by_Henrique_Matos.jpg – Autor: Henrique Matos

Algumas palavras, assim como as realidades que expressam, estão tão presentes no nosso dia-a-dia que se torna difícil falar sobre o seu significado. Já imaginou a situação de ter que explicar para alguém o que é trabalho? Talvez seja mais difícil ainda. Ao utilizarmos tal palavra e suas variações (como “trabalhador”, por exemplo) estamos nos referindo a percepções diferentes sobre uma mesma realidade. O que isso quer dizer?

Já reparou que, certas vezes, falamos do trabalho para atestar algo que confere dignidade a uma pessoa, como é o caso daqueles que, ao serem parados pela polícia, afirmam a condição de trabalhador, ou até mesmo daqueles que, para impressionar sua namorada nova e até os pais dela, também anunciam essa condição? Não é a toa que muitos repetem a frase “Deus ajuda a quem cedo madruga” para mostrar que o trabalho tem seu valor. Ao mesmo tempo, existem muitas situações em que o trabalho é percebido como algo negativo, pesado. O humor explora bastante essa questão: “quem inventou o trabalho não tinha o que fazer”, diz a famosa piada.



Figura 12: Até o Seu Madruga concorda!

Há muitos ditados populares sobre o trabalho. Escreva no seu caderno alguns ditados e frases sobre o trabalho que você já tenha escutado entre seus familiares, amigos ou colegas. Separe-os de acordo com a percepção que representam: exaltam o trabalho ou o apresentam como um mal necessário?



Anote suas respostas em seu caderno

A autora Suzana Albornoz (1994), no seu livro *O que é trabalho?*, conta que algumas línguas criaram termos e verbos diferenciados para expressar essas duas percepções em torno do trabalho. No inglês, por exemplo, temos a distinção entre as palavras *labour* e *work*. Enquanto a primeira enfoca o trabalho a partir do esforço e do cansaço (rotineiro e repetitivo, sem liberdade de ação e um incomodo inevitável), a segunda se refere a uma participação ativa na construção do bem comum, algo digno de reconhecimento pela sociedade. No português temos as palavras *labor* e *trabalho*, mas é o segundo termo que apresenta as duas percepções das quais falamos.



No esforço de definir o trabalho, podemos dizer que – independente da percepção que se tenha sobre – é a atividade desenvolvida quando o ser humano, com suas forças e instrumentos, transforma um objeto (material ou imaterial) para conquistar um benefício coletivo ou individual, gerando um produto ou serviço para uso imediato ou troca.

Então, por que duas percepções tão diferentes do trabalho, como vimos? Por que o trabalho pode ser percebido como algo que torna o homem realizado por participar na construção da história e do mundo e, ao mesmo tempo, como um fardo, algo que se procura somente para a sobrevivência?

O grande pensador Karl Marx, em seu livro “O Capital”, defende que o trabalho é uma atividade vital – que resulta do uso das forças físicas e mentais – que procura produzir bens e serviços, e que permite ao sujeito dar uma importante contribuição para a sociedade. É um processo do qual participam o homem e o seu meio físico, em que o primeiro controla suas trocas com a natureza, atuando sobre ela e transformando-a.

Esse pensador compreende que o trabalho é essencial para o ser humano, pois permite ao mesmo se realizar, encontrar seu lugar no mundo, oferecer sua contribuição e marcar sua presença na história.

O trabalho e a alienação

Para Marx, a forma como o capitalismo trata o trabalho e os trabalhadores impede que esta atividade vital seja percebida como uma forma única e positiva de contribuição à sociedade e a história. Como o trabalhador não é dono dos meios de produção (as máquinas, as matérias primas e outros tipos de recurso) e é colocado em uma posição subalterna pelos seus patrões, ele não consegue entender sua atividade como libertadora e realizadora. A condição em que está diante dos meios de produção provoca uma relação de estranhamento com o trabalho. A esse estranhamento, Marx chamou de alienação. Fez sentido, agora, a ideia de duas percepções tão diferentes de trabalho?

Marx identificou alguns tipos de alienação. A principal delas seria a alienação do trabalhador em relação a si próprio, que ocorre quando o trabalho se torna um fardo, algo que não possibilita a auto-realização. Ao mesmo tempo, o homem não pode escolher ficar sem trabalho, pois os que não têm emprego não existem para o mundo capitalista. Em favor de sua sobrevivência, o homem precisa vender sua força de trabalho para o empregador, como se fosse mais uma matéria-prima ou ferramenta de produção, com o valor muito abaixo do que é justo.



Fonte: <http://bichinhosdejardim.com/objetivo-do-ano/> – Autor: Clara Gomes

Outra forma de alienação se dá em relação ao seu produto, o resultado do seu trabalho. Existe um estranhamento entre ele e sua produção. Ela se torna independente do trabalhador, que por vezes é reduzido a um repetidor de movimentos simplificados. Não há mais liberdade, não há contribuição, o sujeito se torna mais uma engrenagem na fábrica. Você já viu isso antes?



Vamos pensar um exemplo a partir do filme “Tempos modernos” (1936), estrelado e dirigido por Charlie Chaplin. No filme, o personagem principal tem apenas uma função: apertar um parafuso em uma peça que passa diante dele em uma esteira. O trabalhador não conhece as demais etapas do processo de produção, o que não lhe permite descobrir o valor que sua função tem na construção do produto final. Sua função repetitiva e simplificada não faz dele um operário qualificado, mas sim uma espécie de engrenagem que pode ser substituída a qualquer momento e por outro operário sem qualificação. Muitas vezes, sequer é capaz de adquirir os produtos que fabrica, desconhecendo o seu valor de uso. Na visão de Marx, nosso personagem tornou-se, pela ação do capitalismo, um alienado. Você conhecia esse filme?

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Modern_Times_poster.jpg – Autor: United Artists



Alienado, o trabalhador passa a existir somente para atender aos fins do capitalismo. Tal observação feita por Marx se baseava na experiência dos operários de seu tempo (durante e logo depois da Revolução Industrial), que eram submetidos a grandes e cansativas jornadas de trabalho para receber um baixo salário. O dinheiro que recebiam ainda era insuficiente para suprir as suas necessidades e injusto diante daquilo que o trabalhador produziu. Marx defendeu uma solução: era preciso fazer uma revolução para instaurar outro modo de produção – o comunismo –, no qual a sociedade não seria dividida em classes, os trabalhadores teriam voz e a alienação deixaria de existir.



Saiba Mais

O comunismo (do latim *communis*, que significa “comum, para todos”) trata-se de uma ideologia política, social e econômica, tem em Karl Marx o seu principal pensador e elaborador, e que pretende instaurar uma sociedade igualitária, sem classes e partidos, na qual as propriedades e os meios de produção não sejam privados, mas pertençam a todos por meio do Estado. Sua instauração aconteceria quando os trabalhadores, por via de uma revolução, tomassem a condução política das sociedades. Para Marx e outros pensadores, seria o modo de produção que faria a sociedade humana chegar ao cume mais alto de sua história, como se fosse o glorioso final de um árduo caminho. O fim das desigualdades, possibilitado pela abolição das classes sociais, é apresentado como seu principal objetivo.



Atividade

6

Observe um ambiente de trabalho, converse com os trabalhadores de lá e, a partir das suas impressões, responda às seguintes perguntas:

- a. Como os trabalhadores definem o seu trabalho? Entendem como algo que os realiza ou como um peso do qual não podem abrir mão?
- b. Qual a relação que os trabalhadores têm com o produto de sua atividade? Conhecem o processo de produção? Têm possibilidade de também consumir o produto que fabricam/vendem?
- c. Como se dá a relação entre patrões e empregados?
- d. Você acredita que o conceito de alienação, conforme apresentado por Marx, te ajuda a explicar algumas das suas observações? Explique.



Anote suas respostas em seu caderno

Seção 4

“Eu moro no morro e ela na Zona Sul”: pensando os modos de produção e a divisão de classes

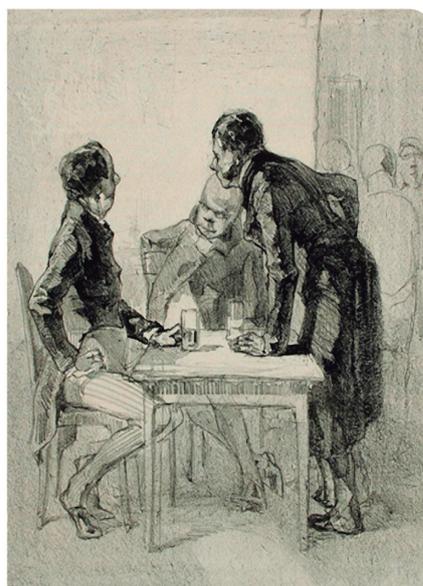


Figura 13: Paris Hilton, um verdadeiro exemplo do que chamamos de “burguesinha”, e o quadro *Les Bourgeois* (de Félicien Victor Joseph Rops, em 1856), que apresenta uma conversa entre típicos burgueses do século XIX.

Fontes: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Paris_Hilton_at_Sundance_Film_Festival_2008.jpg – Autor: clebboy; http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Les_Bourgeois_LACMA_M.84.243.6.jpg – Autor: Félicien Victor Joseph Rops

Você já escutou a música “burguesinha”, do cantor e compositor carioca Seu Jorge? Na letra, o cantor se refere a rotina de uma mulher de um grupo social com maior poder econômico, com hábitos e práticas bem diferentes das suas e que quase sempre envolvem um alto custo financeiro. Já parou para pensar de onde vem o termo “burguesinha” e por que o autor chama assim a mulher da sua música?

“Vai no cabeleireiro

No esteticista

Malha o dia inteiro

Pinta de artista

Saca dinheiro

Vai de motorista

Com seu carro esporte

Vai zoar na pista”

(Burguesinha – Seu Jorge

Fonte: <http://www.seujorge.com/musica/>)

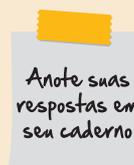
O pensador Karl Marx utilizou os termos “burguês” e “burguesia” para se referir aos donos dos meios de produção no modo de produção capitalista. Aliás, já falamos de capitalismo, mas ainda não discutimos melhor o seu significado.



O termo “burguês” surgiu na Idade Média para dar nomes aqueles que moravam nos burgos (cidades), mas não eram da nobreza, do clero e nem senhores feudais. Geralmente exerciam ofícios: eram artesãos, comerciantes, artistas e negociantes. Durante esse período, brigavam por conquistar seu espaço em uma sociedade ainda dominada pelos títulos de nobreza. Na Idade Moderna, passaram a ter um papel fundamental na economia e na política do Ocidente.



Procure outras canções em português que utilizem os termos “burguês” e “burguesia”. Interprete os objetivos do compositor e pense de que forma criam uma relação com os mesmos conceitos conforme utilizados por Marx. Você pode inclusive compará-la com a música do Seu Jorge (a que acabamos de ver) e apontar com que sentidos os diferentes autores utilizam esses termos.



Em primeiro lugar, como já adiantamos, Marx explica o capitalismo como um modo de produção. Mais do que isso, é o modo de produção do nosso momento histórico. O modo de produção, por si só, se caracteriza pelas relações de trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas. Em cada tempo, ele teve diferentes características, que influenciaram a organização das sociedades e de suas economias.

Veja os modos de produção no decorrer da história:

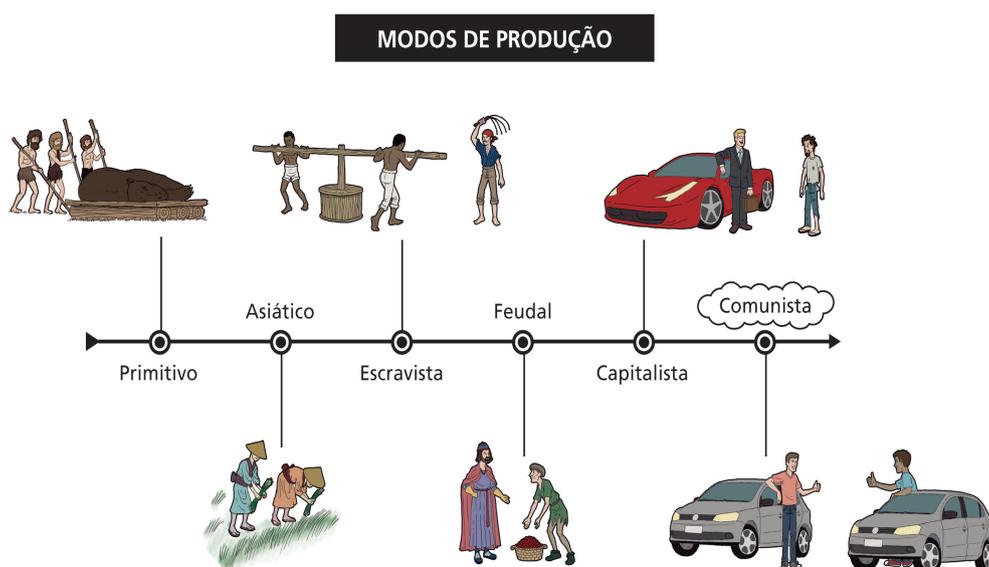


Figura 14: Sociedades e seus modos de produção.

Segundo Marx, no capitalismo, a divisão do trabalho se dá da seguinte forma:

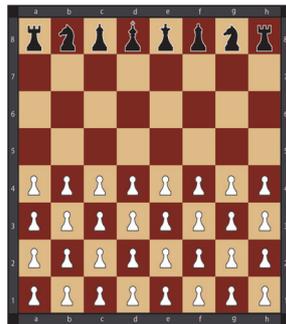
Burguês	Operário
	
Dono dos meios de produção.	Dono da sua força de trabalho.
Administra e fiscaliza.	Executa.
Precisa do trabalhador para operar os meios de produção, mas ainda assim define o preço a pagar pelo seu trabalho.	Precisa dos meios de produção do burguês, mas mesmo sendo necessário, se tornou o lado mais fraco na negociação do valor do seu trabalho por não possuí-los.
Acumula dinheiro por meio da mais valia.	São lesados economicamente, pois o seu salário não faz justiça àquilo que produzem.

Saiba Mais

Mais valia é como Marx chama toda a apropriação indevida que o burguês faz do trabalho do operário. Por exemplo, digamos que um trabalhador com uma jornada de oito horas recebe um salário x pela sua diária. Se nas primeiras cinco horas de trabalho o operário já produziu o suficiente para garantir x , as outras três horas foram apropriadas pelo burguês como *mais valia*. Elas se tornam lucro do patrão quando podiam fazer parte do salário do operário. Você percebe isso acontecer no seu dia-a-dia?

Muitos trabalhadores tomaram consciência de uma condição de exploração por parte dos burgueses e decidiram entrar no jogo, saindo de uma posição passiva, planejada pelo capitalismo. Fica evidente para Marx que temos uma *divisão de classes*: de um lado, os burgueses, defendendo os interesses do capitalismo; do outro, a classe operária, brigando pelos seus direitos e por reconhecimento. Ambos estão em lados diferentes de um jogo, marcado por diferentes ideias, posições econômicas e posturas políticas. A esse jogo, Marx chamou de *luta de classes*.

Multimídia



Você já jogou xadrez alguma vez? Conhece alguém que joga? Uma curiosidade é que é possível jogar esse tão famoso jogo de estratégia através da perspectiva da *Luta de Classes*, de Marx. Nesse formato, a regra é a seguinte: um jogador joga apenas com os peões, considerados as peças mais fracas do tabuleiro, enquanto o outro jogador fica apenas com as fortes: rei, rainha, bispo e cavalo. Desafiador, não?

Para saber mais sobre as regras do jogo, basta acessar: <http://www.castelodoxadrez.com.br>



Figura 15: Greve dos garis no Rio de Janeiro (2014).

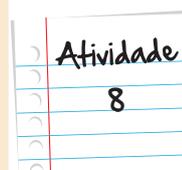
Fonte: <https://www.facebook.com/midiaNINJA/photos/a.235526863272133.1073741870.164188247072662/284530675038418/?type=1> – Autor: Mídia Ninja

Como já vimos anteriormente, Seu Jorge usa a palavra “burguesinha” em sua canção, apontando como as classes sociais dos personagens são distanciadas. Certamente, o uso que hoje fazemos de tal termo se inspira na teoria de Marx da *Luta de classes*. Será que os elementos apontados pelo autor ainda estão presentes em nosso cotidiano?

Ao longo da História, representantes da classe operária se manifestaram em diversas greves, muitas delas marcantes para a história nacional, como a greve geral de 1917 – que marcou o início da mobilização dos operários no Brasil – e as greves do ABC paulista, na década de 70. Escolha uma greve para pesquisar, preferencialmente uma que você tenha acompanhado pelos noticiários ou da qual tenha feito parte. Procure em jornais e na internet informações que possam te ajudar a entender as causas e as motivações desse movimento. Produza um texto utilizando os resultados de sua pesquisa. As perguntas a seguir poderão auxiliá-lo:

- a. O que os trabalhadores exigem? Melhores salários? Melhores condições de trabalho?
- b. Qual efeito essa greve causou ou tem causado no dia-a-dia dos usuários desse produto ou serviço? Os trabalhadores conseguiram provar seu valor para a sociedade?
- c. Você pode identificar a *mais valia* ou outros benefícios que o patrão consegue com a atividade desses trabalhadores? E comparada com a situação deles, quem está em real desvantagem?

Anote suas
respostas em
seu caderno



Seção 5

Trabalho, solidariedade e interdependência: ampliando as perspectivas sociológicas da divisão do trabalho



Figura 16: Trabalhadores e sua rotina em uma fábrica.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:George_Andrew_Reid_-_Women_Operators.jpg – Autor: George Andrew Reid

Até aqui observamos as considerações feitas por Karl Marx sobre a divisão do trabalho. Porém, outro importante sociólogo também procurou pensá-la é Émile Durkheim. Para esse grande pensador, a forma de divisão do trabalho presente no capitalismo ajudou a produzir uma nova forma de solidariedade entre os homens, a qual chama de “solidariedade orgânica”, que veremos mais adiante.

Karl Marx e Durkheim utilizaram termos distintos para falar da divisão do trabalho, e a sua utilização nos auxilia a guardar as diferenças entre suas teorias. Em um de seus mais importantes livros, "Divisão do trabalho social", Durkheim fala sobre esse tão relevante tema. Já Marx, fala da "divisão social do trabalho" procurando guardar os aspectos que vimos na seção anterior.



O que é solidariedade para Durkheim? Simples: os laços que unem os membros de uma sociedade entre si e ao próprio grupo. Durkheim identificou dois tipos de solidariedades presentes nas sociedades: a *mecânica* e a *orgânica*.

A *solidariedade mecânica* estaria presente principalmente, segundo esse autor, em grupos que ele compreende como "primitivos" ou "tribais". Nessas sociedades existe uma maior homogeneidade quanto aos valores, às crenças religiosas e aos interesses materiais do grupo. No geral, a divisão do trabalho é mínima: as funções são divididas por gênero, ou seja, homens e mulheres assumem tarefas distintas. Essa correspondência uniforme em diferentes aspectos da vida social é o que garante a coesão desse grupo.



Figura 17: Entre os grupos indígenas, são poucas as formas de divisão do trabalho. Geralmente, o gênero que define essa distinção nas tarefas.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Povos_ind%C3%ADgenas_do_Brasil#mediaviewer/File:Brazilian_indians_000.JPG – Autor: Agência Brasil

Mas e nas sociedades modernas e industriais, em que os homens apresentam diferentes concepções nos campos dos valores e da religião, e nas quais os membros da sociedade têm interesses distintos e até, por isso, se tornam indivíduos? Nelas, Durkheim identifica a *solidariedade orgânica*.

Segundo esse pensador, essa solidariedade só é possível graças à divisão do trabalho, pois a pluralidade de funções e de profissões nos faz interdependentes uns dos outros. O que seria do agricultor, que planta os alimentos,

sem o pedreiro, que constrói sua casa? Ou sem os agentes de polícia que garantem seu direito à propriedade, sem o comerciante que revende seu produto?

Assim como os órgãos do corpo dependem uns dos outros pelas suas diferentes funções, os indivíduos dependeriam uns dos outros por conta das diferentes atividades que exercem na sociedade. Essa interdependência é a alma da solidariedade orgânica.

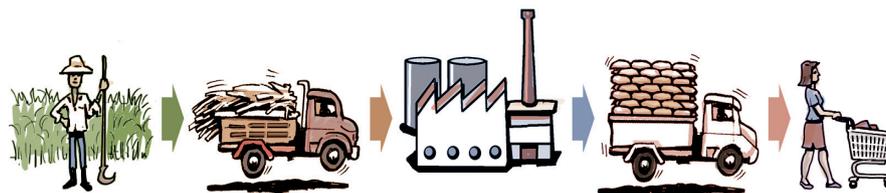


Figura 18: Solidariedade orgânica e interdependência.

Atividade
9

Agora que você já conhece os tipos de solidariedade apontados por Durkheim, preencha o quadro abaixo comparando solidariedade mecânica e orgânica:

Tipo de solidariedade/ Questões	Solidariedade Mecânica	Solidariedade Orgânica
Presentes em sociedades "primitivas" ou "industriais"?		
Os indivíduos se assemelham ou se diferenciam?		
As funções na sociedade são iguais ou especializadas e interdependentes?		

Anote suas respostas em seu caderno

Fordismo, taylorismo e toyotismo



Figura 19: Linha de produção em uma fábrica da Ford, em 1913

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/Henry_Ford#mediaviewer/File:Ford_assembly_line_-_1913.jpg – Autor: Desconhecido

Quando pensamos a divisão do trabalho e sua análise sociológica, não podemos perder de vista alguns modelos de produção que a marcaram profundamente. Apresentaremos aqui o principal deles, com forte impacto até hoje nos sistemas de produção em vigor: o fordismo-taylorismo.

No final do século XIX, o engenheiro Frederick Taylor propôs a aplicação de princípios científicos em modelos de administração da organização do trabalho. Tais propostas davam ênfase ao cumprimento das tarefas em favor de uma maior eficiência na produção e para poder atender uma demanda de produção em massa.

O fordismo, enquanto teoria e prática de organização produtiva, aplicou muitos dos princípios do taylorismo (e mais alguns), de forma que passaram a ser usados conjuntamente para identificar um mesmo processo de produção.

O fordismo-taylorismo tinha como principais características:

- O uso mais eficiente das horas trabalhadas por meio do controle das atividades dos operários;
- Mecanização de boa parte das atividades com a introdução da linha de montagem, da qual a esteira se tornou um símbolo;
- A introdução do trabalho hiper especializado e repetitivo;

- Aplicação de um sistema de recompensas e punições de acordo com o comportamento dos operários na fábrica e as metas da indústria/empresa.

Você se lembra de algum ambiente de trabalho que tenha essas características?

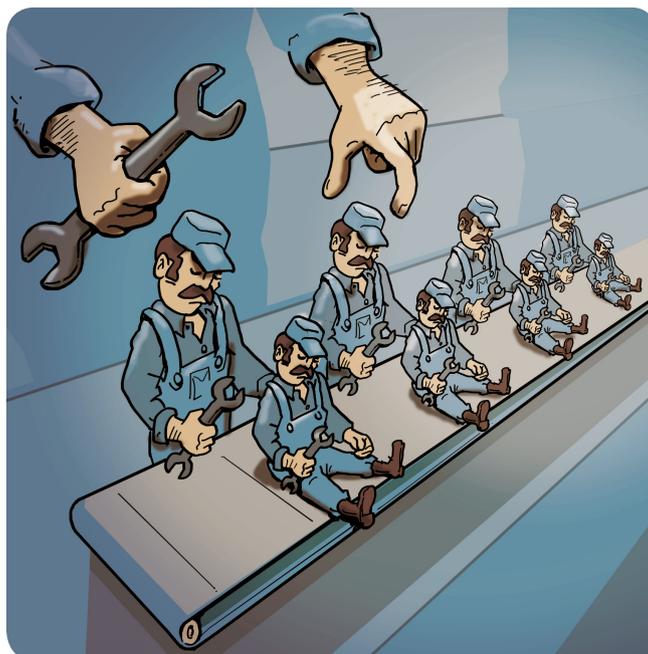


Figura 20: Você se lembra da crítica em "Tempos Modernos"? O trabalhador é apenas mais uma peça do sistema.

O fordismo refere-se ao sistema de produção de massa criado por Henry Ford (1863-1947), fundador da *Ford Motor Company*. As mudanças que introduziu no seu sistema de produção visavam principalmente a produção em série do Ford modelo T para o consumo em massa.



O que mudou no trabalho com as ideias do taylorismo e a prática do fordismo? Em primeiro lugar, o trabalho humano ganhou o ritmo das máquinas, ou seja, ficou acelerado. Assim como esses equipamentos, os homens devem produzir o máximo possível em um mínimo de tempo estabelecido. Para isso existem as metas, para tentar objetivar a produção humana assim como são objetivas as produções das máquinas. Se cada máquina produz 100 garrafas por hora, se isso pode ser medido e quantificado, assim deverão ser cobrados os homens e mulheres em suas produções.



Fonte: <http://bichinhosdejardim.com/cafe-feliz/> – Autor: Clara Gomes

O sistema de metas, baseado em sistemas de recompensas e punições, e a produção em massa não ficaram restritos às fábricas e indústrias, mas também invadiram as empresas prestadoras de serviços e até o modelo de administração pública.



Figura 21: Executivos da Google em Taiwan: uma empresa que oferece serviços, mas, assim como muitas fábricas e indústrias, se baseia em um sistema de metas, com possíveis recompensas e punições.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:2007GoogleTaiwanPressConference_Executives-1.jpg – Autor: Rico Shen

Outra nítida mudança foi a afirmação do trabalho de grandes empresas e indústrias em depreciação dos pequenos produtores e prestadores de serviços, pois diante da produção e distribuição em massa disponibilizada pelas tecnologias tornou-se quase impossível uma competição justa entre esses setores. Ainda como consequência

dessa mudança temos a afirmação cada vez maior das hierarquias no mundo do trabalho: é de cima que vêm as ordens (do patrão para o operário), os sistemas de planejamento e a fiscalização da produção.

Por fim, a hiper especialização do trabalho, que criou no esquema de produção funções com mínimas complexidades, o que permite uma rápida substituição do trabalhador. Quando juntamos a hiper especialização do trabalho com a sua prática de automação (que hoje é cada vez mais intensificada pela tecnologia), podemos dizer que o fordismo-taylorismo tirou do trabalhador o último resquício do saber sobre a produção: a capacidade de operar uma máquina.

Interessante pensar como, por vezes, características do fordismo-taylorismo transbordaram para a sociedade como um todo. Já pensou como os alunos se portam quando o professor pede um trabalho em grupo? Na maioria dos casos, em vez de fazerem o trabalho juntos, preferem dividir as funções, como se estivessem na linha de produção de uma fábrica.

Nas últimas décadas, em oposição ao modelo de produção taylorista-fordista, surgiu o modelo conhecido como toyotista, que possui esse nome por ter sido implantado nas fábricas da Toyota, no Japão. O modelo surgiu diante das crises econômicas, onde a produção em massa tornava-se inviável.

Dentre as suas várias características, destacamos aquelas que mais a diferenciam do modelo anterior: A produção em menor escala e a necessidade de um trabalhador mais qualificado e polivalente (ou seja, que possa exercer mais de uma função). É um modelo flexível, que modela sua capacidade de produção e as tarefas de seus trabalhadores conforme a demanda real de consumo existente.

Além da flexibilização da produção, o toyotismo provocou a flexibilização do próprio trabalho: foi a partir daí que se inseriu o modelo de terceirização de serviços e de funcionários e surgiram os contratos temporários. Com esse objetivo de redução dos custos da produção, descobriu-se que pagar outra empresa para fornecer um produto ou um funcionário ficava mais barato que uma empresa comandar todo o processo produtivo, e que contratos temporários ajudavam a diminuir os “prejuízos” das empresas diante dos direitos trabalhistas que eram conquistados em todo o mundo.

“Pra que uma montadora de carros fabricaria rodas se custa menos comprar de uma fábrica de pneus?”, “pra que contratar um funcionário para serviços de limpeza e cozinha se é mais barato contratar uma empresa que me forneça esses funcionários?”, “pra que gastar muito com demissões se existe o contrato temporário que diminui seus custos?”. Para muitos, essas mudanças trouxeram novos problemas para os trabalhadores, tornando as condições de trabalho cada vez mais precárias.

Recorde-se da sua experiência de trabalho ou de alguém próximo a você (pais, irmão, vizinhos) e pense como funciona a divisão da produção na empresa/fábrica/instituição em que essa pessoa trabalha. De que forma existe influência dos princípios do taylorismo-for-dismo ou do toyotismo na organização das atividades?



Anote suas
respostas em
seu caderno

Conclusão

Desigualdade social e trabalho são temas que, na reflexão sociológica, dialogam profundamente. Aquelas pessoas expostas aos efeitos de uma sociedade desigual são as mesmas que não encontram no trabalho a oportunidade de fazerem o que gostam – ou fazem sem a consideração que merecem – e ainda são explorados economicamente recebendo menos do que merecem pelas suas funções. Na Índia, por exemplo, os dalits, homens e mulheres que pertencem à casta considerada inferior, geralmente só encontram espaço para exercer funções consideradas de baixo escalão, evitadas pelos outros membros da sociedade e com pouca recompensa social e financeira. No Brasil e em outros países que se definem como democráticos e igualitários, os pobres, membros da mais inferior das classes sociais (a partir dos critérios econômicos, deixemos claro), também são aqueles que ocupam as funções mais estigmatizadas, mesmo que sejam importantes dentro do espírito de interdependência declarado por Durkheim. Já parou para pensar que profissionais da limpeza, como os garis, são tão importantes para saúde pública quanto os médicos? Se os últimos ajudam a curar doenças, os primeiros são essenciais para evitá-las. O que justifica então a diferença tão grande de salário e de dignidade das funções? Você já viu alguém agradecer a um gari como fazemos com o médico que cuida da gente?

Uma mudança nos critérios de avaliação do “outro”, que fundamentam a desigualdade, pode ser a chave que permita construir uma nova realidade para os trabalhadores, onde todos possam se sentir cooperadores na construção da história humana, pois as hierarquizações existentes no mundo do trabalho (como a que existe entre patrão e operário, que fundamenta a *mais valia*, por exemplo) são principalmente reflexo das hierarquias instituídas em nossas sociedades desiguais.

Resumo

Nesta seção, a partir da relação entre temas como o processo de socialização, a divisão do trabalho e o modo de produção capitalista, discutimos importantes condições que possibilitam compreender como algumas diferenças entre as pessoas são transformadas em desigualdades sociais, tais como: sexo, gênero, classe social, cor, etnia, geração, nível de instrução e religião.

Desde pequeno, em seu processo de socialização, ao nascer em uma determinada família, independente de sua vontade, a criança é colocada dentro de uma classe social, condição herdada de seus pais ou responsáveis que, por sua vez, também herdaram essa condição dos seus próprios pais. Esse lugar social irá ter um peso importante no modo como a criança se desenvolverá em direção à vida adulta, pois se trata de um posicionamento que dirá muito sobre o bairro em que ela vai morar, a escola que frequentará, o perfil dos amigos que terá, os seus gostos, os sonhos futuros, entre tantas outras condições de existência. Assim, ao crescer, como adolescente ou adulto, chegará o momento em que ele terá que trabalhar para poder sobreviver. Nessa entrada na vida profissional, ficará evidente que o perfil do trabalhador que ele gostaria de ser não é necessariamente decidido por ele, mas sim pela sua trajetória social e pelos interesses do modelo de produção que estará vigorando no sistema capitalista então. Contudo, as outras condições listadas, como nos exemplos da cor da pele e do sexo, têm sido um importante fator para entender a trajetória de vida de uma pessoa e o lugar que ela ocupa na sociedade.

Veja ainda

Filmes

- **Ônibus 174.** Direção e roteiro de José Padilha.

Um documentário rico, e que abre uma possibilidade para discutir o processo de socialização e institucionalização envolvendo “meninos na rua”. Trata-se de uma radiografia social do sequestro ocorrido no ano de 2000, no Rio de Janeiro, e que resultou na morte de uma passageira e do próprio sequestrador. Caso venha a assisti-lo, observe como foi alinhavada a biografia do “protagonista” (o sequestrador) com os constrangimentos das estruturas sociais desiguais nas quais estava inserido. O filme é importante por mostrar como muitos daqueles que são percebidos somente como criminosos na verdade são, em parte, vítimas da desigualdade social.

- **Adeus Lênin (*Good Bye, Lenin!*).** Direção de Wolfgang Becker. Roteiro de Bernd Lichtenberg e Wolfgang Becker.

Aborda a história de uma família em que a mãe, militante comunista, acorda de um coma depois da queda do Muro de Berlim. Ela terá que se defrontar com um mundo bem diferente daquele a que estava acostumada. Por sua vez, o filho tentará maquiagem a realidade para que a mãe não tenha um choque e volte a ficar debilitada.

- **China blue.** Direção MivhaPeled.

Documentário que apresenta a vida de uma jovem operária chinesa que trabalha em uma fábrica de calças jeans. Discute as péssimas condições de trabalho na China, que se tornou uma referência mundial de produtos baratos. O filme traz elementos que ajudam a discutir as relações de trabalho, assim como a questão da *mais valia*.

Livros e textos

- Leia sobre “O retrato das desigualdades de Gênero e Raça” (4ª. edição – 2011), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a partir de dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Trata-se de uma pesquisa sobre as desigualdades sociais com recortes em gênero e raça/cor. Disponível no *link*: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>.
- Uma análise sobre a desvalorização da autoridade dos responsáveis familiares nos programas televisivos infantis e da oferta de poderes tirânicos às crianças pode ser encontrada no artigo: De “papai sabe tudo” a “como educar seus pais”: considerações sobre programas infantis de TV. Autor(es): BRITO, Leila Maria Torraca de. Fonte: *Psicol. Soc.* 17(1): 48-55, ND. 2005 Apr. SciELO Brasil Idioma(s): Português
- “A construção da sociedade do Trabalho no Brasil”, de Adalberto Cardoso (Editora FGV, 2010). A partir de uma perspectiva sociológica, mas dialogando com a perspectiva histórica, o autor traz uma importante contribuição para entender a importância do trabalho na realidade brasileira e a sua relação com as desigualdades existentes.

Referências

- ALBORNOZ, Suzana. *O que é trabalho?* São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo – A transformação das pessoas em mercadoria*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BARBOSA, M.L.O.; OLIVEIRA, M. G. M; QUINTANEIRO, M. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim, Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Trad. Floriano de Souza Fernandes. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

- BERGER, Peter L, BERGER, Brigitte. O que é uma instituição social. In: _____. FORACCHI, Marialice. *Sociologia e Sociedade. Leituras de introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2002, cap. 12, p. 163-167.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- DURKHEIM, Emile. *Da divisão do trabalho social*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *As regras do método sociológico*. Trad. Maria Isaura de Pereira Queiroz. 9. ed. São Paulo: Nacional, 1978.
- ELIAS, Norbert. *Mozart – Sociologia de um gênio*. Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- FILHO, Evaristo de Moraes (Org.). Formalismo sociológico e a teoria do conflito. In: SIMMEL, Georg. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- GEBRAN, Philomena (Coord.). *Conceito de produção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, Aug. 2011.
- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna – Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. Adail Sobral e Maria Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1989.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A era do vazio – Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Trad. Therezinha Monteiro Deutsch. São Paulo: Manole, 2005.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2273>. Acesso em: 10 nov. 2014.
- MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Boi Tempo editorial, 2013.
- RIUTORT, Philippe. *Compêndio de sociologia*. São Paulo: Paulus, 2008.
- TOMAZI, N.D. *Sociologia para o Ensino Médio*. São Paulo: Editora Atual, 2013.
- SZTOMPKA, P. *A sociologia da mudança social*. Trad. Pedro Joergensen Jr. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- WEBER, Max. **Sociologia**. (Org. Gabriel Cohn). São Paulo: Ática, 1986.

Atividade 1

Como vimos no decorrer da seção, a família é a primeira responsável pela nossa entrada no mundo da linguagem. Nesse sentido, a criança depende de um adulto e com ele aprende as tarefas básicas que são necessárias para a sua sobrevivência, tais como: a falar a língua materna, andar, comer, respeitar as regras de convivência, a amar, a cuidar da higiene, entre outros exemplos. No decorrer da vida, o ser humano percebe que a sua vida é marcada pela interdependência desde o nascimento, ou seja, ainda que aumente o seu grau de autonomia, em alguma medida, ele sempre precisará das outras pessoas.

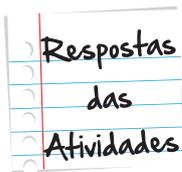
Atividade 2

Ao usar a imaginação sociológica, podemos perceber algumas diferenças entre o processo de socialização do "cara a cara" e aquele que é mediado pelo computador: há uma distância física entre as pessoas que estão se comunicando; em uma rede social como Facebook, há o predomínio da linguagem escrita e não da oral; na Internet, alguns aspectos da identidade de uma pessoa podem ser ocultados, como no exemplo de uma foto que não é verdadeira; na inexistência de um vídeo, não é possível perceber se há uma correspondência entre o que a pessoa diz e o que ela expressa com a fisionomia e os gestos, só para citar alguns entre diversos outros exemplos.

Atividade 3

Ao escolher um vizinho ou alguém de sua família, você perceberá que pelos dados coletados é possível situar essa pessoa em uma determinada classe social, pois o lugar que uma pessoa ocupa na estrutura social pode ser caracterizado por um conjunto de fatores, tais como: renda, nível de instrução, hábitos de consumo, propriedade de bens materiais, acesso à informação, o transporte a que tem acesso, entre outros.





Respostas
das
Atividades

Atividade 4

A ralé estrutural é uma expressão utilizada para se referir aos mais pobres entre os mais pobres, pessoas que estão excluídas do mercado de trabalho e não têm acesso aos serviços básicos que possam lhes garantir um mínimo de dignidade humana. Na maior parte das vezes, essa condição é passada de pai para filho, tendo em vista que herdamos de nossa família o lugar social que ocupamos no mundo. Em uma sociedade capitalista, dependendo dos recursos que somos capazes de mobilizar para o nosso sucesso, é bem difícil uma pessoa de classe baixa conseguir subir para a classe alta.

Atividade 5

Sobre as frases que exaltam o trabalho, encaixam-se aquelas como “o trabalho dignifica o homem”, “o trabalho é o pai do prazer” (Voltaire). Sobre aquelas que apresentam uma representação negativa, cabem “Não existe trabalho ruim, o ruim é ter que trabalhar”, “se trabalho fosse bom, a gente pagava para trabalhar”.

Atividade 6

O objetivo desse exercício é aguçar a sua capacidade de percepção do mundo a partir dos conceitos sociológicos. Como não podemos antever a realidade que irá observar, sugerimos que você faça esse exercício em ambientes próximos a você: pode consultar seus colegas de trabalho ou até procurar os trabalhadores do comércio do seu bairro. Na última questão, caso tenha dificuldade em aplicar o conceito, não deixe de pedir ajuda.

Atividade 7

Não faltam entre as canções brasileiras letras que utilizem os termos “burguês” ou “burguesia”. O cantor Cazuza, por exemplo, na música chamada “Burguesia”, inicia a canção com a seguinte estrofe: “A burguesia fede/a burguesia quer ficar rica/enquanto houver burguesia/não vai haver poesia”. Nesse caso, para pensar os usos que o autor faz dos referidos termos, podemos perceber uma crítica a partir da afirmação de que a burguesia fede. As demais partes da letra ajudam a entender os motivos da crítica do compositor.

Atividade 8

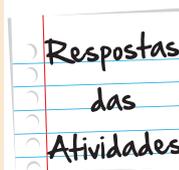
O objetivo desse exercício é aguçar a sua capacidade de percepção do mundo a partir dos conceitos sociológicos. Como não podemos antever a realidade que irá observar, sugerimos que você faça esse exercício observando as greves que mais impactaram você, seja pela experiência ou pelos noticiários, descrevendo-as com detalhe. Na última questão, caso tenha dificuldade em aplicar o conceito, não deixe de pedir ajuda.

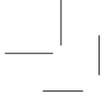
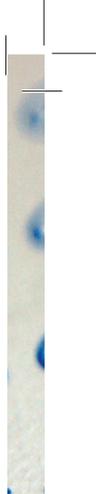
Atividade 9

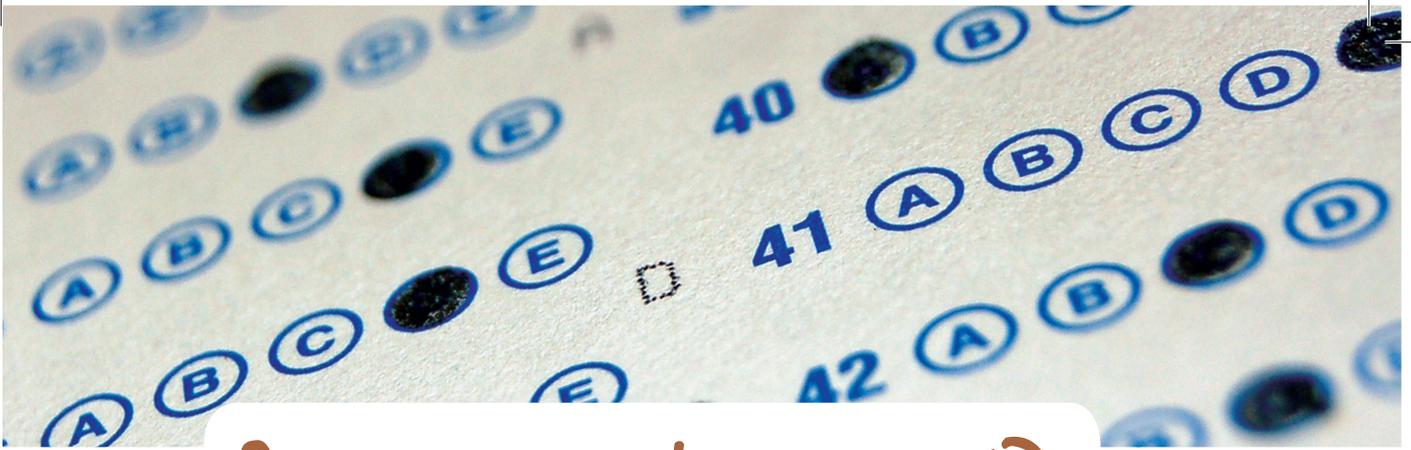
Como vimos no decorrer do texto, a solidariedade mecânica está presente entre as sociedades que Durkheim chamou de “primitivas” e a orgânica entre aquelas que identifica como “industriais”. Se o primeiro tipo de sociedade é marcada pela pouca diferenciação dos sujeitos no que diz respeito aos seus valores, crenças e interesses materiais, a segunda o é pela sua extrema heterogeneidade. Nas sociedades “industriais”, as funções são especializadas e, ao mesmo tempo, interdependentes. Já nas “primitivas”, a diferenciação de funções é mínima, o que provoca um grau quase irrelevante de interdependência.

Atividade 10

Você irá responder a questão proposta a partir das experiências que viveu ou ouviu. Porém, alguns detalhes importantes não podem deixar de serem observados para que se alcance esse objetivo: a divisão de funções, as hierarquias presentes, se existe um sistema de metas, se a empresa terceiriza serviços e se assina a carteira de seus funcionários ou só oferece contratos temporários. A partir da presença, ou não, de tais características, poderemos compará-las com o que vimos até então e responder ao desafio que a questão nos coloca.







O que perguntam por aí?

Questão 1 (Vestibular Unicentro – 2010)

Em relação ao sistema de castas de uma sociedade, assinale a alternativa correta.

- a. Existe mobilidade social dentro de uma sociedade de castas.
- b. A exogamia faz parte dos casamentos realizados em sociedades de castas.
- c. Não existe mobilidade social dentro de uma sociedade de casta.
- d. Dentro de um sistema de castas não é importante a hereditariedade.
- e. Em um sistema de casta não existe a divisão entre castas superiores e inferiores.

Resposta: Letra C

Comentário:

O sistema de castas considera que a diferença entre os homens é desígnio sobrenatural ou faz parte da natureza humana, ou seja, já está determinada antes mesmo de um sujeito nascer. Sendo assim, não pode existir mobilidade entre aqueles que fazem parte de uma sociedade que adere plenamente a este sistema.

Questão 2 (Vestibular Unioeste – 2012)

Émile Durkheim é considerado um dos fundadores das Ciências Sociais e entre as suas diversas obras se destacam “As Regras do Método Sociológico”, “O Suicídio” e “Da Divisão do Trabalho Social”. Sobre este último estudo, é correto afirmar que

- a. a divisão do trabalho possui um importante papel social. Muito além do aumento da produtividade econômica, a divisão garante a coesão social ao possibilitar o surgimento de um tipo específico de solidariedade.
- b. a solidariedade mecânica é o resultado do desenvolvimento da industrialização, que garantiu uma robotização dos comportamentos humanos.
- c. a solidariedade orgânica refere-se às relações sociais estabelecidas nas sociedades mais tradicionais. O nome remete ao entendimento da harmonia existentes nas comunidades de menor taxa demográfica.
- d. indiferente dos tipos de solidariedade predominantes, o crime necessita ser punido por representar uma ofensa às liberdades e à consciência individual existente em cada ser humano.
- e. a consciência coletiva está vinculada exclusivamente às ações sociais filantrópicas estabelecidas pelos indivíduos na contemporaneidade, não tendo nenhuma relação com tradições e valores morais comuns.

Resposta: Letra A

Comentário:

Como vimos, a divisão do trabalho e sua especialização nas sociedades industriais segundo Durkheim é responsável por manter uma interdependência e uma coesão nas sociedades onde os homens e mulheres aderem a diferentes valores, crenças e interesses materiais. Só a primeira opção contempla essa resposta. B e C estão erradas pois a solidariedade mecânica é a identificada nas sociedades “tradicionais”, enquanto a orgânica a que está presente nas sociedades “industriais”. As respostas D e E têm pouca relação com a temática abordada, servindo apenas para confundir o leitor.

Questão 3 (Vestibular UEL – 2008)

Sobre a exploração do trabalho no capitalismo, segundo a teoria de Karl Marx (1818-1883), é correto afirmar:

- a. A lei da hora-extra explica como os proprietários dos meios de produção se apropriam das horas não pagas ao trabalhador, obtendo maior excedente no processo de produção das mercadorias.
- b. A lei da mais valia consiste nas horas extras trabalhadas após o horário contratado, que não são pagas ao trabalhador pelos proprietários dos meios de produção.

- c. A lei da mais-valia explica como o proprietário dos meios de produção extrai e se apropria do excedente produzido pelo trabalhador, pagando-lhe apenas por uma parte das horas trabalhadas.
- d. A lei da mais valia é a garantia de que o trabalhador receberá o valor real do que produziu durante a jornada de trabalho.
- e. As horas extras trabalhadas após o expediente constituem-se na essência do processo de produção dos excedentes e da apropriação das mercadorias pelo proprietário dos meios de produção.

Resposta: Letra C

Comentário:

Como vimos, a *Mais valia* para Marx se refere aquele excedente da produção que não se torna salário para o operário e é apropriado pelo patrão. Não se refere às horas extras, mas as horas incluídas formalmente no horário de serviço cujo valor de produção passa exclusivamente para o bolso do burguês, constituindo o lucro. Diante de tal afirmação, percebemos que somente a letra C apresenta informações corretas sobre tal conceito.

Questão 4 (Enem PPL – 2012)



Cenas do filme *Tempos Modernos* (Modern Times), E.J.A., 1936.
Direção: Charles Chaplin, Produção: Continental

A figura representada por Charles Chaplin critica o modelo de produção do início do século XX, nos Estados Unidos da América, que se espalhou por diversos países e setores da economia e teve como resultado

- a. a subordinação do trabalhador à máquina, levando o homem a desenvolver um trabalho repetitivo.
- b. a ampliação da capacidade criativa e da polivalência funcional para cada homem em seu posto de trabalho.
- c. a organização do trabalho, que possibilitou ao trabalhador o controle sobre a mecanização do processo de produção.
- d. o rápido declínio do absenteísmo, o grande aumento da produção conjugado com a diminuição das áreas de estoque.
- e. as novas técnicas de produção, que provocaram ganhos de produtividade, repassados aos trabalhadores como forma de eliminar as greves.

Resposta: Letra A

Comentário:

Segundo o que vimos anteriormente, o modelo de produção predominante no início do século XX era o taylorismo-fordismo. A partir da produção por esteira (conforme mostra a cena do filme) submeteu-se o operário a um trabalho repetitivo, onde este perdeu até a possibilidade de operar a máquina, se tornando um subordinado da mesma, conforme aponta a opção A. As opções B e D – que tratam de polivalência funcional e do aumento de produção conjugado com diminuição de estoque – são características presentes no toyotismo, modelo ainda não existente no período citado. As questões C e E se referem a reivindicações que não foram atendidas pelo modo de produção taylorista-fordista.

